

Capítulo 1**Nascimento e Confrontação de um Mundo Bipolar (1945-1955)**

O mundo que nasce da Segunda Guerra Mundial é profundamente diferente daquele de antes da guerra. No plano das relações internacionais, em particular, esse período assinala uma cesura capital na história da humanidade. É o fim da preponderância europeia. Tem início a era das superpotências.

O poder se desloca do Velho Mundo para os mundos extraeuropeus. Desde a Grande Guerra, certamente, esse movimento havia começado. A Segunda Guerra Mundial foi, inicialmente, uma guerra europeia. Arruinada e devastada, a Europa não estava em condições de desempenhar o papel preeminente que era o seu. Os Estados que disputavam a primazia, na Europa e no mundo - o Reino Unido, a França, a Alemanha e a Itália -, tenham eles saído vencedores ou vencidos, já não são potências. Os novos grandes, os verdadeiros vencedores, são os Estados Unidos da América e a Rússia soviética. Em 1945, sua supremacia se mede pela disseminação de suas forças pelo globo. Os americanos estão em toda parte, tanto na Europa como na Ásia; os russos, na Europa Oriental e no Extremo Oriente. Para um grande número de habitantes do planeta, americanos e russos tornam-se modelos.

A mudança dos polos da vida internacional em relação ao período de antes da guerra constitui, sem dúvida nenhuma, uma reviravolta, mas a transformação vai mais longe: abrange a própria natureza das relações de força. As grandes potências europeias eram Estados medianos, considerando sua população, superfície e recursos. As novas grandes potências são Estados gigantes.

Além disso, muitos países da Europa encontraram na expansão colonial um prolongamento que os tornava não apenas potências mundiais, mas também Estados mais ricos e mais povoados. A guerra faz com que a Europa perca seu prestígio junto às populações coloniais e dá novo impulso aos movimentos de emancipação que existiam aqui e ali.

Ao concerto europeu, sucede um diretório dos três grandes: americanos, ingleses e russos, que reforçam sua concertação a partir de 1943 e vão decidir a sorte do mundo do pós-guerra nas conferências de Yalta e de Potsdam. Mas a aliança estreita da guerra dá lugar à desconfiança do imediato pós-guerra e à brutal confrontação: não é um mundo unido que sai da guerra, é um mundo bipolar.

A Paz Fracassada (1945-1947)

Após seis anos de guerra, os Aliados querem perpetuar a solidariedade entre as “Nações Unidas”, resolver as questões nascidas do conflito e assegurar a paz do mundo pela criação de um organismo internacional. O nascimento de uma nova hierarquia internacional, no entanto, não significa o retorno à paz, pois, embora a grande aliança americano-soviética permita algumas decisões comuns, logo ela cede à desconfiança.

Uma nova organização mundial

Tratava-se de criar um organismo aproveitando a experiência da Sociedade das Nações (SDN), que havia fracassado em sua missão ao longo do entreguerras. Na Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), o presidente norte-americano, E. D. Roosevelt, havia esboçado os princípios fundamentais de uma nova ordem internacional. Em 1º de janeiro de 1942, cerca de vinte dirigentes, entre os quais Churchill e Roosevelt, adotam uma declaração em cujos termos as “Nações Unidas” se comprometem a estabelecer, tão logo a guerra contra o Eixo termine, um sistema de paz e segurança. Na conferência de Moscou (19-30 de outubro de 1943), os representantes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da China e da URSS proclamam a necessidade de estabelecer, assim que possível, “uma organização geral baseada no princípio de igualdade de soberania de todos os Estados pacíficos”. Quando da Conferência de Teerã (8 de novembro-2 de dezembro de 1943), os três grandes - Churchill, Roosevelt e Stálin - decidem constituir essa organização, o que é feito por especialistas na conferência de Dumbarton Oaks (setembro-outubro de 1944).

Quatro meses depois, na Conferência de Yalta (4-11 de fevereiro de 1945), Churchill, Roosevelt e Stálin resolvem algumas questões espinhosas, como a da representação da URSS. A URSS, alegando que o Império britânico com os domínios (tais como o Canadá, a Austrália etc.) constitui uma entidade única, cujos Estados, no entanto, são membros plenos, quer tantas cadeiras na nova organização quantas são as suas repúblicas federadas, isto é, 15. De fato, ela obtém três: para a Federação, para a Ucrânia e para a Bielo-Rússia (ou Rússia branca). Os três grandes concordam em realizar uma conferência constitutiva da Organização das Nações Unidas em San Francisco, em abril-junho de 1945.

• A criação da ONU

A ONU é fundada definitivamente pela Carta de San Francisco, assinada em 26 de junho de 1945 por cinquenta Estados, na qual transparecem as preocupações de seus criadores. Trata-se de criar uma organização eficaz, realmente representativa e dotada de amplas competências.

Em Yalta, os três grandes introduziram no projeto as disposições que garantiriam a manutenção de sua preeminência. A Sociedade das Nações estava paralisada pelo princípio de unanimidade. A nova organização deve ser dirigida por um diretório de grandes potências, membros permanentes do Conselho de Segurança e que dispõem de um direito de veto (Estados Unidos, URSS, Reino Unido, China e França). A Assembleia Geral encarna a democracia em escala internacional, limitada pelo exercício do poder dos membros permanentes, sob a condição de permanecerem solidários ou de chegarem a algum compromisso.

A organização interna da ONU**• Conselho de Segurança**

Além dos cinco membros permanentes, inclui membros não permanentes eleitos por dois anos. No total, o Conselho compreende 11 membros em 1946 e 15 a partir de 1966. Seu papel é preponderante para as questões de manutenção da paz e da segurança. Ele pode tomar decisões que impõem obrigações aos Estados. Pode também adotar, por meio de maiorias, medidas mais ou menos coativas e que são “decisões”.

• Assembleia Geral

Composta por delegados de todos os Estados-membros (a ONU conta com 51 membros em janeiro de 1946), ela elege os membros não permanentes do Conselho de Segurança e admite os novos membros. Sua competência é bastante extensa, mas só pode agir por meio de “recomendações”, que devem ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. A Assembleia, por iniciativa do Conselho de Segurança, nomeia o secretário-geral (o secretariado é o órgão administrativo das Nações Unidas) que desempenha o papel de coordenador e pode ter um papel político importante. Em consequência de um compromisso americano-soviético, o norueguês Trygve Lie ascende ao posto. Outros organismos das Nações Unidas têm competências definidas, como o Conselho de Tutela para o Controle da Administração dos Territórios Coloniais, o Conselho Econômico e Social e a Corte Internacional de Justiça, cuja sede é em Haia.

Diversas instituições especializadas são ligadas à ONU, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

• Os secretários-gerais da ONU

2 de fevereiro de 1946 - 10 de novembro de 1952: Trygve LIE (norueguês)

31 de março de 1953 - 18 de setembro de 1961: Dag HAMMARSKJÖLD (sueco)

3 de novembro de 1961 - 31 de dezembro de 1971: Sithu U THANT (birmanês)

1º de janeiro de 1972 - 31 de dezembro de 1981: Kurt WALDHEIM (austríaco)

1º de janeiro de 1982 - 1º de janeiro de 1997: Boutros BOUTROS-GHALI (egípcio)

1º de janeiro de 1997-1º de janeiro de 2007: Kofi ANNAN (ganense)
Desde 1º de janeiro de 2007: Ban KI-MOON (sul-coreano)

Os Estados-membros das Nações Unidas (ver lista na página 326)

• Sua paralisia

Logo, no entanto, a ruptura do front dos vencedores paralisa o funcionamento da ONU. Em 19 de janeiro de 1946, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos apoiam a queixa dirigida ao Conselho de Segurança pelo governo iraniano contra a URSS, que permanece ocupando o Azerbaijão iraniano, contrariando todas as suas promessas.

À Comissão de Energia Atômica da ONU, criada em 14 de janeiro de 1946, os Estados Unidos apresentam o plano Baruch, que propõe atribuir a um organismo internacional a autoridade para o desenvolvimento atômico, a propriedade de minas de urânio e o estabelecimento de um controle eficaz, prévio à interrupção da produção de bombas. Os soviéticos rechaçam o projeto e preconizam a interdição do uso de energia atômica com fins militares e a destruição das bombas existentes. A atmosfera fica ainda mais carregada uma vez que os casos de espionagem fomentam uma forte desconfiança.

• A Conferência de Yalta (4 - 11 de fevereiro de 1945)

A Conferência de Yalta reúne Churchill, Roosevelt e Stálin, que então resolvem os problemas da ocupação da Alemanha e do governo da Polônia, antes mesmo do fim da guerra.

A Alemanha seria ocupada por exércitos das três grandes potências, que se atribuem uma zona de ocupação segundo o avanço provável das tropas aliadas em território alemão. Os soviéticos receberiam o Mecklemburgo, a Pomerânia, o Brandemburgo, a Saxônia-Anhalt, a Turíngia e os territórios situados mais a leste. Os britânicos ocupariam o nordeste da Alemanha, inclusive o vale do Ruhr. Os americanos ocupariam o sul. Berlim constituiria uma ilha à parte, um enclave na zona de ocupação soviética. Com a condição de que a zona de ocupação francesa seja retirada das zonas inglesa e americana, Stálin aceita que a França seja reconhecida como uma potência ocupante com plenos direitos e faça parte da comissão de controle interaliada com direitos iguais aos dos demais países.

A Polónia seria administrada por um governo de unidade nacional oriundo do comitê de Lublin, pró-soviético, ampliado para alguns membros do comitê de Londres, pró-ocidente. Cria-se também uma comissão de reparações para avaliar o montante a ser pago pelos alemães a suas vítimas. Adota-se ainda uma “declaração sobre a Europa libertada”, pela qual se prevê a organização, em todos os territórios europeus libertados, de eleições abertas a todos os partidos democráticos e controlados por representantes das três grandes potências.

A Europa em 1927



Fonte: L'histoire contemporaine depuis 1945, R. Aron, Larousse.

Em Yalta, a atmosfera ainda é boa, mas os sinais de uma ruptura se multiplicam nos meses que se seguem. Inicialmente, houve a dominação soviética sobre a Romênia por meio do estabelecimento de um governo comunista homogêneo (27 de fevereiro de 1945); em seguida, as segundas intenções dos chefes militares aliados quando da investida contra os redutos de resistência nazista. Uma vez atravessado o Reno, em 23 de março, é grande a tentação, para as tropas americanas, de arremeter em direção a Berlim para serem as primeiras a alcançá-la.

O comando americano, no entanto, deixa que os soviéticos se apoderem da capital do Reich e libertem a Tchecoslováquia. Ele aceita, não obstante, a capitulação de exércitos alemães ao oeste, como o da Itália, comandado pelo marechal Kesselring (abril de 1945) e, sobretudo, a rendição geral, em 7 de maio de 1945, assinada em Reims no posto de comando do general Eisenhower pelo marechal Keitel na presença de um general soviético. A despeito disso, Stálin insiste em que o marechal Keitel assine novamente a rendição incondicional da Alemanha em nome do novo chefe de Estado alemão, o almirante Donitz, em Berlim, em 9 de maio, no posto de comando do marechal Jukov.

A Polónia de 1939 a 1945



Fonte: Le Monde.

• A Conferência de Potsdam (17 de julho-2 de agosto de 1945)

Apenas seis meses após a Conferência de Yalta, uma conferência de cúpula reuniu em Potsdam os três países vencedores. Porém o mundo havia mudado muito nesse intervalo de tempo. Roosevelt morreu em 12 de abril, e, com ele, a ideia de manter uma grande aliança; seu sucessor, H. Truman, ficará mais desconfiado em relação à União Soviética. A rendição da Alemanha e o sucesso da experiência da primeira bomba atômica provocaram uma reviravolta na situação e Truman já não precisa tanto do apoio de Stálin na luta contra o Japão. Quanto a Churchill, presente na abertura da conferência, ele é substituído, após as eleições inglesas ganhas pelos trabalhistas, pelo novo primeiro - ministro Clement Attlee. Antes que tudo se torne definitivo por um tratado de paz, Stálin impõe um profundo remanejamento do mapa político da Europa Oriental. A URSS obtém a separação do território alemão da região da Prússia Oriental: a parte norte, ao redor da cidade de Königsberg (rebatizada de Kaliningrado), é anexada pela URSS enquanto a parte sudeste é devolvida à Polónia.

É o território da Polónia que sofre as maiores modificações. Como fronteira oriental, a URSS impõe a “linha Curzon” (que leva o nome de lorde Curzon, secretário do Foreign Office, que negociara, em 1919, as fronteiras orientais da “nova Polónia”), que mantém na órbita de Moscou todos os territórios ucranianos e bielorrussos. A oeste, a URSS consegue que a Polónia administre todos os territórios alemães situados a leste do rio Oder e do afluente Neisse ocidental, isto é, a Pomerânia e a Silésia. Os ocidentais, que haviam proposto um traçado mais “ocidental” da fronteira, aceitaram provisoriamente a

linha Oder-Neisse até a conclusão de um tratado de paz, mas os soviéticos fazem de tudo para perenizar essa situação. Desde 17 de agosto, eles assinam com a Polônia um acordo sobre a delimitação das fronteiras e, assim, ela passa de 388.000 km² a 310.000 km². Mais de dois milhões de alemães são expulsos dos territórios anexados. Dois milhões de poloneses são repatriados dos territórios cedidos à URSS.

Para elaborar esses tratados de paz, os três grandes decidiram a criação de um organismo chamado Conselho de Ministros das Relações Exteriores, composto de representantes das cinco grandes potências com direito a veto na ONU. Este conselho se reuniu muitas vezes: em abril de 1946, em Paris; em novembro-dezembro de 1946, em Nova York; em março-abril de 1947, em Moscou; e, por fim, em dezembro de 1947, em Londres, mas não chegou a nenhuma conclusão positiva.

• Os tratados de paz

A Conferência de Paris (julho-outubro de 1946) permite aos vencedores elaborar tratados com os cinco satélites da Alemanha (a Itália, a Romênia, a Bulgária, a Hungria e a Finlândia).

Com a Itália, duas questões espinhosas se apresentam: o que fazer com as colônias italianas (Líbia, Eritrêia e Somália)? A URSS reivindica uma tutela sobre a Tripolitânia. O Reino Unido propõe a concessão de independência. Finalmente, decidem adiar qualquer decisão. No que se refere a Trieste, disputada por iugoslavos (apoiados pelos soviéticos) e italianos (apoiados pelos anglo-saxões), a região torna-se objeto de um longo debate diplomático. O tratado de Paris cria o território livre de Trieste, sob a tutela da ONU, mas essa solução se revela inviável. Franceses, ingleses e americanos propõem, em março de 1948, o retorno do território livre de Trieste à Itália; soviéticos e iugoslavos recusam, e o statu quo é mantido.

A Romênia, que perde a Bessarábia e a Bucovina do Norte para a URSS e recupera a Transilvânia da Hungria, tem apenas uma estreita costa no mar Negro. A Bulgária é reconduzida às suas antigas fronteiras. As cláusulas são muito mais duras para com a Hungria, que retorna às fronteiras de 1920: perde a Transilvânia, devolvida à Romênia; a Rutênia subcarpática, anexada pela União Soviética, e o sul da Eslováquia, em benefício da Tchecoslováquia, que expulsa daí os habitantes húngaros. A Finlândia deve ceder 43.700 km² aos soviéticos, que a submetem a pesadas reparações. A conclusão dos tratados de paz com a Alemanha, com a Áustria e com o Japão, em contrapartida, parece mais difícil de ser atingida.

A Alemanha, em particular, é objeto de um debate permanente e contraditório. A tutela sobre o país, tal como é concebida em junho de 1945, é comum às quatro potências e implica a existência de uma autoridade suprema: o Conselho de Controle composto pelos quatro comandantes em chefe. Sua sede, Berlim, é dividida em quatro setores, mas uma autoridade interaliada de governo, a Kommandantur, subordinada ao Conselho de Controle, assegura a administração da cidade. A tutela comum supõe, sobretudo, o entendimento acerca de uma política. No entanto, se esse entendimento é alcançado quanto ao objetivo final - extirpar o nacional-socialismo e assegurar a vitória da democracia na Alemanha o desacordo permanece em relação a quase tudo o mais.

Essencialmente, em relação ao problema do território, que os aliados têm a intenção não apenas de ocupar, mas também de dividir em pedaços e de desmembrar. Em 9 de maio de 1945, Stálin abandona a ideia de desmembramento da Alemanha e obriga os anglo-americanos a imitá-lo. Estes desejavam reinserir a Alemanha no concerto das nações pela unificação econômica de suas zonas - a entrada em vigor da bizona data de 17 de dezembro de 1947 ao passo que os franceses, seguindo nesse ponto a política definida pelo general De Gaulle, recusam qualquer ideia de unificação enquanto não forem satisfeitas suas exigências e reclamam o controle de Sarre, bem como a internacionalização do vale do Ruhr. Decide-se extrair as reparações, cujo princípio fora admitido na Conferência de Yalta, do potencial industrial, por meio de desmontagem de fábricas. A França reclama uma aplicação estrita das reparações, em particular em carvão do vale do Ruhr. Os soviéticos, por sua vez, as obtêm em grandes proporções em sua zona de ocupação. Ao regime de tipo marxista (nacionalização, laicização do regime escolar e reforma agrária radical) que os soviéticos estabelecem em sua zona de ocupação, as três grandes potências ocidentais opõem a ressurreição de instituições políticas e econômicas liberais nas zonas que controlam. A impotência atinge então a organização quadripartida

tanto no que tange ao Conselho de Controle quanto à Kommandantur. Instituído para julgar os criminosos de guerra nazistas, o tribunal interaliado de Nuremberg (20 de novembro de 1945- 1º de outubro de 1946) pronuncia sua sentença (12 condenações à morte, sete à prisão), mas é o último ato solidário dos aliados no que concerne à questão alemã. A Alemanha tornou-se um objeto de disputa das relações internacionais do pós-guerra.

• Os primeiros atritos

Resumindo, entre os aliados não reina a confiança. A vontade de Stélin de criar um glacis em torno da União Soviética é evidente. A Polônia, onde a influência soviética e marxista elimina sistematicamente a influência ocidental, paga um preço por isso, e esse caso provoca os primeiros atritos graves entre Moscou, de um lado, e Washington e Londres, de outro. Em ambos os lados, o tempo é de endurecimento. Quando, em 5 de março de 1946, Winston Churchill, que já não é primeiro-ministro, evoca em seu discurso de Fulton (Missouri) “a cortina de ferro que, de Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, se abateu sobre o continente”, ele designa claramente o perigo que ameaça o mundo: a tirania soviética. Mesmo acrescentando que não acredita que a Rússia deseje a guerra, mas sim os frutos da guerra e uma expansão ilimitada de seu poder e de sua doutrina, ele clama por vigilância e pelo fortalecimento das nações ocidentais. Por sua vez, o embaixador americano em Moscou, George Kennan, enfatiza em um relatório que o primeiro imperativo da diplomacia americana em relação à União Soviética deve ser o “de conter com paciência, firmeza e vigilância suas tendências à expansão”.

É preciso fazer concessões aos soviéticos ou, ao contrário, impedi-los de avançar ainda mais? Esta última orientação termina por prevalecer. O espírito de Riga, capital da Letônia - a tendência dos diplomatas americanos como Charles Bohlen e George Kennan, que aprenderam o russo nos países bálticos e são partidários da linha dura -, substitui o espírito de Yalta, que era o de conciliação.

A passagem de um a outro é simbolizada pela demissão do secretário de Estado*, James Byrnes, favorável ao prosseguimento das negociações com os soviéticos. Seu sucessor, nomeado em 9 de janeiro de 1947, é o general Marshall, antigo comandante em chefe das tropas americanas na China. Assim, alguns meses após o fim da guerra, os vencedores estão desunidos; eles fracassaram na tarefa de construir um mundo novo. E a Europa não é o único terreno de confronto.

*Ministro das Relações Exteriores (N. do T.)

O retorno da paz no Oriente Médio e no Extremo Oriente

• O Oriente Médio

O retorno da paz no Oriente Médio é marcado pelo despertar do pan-arabismo, ilustrado pela criação, no Cairo, da Liga árabe (março de 1945), e pelo início da descolonização nos territórios sob mandatos francês e britânico, em um contexto de rivalidade avivada. O pós-guerra anuncia o fim das esperanças inglesas e francesas de perpetuar sua influência no Oriente Médio. Do lado francês, o general De Gaulle quer ao mesmo tempo conduzir à independência a Síria e o Líbano - territórios do antigo império otomano que foram confiados à França pela Sociedade das Nações em 1919 - e obter garantias para os interesses econômicos, culturais e estratégicos da França na região. Os incidentes que degeneram em maio de 1945 levam à intervenção dos britânicos, que intimam os franceses a cessar fogo, e a uma tensão entre os dois aliados, com a França suspeitando de que a Grã-Bretanha tenta se aproveitar de seu enfraquecimento para excluí-la do Oriente Médio. Por fim, as tropas francesas e britânicas são retiradas no verão de 1946.

O Egito, por sua vez, espera obter da Inglaterra a revisão do tratado de 1936, que lhe havia concedido uma independência total, exceto na área da política externa, a retirada das tropas britânicas do canal de Suez e a integração do Sudão anglo-egípcio ao Estado egípcio. As negociações entabuladas em 1946 chegam a um impasse. O mesmo ocorre entre a Inglaterra e o Iraque, cujo governo decide renunciar ao tratado assinado em janeiro de 1948 que concedia vantagens estratégicas à Grã-Bretanha. O único aliado realmente assegurado dos ingleses é o emir Abdulah da Transjordânia, que, no tratado de aliança válido por vinte e cinco anos assinado em março de 1946, aceita o estacionamento de tropas britânicas.

No Irã, ocupado durante a guerra por britânicos e soviéticos, a evacuação das tropas estrangeiras provoca várias dificuldades, tendo por pano de fundo as rivalidades petrolíferas. As tropas inglesas e americanas partem, mas os soviéticos mantêm as suas e suscitam movimentos autonomistas no Azerbaijão e no Curdistão. Num clima de forte tensão, o governo iraniano, apoiado por ingleses e americanos, consegue reduzir os movimentos centrífugos e livrar-se dos soviéticos.

A Turquia, que declarou in extremis guerra à Alemanha, é objeto de uma grande pressão dos soviéticos visando obter retificações de fronteiras na Anatólia, a revisão dos acordos de Montreux (1936) sobre a navegação no mar Negro e a defesa dos estreitos, e uma “orientação mais amistosa” de sua política. Às exigências de Stálin enunciadas em 7 de agosto de 1946, Truman logo replica com o envio de poderosos meios navais.

Na Grécia - colocada sob o controle militar inglês -, as rivalidades nascidas da guerra e da ocupação degeneram em uma verdadeira guerra civil na Macedônia, onde iugoslavos e búlgaros encorajam movimentos separatistas. Os britânicos precisam empregar a força para restaurar a monarquia, ao mesmo tempo que concedem a suspensão provisória do rei. A chegada do Exército Vermelho aos Estados vizinhos, a implantação de regimes comunistas ao norte das fronteiras gregas e o agravamento da guerra fria reiniciam uma guerra civil impiedosa. No Mediterrâneo e no Oriente Médio, onde sua influência é questionada e sua autoridade motivo de zombaria, os britânicos são obrigados a renunciar a sua preponderância. Esse é um dos aspectos da substituição da influência europeia no mundo.

• O Extremo Oriente

A derrota do Japão é selada com a rendição anunciada em 15 de agosto de 1945 pelo imperador Hirohito. A derrota japonesa transtorna toda a situação no sudeste asiático. O próprio Japão é submetido ao controle dos Estados Unidos. Na China, os comunistas dirigidos por Mao Tsé-tung reanimam a guerra civil contra o governo de Chiang Kai-shek.

No Japão, o general MacArthur - comandante supremo em nome das potências aliadas - opera reformas radicais que tendem a democratizá-lo, a destruir a preponderância dos grandes trustes familiares que lá existiam (os Zaibatsu), a extrair reparações, a assegurar a ocupação e a desmantelar seu poderio militar. O imperador Hirohito não foi arrastado como criminoso de guerra diante da Justiça aliada. Ele chega mesmo a ser colocado no cerne da nova constituição, como símbolo de uma nação democrática. A política ditatorial de MacArthur termina por afastar as outras potências do processo de paz com o Japão. Em conformidade com as decisões das conferências do Cairo (1943) e de Yalta, o Japão perde vários territórios: a Manchúria e a ilha de Formosa são recuperadas pela China; a Coreia, que se torna independente, mas dividida e disputada; a parte sul da ilha de Sacalina, a base Port Arthur e as ilhas Kurilas são cedidas à URSS; uma parte das ilhas Ryu Kyu, as ilhas Carolinas e as ilhas Marianas, que passam para o controle dos Estados Unidos.

A China não encontra a paz em razão da ação soviética na Manchúria e da retomada da guerra civil. Os acordos sino-soviéticos de agosto de 1945 terminam por ligar a China à URSS em uma aliança contra o Japão e por conceder aos soviéticos algumas facilidades quanto à ferrovia da Manchúria e às bases navais de Port Arthur e Dairen. Após a declaração de guerra ao Japão, as tropas soviéticas ocupam a Manchúria, que estava na mão dos japoneses, e lá se instalam, favorecendo assim a tomada do poder pelos comunistas chineses. Além disso, a guerra civil se estende a quase toda a China. Apesar da arbitragem do embaixador americano, o general Marshall, Chiang Kai-shek quer subjugar os partidários de Mao Tsé-tung. As incertezas da política americana vão conduzir os dirigentes do partido nacionalista Kuomintang, corruptos e impopulares, à derrota diante dos comunistas em 1939.

• A desunião dos aliados

Portanto, muitos são os problemas não resolvidos. Entre os aliados, e particularmente entre os EUA e a URSS, a desunião sucede à aliança. A tensão aumenta, e dois blocos, que se opõem um ao outro em todos os campos, vão nascer. Esse confronto de dois blocos, um liderado pelos Estados Unidos e o outro pela União Soviética, parece a todo instante suscetível de degenerar em um conflito aberto

e generalizado. Mas a terceira guerra mundial não irromperá. Será a “guerra fria”.

De quem é a culpa? Invocou-se a partilha do mundo em Yalta. De fato, em fevereiro de 1945, o mapa de guerra já dita em grande medida as opções do pós-guerra, os soviéticos tendo grandes triunfos para prevalecerem. Por outro lado, a declaração sobre a Europa libertada deve permitir uma evolução democrática que os acontecimentos vão desmentir. Assim, seria necessário culpar não tanto os acordos de Yalta, mas sim o seu não cumprimento.

Alguns historiadores atribuem à URSS a responsabilidade pela ruptura. Os soviéticos não mantiveram todos os compromissos assumidos em Yalta (em especial a declaração sobre a Europa libertada) e praticaram uma política expansionista contra a qual os americanos foram obrigados a reagir. Outros, ao contrário, jogam as responsabilidades sobre os americanos. Eles explicam o expansionismo soviético pela necessidade de conter a política hegemônica conduzida pelos Estados Unidos desde 1945.

A Guerra Fria (1947-1955)

Dois anos após o fim da guerra, a Europa está cindida em dois blocos políticos e ideológicos, com alguns Estados ao centro e ao norte que permanecem neutros. Na Europa do Leste, a URSS inicia, a partir de 1947, uma brutal sovietação. As democracias populares são enquadradas. Stálin encontra, todavia, os limites de seu império na Iugoslávia, na Finlândia e na Grécia. Os Estados da Europa Ocidental, que escolheram aliar-se aos Estados Unidos, reconstróem suas economias graças ao plano Marshall e se aventuram, às cegas, na via da cooperação europeia.

O nascimento de dois blocos

• A troca da guarda: os americanos

O ano de 1947 marca realmente uma ruptura. Os problemas se multiplicam na Ásia e na Europa. Na China, a guerra civil dá uma guinada em benefício de Mao Tsé-tung, em detrimento do nacionalista Chiang Kai-shek. A Indochina é vítima de uma guerra colonial desde o fim de 1946 e a sorte da Coreia ainda não está decidida. A situação da Europa e de seus arredores não é melhor. Distúrbios abalam a Turquia, ameaçada diretamente pela mira de Moscou sobre os estreitos do mar Negro e sobre os distritos fronteiriços de Kars e de Ardahan. Na Grécia, desde 1946, maquis comunistas se opõem ao governo legal realista de Atenas apoiado pelos britânicos, que lá mantêm 40 mil homens. No fim de 1946, a situação está crítica porque a guerrilha comunista, conduzida pelo general Markos, é facilmente ajudada pelos três Estados fronteiriços da Grécia ao norte: Bulgária, Iugoslávia e Albânia. E a Grã-Bretanha, que fornecia aos governos grego e turco ajuda militar e financeira, constata que já não consegue arcar com essa ajuda no Mediterrâneo oriental. Ela continua a ocupar o Egito, Chipre, o Iraque, a Transjordânia e a Palestina. Em 24 de fevereiro de 1947, o embaixador britânico em Washington informa ao Departamento de Estado que as tropas inglesas seriam em breve retiradas da Grécia. Na Palestina, que está ainda sob mandato britânico, a hostilidade reina entre judeus, que querem um lar nacional, e árabes palestinos, sustentados pelos Estados árabes vizinhos. A Grécia, a Turquia e o mundo árabe vão cair sob domínio comunista? E o que será da Europa Ocidental, cuja economia deve ser reconstruída?

Para a Grã-Bretanha, arruinada pela guerra e preocupada em tornar seus compromissos compatíveis com suas possibilidades financeiras, é a hora da troca da guarda. Desejando aliviar seus encargos, é levada a limitar suas perspectivas mundiais, a descolonizar e a aceitar o papel de brilhante reserva dos Estados Unidos, disfarçado sob o nome de “special relationship”. Para os Estados Unidos, obrigados por tradição a não se aventurar fora da América, na Europa em particular, e tentados por uma nova retirada após uma guerra da qual saem como a nação mais poderosa do mundo, a hora das responsabilidades internacionais chegou.

É nessas condições que, em 12 de março de 1947, o presidente Truman declara ao Congresso que os Estados Unidos estão prontos para substituir os britânicos na Grécia e na Turquia e lhe pede que vote créditos: “É chegado o momento de colocar os Estados Unidos em campo e à frente do mundo livre.” Truman deu assim o passo que levou seu país do isolacionismo tradicional para a direção do mundo ocidental. Os princípios da nova política externa

americana são simples: a manutenção da paz, a difusão da prosperidade e a extensão progressiva do modelo americano.

Da sessão do Conselho de ministros das Relações Exteriores que acontece em Moscou (março-abril) não resulta nenhum acordo sobre o futuro estatuto político da Alemanha. Ao desacordo logo se segue a desconfiança.

Em vários países da Europa Ocidental (França, Bélgica, Itália), apesar da participação de comunistas no governo, a agitação social se alastra em uma atmosfera de grave crise econômica.

O problema, com efeito, não é tão somente político e militar, é também econômico. No final da guerra, apenas os Estados Unidos mantiveram intacta sua capacidade econômica. Todos os outros países estão em condição de carência e sofrem uma dupla necessidade: devem assegurar a sobrevivência de seus habitantes e importar grandes quantidades de alimentos ou fertilizantes para melhorar a produção agrícola, e devem reconstruir suas indústrias, portanto adquirir máquinas. Os Estados Unidos são o único país em que eles podem conseguir tudo isso. Mas, para tanto, os europeus precisam de uma quantidade enorme de dólares, que eles não possuem: é o dólar gap. A fim de assegurar o pleno emprego em seu próprio país, os responsáveis americanos estão convencidos de que é de seu próprio interesse remediar esse problema. A situação fora resolvida durante a guerra pelo empréstimo arrendamento (empréstimo que deve ser reembolsado ou restituído ao fim da guerra), suspenso em agosto de 1945. Logo, era necessário encontrar outra coisa além dos expedientes da liquidação dos superávits americanos a preço baixo, empréstimos consentidos pelo Export-Import Bank, todas essas ajudas irregulares e incertas.

O próprio sistema monetário internacional instituído no fim da guerra é insuficiente. A conferência monetária, reunida em julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, escolhe o retorno ao Gold Exchange Standard, que faz do dólar o pivô do sistema monetário internacional, pois os Estados Unidos, detentores de 80% do ouro mundial, são os únicos capazes de assegurar a conversibilidade de sua moeda em metal. Cada Estado signatário pode utilizar o ouro ou as divisas conversíveis em ouro - isto é, de fato, o dólar - para garantir o valor de sua moeda e fazer os pagamentos externos. Cada Estado se compromete a manter uma taxa estável de sua moeda e a não modificá-la, exceto em caso de desequilíbrio. Esse retorno a um sistema no qual as paridades seriam fixas supostamente favoreceria as trocas internacionais, mas implica constrangimentos. Cada banco central deve sustentar sua moeda de forma que ela não se afaste de mais de 1% da paridade oficial.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), que funciona como uma caixa de assistência mútua, é criado com a finalidade de consolidar o sistema. Antes da guerra, um Estado cuja balança fosse deficitária via suas reservas em ouro desaparecerem. Ele era constrangido ao dilema deflação-desvalorização. Financiado pelo conjunto de seus membros, cada um subscreve uma quota proporcional a seu peso econômico (1/4 em ouro, 3/4 em moeda nacional), o FMI concede créditos sob a forma de direito de saque aos países que sofrem um déficit temporário em sua balança de pagamentos. Em um prazo de três a cinco anos, os países que pediram um empréstimo devem reembolsá-lo. Eles podem assim continuar a participar das trocas internacionais sem constrangimentos excessivos para seus nacionais. Quanto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), ele deve financiar os investimentos de médio e longo prazos. Os acordos de Bretton Woods, que fundaram uma nova ordem monetária, consagram a primazia do dólar mas não podem remediar a penúria em moeda forte (dollar gap). Assim, o problema é urgente: a Europa tem frio e fome.

• O Plano Marshall

Em 5 de junho de 1947, o general Marshall, secretário de Estado, propõe aos europeus, em um discurso em Harvard, uma ajuda coletiva por quatro anos, cabendo a eles se entenderem sob a forma de sua partilha. Esse plano deve assegurar o restabelecimento econômico da Europa, favorecer a unificação de seus esforços e aumentar, portanto, sua resistência ao comunismo; e, ao mesmo tempo, permitir à economia americana manter sua prosperidade. Em princípio, a proposta é endereçada também à Europa do Leste, inclusive à União Soviética. Mas, diante da recusa de Moscou, as democracias populares também declinam e apenas dezesseis países - da Europa Ocidental principalmente -, reunidos em Paris, em julho de 1947, aceitam a oferta americana.

A União Soviética vê, então, no plano Marshall uma manifestação do imperialismo americano para estabelecer seu domínio político e econômico sobre a Europa.

Além disso, como inicialmente os créditos tardam a chegar, a situação é crítica na França e na Itália. Nesses dois países, os partidos comunistas são fortes e participam dos governos provenientes da guerra. Na França, os ministros comunistas são excluídos do governo de Ramadier em 4 de maio de 1947. O mesmo ocorre na Itália, em 31 de maio de 1947. A agitação se desenvolve com grandes greves no outono. O caráter insurrecional dessas greves abala a central sindical CGT, com a separação dos membros reformistas. Por toda parte, na Europa, os comunistas partem em campanha contra o Plano Marshall. A fim de remediar os problemas de abastecimento, principalmente de carvão, os Estados Unidos concedem uma "ajuda provisória".

Em abril de 1948, o Congresso dos Estados Unidos vota o European Recovery Program, lei que deve permitir a ajuda americana, garantida em 10% sob forma de empréstimos e em 90% por donativos em mercadoria, portanto produtos americanos, entregues diretamente aos governos, que os vendem aos industriais. Por exemplo, o montante dessas mercadorias, em francos e pago ao governo francês, se chama "contravalor". Graças a esse contravalor, o governo francês pode fazer empréstimos públicos à indústria e à agricultura. É um sistema bastante eficaz e bastante coerente que permite o restabelecimento econômico dos países europeus.

A cooperação dos países europeus. Ao criarem, em 16 de abril de 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (Oece), encarregada de repartir a ajuda americana, os europeus entraram no caminho da cooperação. De 1948 a 1952, a ajuda concedida no âmbito do Plano Marshall à Europa aumentou para quase 13 bilhões de dólares, dos quais 3,2 ficaram com o Reino Unido e 2,7 com a França.

Repartição da ajuda entre os principais países europeus (em milhões de dólares e em porcentagem)

	Total	%	Doações	%
Todos os países	12.992,5	100	9.290	100
França	2.629	20,3	2.212,2	23,8
Itália	1.434,6	11,0	1.174,4	12,6
Países Baixos	1.078,7	8,3	796,4	8,6
RFA	1.317,3	10,1	1.078,7	11,6
Reino Unido	3.165,8	24,4	1.956,9	21

Outro grande mérito da Oece consiste em liberar as trocas intraeuropeias, que se caracterizavam por suas restrições (proibições, contingenciamentos) e por sua organização arcaica. A partir de 1950 (criação da União Europeia de Pagamentos), a política de liberalização da Oece decola. O acordo geral sobre tarifas e comércio, assinado em 1º de janeiro de 1948, designado por sua sigla em inglês Gatt (General Agreement on Tariffs and Trade), é um tratado multilateral realizado entre mais de 80 Estados que garantem mais de 4/5 do comércio mundial. Ele visa liberalizar o comércio e estabelecê-lo sobre bases estáveis, por meio do abandono de qualquer discriminação e da prática de contingenciamentos. A partilha da ajuda concedida pelos Estados Unidos no âmbito do Plano Marshall, assim como as diferentes instituições criadas no pós-guerra, é o ponto de partida de uma solidariedade econômica entre países ocidentais, no contexto de uma guerra fria que cinde a Europa em duas.

A Europa dividida em dois blocos antagônicos

Desde 1947, a ruptura está consumada e a Europa se cinde em dois blocos antagônicos: de um lado, a Europa Ocidental, ligada aos americanos; de outro, a Europa Oriental, submetida à influência soviética.

A política externa da URSS se baseia em uma obsessão por segurança decorrente de sua vulnerabilidade a um eventual ataque atômico americano e em sua convicção de uma hostilidade fundamental do mundo capitalista. A URSS tem o comportamento de uma cidadela sediada e a vontade de estender sua zona de influência sobre toda a Europa Oriental, o que faz na Alemanha Oriental, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia. Esses Estados assinam com a União Soviética, e entre eles, tratados dirigidos contra a Alemanha e que preveem mecanismos de assistência mútua. Essas alianças políticas são reforçadas por

medidas militares como a nomeação do marechal soviético Rokossovski na qualidade de ministro da Defesa Nacional da Polônia (7 de novembro de 1949) e, principalmente, pelo estabelecimento de regimes comunistas, as “democracias populares”.

A liquidação dos partidos não marxistas se acelera na Romênia, na Bulgária, na Polônia e na Hungria. E em Szklarska-Poreba (Polônia), em setembro de 1947, os representantes dos partidos comunistas de nove países europeus (URSS, Polônia, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Itália e França) criam um escritório de informação para servir de órgão de ligação entre os partidos comunistas, o Kominform. Esse organismo aparece, aos olhos dos ocidentais, como uma reconstituição do Komintern (dissolvido durante o verão de 1943) e, conseqüentemente, uma vontade de endurecimento da URSS. Ele é, de fato, um instrumento da política soviética. Trata-se de cerrar fileiras em torno da URSS. Em seu relatório, o representante soviético, Jdanov, explica que o mundo está dividido em dois campos, um imperialista e capitalista dirigido pelos Estados Unidos e outro anti-imperialista e anticapitalista liderado pela URSS. E ele convida as democracias populares a imitar o modelo soviético.

Todavia, a Iugoslávia, o mais fiel dos aliados, recusa o alinhamento com a União Soviética. O marechal Tito, que se impusera como líder da resistência e como o mais ardente discípulo de Stálin, não aceita se submeter a suas ordens. A crise eclode na primavera de 1948: o Kominform condena publicamente Tito e o titismo como um desviacionismo. As democracias populares rompem suas relações diplomáticas e denunciam seus tratados de assistência com a Iugoslávia. Isolada no campo oriental, a Iugoslávia se aproxima do Ocidente, sem abandonar, no entanto, seu engajamento marxista. Mas a dificuldade de enquadrar a Iugoslávia constitui um fracasso da política soviética e o primeiro cisma no bloco comunista.

Se a determinação americana faz com que a ameaça soviética na Turquia perca força, uma guerra civil bastante cruel assola a Grécia até outubro de 1949, quando as tropas governamentais comandadas pelo general Papagos, auxiliadas por uma missão militar americana, forçam os guerrilheiros comunistas a se refugiarem na Bulgária e na Albânia.

A Finlândia consegue evitar subordinar-se à União Soviética; ela se aferra a sua neutralidade, não é governada pelo partido comunista e se mantém firme, apesar das contínuas provas de força pelas quais passa.

A Tchecoslováquia é um caso particular. Primeiro, por ser o único Estado da Europa Central a ter experimentado a democracia durante o período entreguerras. Desde as eleições livres de 1946, vencidas pelo partido comunista, a Tchecoslováquia é dirigida por um governo de coalizão, que buscava manter o equilíbrio entre os dois campos. Esse governo se divide a respeito da oferta do Plano Marshall. Os socialistas lhe são favoráveis; os comunistas lhe são hostis e, com a ajuda de milícias operárias, fazem pressão para que o governo renuncie à ajuda americana e escolha um campo. A prova de força, desejada pelo partido comunista tchecoslovaco, leva, em 25 de fevereiro de 1948, ao controle do poder pelos comunistas. Após cinco dias de crise, o presidente Benes aceita o novo governo dirigido pelo comunista Gottwald. Todos os ministros são agora comunistas, exceto o ministro das Relações Exteriores, Jan Masaryk, que se suicida em 10 de março. Os comitês de ação fazem a depuração das administrações. A fronteira ocidental é fechada. O “golpe de Praga” foi bem sucedido. É um momento importante da guerra fria.

O pacto de Bruxelas. O golpe de Praga impressionou profundamente os europeus ocidentais, que veem de repente a guerra em sua porta. Eles tomam consciência de que, se permanecerem desunidos, ficarão impotentes. Ao fim da guerra, nenhum tratado liga a França à Grã-Bretanha, separadas por interesses contraditórios principalmente no Oriente Médio e na Alemanha. Após muitas tergiversações, apenas em 4 de março de 1947, G. Bidault e E. Bevin assinam um tratado de aliança e assistência mútua, em Dunquerque, cidade simbolicamente escolhida em memória da batalha de maio-junho de 1940. Essas disposições são sobretudo inspiradas pelo temor de uma ressurreição do perigo alemão. Porém a crescente tensão internacional leva franceses e ingleses a acertarem com os belgas, os holandeses e os luxemburgueses um tratado de aliança, chamado de União Ocidental. O pacto de Bruxelas, assinado em 17 de março de 1948, é a primeira das alianças a ser dirigida não somente contra a Alemanha, mas contra qualquer agressor. Ele contém um compromisso de assistência automática contra qualquer agressão e organiza uma rede de relações em múltiplas áreas. Sobretudo

instâncias militares da aliança são estabelecidas desde o período de paz, simbolizadas pela instalação de um estado-maior interaliado em Fontainebleau.

Assim, em março de 1948, o medo da guerra reaparece na Europa e leva os europeus, impotentes, a se voltarem aos americanos para protegê-los do perigo soviético.

De fato, essa ameaça é concretizada pelo bloqueio de Berlim, o “pequeno bloqueio” que começa em março e termina em junho, seguido do “grande bloqueio”, que dura um ano, de 23 de junho de 1948 a 12 de maio de 1949. Assim, a questão alemã está no cerne da guerra fria de 1948 a 1953.

A questão alemã no cerne da guerra fria

Quando ingleses e americanos unificam suas zonas em 17 de dezembro de 1947, os soviéticos protestam e reclamam sua parcela nas reparações. A França obtém dos anglo-saxões a aprovação para o desligamento político do Sarre em relação à Alemanha e sua vinculação econômica à França.

Durante o encontro dos ministros das Relações Exteriores da França (Bidault), da Grã-Bretanha (Bevin), dos Estados Unidos (general Marshall) e da URSS (Molotov), o impasse é total, tanto sobre a desnazificação quanto sobre as fronteiras orientais da Alemanha e as reparações.

A Alemanha de 1938 a 1945



Fonte: Allemagne (Histoire), M. Eude, Encyclopaedia Universalis éditeur

No que concerne ao futuro governo da Alemanha, as visões dos antigos aliados são ainda mais divergentes. A França deseja uma Alemanha muito pouco centralizada, com uma estrutura federal reagrupando uma dúzia de Lander. A União Soviética, ao contrário, reclama um Estado fortemente centralizado e um controle internacional do vale do Ruhr, onde ela terá sua parte. Os ingleses e os americanos se pronunciam por um governo federal forte que controle as Relações Exteriores, a Economia e as Finanças.

O acordo sobre o tratado de paz com a Áustria é igualmente impossível, pois os soviéticos reclamam o controle de uma grande parte da economia, o que os ocidentais recusam.

Na conferência de Londres (25 de novembro-18 de dezembro de 1947), nenhum progresso é realizado. Molotov imputa as dificuldades à “má-fé” dos ocidentais e recusa categoricamente todas as suas propostas. Ele reclama a organização imediata de um governo central alemão. Decididamente, o problema alemão se tornou o pomo da discórdia dos antigos aliados, e a questão do estatuto de Berlim o ponto que causa mais atrito.

• O problema do estatuto de Berlim e o bloqueio

Na verdade, os soviéticos não admitiram como situação normal e definitiva o estatuto de Berlim, com quatro zonas de ocupação. Eles consideravam que Berlim devia fazer parte da Alemanha Oriental. Assim, em março de 1948, o marechal Sokolovski decide interromper os debates do Conselho de Controle interaliado e, poucos dias depois, os soviéticos anunciam que confiam aos alemães orientais o controle do acesso a Berlim Ocidental. Diante da recusa dos ocidentais, todas as vias terrestres de acesso são bloqueadas: é o pequeno bloqueio de Berlim. Mas uma crise mais grave se anuncia.

Berlim a partir de 1945

- 1945 - 2 de maio: Rendição de Berlim, conquistada pelo Exército Vermelho.
- 5 de junho: Declaração dos quatro (Estados Unidos, URSS, Grã - Bretanha, França) em Berlim. Eles assumem a administração da cidade dotada de um estatuto especial e dividida em quatro setores.
- 22 de novembro: Delimitação dos corredores aéreos entre Berlim e as zonas ocidentais.
- 1948 - 23 de junho: Os soviéticos começam o bloqueio de Berlim; toda circulação rodoviária e ferroviária para Berlim Ocidental é interrompida.
- 26 de junho: Início da ponte aérea.
- 1949 - 12 de maio: Fim do bloqueio de Berlim.
- 1953 - 17 de junho: Sublevação na Berlim Oriental e em muitas cidades da RDA.
- 1957 - 6 de outubro: W. Brandt é eleito prefeito de Berlim Oriental.
- 1958 - 9-27 de novembro: N. Kruchov deseja acabar com o estatuto de Berlim, que seria transformada em cidade livre.
- 1959 - 11 de maio-20 de junho: Fracasso da conferência de ministros das Relações Exteriores em Genebra.
- 1960 - 16 de maio: Conferência de cúpula em Paris é abortada.
- 5 de agosto: Os três grandes ocidentais reafirmam sua vontade de manter por todos os meios a liberdade de acesso a Berlim.
- 1961 - 13 de agosto: Construção do muro de Berlim.
- 1962 - fevereiro: Incidentes nos corredores aéreos de Berlim.
- 1963 - 26 de junho: Visita do presidente Kennedy ao muro: "Ich bin ein Berliner" [eu sou berlinense].
- 1969 - 16 de dezembro: Os três grandes sugerem ao Kremlin abrir uma discussão para melhorar a situação em Berlim e para garantir em particular seu livre acesso. Os soviéticos aceitam.
- 1970 - 26 de março: Primeiro encontro, em Berlim, dos três embaixadores ocidentais e do embaixador da URSS desde 1959.
- 1971 - 3 de setembro: Acordo quadripartido sobre Berlim.
- 1972 - 3 de junho: Entrada em vigor do novo estatuto interaliado de Berlim.
- 1987 - 30 de abril: E. Honecker se recusa a assistir em Berlim Ocidental às cerimônias do 750º aniversário da cidade.
- 12 de junho: Visita de Ronald Reagan a Berlim Ocidental. "Derrube este muro, senhor Gorbachov!"
- 1989 - 9 de novembro: As autoridades da RDA decidem pela abertura das fronteiras e do muro. Noite de alegria em Berlim: milhares de berlinenses orientais cruzam o muro.
- 21 de dezembro: O chanceler H. Kohl (RFA) e o primeiro-ministro H. Modrow (RDA) se encontram no Portão de Brandemburgo, reaberto.
- 1990 - 31 de agosto: O tratado de unificação entre a RFA e a RDA é rubricado em Berlim Oriental.
- 1991 - 20 de junho: Os deputados alemães votam a favor da transferência da sede do governo e do Bundestag de Bonn para Berlim.
- 1999 - verão: Instalação do governo alemão em Berlim.

Depois da conferência de Londres, em junho de 1948, franceses, ingleses e americanos entram em acordo para unificar suas três zonas de ocupação e organizar eleições para uma assembleia constituinte nessas regiões. Os franceses, bastantes reticentes quanto à unificação das zonas, apenas aceitam assinar em troca do

estabelecimento de uma autoridade internacional no vale do Ruhr, que exerceria um controle não apenas sobre o Ruhr, mas sobre toda a economia alemã. De qualquer modo, o caminho está aberto para a constituição de um Estado da Alemanha Ocidental. Para mostrar sua vontade de unificação, as três potências ocidentais decidem criar uma moeda comum, Deutsche Mark (DM). Essa reforma monetária desagradada aos soviéticos que, como medida de represália, organizam um bloqueio terrestre total de Berlim. É o confronto.

A reação dos Estados Unidos é imediata. Eles decidem não aceitar a situação de fato criada pelos soviéticos e abastecem Berlim Ocidental por uma ponte aérea. Mantida em 95% pelos americanos, essa operação vai garantir por um ano o abastecimento da cidade e obrigar os soviéticos a cederem. Em junho de 1949, eles levantam o bloqueio a Berlim e aceitam reabrir as rodovias e ferrovias que permitiam abastecer Berlim Ocidental, com controle soviético. O Conselho de ministros das Relações Exteriores, reunido em Paris em maio-junho de 1949, sanciona esse equilíbrio precário. Berlim tornou-se um símbolo do combate pela liberdade.

• A constituição de dois Estados

Em conformidade com os acordos de Londres, reuniu-se ao longo do verão de 1948 a comissão encarregada de elaborar a constituição da Alemanha Ocidental. Composta de representantes eleitos dos onze Lander, ela submete, na primavera de 1949, um projeto de constituição rejeitado pelos comandantes em chefe. Um novo projeto é aceito em maio de 1949. Nesse meio-tempo, os ocidentais negociaram entre eles e assinaram, em abril de 1949, os acordos de Washington. O objeto é outorgar à Alemanha toda autonomia compatível com a ocupação aliada. Uma distinção é feita, portanto, entre os amplos poderes que permanecem nas mãos das autoridades de ocupação (desarmamento, desmilitarização, controle do vale do Ruhr, reparação, descartelização) e as responsabilidades que serão transferidas ao futuro governo da Alemanha Ocidental. A Defesa e as Relações Exteriores permanecem da competência exclusiva dos aliados. A Alemanha só pode assinar tratados com a concordância dos aliados e deve permanecer totalmente desarmada. O governo militar da Alemanha é substituído por uma Alta Comissão Aliada, composta por John MacCloy (Estados Unidos), André François-Poncet (França) e pelo general Robertson (Reino Unido).

Na sequência dos acordos de Washington, a Constituição alemã de natureza federal, "a Lei Fundamental", é aceita pelos aliados e eleições gerais são organizadas em agosto de 1949. Esse texto é uma composição entre as teses federalistas e as teses centralistas. A República Federal Alemã é uma federação de onze Lander, cada Land tendo sua própria constituição. O Bundestag designa o presidente da República, sem grande poder, e um chanceler, verdadeiro chefe do Poder Executivo. O líder do Partido Democrata Cristão (CDU), antigo prefeito de Colônia, Konrad Adenauer, sai vitorioso das eleições. Assim nasce a Alemanha Ocidental.

Berlim dividida em quatro setores de ocupação (1945)





Em 7 de outubro de 1949, a URSS replica fazendo de sua própria zona uma República Democrática Alemã (RDA; em alemão, DDR), dotada de uma constituição centralizadora.

A partir desse momento, a divisão da Alemanha é institucionalizada e a questão alemã se complica com o problema da reunificação das duas Alemanhas. Alternadamente, o chanceler Adenauer (RFA) e o presidente Grotewohl (RDA) lançam iniciativas espetaculares para organizar eleições livres em toda a Alemanha. Nenhum progresso foi realizado, ainda mais porque a RDA reconhece a linha Oder-Deisse como sua fronteira oriental enquanto a Alemanha Ocidental a rejeita vigorosamente. Dois Estados alemães se desenvolvem paralelamente, cada um emprestando os métodos e os objetivos do campo em que se encontra, o capitalismo ao Oeste e o comunismo ao Leste. Após algumas decisões que aceleram a coletivização das terras e estabelecem as normas de produção da indústria, uma greve geral e uma revolta popular irrompem em 17 de junho de 1953, em Berlim Oriental. Os manifestantes reclamam ao secretário-geral do Partido Socialista Unificado (SED) eleições livres. O estado de sítio é proclamado. A repressão é terrível.

A Alemanha deixa de ser apenas um objeto de disputa. Ela se torna igualmente um ator. Se o governo da Alemanha Oriental limita suas ambições a ser um satélite da União Soviética, o governo da Alemanha Ocidental manifesta de imediato mais autonomia e assina, em novembro de 1949, os acordos de Petersberg com as potências ocidentais. Esses acordos praticamente acabam com as reparações na Alemanha Ocidental. A admissão do novo Estado no Conselho da Europa é dificultada pelo desejo francês de fazer com que Sarre também seja admitido, enquanto Adenauer não pretende reconhecer a existência de um Sarre autônomo. Adenauer termina por aceitar, com a condição de o estatuto do Sarre permanecer provisório. Em 2 de maio de 1951, a República Federal Alemã (RFA) é admitida como membro com plenos direitos no Conselho da Europa. Neste ínterim, foi autorizada pelos acordos de Londres (1950) e de Nova York (setembro de 1950) a restabelecer um Ministério das Relações Exteriores e a retomar relações diplomáticas com todos os países.

Sarre é o principal objeto da discórdia franco-alemã. O governo francês e o governo de Sarre, em 1949 e 1950, acertam o estatuto de autonomia política de Sarre e sua união econômica com a França ao negociarem uma série de pactos. Mesmo não questionando o caráter provisório de seu estatuto, esses pactos concedem mais autonomia ao governo de Sarre em relação à autoridade do alto-comissário. Porém os acordos também reforçam a situação de fato e o vínculo de Sarre ao espaço econômico francês, indo de encontro às intenções do governo de Bonn, cujos protestos tomam a forma de um Livro branco, publicado em março de 1950, e que aproveita todas as ocasiões para colocar a questão de Sarre, como, em 1952, a nomeação do alto-comissário como embaixador. A tensão crescente entre França e Alemanha a propósito de Sarre e a continuidade da guerra fria explicam a multiplicação das iniciativas tomadas para favorecer a composição europeia.

A expansão comunista no Extremo Oriente

As duas Chinas: no verão de 1947, a guerra civil na China sofre uma reviravolta. Depois de terem avançado em Henan, os nacionalistas entram em colapso por toda parte, a despeito da ajuda americana. Uma vez conquistada toda a China do Norte, em outubro de 1948, os comunistas entram em Pequim, em 22 de janeiro de 1949, e em Xangai, em 25 de maio. Chiang Kai-shek se refugia na ilha de Formosa e abandona a China continental a Mao Tsé-tung, que proclama a República Popular da China (RPC) em 1º de outubro de 1949. É o nascimento de outro nó da guerra fria em razão da

oposição ideológica entre as duas Chinas e do problema das pequenas ilhas costeiras, Que - moy e Mazu, que ficaram nas mãos dos nacionalistas no Sul, e, mais ao norte, as ilhas Taschen. O quebra-cabeça diplomático das duas Chinas vai envenenar as relações internacionais durante um quarto de século. É preciso reconhecer a China comunista? As potências ocidentais hesitam em "largar" Chiang Kai-shek em benefício de Mao Tsé-tung. Sozinha, a Grã-Bretanha, implantada em Hong Kong, reconhece o regime comunista em janeiro de 1950. Na ONU, a China Nacionalista continua a ocupar a cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança. Logo seguida por todas as democracias populares, a URSS reconhece a República Popular e lhe propicia a segurança necessária.

A aliança sino-soviética traduz sobretudo sua oposição comum à política dos Estados Unidos e de seus aliados. Em fevereiro de 1950, Mao conclui com Stálin um "tratado de assistência e amizade mútua". A União Soviética se compromete a evacuar a Manchúria e Port Arthur e a ajudar a China nos planos econômico, técnico e financeiro. Consequentemente, a situação se modificou profundamente no Extremo Oriente, onde a RPC desempenhará doravante um papel ativo na Indochina e na Coreia.

A Indochina, disputa ideológica. Desde dezembro de 1946, os franceses conduzem um combate ambíguo na Indochina. Afirmando querer proteger a independência e a integridade dos Estados da Indochina contra a agressão vietminh, mas nenhum governo quer tomar a iniciativa de negociações que levariam à retirada francesa. O combate colonial é um fardo cada vez mais pesado para o orçamento da França, que recebe ajuda cada vez maior dos Estados Unidos. A partir de junho de 1950, a guerra da Indochina dá uma guinada decisiva. A guerra colonial se torna uma guerra ideológica entre o campo comunista, com a China como líder, e o campo ocidental, representado pelos franceses apoiados pelos americanos.

Também na Coreia, as tensões nascidas da guerra degeneraram em um conflito ideológico. A Coreia era uma colônia japonesa desde 1910. No fim da Segunda Guerra Mundial, quando a URSS atacou o Japão, em 8 de agosto de 1945, havia sido acordado que os soviéticos receberiam a rendição japonesa ao norte do paralelo 38, e os americanos ao sul. Permanece a questão da Coreia. A conferência de Moscou (dezembro de 1945) se pronuncia pela fórmula da tutela das grandes potências, que deveria favorecer a reunificação do país. Mas o desentendimento, que não impede americanos e soviéticos de evacuarem o país, leva rapidamente a um impasse político, a uma tensão entre o norte e o sul e a uma instabilidade ao longo da fronteira do paralelo 38. Em 25 de junho de 1950, os norte-coreanos lançam uma vasta ofensiva contra o Sul. Se as origens do conflito são ainda obscuras, suas consequências são claras. O desencadeamento da guerra vai levar à intervenção dos americanos, que haviam excluído, em um primeiro momento, a Coreia de seu perímetro estratégico no Extremo Oriente. De fato, eles decidem então defender as Filipinas (acordo de garantia de 30 de Agosto de 1951); fornecem assistência econômica e militar para Formosa e para a França na Indochina e decidem, principalmente, fazer do Japão seu aliado.

O Japão. Logo após o fim da guerra, o general MacArthur, comandante supremo em nome das potências aliadas, empreendera profundas reformas visando democratizar o Japão no plano político e econômico. A Guerra da Coreia será um teste para a lealdade japonesa, pois as forças de ocupação americanas estão reduzidas ao mínimo. Em setembro de 1951, na Conferência de San Francisco, os Estados Unidos assinam um tratado de paz com o Japão, que declara renunciar a diversos territórios: Coreia, Formosa, Pescadores, Kurilas, a parte sul de Sacalina. Assim, o Japão, Estado vencido e ocupado, vê-se promovido à classe de "sentinela do mundo livre" ao longo da costa da China e da URSS. O tratado de segurança de San Francisco (8 de setembro de 1951) concede aos americanos numerosas bases militares em território japonês. Uma outra linha defensiva é constituída no Pacífico por um pacto de segurança coletiva assinado em 1º de setembro de 1951, em San Francisco, entre Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos (Anzus).

A intervenção americana na Coreia se realiza sob os auspícios das Nações Unidas, pois o Conselho de Segurança denuncia a agressão norte-coreana e, na ausência da URSS, decide intervir na Coreia. A ausência de veto soviético se explica pelo fato de que, desde 1º de janeiro de 1950, os soviéticos haviam declarado que não sentariam na cadeira do Conselho enquanto a China comunista não substituísse a China Nacionalista na ONU. O exército das Nações Unidas, composto principalmente de divisões

americanas, secundadas, entre outras, por tropas britânicas e um batalhão francês, é dirigido pelo general americano MacArthur, o vencedor da guerra do Pacífico e comandante supremo no Japão. Em um primeiro momento (junho-agosto de 1950), ele consolida a cabeça de ponte de Pusan. Sua contraofensiva do outono de 1950 leva as tropas das Nações Unidas a atravessarem o paralelo 38 e as conduzem às proximidades da fronteira chinesa (setembro-novembro de 1950). É nesse momento que a China se engaja na guerra. A intervenção de centenas de milhares de “voluntários chineses” força MacArthur a bater em retirada (novembro-janeiro de 1951) antes de conseguir, por uma contraofensiva, se reposicionar no paralelo 38. Em abril de 1951, MacArthur pede o direito de bombardear as bases de voluntários chineses, na Manchúria, mesmo com o risco de uma guerra aberta com a China. Truman, então, o substitui pelo general Ridgway, que se contenta em manter as posições obtidas. Após dois anos de negociações, um acordo sobre a repatriação de prisioneiros, assinado em abril de 1953, encontra dificuldades para ser aplicado. A convenção de armistício assinada em Panmunjon, em 27 de julho de 1953, consagra uma *paix blanche**. A fronteira entre o Norte e o Sul é bastante próxima daquela de 1950, ao longo do paralelo 38. No Extremo Oriente, também, o mundo está dividido em dois, entre a Coreia do Norte, pró-comunista, presidida pelo marechal Kim Il-Sung, e a Coreia do Sul, pró-ocidental, dirigida por Syngman Rhee.

***Paz branca: sem vencedor nem vencido. (N. do T.)**

Os dois campos face a face

• O campo atlântico

A convicção de que a União Soviética representa um desafio mortal para o mundo livre impulsiona este último a se unir e a se rearmar. O pacto de Bruxelas, realizado entre a França, o Reino Unido e o Benelux, era dirigido contra um agressor, quem quer que fosse. Mas seus participantes, que tinham em mente a ameaça soviética, constataram rapidamente a impotência da União Ocidental diante das divisões do Exército Vermelho. Concomitantemente, eles também pedem aos Estados Unidos que adiram ao pacto de Bruxelas e lhes tragam ajuda militar. Já em 4 de março de 1948, G. Bidault, ministro francês das Relações Exteriores, escreve ao general Marshall, secretário do Departamento de Estado, para convidá-lo a aprofundar a colaboração no terreno político e militar entre o Velho e o Novo Mundo.

A partir da doutrina Truman, os americanos, preocupados em barrar o desenvolvimento do comunismo, aumentam seus gastos militares - que atingem 13% do PIB em 1952 -, mantêm suas forças em estado de alerta e criam uma central de informações, a Central Intelligence Agency (CIA). Eles não se recusam a entabular negociações com os europeus. No entanto, nos Estados Unidos, de acordo com a constituição, todo tratado deve ser aprovado pelo Senado com maioria de dois terços antes de ser ratificado. O governo americano estimou que fosse mais prudente, portanto, fazer passar no Senado uma resolução prévia que autorizasse o Poder Executivo a fazer alianças em tempos de paz. É a resolução Vandenberg (nome do senador republicano presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado), votada em 11 de junho de 1948. Trata-se de uma verdadeira revolução na política externa dos Estados Unidos, que apenas pactuavam alianças em tempos de guerra. Os pactos vão tornar-se um instrumento privilegiado de segurança nacional em tempos de paz. Doravante, o caminho está aberto para a Aliança Atlântica, negociada entre o fim do ano 1948 e o começo de 1949.

O Pacto Atlântico, firmado por vinte anos, é assinado solenemente em Washington, em 4 de abril de 1949, pelos representantes de doze nações (Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Benelux, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia e Portugal). A União Ocidental perde praticamente toda sua substância; muitos de seus órgãos são, aliás, absorvidos pela Otan. O “standing group” (grupo permanente composto por representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França), com sede em Washington, é encarregado de manter a direção estratégica da Aliança.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, em francês e em português; Nato, em inglês) é, nesse momento, uma aliança bastante flexível que estipula que um ataque armado a um de seus signatários na Europa, na América do Norte, na Argélia ou contra uma das ilhas do Atlântico equivaleria a um ataque contra o território de todos, resultando em assistência mútua. Essa assistência militar não é automática, e cada país conserva suas forças armadas e

seu comando. Não há instituições previstas em período de paz, exceto um Conselho Atlântico, cujas prerrogativas são um tanto vagas. No entanto, para todos os observadores, a Otan coloca a Europa Ocidental sob a proteção americana. Por isso o Pacto Atlântico é violentamente combatido. A União Soviética considera-o um pacto agressivo dirigido contra ela. Nos países europeus, os comunistas veem nele a submissão da Europa Ocidental aos Estados Unidos. Os neutralistas lamentam o alinhamento aos Estados Unidos.

Pouco depois, essas campanhas são substituídas pelo Apelo de Estocolmo (19 de março de 1950), que é o ápice de um vasto movimento pacifista animado por militantes comunistas do mundo inteiro. Destinado a enfraquecer a resposta do campo ocidental contra a expansão comunista, o Conselho Mundial da Paz recomenda a proibição total da arma atômica.

A despeito dessas campanhas, o tratado é rapidamente ratificado pelas doze nações, seguidas por Grécia e Turquia em 1952. Ele entra em vigor em agosto de 1949 e é acompanhado por um programa militar que vai tomar uma parcela crescente da ajuda americana à Europa. Mas ainda é apenas uma aliança, sem automaticidade nem organização integrada. Os acontecimentos do Extremo Oriente, em particular a Guerra da Coreia, vão modificar profundamente o sistema do Pacto Atlântico pelo viés da integração militar.

O “new-look”. A guerra fria é acima de tudo um enfrentamento ideológico, e a luta contra o comunismo passa pela propaganda e mobilização ideológica. Nos Estados Unidos, o senador do Wisconsin, MacCarthy, lança uma violenta campanha anticomunista (9 de fevereiro de 1950) que se transforma em verdadeira “caça às bruxas”, acusando todos aqueles que são suspeitos de atividades antiamericanas. Em novembro de 1952, os republicanos vencem as eleições presidenciais. O general Eisenhower é eleito. Ele criticou, em sua campanha eleitoral, a política da administração democrata que consistiu em conter o comunismo (containment) e preconizou uma política mais rigorosa que o force a recuar (roll back). Na verdade, a nova administração republicana renuncia rapidamente a essa política, pois com ela corria-se o risco de desencadear uma guerra generalizada. A nova cara da política americana, o new-look, se resume a um aspecto diplomático, a pacto- mania, e a um aspecto estratégico, a doutrina de represálias maciças.

Os dados estratégicos evoluíram desde 1945. Em 1949, a URSS explodiu uma bomba atômica. Os Estados Unidos já não têm o monopólio da arma atômica e o conflito na Coreia surge como o modelo de uma guerra certamente limitada, mas sangrenta, impopular e ineficaz. Refugiados no santuário manchú, os chineses estão fora de alcance. A arma atômica não permitiria impor sua vontade a um menor custo com a condição de não limitar as represálias a apenas um único território? Os republicanos adotam, em 1953, a nova estratégia definida pelo almirante Radford, presidente do Comitê de Chefes de Estado- -Maior, que pode ser resumida em três fórmulas: represália maciça (massive retaliation), resposta imediata (instant retaliation), sem santuário (no sheltering). A todo ataque, os Estados Unidos responderão imediatamente com arma nuclear. Nenhum território será poupado. Assim, os Estados Unidos estimam obter o máximo de segurança ao menor custo.

Reforço das alianças. O novo secretário de Estado, J. F. Dulles, dedica todos os seus esforços a reforçar a rede de alianças feitas por Washington. Na Ásia, trata-se de conter o comunismo chinês e impedir que a “teoria do dominó” se realize: quando um país cai para o campo comunista, aqueles que o cercam correm o risco de ser arrastados com ele. No Pacífico, já aliados às Filipinas, à Austrália, à Nova Zelândia e ao Japão, os Estados Unidos assinam tratados de defesa com Coreia do Sul (1953), Paquistão, China Nacionalista e Vietnã do Sul (1953). O mais importante, porém, é o pacto de Manila, que cria a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Otase; em inglês: Southeast Asia Treaty Organization, Seato), em 8 de setembro de 1954. Os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a Nova Zelândia, as Filipinas, o Paquistão e a Tailândia se comprometem a responder coletivamente a um ataque contra um de seus territórios ou contra toda a região ao sul do 21° 30 norte, o que inclui a Indochina, mas não Taiwan, presa ao tratado de defesa sino-americano (2 de dezembro de 1954) e sujeita a uma forte tensão em 1954-1955. No Oriente Médio, o Pacto de Bagdá (fevereiro de 1955), que reúne Turquia, Iraque, Paquistão, Irã e Reino Unido, cria uma linha de proteção nas fronteiras meridionais da URSS. Na América Latina, os Estados Unidos tentam arrastar os

Estados latino-americanos em uma cruzada anticomunista (conferência de Caracas de março de 1954) e reforçar a coesão da Organização dos Estados Americanos por uma conferência que se realiza de 19 a 22 de julho de 1956, no Panamá. Eles afirmam sua estrita solidariedade nas questões mundiais e apoiam a invasão da Guatemala (junho de 1954), então dirigida pelo governo pró-comunista do coronel Arbenz. O Japão desempenha um papel limitado e subordinado aos Estados Unidos. Estes, por meio do artigo 9 da constituição de 3 de maio de 1947, lhe impuseram um pacifismo institucional segundo o qual o Japão renuncia tanto ao recurso à força como à manutenção de qualquer potencial militar. A partir da Guerra da Coreia, no entanto, os Estados Unidos lhe solicitam seu rearmamento e concluem o tratado de 1951. Os japoneses criam uma força defensiva, ainda que se oponham veementemente a sua efetivação, assim como são hostis às experiências atômicas americanas no Pacífico. Do lado soviético, eles reivindicam as ilhas Kurilas, a parte sul de Sacalina, e acima de tudo as ilhas ao norte de Hokkaido (Habomai, Sikotan). Apesar do impasse nas negociações sobre o contencioso territorial, japoneses e soviéticos assinam uma declaração comum dando fim à guerra (outubro de 1956) e permitindo o restabelecimento de relações diplomáticas normais. Além disso, o Japão é admitido na ONU em 18 de dezembro de 1956.

• A cooperação europeia

O temor de uma agressão comunista na Europa Ocidental é avivado pelo conflito da Coreia e impulsiona os europeus a acelerarem sua aproximação em todos os planos.

A cooperação econômica. As primeiras etapas se realizam sobretudo na área econômica. A Oece organiza, a partir de 1948, uma verdadeira cooperação comercial e monetária entre os dezesseis Estados que se beneficiam do Plano Marshall. Um movimento de opinião pública favorável à criação de uma federação europeia culmina na reunião de um congresso em Haia, em maio de 1948, que exprime a intenção de criar uma União europeia. Contudo, o desacordo franco-britânico não permite ir muito adiante. Os franceses desejam a criação de uma assembleia consultiva, embrião de um futuro parlamento europeu. Os ingleses não querem ouvir falar do abandono de uma parcela da soberania nacional e demandam a criação de um simples comitê de ministros. Todos chegam a um compromisso, em janeiro de 1949, ao criarem uma Assembleia consultiva de competência limitada. Esse Conselho da Europa, aberto aos dezesseis países-membros da Oece, tem sua primeira sessão em agosto de 1949, em Estrasburgo, mas apenas esboça uma cooperação política e cultural.

Foram muitas as iniciativas tendo em vista a superação do antagonismo franco-alemão por meio da construção de uma Europa Ocidental unida. A mais importante delas é o Plano Schuman. O ministro francês das Relações Exteriores, Robert Schuman, adotou a ideia de Jean Monnet, então alto-comissário para o Planejamento, que consiste em colocar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço sob uma alta autoridade comum no âmbito de uma organização aberta aos demais países da Europa. O objetivo é propor “realizações concretas que criem uma solidariedade de fato” e que acabem pondo um fim na tradicional rivalidade franco-alemã.

O Plano Schuman (9 de maio de 1950) marca a passagem de uma simples cooperação a uma verdadeira integração: propõe partilhar a produção e a venda de produtos siderúrgicos. A França, a Alemanha Ocidental, a Itália e os países do Benelux criam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca). O Reino Unido, preocupado em preservar sua soberania, se mantém afastado dessa composição continental. O tratado de Paris (18 de abril de 1951) confia um poder supranacional a uma Alta Autoridade composta de nove membros, independentes dos governos nacionais, encarregada de modernizar a produção do carvão e do aço e de desenvolver a exportação comum. A autoridade internacional do Ruhr desaparece.

A cooperação militar. No entanto, os riscos de guerra levam os europeus a considerar também uma aliança militar e os americanos os pressionam para que se rearmem. Em dezembro de 1950, a Otan decide fazer um esforço coletivo considerável e assim criar uma organização militar integrada tendo à frente o Quartel-General das Forças Aliadas na Europa, o Supreme Headquarters of Allied Powers in Europe (Shape), comandado por um general americano. O designado é o general Eisenhower. A justaposição de forças armadas nacionais é substituída por uma “força integrada”. É feito um grande

esforço para simplificar, coordenar e harmonizar todos os órgãos da Otan, e, em 1952, concordam que se instalem em Paris.

É preciso armas! Os americanos as fornecem. Créditos! A ajuda econômica americana se transforma gradualmente em ajuda militar. Homens! O exército francês está então engajado na Indochina e o governo americano não quer que apenas seus Government Issue (GI, soldado do exército americano) defendam o Elba e o Reno. Por que não rearmar a Alemanha Ocidental? É a sugestão que faz oficialmente o governo americano, em setembro de 1950. A recusa da França, que se opõe categoricamente ao rearmamento da Alemanha, coloca a Otan em um impasse. Para contornar a dificuldade, o ministro francês da Defesa Nacional, René Pleven, propõe, em outubro de 1950, transpor para o domínio militar a filosofia do Plano Schuman. Trata-se de criar um exército comum por meio da integração dos seis exércitos europeus concernidos. Isso permitiria ter soldados alemães e aumentar os efetivos. Mas não haverá exército alemão... As negociações por um exército europeu são longas e modificam o projeto inicial, pois a integração das forças militares deve se realizar no plano da divisão. O tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa (CED) é assinado apenas em 27 de maio de 1952. Mas não entrará em vigor devido às reticências francesas. Para os gaullistas, os comunistas e uma parte da esquerda, a CED comete o erro de constituir um embrião de exército alemão, de designar o fim de uma força nacional autônoma e, enfim, de submeter o exército europeu ao comando americano da Otan. É objeto de um debate permanente na opinião pública francesa e entre os aliados. Os americanos fazem pressão sobre sucessivos governos franceses para que honrem o tratado da CED, ratificado, de resto, pelos Países Baixos, pela Bélgica e pela Alemanha. Os governos franceses enfatizam algumas precondições para que possam ratificar o tratado ou tentam negociar “protocolos adicionais”. O secretário do Departamento de Estado, J. Foster Dulles, declara, em dezembro de 1953, que, se a França não ratificasse o tratado da CED, haveria uma revisão dilacerante da política americana na Europa. Em agosto de 1954, o novo presidente do Conselho, Pierre Mendès France, propõe aos cinco parceiros da França diversas modificações visando atenuar o caráter supranacional do tratado; tratado este que fora, no entanto, proposto e redigido por franceses. Diante da recusa dos outros Estados, a Assembleia Nacional francesa se opõe definitivamente à ratificação do tratado da CED pelo voto de uma simples questão preliminar, em 30 de agosto de 1954.

Os responsáveis pela política externa francesa

Ministros das Relações Exteriores		Presidentes da República
10 set. 1944 a 16 dez. 1946:	Georges Bidault	Vincent Auriol jan. 1947 a dez. 1953
16 dez. 1946 a 22 jan. 1947:	Léon Blum	
22 jan. 1947 a 25 jul. 1948:	Georges Bidault	
26 jul. 1948 a 8 jan. 1953:	Robert Schuman	
8 jan. 1953 a 19 jun. 1954:	Georges Bidault	
19 jun. 1954 a 20 jan. 1955:	P. Mendès France	René Coty dez. 1953 a jan. 1959
20 jan. 1955 a 23 fev. 1955:	Edgar Faure	
23 fev. 1955 a 1º fev. 1956:	Antoine Pinay	
1º fev. 1956 a 14 maio 1958:	Christian Pineau	Charles de Gaulle
14 maio 1958 a 1º jun. 1958:	René Pleven	

1º jun. 1958 a 31 maio 1968:	Maurice Couve de Murville	jan. 1959 a abr. 1969
31 maio 1968 a 22 jun. 1969:	Michel Debré	
22 jun. 1969 a 15 mar. 1973:	Maurice Schuman	Georges Pompidou
15 mar. 1973 a 5 abr. 1973:	André Bettencourt	jun. 1969 a abr. 1974
5 abr. 1973 a 28 maio 1974:	Michel Jobert	
28 maio 1974 a 27 ago. 1976:	Jean Sauvagnargues	Valéry Giscard d'Estaing
27 ago. 1976 a 29 nov. 1978:	Louis de Guiringaud	maio. 1974 a maio. 1981
29 nov. 1978 a 22 maio 1981:	Jean-François Poncet	
22 maio 1981 a dez. 1984:	Claude Cheysson	François Mitterrand maio 1981 a maio 1995
7 dez. 1984 a 20 mar. 1986:	Roland Dumas	
20 mar. 1986 a 12 maio 1988:	J.-B. Raimond	
12 maio 1988 a 29 mar. 1993:	Roland Dumas	Jacques Chirac
30 mar. 1993 a 17 maio 1995:	Alain Juppé	a partir de maio 1995
17 maio 1995 a 2 jun. 1997:	Hervé de Charette	
2 jun. 1997 a 5 maio 2002:	Hubert Védrine	
5 maio 2002 a 30 mar. 2004:	D. de Villepin	Nicolas Sarkozy
30 mar. 2004 a 2 jun. 2005:	Michel Barnier	desde maio de 2007
2 jun. 2005-18 maio 2007:	Philippe Douste-Blazy	
A partir de 18 maio 2007:	Bernard Kouchner	

A solução alternativa é encontrada nos dois meses seguintes. O ministro britânico das Relações Exteriores, Anthony Eden, teve a ideia de dar novamente vida à União Ocidental e fazer com que a Alemanha e a Itália também fossem admitidas. Assim, assegurou-se ao mesmo tempo algum controle europeu sobre o futuro exército alemão e a participação britânica no dispositivo militar europeu ocidental. Pelos acordos de Paris (23 de outubro de 1954), a União Ocidental torna-se a União da Europa Ocidental (UEO), que acolhe a Alemanha e a Itália. A Alemanha recupera sua total soberania e, em particular, o direito de se rearmar. Essa reconstituição de uma força militar alemã é, todavia, acompanhada de limitações: a Alemanha deve aceitar não fabricar armas atômicas, biológicas e químicas, mísseis de longo alcance, navios de guerra de mais de 3.000 toneladas e aviões de bombardeio estratégico. Os ocidentais abandonam seu direito de intervenção na Alemanha e declaram que querem associá-la em pé de igualdade “aos esforços dos povos livres para a paz e a segurança”. Em maio de 1955, a Alemanha se torna o

décimo quinto membro da Otan. E a Bundeswehr se constitui a partir de novembro de 1955.

Além disso, assiste-se a uma aproximação temporária da Iugoslávia com o Ocidente, por intermédio do tratado de amizade e de cooperação assinado em Ancara (28 de fevereiro de 1953), entre a Grécia, a Turquia e a Iugoslávia, e pelo tratado de Bled (9 de agosto de 1954), que é um acordo de defesa. Assim, o contencioso de Trieste é resolvido pelos acordos de Londres (5 de outubro de 1954), que preveem a evacuação das tropas inglesas e americanas, o estabelecimento de uma administração italiana e a manutenção do porto franco em Trieste. Mas o pacto balcânico perde toda coesão depois da aproximação soviético-iugoslava de 1956 e do conflito entre a Grécia e a Turquia a propósito de Chipre.

• O campo oriental e os primeiros sinais de degelo Leste-Oeste

A coerência do bloco oriental se manifesta pela arregimentação ideológica, e o maestro é o Kominform.

Ele denuncia o imperialismo americano, fomentador de guerras, exalta o modelo soviético, incensa o genial Stálin e vitupera o malandro Tito. Os opositores são perseguidos em toda parte na Europa do Leste. Não apenas a fé e os eclesiásticos são perseguidos, mas todo desvio do poder os dirigentes demasiadamente “nacionais”, Gomulka na Polônia, Rajk na Hungria (1949) e Slansky na Tchecoslováquia (1952). Usufruindo da audiência de numerosos intelectuais e artistas, os partidos comunistas da Europa Ocidental são levados a participar da guerra ideológica e a denunciar a ingerência dos Estados Unidos nos assuntos europeus.

No plano econômico, enfatizam-se a indústria pesada e a coletivização das terras. Em resposta à constituição da Oece, os Estados da Europa Oriental (Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, União Soviética, seguidos pela Albânia e pela República Democrática Alemã) se reúnem, em 25 de janeiro de 1949, no Conselho de Ajuda Econômica Mútua (Caem), ou Comecon, que facilita suas relações comerciais, em benefício, em parte, da União Soviética.

No plano militar, a União Soviética assinou com as democracias populares e com a China Popular tratados bilaterais de assistência mútua. Isolado do mundo ocidental, o bloco oriental se alinha com “o grande irmão”. Após a entrada da Alemanha Ocidental na Otan, o bloco oriental cria, em 14 de maio de 1955, o Pacto de Varsóvia, calcado quase que inteiramente sobre a Otan. Essa aliança reúne, sob o comando soviético, todas as forças armadas dos países da Europa do Leste, exceto a Iugoslávia, que haviam anteriormente pactuado alianças bilaterais.

A morte de Stálin (março de 1953) encerra, no plano político, não apenas um quarto de século de ditadura pessoal na União Soviética. Estabelece-se, de fato, uma direção coletiva, com Malenkov como chefe de governo e Nikita Kruchov como primeiro secretário do Partido Comunista. Ela inaugura um período de “degelo”, termo tomado de um romance de Ilyá Ehrenburg, que presentira a corrente de relativa liberalização que se esboçava na União Soviética. Degelo interior, com uma anistia, diminuições de penas e o começo de uma desestalinização que provoca, ao mesmo tempo, uma grande agitação: levantes na Tchecoslováquia, uma verdadeira revolta em Berlim Oriental (16-17 de junho de 1953). Em toda parte, nas democracias populares, assiste-se a um desdobramento das funções de presidente do Conselho de Ministros e de primeiro secretário do Partido. Na União Soviética, a aparente política de distensão se acentua com a substituição, à frente do governo, de Malenkov pelo marechal Bulganin (fevereiro de 1955).

O degelo da União Soviética na política externa. Os sinais de boa vontade se multiplicam. Em 20 de julho de 1953, as relações diplomáticas com Israel, rompidas cinco meses antes, são restabelecidas. Em 27 de julho é assinada uma convenção de armistício na Coreia. A União Soviética aceita a reunião proposta por Churchill de uma conferência dos quatro ministros das Relações Exteriores em Berlim (de 23 de janeiro a 18 de fevereiro), que não chega a nenhum resultado. Em 31 de março de 1954, a União Soviética propõe a conclusão de um pacto soviético de segurança coletiva. Faz uma contribuição à Conferência de Genebra sobre a Indochina (26 de abril-21 de julho de 1954).

Em 11 de outubro de 1954, as forças soviéticas evacuam Port Arthur. Em 26 de janeiro de 1955, Moscou põe fim ao estado de guerra com a Alemanha.

Na primavera de 1955, a URSS promete tirar todas as tropas de ocupação da Áustria, sob a condição de que permaneça neutra. A partir de então, um tratado de paz é possível. Em 15 de maio de 1955, as quatro grandes potências assinam em Viena o Tratado de Estado que encerra a ocupação da Áustria, que se compromete a permanecer neutra e a recusar qualquer união com a Alemanha. A Áustria pode tornar-se membro da Otan e aderir às organizações não militares. Após o Tratado de Estado, o espírito de distensão permite que haja, em Genebra, uma conferência de cúpula (18-23 de julho de 1955) que reúne o presidente Eisenhower, o marechal Bulganin acompanhado de Kru-chov, o primeiro-ministro britânico, Eden, e o presidente do Conselho francês, Edgar Faure. Os resultados da conferência são medíocres e o desacordo sobre a Alemanha é total, mas o “espírito de Genebra” deixa a esperança de que a distensão substituirá, a partir desse momento, a guerra fria. De fato, as aproximações da União Soviética com relação à República Federal Alemã se concretizam pela viagem do chanceler Adenauer a Moscou (9-13 de setembro de 1955) e pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e a RFA.

O problema alemão continua a ser, apesar de tudo, o principal polo de tensão entre o Leste e o Oeste. A URSS reage com vigor à possibilidade de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa que abrangeria as unidades militares alemãs e à elaboração da União da Europa Ocidental em consequência do fracasso da CED. Ela multiplica os apelos ao desarmamento e à segurança da Europa e convoca, para Moscou, uma conferência (29 de novembro-2 de dezembro de 1954), à qual assistem apenas as democracias populares. Os soviéticos respondem à integração da Alemanha Ocidental na Otan com a criação do Pacto de Varsóvia, em 14 de maio de 1955. Agrupando ao redor da URSS sete democracias populares (Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Romênia, Bulgária, Albânia e Hungria), o Pacto de Varsóvia é um tratado de amizade, de cooperação e de assistência mútua que comporta um comando militar único confiado a um marechal soviético. Ele confere ao bloco oriental uma estrutura sólida e, doravante, assume o papel de guardião do bloco.

A conferência de cúpula de 18-23 de julho de 1955 e a conferência dos ministros das Relações Exteriores que reúne Duller, MacMillan, Molotov e Pinay (27 de outubro-16 de novembro 1955) esbarram no problema alemão. Molotov recusa qualquer reunificação da Alemanha que não seja a absorção da RFA pela RDA. O diálogo Leste-Oeste parece bloqueado. Além disso, em 25 de dezembro de 1955, a URSS reconhece a soberania plena da República Democrática Alemã.

A relativa liberalização permite a aproximação da União Soviética com a Iugoslávia. Desde a ruptura, em junho de 1940, e a despeito do isolamento forçado da Iugoslávia, tratado como país cismático e separado do campo socialista, Tito fora bem sucedido em manter - para grande irritação de Stálin - o comando de um país independente e ligado ao socialismo, sem contudo juntar-se ao campo ocidental. Ao ir a Belgrado com Mikoyan e Bulganin (26 de maio-3 de junho de 1955), Kruchoy faz um gesto de reconciliação. Ele reconhece a diversidade de caminhos que levam ao socialismo. Ao mesmo tempo, a competição Leste-Oeste se transporta para fora da Europa, onde a União Soviética explora a vontade de emancipação colonial que se alastra no Terceiro Mundo.

A PRIMEIRA FASE DE DESCOLONIZAÇÃO (1945 1955)

Os fatores próprios para a descolonização

De 1945 a 1962, a descolonização é feita em duas etapas: uma primeira, no imediato pós-guerra, concerne ao Oriente Médio e ao sudeste da Ásia; uma segunda, que começa em 1955, acontece essencialmente na África do Norte e na África Negra. A guinada se dá no ano de 1955, marcado pela Conferência de Bandung que, por unanimidade, decide apressar e generalizar a descolonização, e pela decisão dos Estados Unidos e da URSS de não mais limitar a admissão de novos membros nas Nações Unidas, decisão favorável à libertação dos povos colonizados.

A Segunda Guerra Mundial transformou profundamente as relações entre as metrópoles europeias e suas colônias: demonstrou a fragilidade dos impérios minados pelos fermentos nacionalistas

semeados durante o conflito e propiciou o surgimento de duas grandes potências, Estados Unidos e URSS, que são, cada uma a seu modo, anticolonialistas.

Por ideologia, a URSS é favorável à descolonização, que vai terminar por enfraquecer os países ocidentais. Ela a preconiza ativamente a partir de 1956. Em princípio, os Estados Unidos apoiam o combate dos povos colonizados por razões sentimentais e históricas; além disso, concedem a independência às ilhas Filipinas, em 1946, mas não tomam posição oficial para não criar embaraços a seus aliados.

• A atitude das potências coloniais

O Reino Unido, dirigido por um governo trabalhista, praticou voluntariamente uma progressiva descolonização; os Países Baixos se resignaram diante da situação.

O caso da França é completamente diferente. Enfraquecida pela guerra, considera que seu império é o meio de reconquistar a imagem de uma grande potência, sem optar claramente por um estatuto de associação ou de assimilação. A Conferência de Brazzaville, reunida pelo general De Gaulle em 1944, não abre o caminho para a independência das colônias francesas, mas para mais modernismo e mais liberalismo. A mesma ideia preside o estabelecimento da União Francesa, prevista na Constituição da 4ª República. E o contexto no qual os territórios poderão evoluir seja para a assimilação, seja para a autonomia. Após 1958, a França se engaja na descolonização. A Bélgica, depois de ter esperado escapar do processo de descolonização, faz o mesmo.

A sorte das colônias italianas não fora resolvida pelo tratado de paz com a Itália, que entra em vigor em setembro de 1947. A missão fora dada às Nações Unidas. Um ano depois, ainda não há acordo. Na primavera de 1949, um compromisso foi finalizado por Ernest Bevin, ministro inglês das Relações Exteriores, e seu homólogo italiano, o conde Sforza. Ele prevê que a Líbia alcançará a independência após um regime de tutela partilhada entre a Itália, a França e a Inglaterra. Confia a tutela da Somália à Itália. Por fim, divide a Eritreia entre a Etiópia e o Sudão. Porém o compromisso Sforza-Bevin é rejeitado pela assembleia das Nações Unidas em junho de 1949, que decide finalmente que a Líbia deve tornar-se independente antes de 1952, e a Somália após dez anos de tutela italiana. Quanto à Eritreia, ela será federada à Etiópia. A Líbia alcança a independência em 1º de janeiro de 1951 e escolhe para si um regime monárquico; os Estados Unidos e sobretudo a Grã-Bretanha conseguem conservar as bases que lá mantinham.

• O caso particular da América Latina

Na América, a guerra contribui para reforçar os laços entre as repúblicas americanas, que contribuem em maior ou menor medida com a luta contra o Eixo, com exceção da Argentina. Na conferência interamericana do México (fevereiro-março de 1945), os Estados americanos assinam o ato de Chapultepec, que estabelece um sistema de segurança coletiva na América. Na Conferência do Rio de Janeiro (agosto-setembro de 1947), assinam o pacto do Rio, que é um tratado interamericano de assistência recíproca.

A união interamericana é reforçada pela carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), assinada em 30 de abril de 1948, que reúne as vinte repúblicas americanas. Todavia, o pós-guerra leva a um esfriamento entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, que reclamam a evacuação das bases instaladas em seus territórios e desejam beneficiar-se de um programa de ajuda econômica semelhante ao Plano Marshall. A chegada ao poder na Argentina de um regime militar, em 1944, e a eleição, em fevereiro de 1946, do coronel Perón à Presidência da República (1946-1955) terminam por instaurar um regime inspirado no exemplo fascista e caracterizado por um populismo social com tons nacionalistas e anti-imperialistas. Assim, as relações se tornam tensas entre os Estados Unidos e a Argentina. As repúblicas da América Latina questionam as possessões europeias (britânica, holandesa e francesa). É o caso das ilhas Falkland (Malvinas), sob domínio britânico, reivindicadas pela Argentina; das Honduras britânicas, cobiçadas pela Guatemala; e dos departamentos franceses ultramarinos (Martinica, Guadalupe e Guiana). Distúrbios sacodem os países da América Latina, onde os nacionalistas lutam pela independência econômica de seus países e onde estouram golpes de Estado, como no Paraguai (o do general Stroessner) em maio de 1954, e revoluções, como na Guatemala em junho de 1954.

A descolonização no Oriente Médio

No Oriente Médio, os países aos poucos recuperam sua total independência, ao passo que a criação do Estado de Israel, em 1948, e a exploração das riquezas petrolíferas já provocam sérias crises com o Ocidente.

O fim dos mandatos. No Líbano e na Síria, a contestação dos mandatos confiados à França pela SDN após o desmantelamento do Império Otomano e as manigâncias dos ingleses que dominam a região obrigam os franceses a abandonar qualquer veleidade de posse sobre esses territórios e a prometer a independência acordada em meio a violentos tumultos, em maio de 1945. Quando o exército francês começa a revidar, a Grã-Bretanha faz um ultimato à França para obrigá-la a ceder. Em agosto de 1945, a independência da Síria e da Líbia é obtida, mas nem de bom grado, nem com entusiasmo. A pressão dos ingleses foi determinante. O Reino Unido, por sua vez, concedeu sucessivamente a independência ao Iraque em 1930, ao Egito em 1936 (reservando-se o direito a algumas posições no Cairo, em Alexandria, e ao canal de Suez) e à Transjordânia em 1946, onde a única força armada aceita é a Legião Árabe dirigida por um oficial britânico, Glubb Pacha.

A criação do Estado de Israel, no entanto, está na origem do problema essencial. Nascido da convergência de uma convicção milenar - o retorno à Terra Prometida - e das ideias de Theodor Herzl (1860-1904), o sionismo (retorno a Sião = Jerusalém) leva os judeus dispersos no mundo inteiro a reunirem-se aos que permaneceram na Palestina. A potência tutelar, a Grã-Bretanha, após ter patrocinado a ideia de um lar nacional judeu na declaração de Balfour (1917), retornou a uma política pró-árabe, que consistia em interromper a emigração e a fracionar o território que permanecia sob influência inglesa, mas a Segunda Guerra desempenhou o papel de acelerador: a revelação do genocídio reforça na opinião pública a causa do sionismo e acelera a chegada de judeus à Palestina, que são 553 mil em 1945 contra 1.240.050 árabes. Um clima de guerrilha se desenvolve, fomentado por organizações judias, contra os ingleses impacientes por se desembaraçarem do fardo. Assim, a questão palestina é submetida, em 1947, a uma comissão de investigação da Organização das Nações Unidas, que recomenda a constituição de um Estado judeu, um estado árabe e a internacionalização de Jerusalém segundo um plano de partilha aceito pelos judeus, mas rejeitado pelos árabes.

Sem esperar a realização do plano, a Grã-Bretanha decide acabar com seu mandato em maio de 1948. Em 14 de maio, os judeus proclamam o Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e pela União Soviética. No mesmo momento, os exércitos árabes entram na Palestina. As operações militares (maio de 1948-janeiro de 1949) favorecem os israelenses, que concluem com os árabes um armistício. Os acordos de cessar-fogo põem fim à luta armada, mas não ao estado de guerra. É o statu quo em relação ao plano de 1947, com um traçado de fronteiras mais vantajoso para o Estado de Israel. Mas essas fronteiras são apenas fronteiras de fato. Jerusalém é dividida entre israelenses e transjordânios, que anexam a margem direita do rio Jordão e constituem assim a Jordânia, em 1950. O Egito anexa a faixa de Gaza. Em maio de 1949, Israel é admitido na ONU. A Liga Árabe se recusa a reconhecer o fato consumado e conclui um pacto de defesa entre países árabes em abril de 1950. O problema do Estado de Israel se complica com o problema dos refugiados árabes da Palestina, que fugiram da guerra e povoam os campos nos países limítrofes. Desde aquela época se encontram reunidas as condições de um problema insolúvel com consequências dramáticas.

Instabilidade política. Perante o novo homem forte, o rei Abdulah, da Jordânia, a Síria experimenta uma grande instabilidade política e parece hesitar entre uma orientação pró-ocidente e a tentativa neutralista. O assassinato do rei Abdulah, em 20 de julho de 1951, acaba com o sonho de constituir uma "Grande Síria" em torno da dinastia hachemita. Buscando acalmar os conflitos no Oriente Médio, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha adotam uma posição comum, em maio de 1950. Em uma declaração tripartida, decidem restringir as vendas de armas apenas aos países que se comprometerem a não cometer nenhuma agressão e, principalmente, eles garantem o statu quo territorial.

A disputa do petróleo. As rivalidades - devidas às ricas jazidas de petróleo do Oriente Médio - se acrescentam aos problemas políticos. Os Estados Unidos, por companhias privadas interpostas,

tentam assegurar uma parte da produção petrolífera da região. Eles se chocam com os interesses britânicos. As companhias petrolíferas, Irak Petroleum Company, Anglo Iranian Company, Kuwait Oil Company e Aramco (na Arábia Saudita), são obrigadas a enfrentar os nacionalismos quando constroem oleodutos destinados a encaminhar o petróleo em direção ao Mediterrâneo ou negociam contratos. Os lucros são consideráveis já que, em 1950, o Irã obtém apenas 9% dos royalties da Anglo Iranian Oil Company. Acontece que a situação é explosiva no país e o primeiro-ministro, Mossadegh, começa o combate. Em março de 1951, sob a pressão dos meios nacionalistas liderados por Mossadegh, o parlamento iraniano decide nacionalizar o petróleo e, em particular, os bens da Anglo Iranian Company. Essa crise se torna uma queda de braço anglo-iraniana e um conflito interno grave: Mossadegh é preso, por fim, em 24 de agosto de 1953. Os interesses ingleses e americanos encontram apoio em um regime autoritário sob a direção do Xá. Mas essa primeira batalha econômica prefigura a crise de Suez.

O conflito anglo-egípcio. O Egito vive uma efervescência. Em junho de 1948, os ingleses tomam a iniciativa de favorecer a independência do Sudão, cujo efeito é eliminar-lhe a influência egípcia. Em reação, em outubro de 1951, o governo de Nahas Pacha decide pedir ao parlamento a revogação do tratado anglo-egípcio de 1936 (que deveria permanecer em vigor até 1956) e a proclamação do rei Faruk, "rei do Egito e do Sudão". A Inglaterra se opõe a isso com vigor e envia uma grande quantidade de reforços à zona do canal, manifestando sua vontade de lá se manter. Os Estados ocidentais propõem ao Egito assegurar a defesa do canal por um organismo internacional comum ao qual ele aderiria. Na sequência de revoltas antibritânicas no Cairo em dezembro de 1951 e em janeiro de 1952, a tensão anglo-egípcia segue num crescente até a decisão do rei Faruk de substituir Nahas Pacha por um primeiro-ministro mais conciliador (janeiro de 1952). Após um golpe de Estado por um grupo de oficiais sob o comando do general Neguib, o rei Faruk abdica (28 de junho de 1952), a monarquia é abolida e o general Neguib torna-se presidente até sua reforma e sua substituição pelo coronel Nasser (primavera de 1954). O grande desígnio de Nasser é a união dos povos árabes. Ele consegue assinar com a Inglaterra um tratado definitivo (19 de outubro de 1954) que garante a evacuação das tropas britânicas. Nasser adota um neutralismo antiocidental e anuncia sua vontade de aniquilar o Estado de Israel.

Diante de toda essa agitação, a Grã-Bretanha apoia a iniciativa do Iraque e da Turquia de firmarem um tratado "para garantir a estabilidade e a segurança no Oriente Médio" (24 de fevereiro de 1955). Ao longo desse mesmo ano, o Paquistão (23 de setembro) e o Irã (3 de novembro) aderem ao Pacto de Bagdá. A Jordânia é objeto de intensas pressões para associar-se ao pacto. O Egito de Nasser e a União Soviética protestam vigorosamente contra o Pacto de Bagdá, que os Estados Unidos consideram como um dos pontos-chave de seu sistema de defesa.

A descolonização na Ásia

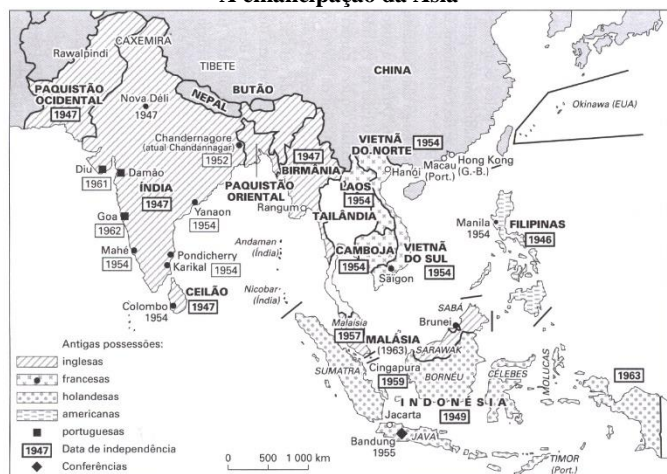
A emancipação da Ásia do sudeste é em parte consequência da derrota japonesa. Em 1945, apenas a Tailândia era independente. Em alguns anos, todas as colônias, exceto as possessões portuguesas de Goa e Timor, tornam-se soberanas. Em 1957, nascem dez novos Estados. Essa emancipação provém do sentimento nacionalista e antieuropeu, das promessas feitas durante a guerra, tanto pelos ocupantes japoneses como pelas potências europeias, e do encorajamento pelos americanos. A descolonização do sudeste da Ásia se faz com violência e não culmina em uma estabilidade total.

A Índia tinha um movimento nacionalista de longa data bastante organizado, o Partido do Congresso, criado em 1886. Durante a guerra, quando a expansão japonesa ameaçava a Índia, o líder do Partido do Congresso, Nehru, pede a independência imediata e quer a participação do exército indiano na luta contra o Japão. Ao fim da guerra, o novo primeiro-ministro trabalhista, Attlee, é bastante favorável à outorga da independência, mas a descolonização é dificultada pelo fato de a Índia ser um mosaico de raças e de religiões de onde emergem um grupo hindu e um grupo muçulmano. O Partido do Congresso deseja a manutenção da unidade indiana. Reunidos na "Liga Muçulmana", os muçulmanos não querem se encontrar na condição de minoria religiosa e política em uma Índia dominada pelo Partido do Congresso e reclamam a criação de um Paquistão independente. Os incidentes são cada vez mais violentos em agosto

de 1946 e degeneram em uma verdadeira guerra civil. Diante de um impasse, os ingleses decidem, em fevereiro de 1947, evacuar a Índia.

Lorde Mountbatten, vice-rei das Índias, fica encarregado de encaminhar o país à independência (agosto de 1947) favorecendo sua divisão: de um lado, a Índia, Estado laico; de outro, o Paquistão, Estado religioso muçulmano, formado pelo Paquistão Ocidental, pelo Panjabe, pelo Paquistão Oriental, parte oriental da região de Bengala. Os dois Estados independentes se associam ao Commonwealth.

A emancipação da Ásia



A Índia reclama, em seguida, a retrocessão dos enclaves estrangeiros, português (Goa) e franceses (Pondicherry, Yanaon, Karikal, Mahé e Chandernagor). Portugal recusa. A França espera até 1954 para ceder suas feitorias à Índia. Os paquistaneses reclamam o controle da região fronteiriça da Caxemira, atribuída à Índia. Uma guerra em 1947-1948 culmina em uma linha de demarcação, teatro de futuros conflitos territoriais. Quanto ao Tibete, de cuja autonomia a Índia era ciosa, a China Popular toma seu controle total em 1950.

Ocupada pelos japoneses durante a guerra, a Birmânia obtém do Reino Unido sua independência em 4 de janeiro de 1948 e se recusa a entrar no Commonwealth. O novo Estado é vítima de uma guerra civil conduzida ao mesmo tempo pelos comunistas e pelas populações karen, que reclamam sua autonomia. Colônia espanhola bastante antiga, atribuída aos Estados Unidos em 1898, depois da guerra hispano-americana, e ocupada pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, as Filipinas tornam-se independentes em 4 de julho de 1946 e permitem concessões econômicas e bases aéreas e navais aos Estados Unidos por 99 anos.

Para a Indonésia, a Segunda Guerra Mundial teve papel decisivo. O partido nacionalista indonésio do doutor Sukarno não hesita em colaborar com os japoneses, que lhe concedem a independência.

O Commonwealth

É o conjunto de Estados e territórios oriundos do Império Britânico e que conservaram entre si laços mais morais que jurídicos.

O termo aparece pela primeira vez em 1921, no tratado de Londres que reconhecia a existência de um novo domínio, o Estado Livre da Irlanda, que se junta aos outros domínios (territórios considerados suficientemente evoluídos para se beneficiarem de uma soberania interna sob a dependência do soberano britânico): Canadá, Austrália, Nova Zelândia e União Sul-Africana.

Em 1931, o estatuto de Westminster substitui o Império por uma comunidade de nações britânicas (British Commonwealth of Nations) ligadas por um juramento de fidelidade à Coroa britânica e por sua livre vontade de associação. Em 1932, os acordos de Ottawa estabelecem o princípio de uma "preferência imperial". A descolonização obriga a reconsideração das definições anteriores. Nem todos os territórios que se encontravam sob jurisdição britânica se juntam ao Commonwealth. Em 1949, o Commonwealth é definido como um grupo multiétnico e multi-linguístico cujo chefe é o soberano britânico. Conferências periódicas de chefes de Estado ou de Governo garantem um mínimo de solidariedade, o que reforça a instituição, em Londres, de um secretariado para o Commonwealth. Apesar da saída da Birmânia e da Irlanda (1948), do Sudão [1956], da Somália, do Kuwait, da África do Sul [1961], da Rodésia [1965], de

Áden (1967) e do Paquistão Ocidental (1972), o Commonwealth, em 1990, conta com 48 membros.

Estados-membros (por ordem de data de independência)

Reino Unido	Lesoto: 04/10/1966
Canadá: 01/07/1867	Barbados: 30/11/1966
Austrália: 01/01/1901	Nauru: 31/01/1968
Nova Zelândia: 26/09/1907	Maurício: 12/03/1968
Índia: 15/08/1947	Suazilândia: 06/09/1968
Sri Lanka: 04/02/1948	Tonga: 04/06/1970
Gana: 06/03/1957	Bangladesh: 16/12/1971
Malásia: 31/08/1957	Bahamas: 10/07/1973
Chipre: 16/08/1960	Granada: 07/02/1974
Nigéria: 01/10/1960	Papua-Nova Guiné: 16/09/1975
Serra Leoa: 27/04/1961	Seychelles: 29/06/1976
Tanzânia: 09/12/1961	Ilhas Salomão: 07/07/1978
Samoa Ocidental: 01/01/1962	Tuvalu: 01/10/1978
Jamaica: 06/08/1962	Dominica: 03/11/1978
Trinidad e Tobago: 31/08/1962	Santa Lúcia: 22/02/1979
Uganda: 09/10/1962	Kiribati: 12/07/1979 São
Quênia: 12/12/1963	Vicente e Granadinas: 27/10/1979
Maláui: 06/07/1964	Zimbábue: 18/04/1980
Malta: 21/09/1964	Vanuatu: 30/07/1980
Zâmbia: 24/10/1964	Belize: 21/09/1981
Gâmbia: 18/02/1965	Antígua e Barbuda: 01/11/1981
Maldivas: 26/07/1965	São Cristóvão e Névis: 19/09/1983
Cingapura: 09/08/1965	Brunei: 01/01/1984
Guiana: 26/05/1966	Lesoto: 04/10/1966
Botsuana: 30/09/1966	Barbados: 30/11/1966

A retomada do controle da Indonésia pelos holandeses é difícil. Eles criam, em 1947, uma Federação da Indonésia, abrangendo o território de Java, dirigido pelos indonésios, sendo os outros territórios dominados pelos holandeses. A ruptura ocorre em 1948 após vários incidentes e o fracasso da insurreição comunista em Java. Haia crê que chegou a hora de retomar o controle do país, mas depois de terem iniciado os combates, os holandeses - sob pressão de americanos, ingleses e das Nações Unidas - são obrigados a aceitar a independência total da Indonésia. Em 27 de dezembro de 1949, Haia abandona toda e qualquer soberania sobre o que eram as Índias neerlandesas, com exceção da parte ocidental da Nova Guiné, reivindicada pelos indonésios e cedida, em 1962, pelos holandeses.

Na Indochina, também, a ocupação japonesa foi decisiva. Em 9 de março de 1945, os japoneses liquidam, de fato, o que sobrou da administração francesa. Em 11 de março 1945, a independência do Vietnã é proclamada e leva à criação de um governo de coalizão dirigido por Ho Chi Minh, que proclama a República. O imperador Bao Dai reconhece essa República, mas prefere abandonar o território. Logo após o fim da guerra, o general De Gaulle decide constituir uma força expedicionária, confiada ao general Leclerc, para restabelecer a França na Indochina, evacuada pelos japoneses, ocupada ao norte pela China e ao sul pelos ingleses. As difíceis negociações entre franceses e vietnamitas terminam, em 9 de março de 1946, em um acordo que permite às tropas francesas reocuparem Tonquim. Em contrapartida, a França reconhece a república do Vietnã, que seria composta de três regiões: o Tonquim ao norte, o Anam no centro, e a Cochinchina ao sul. A federação dos Estados indochineses, composta de Vietnã, Camboja e Laos, seria associada à União Francesa. No entanto, é difícil pôr esse acordo em prática. O almirante Thierry d'Argenlieu, nomeado alto-comissário na Indochina, erige a Cochinchina em República independente sob a tutela francesa. Porém, em setembro de 1946, Ho Chi Minh e o governo francês assinam os acordos de Fontainebleau. A situação se agrava bruscamente na Indochina após os incidentes em Haiphong e o bombardeio da cidade pela marinha francesa. Em 19 de dezembro de 1946, começa uma guerra que durará quase oito anos; a França constata que não pode impor o retorno puro e simples da situação pré-guerra, de modo que, pelos acordos da baía de Along, ela estabelece, em junho de 1948, um Estado vietnamita sob a chefia do imperador Bao Dai, ao qual promete total independência.

A partir do desencadeamento do conflito da Coreia, a guerra da Indochina torna-se outro front da guerra ideológica entre o Oeste e o Leste. Em janeiro de 1950, Ho Chi Minh obtém o reconhecimento diplomático de seu governo por Moscou e Pequim, que lhe fornecem uma importante ajuda militar. Em outubro de 1950, as forças franco-vietnamitas sofrem um grave revés, o que comprova o aumento da força do Vietminh. Por sua vez, o exército francês, comandado pelo general De Lattre de Tassigny e fortemente ajudado no plano material e financeiro pelos americanos, consegue melhorar sua situação por algum tempo.

As guerras da Indochina

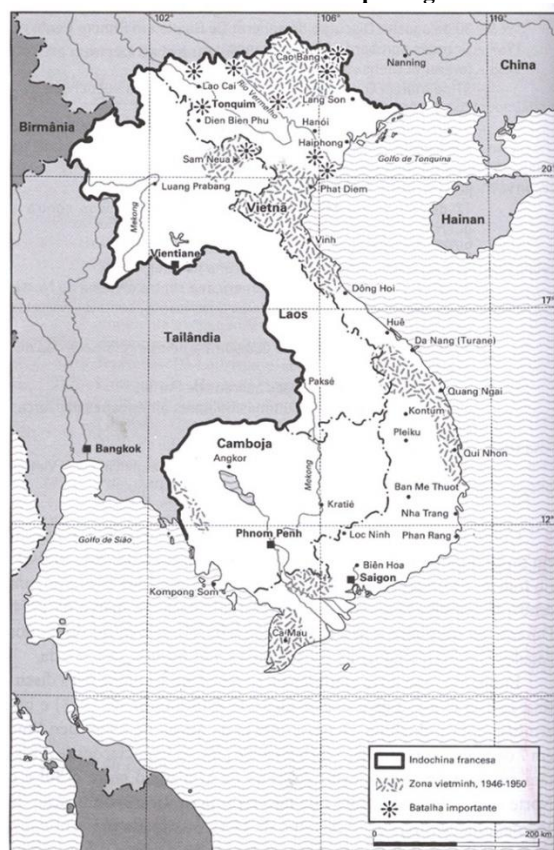
- 1945 - 9 de março: Golpe de Estado contra o protetorado francês.
- 2 de setembro: Em Hanói, Ho Chi Minh proclama a independência do Vietnã.
- 5 de outubro: O general Leclerc se instala em Saigon.
- 1946 - 6 de março: Acordo Sainteny-Ho Chi Minh: a França reconhece a República Democrática do Vietnã em troca de seu retorno ao Tonquim.
- julho-setembro: Conferência de Fontainebleau.
- 24 de novembro: Bombardeio de Haiphong.
- 19 de dezembro: Insurreição em Hanói. Início da guerra da Indochina.
- 1948 - 5 de junho: Declaração da baía de Along: "A França reconhece solenemente a independência do Vietnã."
- 1950 - novembro: Graves reverses franceses em Tonquim.
- dezembro: De Lattre, alto-comissário na Indochina.
- 1952 - 11 de janeiro: Morte do marechal De Lattre.
- 1954 - 26 de abril: Abertura da Conferência de Genebra.
- 7 de maio: Queda de Dien Bien Phu.
- 20-21 de julho: Acordos de Genebra: independência e divisão provisória do Vietnã. Fim da guerra da Indochina.
- 1956 - 9 de abril: No Vietnã do Sul, o governo de Diem adia a consulta eleitoral prevista sobre a reunificação do país.
- 1960 - 5 de outubro: O Vietnã do Norte estabelece o objetivo de libertar o do Sul.
- 20 de dezembro: Criação no Vietnã do Sul de uma Frente Nacional de Libertação (FNL). Início da guerra do Vietnã.
- 1961 - 16 de dezembro: O presidente Kennedy decide elevar a 15 mil os efetivos militares americanos no Vietnã.
- 1963 - 11 de junho: Depois de incidentes sangrentos entre budistas e as forças de ordem, um monge se imola ateando fogo em si mesmo em Saigon.
- 1º de novembro: Golpe de Estado em Saigon. Morte de Ngo Dinh Diem.
- 1964 - 2-5 de agosto: Incidente naval no golfo de Tonquim.
- 7 de agosto: O Congresso adota uma resolução que permite uma intervenção americana no sudeste da Ásia.
- 1965 - 7 de fevereiro: Início dos ataques aéreos contra o Vietnã do Norte.
- 8 de junho: Início oficial da participação de forças americanas em combates terrestres no Vietnã do Sul.
- 12-19 de fevereiro: Golpe de Estado militar em Saigon; o general Thieu se torna o chefe de Estado, o general Ky, chefe de Governo.
- 1966 - 30 de agosto: Discurso do general De Gaulle em Phnom Penh.
- 1967 - Grandes bombardeios americanos.
- 1968 - fevereiro: Ofensiva do Tet.
- 31 de março: O presidente Johnson anuncia uma suspensão parcial dos bombardeios.
- maio: Encontros em Paris entre representantes americanos e norte-vietnamitas.
- novembro: Suspensão total dos bombardeios.
- 1969 - janeiro: Início da Conferência de Paris.
- 12 de novembro: Manifestações nos Estados Unidos contra a guerra.
- 1970 - 29 de abril: Intervenção americana no Camboja.
- 1971 - 8 de fevereiro: Intervenção americana no Laos.
- 26-31 de dezembro: Ofensiva americana contra o Vietnã do Norte.
- 1972 - abril: Retomada dos bombardeios americanos, contatos secretos em Paris.

- 30 de dezembro: Suspensão dos bombardeios e retomada das negociações.
- 1973 - 27 de janeiro: Assinatura dos acordos de Paris.
- 29 de março: Partida dos últimos militares americanos das forças terrestres.
- 1975 - 17 de abril: Queda de Phnom Penh.
- 30 de abril: Queda de Saigon; fim da guerra. Reunificação do Vietnã.
- dezembro: O Laos torna-se uma República Popular.

Contudo, a posição militar franco-vietnamita não tarda a se agravar em razão do fortalecimento do Vietminh e da decisão do alto-comissário francês de organizar em Tonquim ocidental, em Dien Bien Phu, um centro de resistência que o exército vietminh ataca em março de 1954. Durante os cinquenta e seis dias de combate, a intervenção direta dos Estados Unidos inicialmente considerada é, em seguida, descartada.

Enquanto uma nova conferência se reúne em Genebra para discutir a paz na Coreia (após o armistício de Panmunjon, de 1953) e um armistício na Indochina, chega a notícia da queda de Dien Bien Phu, em 7 de maio, o que acelera o processo de paz. As negociações se arrastam em Genebra a propósito da linha de armistício entre o Sul e o Norte e da data das eleições que deveriam permitir a reunificação do Vietnã. Finalmente, em 20 de julho de 1954, é assinado um armistício que divide a Indochina em duas ao longo do paralelo 17: o Vietnã do Norte, onde dominam os comunistas, e o Vietnã do Sul, onde reinam os nacionalistas liderados por Ngo Dinh Diem e apoiados pelos americanos, cuja influência substitui a da França. As tropas francesas devem evacuar a Indochina no prazo de alguns meses e as eleições devem ser organizadas em um prazo de dois anos para que se considere a reunificação do Vietnã. Após a Coreia e a Alemanha, um novo país é dividido por uma fronteira ideológica, a "cortina de bambu". É também a fonte de novos conflitos, pois os Estados Unidos estão decididos a apoiar Ngo Dinh Diem, que elimina rapidamente o imperador Bao Dai, por meio de uma consulta popular. Para a França é, ao mesmo tempo, o fim do grilhão indochinês e o término de uma presença de quase três quartos de século nessa região do mundo, pois os acordos de Genebra sancionam a vitória de um movimento revolucionário sobre uma potência europeia e abrem caminho para a descolonização do segundo grande império colonial.

A Indochina em tempo de guerra



Enfim, na Conferência de Genebra, a China aparece como uma potência com a qual é preciso contar na Ásia. Os acordos sino-soviéticos (assinados em 12 de outubro de 1954) e os bombardeios das ilhas costeiras de Formosa (setembro de 1954) atestam o despertar Chinês.

Sob a direção de Nehru, a Índia se esforça em desempenhar um papel mundial e em tomar a frente do neutralismo e do anticolonialismo. Mesmo permanecendo no Commonweath, a Índia rejeita a ajuda militar americana, em 1º de março de 1954; condena formalmente os pactos, a Otase e o Pacto de Bagdá, e, fiel à doutrina de Gandhi, é para ela uma questão de honra não empregar a força. Obtém a cessão de cinco feitorias francesas da Índia, cuja incorporação se realiza em 1º de novembro de 1954, mas esbarra na recusa de Portugal em ceder Goa. A ativa política externa da Índia se manifesta pelos numerosos encontros entre Nehru e Chou Enlai (junho de 1954, novembro de 1956) e, sobretudo, entre Nehru e os dirigentes soviéticos, que favorecem com todo seu peso o “neutralismo” indiano e o eixo neutralista em torno de Nehru, Tito e Nasser.

Mesmo que a confrontação entre os dois blocos persista, o papel dos novos Estados e sua vontade de ultrapassar a bipolarização e a guerra fria levam a outra concepção das relações internacionais. O confronto continua, mas a guerra fria, aos poucos, dá lugar à coexistência pacífica.

Capítulo 2

A Coexistência Pacífica (1955-1962)

Os anos 1955-1956 não anunciam o fim do mundo bipolar nascido logo após a Segunda Guerra Mundial. Não são tampouco os anos do fim da guerra fria. Mas esse período intermediário, que é a passagem de um mundo da confrontação de dois blocos à distensão, se situa sob o signo da coexistência pacífica. Esta última é, ao mesmo tempo, um novo modo de relações Leste-Oeste e uma consequência do “nascimento do Terceiro Mundo”. De fato, à primeira onda de descolonização da Ásia sucede uma segunda, que é sobretudo africana. Em Bandung, em 1955, sem a presença das grandes potências, os Estados recentemente descolonizados proclamam seu desejo de independência e de coexistência pacífica, e, em Suez, em 1956, as duas grandes potências coloniais europeias sofrem reveses diplomáticos diante de um Estado do Oriente Médio.

O Terceiro Mundo anuncia mais ou menos pacificamente sua intenção de deixar de ser tratado como objeto da política internacional. Assim, ele complica e enriquece o jogo das relações de força Leste-Oeste. A competição econômica e as corridas armamentista e espacial substituem pouco a pouco a confrontação ideológica. A oposição ideológica torna impossível uma verdadeira paz. O equilíbrio nuclear torna improvável a guerra, segundo a fórmula de Raymond Aron: “Paz impossível, guerra improvável.” Também entre os dois blocos a coexistência pacífica triunfa, mesmo que crises violentas, como as que afetam o antigo polo de tensão - Berlim - e um novo - Cuba -, pontuem o período. Até mesmo no interior dos blocos aparecem linhas de ruptura, principalmente no bloco oriental, no qual, após a desestalinização, crises sacodem a Polônia e a Hungria e fissuras nascem na aliança sino-soviética. No bloco ocidental, são os países europeus que, saídos da reconstrução, se organizam pouco a pouco.

A Segunda Fase de Descolonização

Graças aos movimentos de emancipação, nasce um grupo de países situados na Ásia e na África que têm em comum o fato de serem subdesenvolvidos e de conhecerem um grande crescimento demográfico: é o “Terceiro Mundo” (expressão criada por Alfred Sauvy em 1952). Ele toma consciência de sua existência no momento da Conferência de Bandung, em abril de 1955, quando obtém uma vitória diplomática em Suez. No espaço de quatro anos, ele se torna múltiplo e transforma a Organização das Nações Unidas.

A competição Leste-Oeste se transporta para fora da Europa, onde a União Soviética explora a vontade de emancipação colonial que se alastra no Terceiro Mundo. Na verdade, Kruchov não obtém apenas vitórias: ele sofre reveses no Congo e em outros países

africanos. Mas é do seu reinado que datam a implantação soviética no Oriente Médio e a instalação de um regime comunista em Cuba.

No Oriente Médio, o fornecimento de armas tchecoslovacas ao Egito cria uma situação perigosa de corrida armamentista que a nacionalização do canal de Suez transforma em ocasião de conflito.

O recuo diplomático franco-britânico abre as portas do Oriente Médio para as duas superpotências, que não cessarão de conduzir aí uma luta por influência, sem, contudo, se enfrentarem realmente. Os países não alinhados são recuperados pela diplomacia soviética à época da conferência de solidariedade afro-asiática no Cairo (dezembro de 1957) e na ONU, por ocasião de uma sessão tumultuada (1960) em que Kruchov vilipendia os ocidentais.

Bandung e Suez

É dos países asiáticos que vem a iniciativa da Conferência de Bandung. Ela intervém em uma conjuntura particular: o fim das guerras da Coreia e da Indochina e a solução do contencioso sino-indiano sobre o Tibete pelo tratado de 29 de abril de 1954, que confere à China uma imagem mais pacífica, mesmo que lhe reconheça o controle sobre o Tibete.

Essa conferência, que acontece entre 17 e 24 de abril de 1955 na antiga capital da Indonésia, marca uma reviravolta na história da descolonização. Os promotores da conferência são os chefes dos governos da Birmânia, do Ceilão, da Índia, da Indonésia e do Paquistão (grupo de Colombo), que decidem convocar na Indonésia uma conferência de países africanos e asiáticos. Entre os 24 governos representados, três tendências se afirmam: uma tendência pró-ocidental (Filipinas, Japão, Vietnã do Sul, Laos, Tailândia, Turquia, Paquistão, Etiópia, Líbano, Líbia, Iraque e Irã), uma tendência neutralista (Afeganistão, Birmânia, Egito, Índia, Indonésia e Síria) e uma tendência comunista (China e Vietnã do Norte). As posições dos outros Estados são menos definidas.

De qualquer forma, a condenação do colonialismo, principal tema da conferência, é a mais ampla possível. O segundo tema da conferência é a coexistência pacífica, pregada por Nehru, tomando por base de ação o Panch Shila, os cinco princípios inseridos pela Índia e pela China no preâmbulo do acordo que concluíram sobre o Tibete, considerados de certo modo um modelo das novas relações internacionais: respeito à integridade territorial e à soberania; não agressão; não ingerência nos assuntos internos; reciprocidade de benefícios nos contratos; coexistência pacífica.

Aos cinco princípios, o primeiro-ministro do Paquistão, Mohammed Ali, opõe os “sete pilares da paz” entre os quais o direito para todos os países de se defenderem coletivamente ou individualmente, o que justifica que o Paquistão pertença à Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Otase). A China Popular, na pessoa do presidente do conselho chinês, Chou En-lai, age em grande medida como mediador entre a Índia e o Paquistão e aparece como uma referência e um modelo para o Terceiro Mundo em gestação.

Pela primeira vez, uma grande conferência reuniu os Estados do Terceiro Mundo sem a participação dos Estados europeus, dos Estados Unidos e da URSS. O encontro do afro-asiatismo coincide, de fato, com uma nova etapa da emancipação colonial. Emerge, confusamente, a ideia de que os países do Terceiro Mundo devem procurar outra via. O encontro de Nasser, Tito e Nehru, em Brioni (18-20 de julho de 1956), permite promover o não alinhamento. A tradução política desta ideia consiste em uma política pendular entre dois blocos, experimentada em circunstâncias reais no Oriente Médio.

No Oriente Médio, o fato novo é o desenvolvimento do nacionalismo árabe, que coincide com o avanço soviético no Terceiro Mundo. Por uma declaração publicada em 16 de abril de 1955, os dirigentes soviéticos anunciam sua recusa em aceitar por mais tempo o monopólio ocidental nessa região ainda mais fortalecida pelo Pacto de Bagdá, o que prefacia a intervenção ativa da URSS no Mediterrâneo. Assim, após a eliminação do general Neguib (março de 1954), o coronel Nasser torna-se o defensor do nacionalismo árabe e do pan-arabismo. Ele não esconde sua intenção de aniquilar Israel, com o qual os Estados árabes queriam permanentemente desde 1948. É sob essa perspectiva que ele conclui com a Tchecoslováquia, em 27 de setembro de 1955, um importante contrato de fornecimento de armas tchecas e soviéticas: caças, bombardeiros a jato e carros

blindados. O monopólio britânico do comércio de armas no Oriente Médio é então quebrado.

Nasser quer tornar seu país mais independente e obtém dos ingleses a evacuação total de seu país, inclusive do canal de Suez. Com o iugoslavo Tito, liberado do conflito de Trieste, e o indiano Nehru, ele lança a ideia de não engajamento à qual a Conferência de Bandung (1955) dá um conteúdo positivo: a luta pela descolonização. Nasser quer tirar seu país do subdesenvolvimento e espera obter dos Estados Unidos o financiamento da barragem de Assuã, destinada a garantir a irrigação do Alto Egito e a produzir energia elétrica. Mas, depois de ter hesitado, o secretário do Departamento de Estado, Foster Dulles, recusa em 19 de julho de 1956 qualquer ajuda financeira a um país decididamente neutralista demais, no momento exato da conferência de Brioni (18-20 de julho).

A resposta de Nasser é imediata: em 26 de julho, ele anuncia a nacionalização do canal de Suez, propriedade de uma companhia em que os interesses franceses e britânicos são majoritários. Trata-se de um triplo desafio: desafio à antiga potência colonizadora britânica, que aceita mal a perda de uma das chaves de seu império, desafio à França, que censura o Egito por apoiar a rebelião argelina, e desafio a Israel, a cujos navios Nasser pretende proibir o direito de usar o canal de Suez. Assim, as três potências convergem em seu interesse de impedir os planos do coronel Nasser. Para os franceses, a nacionalização é a ocasião de eliminar o homem que - tal como os ditadores dos anos 1930 - pretende construir um império árabe e de pôr um fim à rebelião argelina. Para os ingleses, trata-se de impedir que um país se aproprie de um ponto de passagem vital para sua nação e controle o canal de Suez. Para os israelenses, trata-se de desarmar a ameaça mortal que pesa sobre seu abastecimento e, efetivamente, sobre sua própria existência como Estado. As negociações se arrastam. Uma conferência internacional reunida em Londres (1º de agosto de 1956) não consegue demover Nasser, como tampouco conseguem a conferência dos usuários em Londres (18-22 de setembro) e o Conselho de Segurança em Nova York (5-15 de outubro). Entre os franco-britânicos e os egípcios, o confronto se prepara, Moscou sustenta o Egito, Washington se recusa a considerar uma solução de força em pleno período de eleição presidencial. Uma operação franco-britânica, acertada em Sèvres, em 22 de outubro, sob a direção do presidente do Conselho francês, Guy Mollet, e do primeiro-ministro inglês, Anthony Eden, é finalmente lançada - após muitas tergiversações - em coordenação com um ataque preventivo israelense. As tropas egípcias perdem então o controle do Sinai e da maior parte do canal de Suez. Mas, em 5 de novembro, a União Soviética ameaça a França e a Grã-Bretanha com seus mísseis atômicos. Os Estados Unidos, que consideram a intervenção um golpe contra a Aliança Atlântica e as Nações Unidas, não se solidarizam com seus aliados e isso atinge a libra esterlina. As pressões conseguem fazer com que Eden ceda, depois Mollet. Na Assembleia Geral da ONU, a França e o Reino Unido são condenados. As forças franco-britânicas, já em movimento, são detidas, em 6 de novembro, à meia-noite. Os anglo-franceses evacuam sua cabeça de ponte em dezembro, e os israelenses, suas conquistas, no começo de 1957. A ONU coloca entre Israel e o Egito unidades internacionais dos Capacetes Azuis*, assim como em Charm el-Cheikh, garantindo, desse modo, a liberdade de navegação no estreito de Tiran.

* **Soldados da ONU. (N. do T.)**

A crise de Suez arruína a tradicional influência da França e da Grã-Bretanha na região. Sua intervenção aparece como a vontade de salvar seus interesses econômicos e políticos, isto é, como uma manifestação evidente de colonialismo. Mas essa política de força fracassou de maneira lamentável. Assim, ela demonstra que as potências médias já não têm liberdade de ação. Elas foram “deixadas de lado” por seus aliados, o que desencadeia uma crise no seio da Otan. O coronel Nasser, que impôs a nacionalização do canal, sai vitorioso dessa crise e se torna o paladino incontestado do nacionalismo árabe e da descolonização. A URSS constrói para si uma imagem de defensora das pequenas potências contra o imperialismo. Moscou aparece, assim, como o principal aliado do mundo árabe e registra um avanço no Oriente Médio, onde seu prestígio se confirma na opinião pública árabe. Sua influência se afirma não apenas no Egito, mas também na Síria.

Os Estados Unidos, graças a uma atitude cuidadosa, consegue preservar sua imagem na região. Por seu apoio à dinastia hachemita,

eles fazem com que a Jordânia do rei Hussein se volte para seu campo. Eles não estão dispostos a abandonar à União Soviética o controle político do Oriente Médio. A doutrina Eisenhower (5 de janeiro de 1957), que comporta uma ajuda econômica e uma assistência militar dos Estados Unidos a todo país do Oriente Médio preocupado em prevenir a agressão ou a subversão, é destinada a preencher o vazio no Oriente Médio. A União Soviética responde a esta ameaça de paz com o plano Chepilov (11 de fevereiro de 1957), que preconiza a não integração dos Estados do Oriente Médio nos blocos militares, a liquidação das bases estrangeiras etc.

O efeito mais óbvio do caso de Suez é a eliminação das influências francesa e inglesa da região, onde as superpotências, apoiadas uma no Egito e na Síria, a outra no Pacto de Bagdá, na Jordânia e na Arábia Saudita, se encontram face a face. Quanto ao canal de Suez, ele se tornou inutilizável devido aos ataques dos navios pelos egípcios, o que prejudica enormemente o abastecimento de petróleo na Europa, e é doravante controlado pelo Egito. A Síria, controlada pelo partido Baath, preconiza a unidade do mundo árabe, começando por uma fusão com o Egito, o que se concretiza na efêmera (1958-1961) República Árabe Unida (RAU). Depois do golpe de Estado dado pelos militares iraquianos que abolem a monarquia (14 de julho 1958), até o Iraque rompe com o Pacto de Bagdá, transformado então em Central Treaty Organization (Cento). A fim de interromper a expansão do comunismo, americanos e britânicos intervêm no Líbano e na Jordânia para reprimir a agitação que cresce nesses países (julho de 1958). Às Nações Unidas, todos os países da Liga Árabe propõem uma resolução em que demandam que o Oriente Médio seja mantido afastado das querelas das grandes potências (21 de agosto de 1958). Além disso, é a partir da conferência de Bandung e da crise de Suez que se desenvolve a segunda fase de descolonização, que se situa principalmente na África.

A descolonização na África do Norte

A situação é bastante diferente conforme se trate da Argélia, território considerado francês, onde habita uma forte minoria de europeus, ou da Tunísia e do Marrocos, protetorados que conservaram seus soberanos, se não sua soberania. Mas, em toda parte, a Liga Árabe manifesta sua oposição à política francesa na África do Norte e traz seu apoio aos partidos nacionalistas nos protetorados da Tunísia e do Marrocos e na Argélia. Em agosto de 1951, os países árabes decidem levar o problema marroquino à Assembleia Geral das Nações Unidas e, em dezembro, eles intervêm junto ao Conselho de Segurança a propósito da Tunísia.

O movimento nacionalista tunisiano. Ele é encorajado pela situação do país durante a guerra; ocupada por italianos e alemães, a Tunísia é teatro de batalhas sangrentas e terreno de enfrentamento entre franceses. Desde sua libertação, o beí Moncef, destituído por haver colaborado com os alemães, é substituído por Lamine Bey. Em 1951, começa o drama. As reivindicações do partido tradicionalista, o Destour, do partido ocidentalizado de Habib Burguiba, o Neo-Destour, e do sindicato União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT) são estimuladas pela chegada à independência, em outubro, da vizinha Líbia. O líder da oposição, Habib Burguiba, conclama à autonomia interna. O próprio beí exige a reunião de uma assembleia nacional tunisiana e a constituição de um governo tunisiano responsável.

A partir de dezembro de 1951, tumultos sacodem o campo no sul da Tunísia e a repressão se abate sobre os representantes do Neo-Destour (Burguiba é preso) e os ministros do governo tunisiano. Em julho de 1952, a França propõe um sistema de cossoberania no âmbito da União Francesa, o que é rejeitado. O terrorismo assola o país. Finalmente, o novo presidente do Conselho, Pierre Mendès France, vai a Túnis em julho de 1954 e, no discurso de Cartago, anuncia que a França concede autonomia interna à Tunísia. A Tunísia, assim, dispõe de seu próprio governo, mas permanece subordinada à França em matéria de defesa, política externa e relações econômicas internacionais. Após três anos de exílio, Habib Burguiba, o “combatente supremo”, retorna a seu país (1º de junho de 1955). As negociações franco-tunisianas levam à independência total da Tunísia em março de 1956.

O papel do soberano Muhammad Ibn Yussef no Marrocos. Ele foi muito mais marcante. Durante a guerra, foi encorajado em sua vontade de independência pelo presidente americano Roosevelt.

Desde o fim da guerra, as relações com a França tornaram-se tensas em razão da criação, por Allal al-Fasi, da “Istiqlal”, partido da independência, e do discurso do sultão em Tanger, em 1947, no qual ele exalta a Liga Árabe. Sob a influência de uma parte da colônia francesa, a política dos residentes sucessivos (marechal Juin, general Guillaume) é cada vez mais firme: eles insistem para que o sultão desautorize o Istiqlal. Mas o discurso do trono de novembro de 1952 é um apelo ao nacionalismo marroquino, entrando-se, assim, no ciclo agitação-repressão. Após as intrigas do paxá de Marrakech, o Glaui, apoiado por tribos berberes, colonos franceses e alguns altos funcionários franceses, Muhammad Ibn Youssef é deposto, substituído por um de seus primos e exilado em Madagascar durante o verão de 1953. A partir desse momento, a situação se degrada, sobretudo com atentados nas cidades. Em 1955, o governo francês decide trazer o sultão para a França e negociar com ele os acordos de La Celle-Saint-Cloud. Em novembro de 1955, Muhammad Ibn Youssef obtém tanto seu retorno ao trono do Marrocos (sob o nome de Muhammad V) quanto a promessa de independência. Em 16 de novembro, retorna triunfalmente a Rabat. Em 2 de março de 1956, o Marrocos acelera sua independência, seguido algumas semanas depois pela Tunísia.

A Argélia, já abalada por uma intensa revolta a partir de 8 de maio de 1945, é em si mesma um caso à parte. Constituída de departamentos franceses com estatuto especial, povoada por uma importante minoria europeia (1 milhão de um total de 9 milhões de habitantes em 1954), é considerada parte integrante da França. Assim, quando a revolta irrompe no dia de Todos os Santos, em 1954, os sucessivos governantes estão resolvidos a fazer respeitar a manutenção da república, realizando algumas reformas, entre as quais a criação do colégio eleitoral único, isto é, um corpo eleitoral composto indistintamente de muçulmanos e europeus.

ofertas de mediação a fim de encontrar uma saída para o drama argelino que ameaça a Aliança Atlântica.

A internacionalização da questão argelina está em marcha. Todo ano, na Assembleia Geral da ONU, a França, levada a julgamento, deve manobrar para que não seja condenada por uma resolução afro-asiática. A perspectiva da abertura de negociações leva à revolta de 13 de maio de 1958, que dá ao general De Gaulle a oportunidade de retornar ao poder, pois ele é considerado o único homem capaz de evitar a guerra civil e de restaurar a unidade nacional. Perante o Governo Provisório da República Argelina (GPRA), criado pela FLN em 19 de setembro de 1958, firme em sua reivindicação de independência e dirigido por um moderado, Ferhat Abbas, o general De Gaulle está animado de uma dupla preocupação: evitar uma nova derrota colonial e livrar-se do grilhão argelino para ter as mãos livres na política externa. Ele formula progressivamente uma política de desenvolvimento econômico, de reconciliação com a rebelião, de associação, de autodeterminação (16 setembro de 1959) e, enfim, da Argélia argelina que leva, através de crises políticas e golpes de Estado (“semana das barricadas” em janeiro de 1950, putsch dos generais em abril de 1961), a longas e difíceis negociações e aos Acordos de Évian (18 de março de 1962). A França obtém a garantia dos direitos da população europeia, a manutenção de uma presença militar por três anos, de seus interesses econômicos no Saara por cinco anos e a promessa de uma estreita cooperação franco-argelina. O cessar-fogo acontece em 19 de março. A maioria dos europeus abandona a Argélia, que proclama sua independência em 3 de julho de 1963.

A descolonização na África Negra

Antes de 1957, havia ainda pouquíssimos países independentes na África Negra. No espaço de cinco anos, de 1957 a 1962, quase toda a África deixa de ser colônia.

• A descolonização da África anglófona

Ela se faz progressivamente, território por território, seguindo etapas, por processos de negociação e sondagens, geralmente de forma pacífica.

A primeira colônia britânica africana a tornar-se independente (6 de março de 1957) é a Gold Coast (Costa do Ouro), que, sob o comando do líder independentista Kwame Nkrumah, adota o nome de Gana.

A Nigéria torna-se independente em 1º de outubro de 1960, e Serra Leoa em 27 de abril de 1961. Tanganica, antiga colônia alemã, que passara ao controle britânico, chega à independência em 28 de dezembro de 1961, sendo Julius Nyerere seu primeiro-ministro. Tornada independente em dezembro de 1963, a ilha de Zanzibar, que vivera distúrbios étnicos e políticos violentos, constitui com Tanganica uma república unida sob o nome de Tanzânia, em 29 de setembro de 1964.

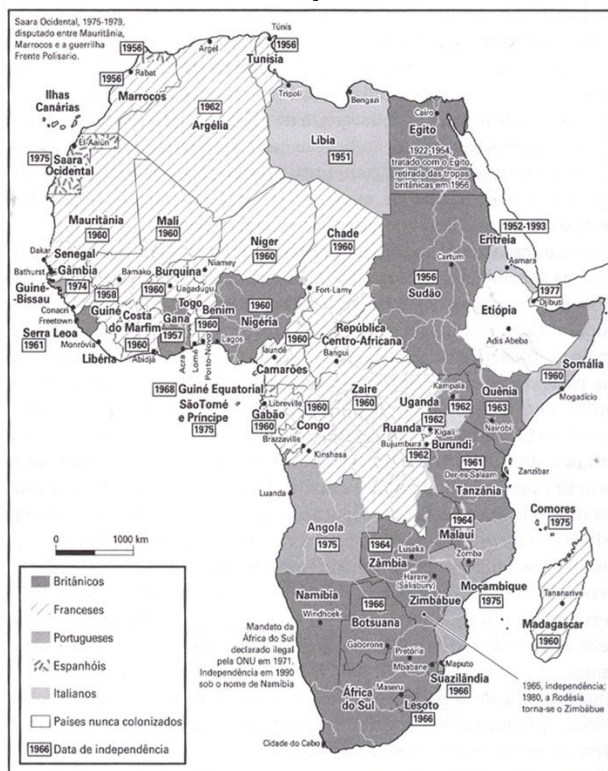
No Quênia, a descolonização é muito mais difícil porque, paralelamente ao partido independentista de Jomo Keniata, se desenvolve o movimento terrorista dos Mau Mau. A revolta dura até 1955. É somente em dezembro de 1963 que o Quênia alcança a independência. Enfim, em 9 de dezembro de 1962, Uganda entra no Commonwealth como país independente.

Na África austral, além da União Sul-Africana, independente no âmbito do Commonwealth desde 1910 e que depois o abandona em 1961, as possessões britânicas se compõem de três territórios: Rodésia do Sul, Rodésia do Norte e Niassalândia, reunidas em uma Federação da África Central. Essa Federação se desintegra em razão da independência do Niassalândia (julho de 1964), que adota o nome de Malawi, da secessão da Rodésia do Norte, que se torna a Zâmbia, e da situação particular da Rodésia do Sul, onde a forte minoria branca, que detém o poder, decide decretar unilateralmente e sem o acordo da Grã-Bretanha a independência do país (abril de 1964). Apesar do bloqueio instaurado pelos britânicos e por numerosos Estados africanos, a Rodésia do Sul persiste em sua política.

• A descolonização da África Negra francesa

Ela se dá de forma completamente diferente. A política francesa é, inicialmente, uma política de assimilação e, depois, evolui

A descolonização da África



Pouco a pouco, a Frente de Libertação Nacional (FLN) consegue ampliar a rebelião pela guerrilha e pelo terrorismo. A partir de 1956, o governo Guy Mollet reconhece a especificidade argelina e propõe uma solução em três etapas: cessar-fogo, eleições e negociações. Mas ele reforça a ação militar na Argélia com o envio de jovens convocados do contingente - o que os governos precedentes não haviam ousado fazer na Indochina - e, no exterior, pela inspeção de um avião que transportava os dirigentes da rebelião (22 de outubro de 1956) e pela intervenção em Suez (novembro). O exército francês exerce seu “direito de seqüela” bombardeando unidades da FLN refugiadas na aldeia tunisiana Sakiét Sidi Youssef (8 de fevereiro de 1958). As relações com o Marrocos, a Tunísia e os países árabes são cada vez mais tensas. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha fazem pressão sobre o governo francês para que aceite suas

para uma de independência, seguindo normas gerais dentro da União Francesa.

Ao final da Constituição da 4ª República, todas as antigas colônias da África Negra e de Madagascar tornam-se “territórios ultramarinos”, seus habitantes tornam-se cidadãos franceses e elegem seus representantes nas Assembleias francesas. Apesar de dúvidas sobre a ideia de um agrupamento federal, as elites africanas, que se libertavam pouco a pouco, aspiravam a mais autonomia em relação à França.

A lei de bases (ou lei Defferre). O movimento de descolonização que se iniciava no mundo inteiro, da Conferência de Bandung em 1955 à independência concedida a Gana, em 1957, leva o governo de Guy Mollet a estabelecer um padrão de evolução flexível para os países da África Negra e Madagascar. É a lei de bases, votada em 23 de junho de 1956, que prevê uma grande autonomia interna, com assembleias eleitas por sufrágio universal direto e colégio eleitoral único em cada território, capitaneados por uma assembleia geral. Essa lei, chamada “lei Defferre”, nome do ministro responsável por ela, permite a aprendizagem da autogestão pelas elites africanas, com a ajuda da metrópole e em paz. Os territórios de Camarões e do Togo, atribuídos por mandatos da SDN em 1922 e transformados em territórios sob tutela em 1946, alcançam a independência. A república do Togo recebe autonomia completa em 1956 e se torna independente em 24 de abril de 1960. O mesmo ocorre com Camarões, em 1º de janeiro 1960, ao qual se une o Camarões anteriormente inglês.

A Comunidade. Após seu retorno ao poder, o general De Gaulle proclama o direito à independência dos povos de Ultramar. No entanto, ele acentua que os africanos poderão escolher, por um referendo, entre a Comunidade com a França e a independência em secessão. Em 23 de setembro de 1958, 11 territórios das 12 antigas colônias da África ocidental e equatorial francesas aceitam a constituição da 5ª República e da Comunidade, que dá a esses Estados uma grande autonomia interna, mas que conserva as competências em política externa e defesa nacional. Apenas a Guiné de Sékou Touré se recusa a aderir à Comunidade. De fato, ao longo dos anos 1960, todos os Estados africanos membros da Comunidade solicitam à França a transferência de competências, chegam à independência e assinam em seguida um tratado de associação com a França. É o caso do Senegal e do Sudão (agrupados por algum tempo na Federação do Mali); de Madagascar (26 de junho de 1960); depois dos quatro Estados da África equatorial, Congo, Gabão, a República Centro-Africana, Chade; enfim, os países da “Entente”, Costa do Marfim, Dahomey, Alto Volta, Níger; e, por último (19 de outubro de 1960), a Mauritânia, da qual uma parte do território é reivindicada pelo Marrocos.

• A descolonização do Congo Belga

Na sequência das modificações que afetam a África Negra francófona, a febre nacionalista toma conta do Congo Belga, que era a mais vasta e a mais rica (graças às reservas de cobre e urânio da província de Katanga) de todas as colônias europeias na África Negra. Se a Bélgica praticara até aquele momento uma política paternalista, ela concede bruscamente a independência (30 de junho de 1960) aos nacionalistas congolezes, Kasavubu e Lumumba, que a reclamam. Um se torna chefe de Estado, o outro primeiro-ministro. Mas, desde seu nascimento, esse Estado torna-se presa de incidentes antibelgas e de uma guerra civil em que se enfrentam os “centralistas” em torno de Lumumba, então chefe de governo, e os “federalistas” da província de Katanga, liderados por Moïse Tshombe, que faz secessão e proclama a independência de sua província. O que está em jogo no Congo é tão importante que se assiste à internacionalização do conflito. As ameaças soviéticas e a intervenção dos Capacetes Azuis se somam aos conflitos internos (oposição entre Kasavubu e Lumumba, apoiado pela URSS) e a entrada em cena do exército congolês comandado pelo general Mobutu. A confusão atinge o ápice após a prisão e o assassinato de Patrice Lumumba (fevereiro de 1961) e a morte do secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld (18 de setembro de 1961), que não poupava esforços para chegar a uma solução. Finalmente, as secessões são vencidas e a unidade do Congo é restaurada graças às forças da ONU. Mas a ordem retorna apenas com a ascensão do general Mobutu ao poder (novembro de 1965).

Outros dois territórios sob tutela belga, Ruanda e Urundi (depois chamado de Burundi), alcançam a independência em 1º de julho de 1962.

• Os “resíduos” de colônias europeias na África Negra em 1962

Os únicos territórios africanos que ainda não conquistaram sua independência em 1962 são o Saara Espanhol, a Costa Francesa dos Somalis, que se tornou Território Francês dos Afares e dos Issas, e sobretudo as colônias portuguesas: as ilhas de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, a Guiné Portuguesa, Angola e Moçambique. Portugal as considera como províncias e lhes aplica uma política de assimilação. A chegada à independência dos outros países africanos provoca revoltas mais ou menos latentes nesses países.

A evolução das Nações Unidas

Entre o movimento de descolonização e a organização das Nações Unidas, as interações são evidentes. Por meio de reiterados debates sobre a descolonização, a ONU certamente tem um peso na independência das colônias, como mostram as votações sobre a inscrição na ordem do dia da Assembleia das Nações Unidas sobre a questão argelina. É preciso, contudo, esperar 1961 para que as Nações Unidas votem uma declaração segundo a qual toda colônia deve receber imediatamente sua independência.

Por outro lado, a descolonização provoca uma transformação da estrutura diplomática internacional, em particular na Organização das Nações Unidas, onde a aparição de novos Estados abala uma maioria tradicionalmente inspirada pelos Estados Unidos na Assembleia Geral. Os novos membros se servem das Nações Unidas como de uma tribuna em que as posições ocidentais são questionadas.

O declínio do poder do Conselho de Segurança. E exatamente nesse momento que o poder real passa do Conselho de Segurança, paralisado pelo exercício do direito de veto, à Assembleia das Nações Unidas, onde os países do Terceiro Mundo detêm a maioria e o grupo afro-asiático comanda, privilegiando a luta contra o colonialismo. Ao mesmo tempo, o secretariado-geral da ONU, de simples órgão de execução, torna-se um verdadeiro governo internacional. Essa orientação é adotada pelo sueco Dag Hammarskjöld, que sucede como secretário-geral da ONU (10 de abril de 1953-17 de setembro de 1961) a outro escandinavo, o norueguês Trygve Lie (fevereiro de 1946 a 1953). Esse diplomata se cerca de colaboradores autenticamente “desnacionalizados”, o que lhe faz entrar em conflito com a URSS, à qual ele recusa qualquer posto elevado no aparelho das Nações Unidas. Ele organiza com eficácia a força de emergência chamada a estacionar no território egípcio após a crise de Suez de 1956, os grupos de observadores militares encarregados de uma investigação sobre os distúrbios no Líbano em 1958 e, sobretudo, a intervenção das Nações Unidas no Congo, onde ele morre, em 18 de setembro de 1961, em um acidente de avião.

O declínio da autoridade do secretariado-geral. Com a finalidade de conseguir influência sobre o secretariado-geral, a União Soviética reclama a substituição de um só homem por um grupo de três homens: a “troika”, composta de um ocidental, um comunista e um neutro, sendo que cada um deles disporia do direito de veto. De certo modo, ela deseja transpor para o secretariado o mecanismo do Conselho de Segurança. Uma vez que esse projeto conseguiu apenas um número modesto de votos, a URSS, com o objetivo de restringir a importância do secretariado-geral e a autonomia de suas atividades, apoia, em 3 de novembro de 1961, a nomeação do candidato dos afro-asiáticos, o birmanês U Thant. Sua longa administração (1961-1971) é marcada por um declínio contínuo da autoridade do secretário-geral, ainda que, em um primeiro momento, consiga liberar as Nações Unidas de sua participação no conflito congolês, depois de haver reduzido a secessão de Katanga, e empregue a força da ONU destinada a se interpor, em Chipre, entre a comunidade grega e a turca.

Uma série de outros fatores contribui para a diminuição da credibilidade das Nações Unidas e de suas instituições. A influência do grupo afro-asiático decresce depois da violação da Carta pela própria Índia, que se apodera pela força do enclave português de Goa (1961), dos conflitos indo-paquistanês e sino-indiano e também dos múltiplos golpes de Estado na África. As diatribes inflamadas

lançadas por delegados afro-asiáticos contra os regimes sul-africano, rodesiano e português dão a impressão de verbalismo e contribuem para a alteração da imagem da ONU perante a opinião internacional. Dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - a União Soviética e a França - desejam limitar o papel político do secretário-geral e recusam a U Thant toda e qualquer delegação excessiva em matéria de operações de manutenção da paz. É o general De Gaulle não se priva de criticar publicamente o “troço”.

Enfim, as intermináveis discussões sobre o desarmamento também causam danos à ONU. Em 15 de novembro de 1945, pela primeira resolução que vota, a Assembleia Geral das Nações Unidas cria a Comissão de Energia Atômica (CEA), composta de doze membros do Conselho de Segurança e do Canadá. É a essa comissão que, em junho de 1946, o representante americano Bernard Baruch propõe o plano que leva seu nome, e que consiste em estabelecer uma “Autoridade de Desenvolvimento Atômico” encarregada de controlar a produção mundial de matérias físséis. O representante soviético Andrei Gromyko imediatamente rejeita o plano, pois a União Soviética não aceita o controle internacional de suas instalações atômicas. Ele preconiza, por sua vez, a proibição de armas atômicas e a destruição dos estoques existentes. O impasse é total.

Em 13 de fevereiro de 1947, o Conselho de Segurança cria uma Comissão de Armamentos de tipo clássico. O representante soviético, Litvinov, pede a redução proporcional a um terço de todas as forças terrestres, aéreas e navais. As potências ocidentais reclamam o recenseamento prévio dos armamentos existentes, mas esbarram no veto da União Soviética, que rechaça qualquer controle.

É nítido o impasse tanto no que se refere às armas convencionais quanto às armas atômicas. E, como forma de protesto contra a recusa de substituir a China de Formosa pela China de Pequim, a União Soviética se retira das comissões de desarmamento em 1950.

Quando as discussões são retomadas, em 1954, o representante soviético, Vichinski, aceita, diante da Assembleia das Nações Unidas, um plano de compromisso franco-inglês. A URSS adere à imbricação de medidas de desarmamento clássico e nuclear, já não insiste sobre a redução proporcional dos efetivos e dos armamentos convencionais e parece aceitar a necessidade de um controle. Porém, na conferência de cúpula de Genebra (18-23 de julho de 1955), os chefes de Estado ou de Governo não conseguem estabelecer um acordo. A partir daí, a questão do desarmamento será tratada, sobretudo, fora do âmbito das Nações Unidas, pelo diálogo entre as duas superpotências. Trata-se de mais um fracasso da ONU.

A evolução dos blocos

Aos poucos, os blocos começam a perceber que suas relações não tendem necessariamente à guerra aberta. Os primeiros sinais de degelo remontam à morte de Stálin, mas a coexistência pacífica está na ordem do dia no relatório de N. Kruchov ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A desestalinização está na origem das fissuras que aparecem no bloco oriental. No bloco ocidental, um novo polo de poder está nascendo em torno do Mercado Comum. A coexistência pacífica não significa, no entanto, o fim das tensões. No sistema de equilíbrio do terror, as crises de Berlim e de Cuba abalam o mundo.

A desestalinização e as crises polonesa e húngara

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética é marcado pela apresentação de dois relatórios - um deles secreto - pelo secretário-geral do PCUS. No texto, Nikita Kruchov admite a pluralidade de orientações na construção do socialismo. É o caminho aberto para alguma autonomia às democracias populares.

A desestalinização está na ordem do dia à época do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (14-25 de fevereiro de 1956), ao longo do qual os discursos condenam o “culto à personalidade”, evocam novas relações Leste-Oeste, insistem na importância dos países “neutralistas” e na diversidade dos percursos nacionais na construção do socialismo. O essencial reside no relatório secreto em que Nikita Kruchov, que se tornou nesse meio-tempo o homem forte do regime, denuncia o período stalinista e o culto à personalidade de Stálin. A dissolução do Kominform (17 de abril de 1956) parece possibilitar às democracias populares uma maior

independência em relação à União Soviética. No entanto, as crises polonesa e húngara vão mostrar os limites da desestalinização.

Desde 1953, um afrouxamento geral se opera na Polônia e na Hungria; manifestações de escritores e de estudantes criticam alguns aspectos do regime. Na Hungria, o enfrentamento opõe o secretário-geral do partido, Rákosi, ao primeiro-ministro, Imre Nagy, que, após denunciar os abusos da polícia e a coletivização sistemática das terras, é exonerado de suas funções em 14 de abril de 1955 e excluído do partido.

Na Polônia, a “desestalinização” leva à reabilitação do antigo secretário-geral do partido operário, Wladyslaw Gomulka, preso em 1951. De fato, após as revoltas dos trabalhadores de Poznan (junho de 1956), a União Soviética parece prestes a intervir no confronto que irrompe, em outubro, entre stalinistas e antistalinistas. Kruchov chega a deslocar-se para Varsóvia e termina por aceitar o novo poder polonês. O confronto vira a favor do antistalinista Gomulka, eleito primeiro secretário do Partido (21 de outubro de 1956), ao passo que o ministro da Defesa, o marechal soviético Rokossovski, é excluído do órgão de direção política do partido e de seu posto. Apesar desse verdadeiro golpe de Estado, os soviéticos aceitam essa mudança, pois os novos dirigentes poloneses declaram que permanecerão fiéis ao Pacto de Varsóvia.

Na Hungria, os acontecimentos são muito mais dramáticos. A efervescência política se desenvolve tendo por pano de fundo uma crise econômica grave. Impotente diante da agitação, Rákosi é obrigado a se demitir em julho. As manifestações de outubro se transformam em insurreição geral e nacional após uma primeira intervenção militar soviética, em 24 de outubro. Sob pressão popular, o novo governo dirigido por Imre Nagy proclama a neutralidade da Hungria (1º-3 de novembro de 1956), o pluripartidarismo e denuncia o Pacto de Varsóvia. A União Soviética, que num primeiro momento retirara suas tropas, decide matar no ovo a revolução húngara. Ela não pode aceitar nem o desmentido político que esse caso inflige ao dogma do caráter irreversível das conquistas comunistas, nem a perda estratégica das bases militares no centro da Europa, nem a perspectiva de eleições livres na Hungria. O exército soviético entra em Budapeste em 4 de novembro e destrói toda resistência que encontra. Prende Nagy e instala János Kádár no poder. Este último restabelece o poder absoluto do partido comunista húngaro; a Hungria reintegra o Pacto de Varsóvia e a normalização segue seu curso. A repressão da revolta húngara pela União Soviética é aprovada pelos comunistas. Em contrapartida, é denunciada pelos países ocidentais, que a veem como a prova da dominação implacável do “Grande Irmão” na Europa do Leste. Após um arremedo de processo, Nagy é executado em 17 de junho de 1958. E János Kádár torna-se o senhor absoluto do país em dezembro de 1961.

A União Soviética marcou claramente, portanto, os limites da autonomia que concedia a seus satélites. É uma freada abrupta na busca de caminhos nacionais para o socialismo. Durante a celebração do 40º aniversário da Revolução de Outubro (em novembro de 1957), os partidos comunistas afirmam a unidade do mundo socialista em uma declaração que Tito não aprova. Mas, avivadas pelos desacordos entre chineses e soviéticos, fissuras apareceram no bloco soviético oriental. No campo ocidental, a Europa também se organiza perante os Estados Unidos.

A retomada da construção europeia

Assiste-se, de fato, à construção de um conjunto econômico europeu que seria suscetível de contrabalançar o poder americano. Após o fracasso da CED, a ocasião parece favorável para explorar as vias de uma “retomada europeia”.

A conferência dos seis ministros da Ceca, reunidos em Messina a convite do novo ministro italiano das Relações Exteriores, G. Martino, em 1º de junho de 1955, decide essa retomada pelo desenvolvimento de instituições comuns, pela fusão progressiva de suas economias nacionais, criação de um Mercado Comum, harmonização de suas políticas sociais e pela criação de uma Comunidade Europeia de Energia Atômica.

Os trabalhos de especialistas reunidos em Bruxelas sob a presidência do ministro belga das Relações Exteriores, Paul Henri Spaak, resultam nos projetos da Euratom e do Mercado Comum, onde a dose de supranacionalidade é mais fraca que aquela existente na Ceca. A Alta Autoridade é substituída por um Conselho de

Ministros e uma Comissão, inicialmente composta por 9 membros, depois por 14. Os comissários, que são especialistas, são designados pelos governos dos Estados-membros, mas não os representam. Eles são encarregados de elaborar a política a ser seguida. O Conselho de Ministros, que reúne os representantes dos governos, é o órgão de decisão. Ele examina as proposições da Comissão e decide segundo a regra de unanimidade. Após um prazo de seis anos, o tratado estipula que a regra da maioria simples deverá prevalecer. Também estão previstas uma assembleia e uma corte de justiça.

O nascimento do Mercado Comum. Os tratados que o instituem são assinados em Roma, em 25 de março de 1957. O Mercado Comum é concebido como uma união aduaneira. Sua realização deve ser progressiva: três períodos de quatro anos; em cada fase, os países-membros reduzirão suas tarifas aduaneiras em relação aos outros membros. Uma tarifa exterior seria estabelecida em relação a terceiros países. De outra parte, as fronteiras se abririam progressivamente aos movimentos internos de trabalhadores e de capitais. Os territórios ultramarinos seriam admitidos a título de experiência.

A Euratom. Originalmente, o objetivo da Euratom é fornecer, por boas condições, a energia de que necessita a Europa e garantir uma maior independência à Europa dos Seis em matéria atômica. Na verdade, o objetivo designado à Euratom não consiste em reunir a produção de energia atômica no conjunto dos seis países. Uma agência de abastecimento dispõe de uma opção de compra sobre os minerais, matérias brutas e matérias fósseis produzidos nos países-membros e do direito exclusivo de firmar contratos relativos ao fornecimento dessas matérias provenientes do exterior. Um controle minucioso, acompanhado de inspeções in loco, seria exercido pela Comunidade. Apesar das esperanças depositadas nesse organismo, a Euratom se revela um fracasso. As segundas intenções da França, que deseja conservar sua independência atômica para poder construir sua bomba, e a vontade americana de limitar o grau de autonomia dos países europeus nessa área levam ao fracasso dos projetos mais ambiciosos. Quando, em 1957, os seis países europeus, sob a iniciativa francesa, consideram a construção de uma usina de separação isotópica que lhes fornecerá seu próprio urânio enriquecido, os americanos abaixam o preço desse produto à disposição dos países europeus, o que os dissuade de empreender esses dispendiosos investimentos.

Os dois tratados instituem uma zona econômica particular, aquela da Europa dos Seis, uma Europa continental.

A Aelc. O Reino Unido, que se recusou a entrar no Mercado Comum, tenta criar uma vasta zona de livre comércio abrangendo todos os países-membros da Oece, que englobaria, portanto, o Mercado Comum e lhe retiraria toda sua especificidade. Diante da recusa francesa, os britânicos criam com outros países europeus (Portugal, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega e Suécia) a Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc), por meio do tratado de Estocolmo (20 de novembro de 1959).

Efetivamente, o Mercado Comum entra em vigor em 1º de janeiro de 1959 e adquire, apesar da concorrência da Associação Europeia de Livre Comércio, uma real importância. A diminuição dos tributos aduaneiros e a ampliação do número de mercadorias se sucedem regularmente. As modalidades de uma política agrícola e de uma política financeira comuns são estudadas. A tal ponto que o primeiro-ministro britânico, Harold MacMillan, decide abrir negociações durante o verão de 1961, visando entrar no Mercado Comum.

A solução do conflito sobre o Sarre, se não encaminha para uma integração europeia, suprime o principal elemento de tensão entre a França e a Alemanha. Para resolver esse problema, o chefe do governo do Sarre, J. Hoffmann, lançara a ideia, em março de 1952, de europeizar o Sarre. É difícil encontrar um acordo sobre as modalidades entre a França e a Alemanha, enquanto a França faz disso uma condição prévia à ratificação da CED, e a opinião pública do Sarre, por sua vez, evolui para a vinculação pura e simples com a República Federal. O plano Van Naters (nome do relator do Conselho da Europa), de 17 de setembro de 1953, propõe que o Sarre se torne um território europeu e sede de instituições europeias, com um governo local, no âmbito econômico e monetário francês. Após o fracasso da CED, a França ainda considera a solução da questão do Sarre como condição de um acordo mais global. Em 23 de outubro de 1954, franceses e alemães adotam o plano Van Naters, especificando que o estatuto do Sarre será submetido a um referendo. A consulta

popular que ocorre em 23 de outubro de 1955 é vencida pelos partidários da união com a Alemanha, que rejeita o estatuto europeu proposto. A fim de acertar as modalidades do retorno à Alemanha, as negociações franco-alemãs culminam no acordo de outubro de 1956. O Sarre deve ser incorporado à Alemanha, no plano político, a partir de 1º de janeiro de 1957 e, no plano econômico, em 1º de janeiro de 1960. Em troca, a França obtém remessas de carvão do Sarre e a canalização do Mosela, que deveria acabar com o isolamento da siderurgia lorena. Assim, desaparece a principal fonte de tensão entre a França e a Alemanha.

A coexistência pacífica e seus limites

Entre os dois campos, Leste e Oeste, a coexistência pacífica sucede a guerra fria. O degelo começara desde a morte de Stálin, mas, em 1955, torna-se mais nítida a mudança da política externa soviética, como demonstram a assinatura do tratado de paz concernente à Áustria e a reconciliação dos dirigentes soviéticos com Tito.

Os fatores são essencialmente a emergência do Terceiro Mundo e o equilíbrio do terror. Graças à descolonização, nasceram na Ásia e na África Estados que se recusaram a alinhar-se ao Leste ou ao Oeste e querem viver em paz: um novo ator, o Terceiro Mundo, vem perturbar o jogo bipolar. De outro lado, a ameaça de aniquilamento representada pelas armas nucleares já não é monopólio de uma única potência. Ela é bilateral e equilibrada, em suma: ela se neutraliza. No plano do equilíbrio mundial, a crise de Suez, assim como a da Hungria, demonstra que as duas superpotências preferiram não se enfrentar. Os dirigentes soviéticos, e em particular Nikita Kruchov, são mais rápidos que os americanos em adaptar sua política a essa evolução. Em seu relatório ao Soviète Supremo, em 31 de outubro de 1959, Kruchov abandona a ideia de confronto militar inevitável entre os sistemas capitalista e comunista. Mesmo que a vitória do comunismo continue sendo o objetivo a longo prazo, a competição deve se limitar aos terrenos econômico e ideológico.

De fato, entre 1955 e 1962, o estilo das relações diplomáticas muda: os dirigentes soviéticos multiplicam as viagens ao exterior. Kruchov encontra Eisenhower nos Estados Unidos em setembro de 1959, De Gaulle na França em março de 1960, Kennedy em Viena em 1961. E ele privilegia, doravante, a competição econômica com os Estados Unidos, profetizando que em 1980 a União Soviética terá amplamente superado os Estados Unidos em matéria de produção. A vitória comunista deve se realizar no campo econômico.

No entanto, apesar de tudo, a guerra fria continua. Ela afeta particularmente seu epicentro, Berlim, a partir de 1958, e se estende à África durante os conflitos de descolonização, à América Latina, com a crise de Cuba, e à Ásia, no estreito de Formosa, onde os comunistas chineses bombardeiam as ilhas da China Nacionalista, Quemoy e Mazu (22-23 de agosto de 1958). Os americanos, pela voz de seu secretário de Estado, J. F. Dulles, levam muito a sério o assunto e se declaram prontos a irem até mesmo à guerra. Essa crise no estreito de Formosa ocorre num contexto ambíguo das relações entre a União Soviética, que prometeu a seu aliado ajuda técnica para a fabricação de um arsenal atômico, e a China, que se lança em uma profunda transformação interna conhecida pelo nome de “Grande Salto Adiante”, criticada por Kruchov em sua viagem a Pequim, em julho de 1958. É preciso ver nessa crise um sinal de independência da China em relação à União Soviética, mesmo que Kruchov informe o presidente Eisenhower que qualquer ataque contra a China comunista será considerado dirigido contra a URSS. A crise se acalma por si mesma. A questão de Taiwan é congelada.

• O equilíbrio do terror

A diplomacia soviética sabe tirar partido do jogo de dissuasão nuclear brandindo contra a França e a Inglaterra, durante a crise de Suez, a ameaça do fogo nuclear e intimidando os Estados Unidos com seu sucesso no espaço.

O sucesso soviético no espaço. O lançamento do primeiro satélite artificial da Terra - o Sputnik - pelos soviéticos, em 4 de outubro de 1957, e o primeiro voo de um homem no espaço, o soviético Gagarin (12 de abril de 1961), representam grandes feitos científicos e parecem provar que a URSS dispõe de mísseis de longa distância que, lançados de seu território, podem atingir os Estados Unidos. Estes tomam consciência do que creem ser seu atraso, o missile gap, e decidem empreender um esforço gigantesco para

recuperá-lo. Em 25 de maio de 1961, o presidente Kennedy aceita o desafio e pede ao Congresso um esforço dobrado para a conquista espacial. É também o início de uma nova corrida armamentista destinada não a aniquilar o adversário, mas a esgotá-lo e a manter a superioridade.

A nova estratégia americana. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos fazem uma nova inflexão em sua estratégia. O novo presidente, o democrata J. F. Kennedy, afirma a vontade dos Estados Unidos de proteger o mundo livre, mas, sob o impulso do secretário de Defesa, R. MacNamara, os democratas substituem a doutrina das represálias maciças por aquela da resposta gradativa. Essa visa tornar proporcional a resposta em relação à ameaça e ao que está em jogo, seguindo numa escalada complexa, indo do conflito convencional à guerra nuclear. Essa estratégia implica, conseqüentemente, a posse de uma panóplia completa de armas e, em especial, o reforço das forças convencionais americanas, tornadas mais móveis, assim como, no campo nuclear, o desenvolvimento de novos meios de resposta, tais como os mísseis Polaris. Ela é acompanhada de uma profunda reforma da administração da Defesa americana, o Pentágono, no sentido de uma centralização do comando supremo. Apesar das inquietações americanas sobre o *missile gap*, a URSS está, de fato, bastante atrasada em relação aos Estados Unidos na corrida aos armamentos estratégicos. Em 1962, Moscou dispõe de 75 mísseis intercontinentais em bases terrestres e fabrica apenas 25 por ano; os Estados Unidos possuem 294 mísseis intercontinentais e fabrica 100 por ano. A superioridade americana é ainda mais esmagadora no terreno dos mísseis submarinos e dos bombardeiros intercontinentais.

As primeiras negociações para o desarmamento. Outra conseqüência do equilíbrio do terror é o impulso para o desarmamento. A União Soviética torna-se a campeã da ideia e apoia o projeto Rapacki de desnuclearização da Europa Central (1957-1958) e decreta moratória dos testes nucleares. Em 1958 são abertas, entre as três potências então dotadas de armas atômicas, negociações que visam a suspensão das experiências nucleares na atmosfera. Paralelamente a essas conversações que se arrastam, em abril de 1961 os governos americano e soviético decidem retomar as negociações em um novo organismo, “o Comitê dos 18”, formado por representantes das potências ocidentais, orientais e não alinhadas. Durante o encontro na cúpula de Viena (3 e 4 de junho), Kruchov pede a Kennedy que as negociações sobre os testes nucleares sejam remetidas ao âmbito mais geral do desarmamento. Em setembro de 1961, os negociadores americano e soviético, MacCloy e Zorine, estabelecem um objetivo ambicioso: o desarmamento geral e completo. No entanto, sua realização será progressiva, por etapas, de duração determinada, equilibrada. Na verdade, a convergência americano-soviética vai conduzir ao abandono da perspectiva de uma redução geral dos armamentos. As duas superpotências vão preferir de agora em diante a negociação de acordos parciais e seletivos.

• As crises de Berlim e de Cuba

Quando se poderia acreditar que a guerra fria terminara, ela ameaça especialmente seu “epicentro”, Berlim, a partir de 1958, mas agora também afeta os mundos extraeuropeus, a África e a América Latina, em particular Cuba. Através do desenrolar dessas duas crises, dá-se uma longa aprendizagem de coexistência que desemboca na distensão.

A questão de Berlim. Desde 1948, a antiga capital do Reich hitlerista constitui uma questão fundamental entre o Leste e o Oeste. Berlim Ocidental torna-se um símbolo da liberdade e o próprio objeto da vontade ocidental de defender essa liberdade. Porém a manutenção da presença ocidental em Berlim é percebida como um questionamento permanente da esfera de influência soviética e da construção de uma Alemanha comunista. O fluxo de refugiados alemães orientais que passa por Berlim não para de aumentar. Em quinze anos, 3 milhões de alemães emigraram desse modo do Leste para o Oeste, aproveitando o estatuto de Berlim. Esse voto “com os pés” atinge a credibilidade da Alemanha Oriental.

Apesar da evolução geral da Alemanha, o estatuto de Berlim não muda. Quando, em 23 de outubro de 1954, os acordos de Paris instauram a soberania da Alemanha Ocidental, eles mantêm, no entanto, os direitos das potências ocidentais em Berlim, em particular a ocupação militar.

Em 10 de novembro de 1958, Kruchov retoma brutalmente a questão de Berlim ao endossar a tese alemã oriental que denuncia o

estatuto quadripartido. A nota soviética de 27 de novembro declara que Berlim Ocidental deve ser incorporada à RDA ou internacionalizada sob o controle das Nações Unidas. Se, em um prazo de seis meses, a União Soviética não obtiver satisfação, ela ameaça assinar um tratado de paz em separado com a Alemanha Oriental, que deteria assim o controle das vias de acesso a Berlim Ocidental. É uma crise muito séria, pois o problema está em saber se os americanos aceitariam correr o risco de uma guerra nuclear para defender um território pequeno e longínquo, mas simbólico. Os ocidentais se recusam a tratar da questão de Berlim separada de uma solução global do problema alemão, a que não se chega na conferência de ministros das Relações Exteriores em Genebra (maio-julho de 1959). A viagem de Kruchov aos Estados Unidos permite, apaziguar a tensão e antecipar uma conferência de cúpula das quatro potências. Organizada em Paris em maio de 1960, a conferência também fracassa, pois tropeça na exigência de Kruchov de um pedido de desculpa por causa de um sobrevoo do território soviético por um U-2, avião espião americano. Apesar dos esforços de conciliação, a conferência é interrompida imediatamente. Os quatro grandes se separam. A tensão reaparece. A atmosfera fica ainda mais pesada por causa das acusações violentas de Kruchov na Assembleia das Nações Unidas, em setembro de 1960. Por ocasião do encontro Kennedy-Kruchov em Viena (3 e 4 de junho de 1961), o dirigente soviético novamente exige a transformação de Berlim Ocidental em cidade livre, no âmbito de um tratado de paz com as duas Alemanhas. A crise chega a seu apogeu no momento da construção, na noite de 12 para 13 de agosto de 1961, do “muro de Berlim” pelas autoridades alemãs-orientais. Os limites entre os setores oriental e ocidental de Berlim são hermeticamente fechados. A hemorragia da população é estancada, mas o preço político do “muro da vergonha” é considerável. Logo após a crise, o papel de Berlim como peça política nas relações Leste-Oeste parece perder em intensidade.

Cuba: o braço de ferro das duas superpotências. A ilha de Cuba, antiga possessão espanhola, é, desde a guerra hispano-americana de 1898, independente no plano político. Porém, situada a 150 de quilômetros da costa da Flórida, Cuba vive sob a tutela econômica dos Estados Unidos, que possuem nela também a base militar de Guantánamo. A preponderância do açúcar nas exportações cubanas (80% do total das exportações) reforça essa dependência: se os Estados Unidos param suas importações de açúcar cubano, é a ruína. Uma revolta latente reina na ilha, dirigida pelo ditador Batista, contra o qual um jovem advogado, Fidel Castro, anima desde 1952 uma luta armada que se transforma em guerrilha. Em 26 de julho de 1953, ele lança um ataque, que fracassa, contra o quartel de Moncada e precisa deixar o país. De volta em 1956, refugiado nas bases da Sierra Maestra, Fidel Castro realiza, em 1958, uma ofensiva vitoriosa. Em 31 de dezembro de 1958, Batista, abandonado pelos americanos, foge, deixando o poder a Fidel Castro e a seus “Barbudos”.

As relações entre o novo regime cubano e os Estados Unidos não se deterioram imediatamente. Mas, à medida que Castro quer libertar Cuba da influência americana, ele estabelece laços cada vez mais estreitos com a União Soviética nos planos diplomático e econômico. Em julho de 1960, o anúncio feito por um homem próximo de Castro, Che Guevara, de que Cuba faz parte do campo socialista é visto como um golpe inadmissível contra a doutrina Monroe, que recusa qualquer intervenção de países não americanos nos assuntos americanos. Em outubro de 1960, os Estados Unidos suspendem toda ajuda financeira, interrompem toda importação de açúcar na esperança de asfixiar Cuba e rompem, enfim, as relações diplomáticas.

A tensão aumenta também por causa dos refugiados cubanos e dos efeitos da reforma agrária nas grandes companhias americanas proprietárias de terras. Exilados cubanos, hostis ao regime de Fidel Castro, preparam uma intervenção militar com apoio americano. Entretanto, o desembarque na baía dos Porcos fracassa (15 de abril de 1961), o que é um duro golpe no prestígio do novo presidente americano e aumenta a inflexibilidade do castrismo. Visando reforçar os regimes anticomunistas na América Latina e assim canalizar a transmissão do anticastro, Kennedy propõe, em agosto de 1961, à Organização dos Estados Americanos (OEA) um vasto programa de ajuda, a “Aliança para o Progresso”, e, em janeiro de 1962, a exclusão de Cuba da OEA. Os cubanos, por sua vez, pedem e obtêm armas da URSS.

Em outubro de 1962, os serviços americanos têm certeza de que, na verdade, os soviéticos instalam em Cuba rampas de lançamento de mísseis de alcance intermediário, capazes de atingir o território americano. Além disso, informado da chegada iminente de cargueiros soviéticos transportando mísseis e bombas, o presidente Kennedy tem de enfrentar um desafio tanto mais grave na medida em que ultrapassa o que está em jogo em Cuba. Os soviéticos procuram medir a disposição de retaliação dos americanos? Ou querem obrigar os americanos a fazer concessões a respeito de Berlim? Decidido a uma política linha-dura, Kennedy vai negociar “à beira do precipício”. Ele anuncia, em 22 de outubro, que a marinha americana estabeleceu um bloqueio ao redor da ilha para interceptar os navios soviéticos e exige da União Soviética que desmonte as instalações existentes e pare de armar Cuba. Parece que se está à beira de uma terceira guerra mundial. Em 26 de outubro, graças a discretas tratativas, Kruchov cede: ele dá a seus navios a ordem de fazer meia-volta e pede como moeda de troca por sua aceitação das condições americanas a promessa de que os Estados Unidos renunciarão a invadir Cuba e retirarão seus mísseis instalados na Turquia. Em 25 de outubro, os soviéticos aceitam desmontar e levar de volta para a URSS os armamentos ofensivos instalados em Cuba. Porém a resolução definitiva do conflito tarda em razão da má vontade e da desconfiança de Fidel Castro.

A Crise de Cuba



A crise de Cuba é uma data importante na história das relações internacionais, pois constitui, em primeiro lugar, uma verificação da teoria da dissuasão, com a escalada nuclear seguida de uma solução pacífica. Ela confere um prestígio excepcional ao presidente Kennedy, que pôde reagir à provocação soviética. E revela a superioridade americana no setor das armas estratégicas.

Além disso, a crise prova que o diálogo das duas superpotências é não apenas necessário, mas também possível: resolveram, assim, a crise cubana sem se preocupar com o governo cubano, que protestava e tentava impor suas condições. A consciência de sua responsabilidade nuclear comum as incita a racionalizar suas relações. Em 1962, a coexistência pacífica já não aparece como um tema de discurso ou um argumento de propaganda, mas como uma necessidade que tem por nome “distensão”.

Capítulo 3

A Distensão (1962-1973)

O ano de 1962 abre uma nova era de aproximação e de cooperação. A solução da questão dos mísseis de Cuba, que corresponde também ao fim da crise de Berlim, funda a distensão e põe fim à guerra fria. As consequências disso são imensas.

Ao longo dos anos 1960, constata-se ao mesmo tempo uma bipolarização crescente da vida internacional e uma erosão do monolitismo dos dois blocos. A coerência do Pacto Atlântico, bem como a do Pacto de Varsóvia, se enfraquece e um cisma se desenvolve entre a União Soviética e a China Popular. As superpotências dão início a um diálogo visando limitar a corrida armamentista: é a era da distensão. Essa acomodação faz delas “adversárias-parceiras”. O confronto não deixa de existir através dos conflitos localizados na Ásia, na África e no Oriente Médio. Já

contestada, a partir da conferência de Bandung pelas nações do Terceiro Mundo, a ordem bipolar aparece ao mesmo tempo consolidada pela convergência relativa dos interesses dos dois Grandes e ameaçada por novas forças que emergem no seio dos dois blocos e no Terceiro Mundo. Quaisquer que sejam suas fraquezas militares e econômicas, os países do Terceiro Mundo exercem influência crescente: de simples peças do confronto Leste-Oeste, tornam-se pouco a pouco agentes da política mundial.

O Duopólio Americano Soviético

A evolução mais espetacular desse período é o desejo de apaziguamento dos dois Grandes, que renunciam a uma estratégia de tensão e se empenham na via da distensão.

Do lado americano, ao democrata John F. Kennedy, assassinado em 22 de novembro de 1963, sucedem seu vice-presidente Lyndon B. Johnson (1963-1968), depois o republicano Richard Nixon (1968-1974). Esse período corresponde ao mesmo tempo ao apogeu da potência americana, tanto no plano estratégico quanto no econômico, e também aos limites dessa potência, com a intrusão de um satélite soviético no hemisfério ocidental e o atoleiro vietnamita, que vai paralisar sua política externa e macular seu prestígio.

Do lado soviético, após a queda de Kruchov (1964), criticado por seus fracassos na política agrícola, mas também na política externa, começa o longo reinado de Leonid Brejnev, morto em 10 de novembro de 1982. A equipe de Brejnev registra seus maiores sucessos no terreno da política externa. Dando mostra de um dinamismo contrastante com o imobilismo no interior, a União Soviética entra amplamente no Terceiro Mundo, fortalece a integração dos “países irmãos” e, sobretudo, obtém um diálogo privilegiado com os Estados Unidos, o que dá uma base à diplomacia soviética e significa que Washington renunciou a tentar conter a influência de Moscou. Os dirigentes soviéticos veem no duopólio que lhes consentem os Estados Unidos a consagração de seu poder. Aquilo que Kruchov jamais conseguira eles obtiveram.

A distensão não significa o desarmamento. O período corresponde a um aumento considerável de armamentos, em particular no campo soviético, que faz um enorme esforço para recuperar-se de seu atraso no domínio dos armamentos estratégicos, pois, em 1962, Washington dispõe de uma nítida superioridade. Assiste-se assim a uma corrida armamentista, principalmente no terreno dos mísseis de médio alcance (2.000 a 4.000 km) Intermediate Range Ballistic Missile (IRBM), dos mísseis de longo alcance (10.000 km) Intercontinental Ballistic Missile (ICBM) e dos mísseis lançados a partir do submarino Submarine Launched Ballistic Missile (SLBM). As duas grandes potências chegam, no início dos anos 1970, à acumulação de um arsenal impressionante e, provavelmente, a uma paridade de fato.

Ainda que as duas superpotências aumentem sem cessar seu poder militar, elas evitam cuidadosamente qualquer enfrentamento direto e se poupam; aliás, tanto uma quanto a outra passam por dificuldades internas que as obrigam a procurar um modus vivendi.

O avanço americano no campo tecnológico. Depois de ter tomado a frente no desenvolvimento científico e militar (Sputnik, 1957; Gaga-rin, 1961), a União Soviética acumula atrasos no terreno das tecnologias de ponta. De fato, são os americanos os primeiros a andar sobre a Lua (21 de julho de 1969) e são ainda eles que lançam, em 1973, o primeiro laboratório espacial. Quanto aos computadores, o avanço americano é considerável. Na competição mundial desejada pelos próprios dirigentes da URSS, os méritos do socialismo soviético não triunfam sem dificuldade. Do lado americano, enquanto a expansão econômica continua, a dúvida substitui a confiança em razão da permanência de zonas de pobreza, da segregação racial, da Guerra do Vietnã e dos escândalos políticos.

A convergência de interesses para a redução das tensões internacionais. Os anos 1960 também são marcados pela busca de acordos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas a fase mais fecunda da distensão é sobretudo o período 1969-1973. Ela corresponde à passagem ao poder em Washington da equipe formada pelo presidente Richard Nixon e seu conselheiro para os assuntos de segurança nacional, Henry Kissinger, e à convicção de ambos da necessidade do desengajamento americano. Os Estados Unidos se consideram ainda a primeira potência mundial, mas já não querem reinar sozinhos. Aceitam a paridade nuclear com a URSS e logo vão

optar por uma diplomacia triangular Washington-Pequim-Moscou. Kissinger considera que todos os problemas devem estar ligados em uma negociação (linkage), o que explica o fato de os acordos abrangerem tanto a área científica e comercial quanto a área militar. Uma espécie de convivência entre americanos e soviéticos se instaura estabelecendo uma coexistência dos assuntos internacionais: cada Grande se reconhece o direito de fazer reinar a ordem em seu próprio campo e evita cuidadosamente qualquer enfrentamento direto. A Guerra do Vietnã é um exemplo notável de um conflito no tempo da distensão que concerne a um país do campo socialista, o Vietnã apoiado por Moscou, exposto ao imenso aparato militar americano. Nos piores momentos do engajamento americano, Moscou mantém e reforça suas relações com Washington. A intervenção soviética na Tchecoslováquia tampouco perturba o processo de distensão.

Os acordos de limitação de armamentos

Em 1º de dezembro de 1959, as duas principais potências haviam concordado com a desmilitarização da Antártica. Após a crise de 1962, a convergência dos interesses soviético-americanos aparece mais claramente.

• A política de “arms control”

Diferentes acordos são negociados no seio de comitês ad hoc ou graças a um diálogo bilateral. Americanos e soviéticos, inicialmente, concordam em estabelecer um contato direto para evitar uma escalada fatal. Onde a criação anunciada, em 20 de junho de 1963, de uma ligação permanente entre Washington e Moscou, o telefone vermelho.

O Tratado de Moscou. A outra medida é simbólica, ainda que não se trate de uma medida de desarmamento propriamente dita. Desde 1958, falava-se em proibir os testes nucleares na atmosfera, testes que já haviam sido objeto de uma moratória interrompida em setembro de 1961. Uma conferência de 18 nações se mantinha regularmente em Genebra sobre o desarmamento. Após a crise de Cuba, os Estados Unidos e a União Soviética colocam um ponto final a anos de negociações. Eles são os iniciadores do Tratado de Moscou (5 de agosto de 1963), assinado por mais de 100 países, que proíbe as experiências nucleares na atmosfera, no espaço extra-atmosférico e sob o mar. A França e a China, que ainda estão aperfeiçoando suas forças atômicas e precisam fazer experiências para ajustar seus equipamentos, se recusam a aderir ao tratado. O Tratado de Moscou, na verdade, não limita o arsenal nuclear dos grandes (Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS), que conservam, sem o menor controle, estoques enormes e podem aumentá-los. Essas potências atômicas não se profibem grande coisa: no contrapartida, convidam os outros países, ao aderirem ao tratado, a se privarem dos meios de possuírem eles mesmos armas nucleares. O alcance militar do Tratado de Moscou é, portanto, nulo; seu alcance político, no entanto, é imenso. Ele concretiza uma mudança de clima entre os dois Grandes, que fecham um acordo que a China, no campo oriental, e a França, no campo ocidental, rejeitam com indignação.

O tratado sobre a não proliferação de armas atômicas. O encontro do presidente Johnson com o presidente do Conselho Kossiguin, em Glassboro (Nova Jersey), de 23 a 25 de junho de 1967, permite a conclusão, em julho de 1968, de um Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), assinado por Estados Unidos, URSS e Grã-Bretanha e rejeitado novamente pela China e pela França, que testam, aliás, suas respectivas bombas de hidrogênio em 1967 e 1968 e se recusam a aderir a um tratado que consiste em lhes proibir o acesso ao clube atômico. O impacto desse tratado é considerável, pois trata-se, para americanos e soviéticos, de evitar que as armas atômicas caiam nas mãos de qualquer um e, para os soviéticos em particular, de impedir que a Alemanha possua armas nucleares.

Outros tratados são menos diretamente significativos. Em 27 de janeiro de 1967, o tratado sobre o espaço prevê a não militarização da Lua e dos corpos celestes, assim como a proibição da colocação em órbita de armas nucleares. Em 14 de fevereiro de 1971 é assinado o Tratado de Tlatelolco, que deve levar à criação de uma zona isenta de armas nucleares na América Latina. O Comitê para o desarmamento sediado na ONU, composto de 18 membros, serve de quadro para a elaboração de um tratado de desnuclearização do fundo do mar (11 de fevereiro de 1971) e da convenção que proíbe as armas biológicas (10 de abril de 1972).

A maioria desses acordos foi concluída segundo a filosofia de “arms control”. Não se trata de desarmar, mas de estabelecer limites ao superarmamento. Os acordos seguintes afetam diretamente o potencial militar das grandes potências e seu equilíbrio nuclear.

• A limitação das armas estratégicas

Os Estados Unidos e a URSS acumulam armas cada vez mais sofisticadas e se preocupam com o custo crescente dos mísseis antibalísticos (Anti Ballistic Missile ou ABM). Os ABMs, cujo custo é considerável, são capazes de atingir em voo os mísseis inimigos antes que atinjam seu objetivo. Os soviéticos colocam ABMs em torno de Moscou, e os americanos em torno de Washington. Ao colocarem, assim, uma parte da população sob proteção, constata-se o ressurgimento da questão do equilíbrio do terror: reaparece o risco de um primeiro ataque e, portanto, de uma guerra nuclear. O segundo progresso é o surgimento do míssil de múltiplas cabeças, o Multiple Independently Targeted Re-entry Vehicle (MIRV), que permitiria atingir vários objetivos de uma só vez.

Os acordos Salt 1. Em junho de 1968, começa uma negociação sobre a limitação das armas estratégicas. Esses Strategic Arms Limitation Talks (Salt), conduzidos pelo conselheiro especial do presidente Nixon, Kissinger, são abertos em Helsinque, em novembro de 1969, e, após inúmeras reuniões, permitem a Nixon e Brejnev assinar, em Moscou, em 26 de maio de 1972, os acordos Salt. Os Salt compreendem duas partes: um acordo provisório e um tratado. O acordo consiste em um congelamento dos armamentos estratégicos por cinco anos e na interrupção da construção de rampas de lançamento fixo para os mísseis intercontinentais (ICBM), e de lançadores balísticos instalados em submarinos (SLBM).

O teto para os ICBM é de 1.054 para os americanos e 1.409 para os soviéticos; para os SLBM, de 650 para os americanos e de 950 para os soviéticos. O tratado limita a dois locais os sistemas de defesa antimísseis (ABM), aqueles existentes em torno de Moscou e de Washington e outro para uma zona de ICBM. A lógica do equilíbrio do terror é tal que, para que a dissuasão chegue a impedir a guerra, é preciso que cada um entregue, ao fogo nuclear do outro, sua população como refém.

É a primeira vez que as duas grandes potências, superando o problema do controle, concluem um acordo relativo aos armamentos que não exige nada de outros países. Pela primeira vez, também, limitam efetivamente a produção de alguns tipos de armamentos. É, enfim, a primeira vez que um acordo reconhece a chegada à paridade da URSS, o que constitui para ela uma grande vitória. A União Soviética obtém a concessão de uma superioridade numérica sob pretexto de um atraso tecnológico.

Os encontros dos dois Grandes. Por ocasião da visita de Nixon à Moscou (maio de 1972), que é a primeira visita oficial de um presidente americano à URSS, uma declaração comum de doze pontos define “as bases das relações mútuas entre os Estados Unidos e a União Soviética”, um verdadeiro código de conduta. Esse acordo reforça o duopólio americano-soviético e aproxima dois sistemas políticos em que a razão de Estado prevalece sobre as exigências ideológicas. Em menos de três anos os dirigentes dos dois países se encontram quatro vezes.

No outono de 1972, uma comissão consultiva permanente institucionaliza o diálogo americano-soviético. Trata-se de transformar um acordo provisório em tratado definitivo. É o que é feito por ocasião da viagem de Brejnev aos Estados Unidos (18-25 junho de 1973). Nove acordos, convenções ou declarações são assinados, dentre os quais o compromisso das duas potências de prevenir a guerra nuclear, não somente entre elas, mas também entre uma delas e terceiros países. Desse modo, os dois Grandes se outorgam o papel de árbitro para controlar as crises que correm o risco de degenerar. A terceira cúpula (27 de junho-3 de julho de 1974) permite a Nixon e a Brejnev assinar diversos acordos, tal como aquele sobre a limitação das experiências nucleares subterrâneas. O encontro de Leonid Brejnev com o novo presidente Ford em Vladivostok, em 23 e 24 de novembro de 1974, é a última cúpula da distensão. O acordo, que prevê para todos os lançadores de mísseis (ICBM, SLBM) um teto de 2.400, deve servir de parâmetro para o futuro Salt 2. Mas as negociações destinadas a preparar o acordo definitivo soçobram posteriormente.

• O desenvolvimento das trocas pacíficas com o Leste

As trocas Leste-Oeste também se beneficiam da atmosfera de distensão. No tempo da guerra fria, as relações comerciais foram praticamente interrompidas entre a URSS e os Estados ocidentais. Desse modo, o princípio do embargo, concretizado pela instituição em 1949 do Coordination Committee for Multilateral Exports Controls (Cocom) - Comitê de coordenação para o controle multilateral das exportações Leste-Oeste e pelo estabelecimento de uma lista de produtos proibidos para a exportação para o Leste, prevaleceu por muito tempo. Toda transferência tecnológica era considerada perigosa visto que poderia ser utilizada para fins estratégicos.

No final do Export Administration Act (1969), o Congresso dos Estados Unidos se pronuncia a favor do aumento de transações pacíficas com o Leste. O desenvolvimento das trocas não se limita ao comércio. A cooperação na área espacial é coroada no verão de 1975 pelo encontro, no cosmo, de duas cápsulas, uma soviética, Soyuz, e uma americana, Apoio.

As trocas comerciais progredem nitidamente após 1965. Em cinco anos (1970-1975), as exportações ocidentais destinadas à União Soviética quadruplicam. Os soviéticos desejam obter no Oeste os produtos agrícolas e industriais de que carecem. Os partidários da distensão - como o advogado Samuel Pizar - sustentam que a multiplicação dos laços econômicos e comerciais entre o Leste e o Oeste favorece a paz e acelera a liberalização interna do sistema comunista. Desde o início dos anos 1960, a URSS compra em quantidades maciças e crescentes o trigo ocidental. Ela começa ainda a adquirir inúmeras fábricas chave na mão, em particular nos setores da construção automobilística e da química. No rastro do encontro de maio de 1972, o acordo comercial americano-soviético, assinado em outubro de 1972, concede à URSS a cláusula de nação mais favorecida (questionada pela emenda Jackson de dezembro de 1974) e prevê o fornecimento de produtos agrícolas e industriais, inclusive computadores; o volume do comércio americano-soviético passa de menos de 200 milhões de rublos em 1971 a mais de 3 bilhões em 1979! A abertura do comércio ocidental concerne também aos outros Estados do campo socialista, em particular a Polônia.

A distensão na Europa e a “Ostpolitik”

Toda distensão repousava sobre a solução do problema alemão e a melhora das relações da Alemanha Ocidental com os Estados da Europa do Leste.

Três questões ainda estavam sem solução durante o período da guerra fria: a situação territorial herdada da guerra, o estatuto de Berlim e a existência de duas entidades políticas alemãs, símbolo da divisão do mundo: a RFA e a RDA.

• A solução do problema territorial

Até 1969, a política externa da RFA conduzida pelos três chanceleres democratas cristãos (Konrad Adenauer, 1949-1963; Ludwig Erhard, 1963-1966; Kurt Kiesinger, 1966-1969) é aquela que fora definida pelo chanceler Adenauer, que a fundara sobre a escolha do Ocidente. É verdade que ele estabelece, desde 1955, relações diplomáticas com a União Soviética e dá início a uma aproximação prudente com a Polônia, mas o peso político dos refugiados e repatriados obriga-o a uma grande prudência e imprime alguma rigidez à política externa alemã-ocidental. Essa política é fundada sobre dois princípios em parte contraditórios: a vontade de ancorar a Alemanha Federal no Ocidente e, em particular, na construção europeia e, simultaneamente, a reivindicação de uma Alemanha reunificada, isto é, a recusa em reconhecer a Alemanha Oriental, considerada zona de ocupação soviética, e a pretensão da RFA de representar todos os alemães. A doutrina Hallstein (do nome do secretário de Estado das Relações Exteriores) consiste em ameaçar romper relações diplomáticas com qualquer Estado que reconhecesse o regime de Pankow (Berlim Oriental).

A Ostpolitik. Depois dos esforços de distensão americano-soviéticos e da política do general De Gaulle para o Leste, a RFA, que se beneficia dos mercados da Europa Oriental, se abre para o Leste. A Ostpolitik, esboçada desde 1966 pelos governos da “Grande Coligação (composta de democratas cristãos, sociais-democratas e liberais), é desenvolvida a partir de 1969 por W. Brandt, que sai vencedor das eleições, à frente de uma coalizão restrita a sociais-democratas e liberais. É ele quem vai conduzir a política de

aproximação com o Leste, a exemplo do que fez De Gaulle e do que tenta fazer o presidente Nixon.

A aproximação das duas Alemanhas é preparada pelas encontro: de Erfurt, em 19 de março 1970, e de Kassel, em 21 de maio de 1970 entre Willy Brandt e o primeiro-ministro da Alemanha Oriental, Will Stoph.

O acordo RFA-URSS. Mas é com os soviéticos que os alemães iniciam negociações que culminam no Tratado de Moscou de 12 de agosto de 1970. Nos termos desse acordo, alemães-ocidentais e soviético declaram que o objetivo mais importante das duas partes é a paz e distensão, reconhecem a inviolabilidade das fronteiras europeias mantêm explicitamente os direitos das quatro potências a Berlim.

O reconhecimento da fronteira germano-polonesa. As discussões com a Polônia esbarram na questão da linha Oder-Neisse, que os alemães-ocidentais jamais quiseram reconhecer. Finalmente, o tratado assinado em 7 de dezembro de 1970 afirma a intangibilidade dessa fronteira. A imagem do chanceler W. Brandt ajoelhado diante do monumento erigido em memória das vítimas do gueto de Varsóvia dá uma dimensão humana à reconciliação germano-polonesa.

O estatuto de Berlim. Entre as duas Alemanhas, a dificuldade essencial permanece sendo o problema de Berlim, em particular a liberdade de acesso a Berlim Ocidental. Longas negociações permitem a conclusão, em 3 de setembro de 1971, de um acordo quadripartido sobre Berlim, que estipula a manutenção dos direitos das quatro potências ocupantes e o estabelecimento de um estatuto especial. Os ocidentais aceitam que a cidade deixe de ser considerada um Land da RFA; as vias de acesso são regulamentadas com minúcia. Por sua vez, a União Soviética se compromete a não mais entrar a circulação e a melhorar a situação decorrente da existência do “muro”. Esse acordo permite, enfim, que se entabule a reconciliação entre a RFA e a RDA.

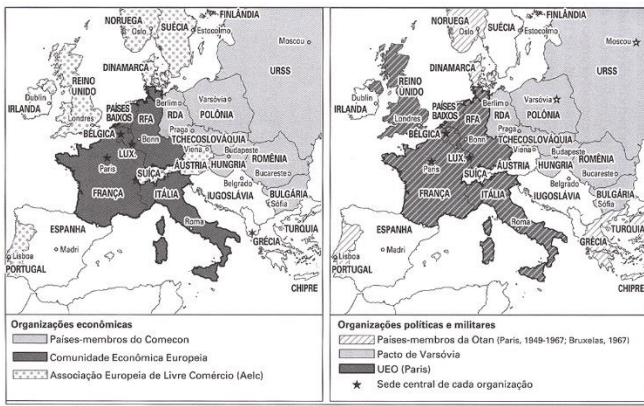
O reconhecimento das duas Alemanhas. As negociações se concluem com um texto nos termos do qual os dois Estados se reconhecem e vão trocar representantes diplomáticos. Até então, a RFA se considerava representante de direito da totalidade da Alemanha. O tratado com a Alemanha Oriental reconhece explicitamente que nenhum dos dois Estados tem soberania fora de suas fronteiras atuais.

E preciso ainda que o Bundestag, onde o partido democrata cristão é majoritário, aprove o tratado. Os tratados de Moscou e de Varsóvia são votados em 17 de maio de 1972 e quase não passam. Após uma dissolução do Bundestag e novas eleições que dão uma maioria mais tranquila ao governo de Willy Brandt, o tratado fundamental entre as duas Alemanhas é finalmente ratificado em 21 de dezembro de 1972.

Uma das consequências essenciais desse tratado é o reconhecimento da RDA por inúmeros Estados ocidentais e a admissão das duas Alemanhas nas Nações Unidas em setembro de 1973. A consagração da separação jurídica dos dois Estados alemães e a Ostpolitik têm o mérito de humanizar a condição das populações alemãs separadas; mas o fato de ter acesso à via internacional consolida as estruturas do Estado alemão-oriental.

• A Conferência de Helsinque

A mesma ambiguidade preside a ata final da Conferência de Helsinque, apogeu da distensão. Desde 1954, a URSS, preocupada em garantir as fronteiras europeias nascidas da guerra, reclama uma conferência sobre a segurança europeia. Os ocidentais, que não haviam aceitado formalmente a situação de fato que a Europa vivia desde Yalta e a cortina de ferro, colocam suas condições, em particular a conclusão de um acordo sobre Berlim e a participação dos Estados Unidos e do Canadá. A distensão permite que se encetem conversações preparatórias em Helsinque, de 22 de novembro de 1972 a 8 de junho de 1973, depois de 3 a 7 de julho de 1973 e, enfim, verdadeiras negociações de setembro de 1973 a julho de 1975.



Essa Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), na qual estão representados 35 Estados europeus, adota em 1º de agosto de 1975 um ato final assinado por vários chefes de Estado e de governo, dentre os quais Leonid Brejnev e Gerald Ford (que sucedeu a Nixon em 1974). Subdividido em três capítulos ou “cestos”, o ato final consagra grandes princípios: igualdade dos Estados, não ingerência nos assuntos internos de outro Estado, autodeterminação dos povos, inviolabilidade das fronteiras europeias e renúncia ao recurso à força para resolver conflitos. Prevê o desenvolvimento da cooperação econômica, científica e técnica. Enfim, garante a defesa dos direitos humanos e, em particular, a noção de livre circulação de pessoas e de ideias.

A questão alemã de 1945 a 1990

- 1945 - 4-11 de fevereiro: Conferência de Yalta: acordo sobre a ocupação e o desarmamento da Alemanha.
 - 7-9 de maio: Capitulação do exército alemão, firmada em Reims e em Berlim.
 - 17 de julho-2 de agosto: Conferência de Potsdam: acordo sobre as quatro zonas de ocupação, a desnazificação e as reparações.
 - 20 de novembro: Processo de Nuremberg (até 1º de outubro de 1946).
- 1947 - 10 de março-25 de abril: Conferência dos Quatro em Moscou: entrave acerca da Alemanha,
- 1948 - fevereiro: Bizona anglo-americana
 - 23 de fevereiro: Em Londres, conferência anglo-franco-americana para a organização da Alemanha Ocidental, sua integração à Europa Ocidental e a autoridade internacional do Ruhr.
 - 23 de junho: Início do bloqueio de Berlim.
- 1949 - 23 de maio: Entra em vigor a “Lei Fundamental”.
 - 15 de setembro: K. Adenauer é eleito chanceler da República Federal da Alemanha.
 - 7 de outubro: É proclamada a República Democrática Alemã.
 - 22 de novembro: Acordos de Petesberg entre a RFA e os Três ocidentais.
- 1950 - 23 de julho: W. Ulbricht é eleito secretário-geral do partido comunista da Alemanha Oriental (SED).
- 1951 - 18 de abril: A RFA adere à Ceca.
- 1952 - 10 de março: Stálin propõe a reunificação de uma Alemanha que seria independente dos dois blocos.
 - 26 de maio: Acordos de Bonn que revogam o estatuto da ocupação.
- 1954 - 25 de janeiro-18 de fevereiro: Conferência dos Quatro em Berlim: entrave acerca da questão alemã.
 - 25 de março: A Alemanha Oriental torna-se um "Estado soberano".
 - 21-23 de outubro: Acordos de Paris: os aliados ocidentais afirmam seus direitos e obrigações sobre a Alemanha em seu conjunto.
- 1955 - 9 de maio: A RFA adere à Otan.
 - 14 de maio: Criação do Pacto de Varsóvia, ao qual a RDA adere.
 - 18-23 de julho: Em Genebra, conferência de cúpula dos Quatro Grandes: entrave sobre a Alemanha.
 - 9-13 de setembro: Visita de Adenauer a Moscou.

- 8 de dezembro: Bonn declara que o reconhecimento da RDA por terceiros países constitui um ato de inimizade para com a RFA.
- 1957 - 1º de janeiro: Integração do Sarre à RFA.
- 1958 - 14 de setembro: Primeiro encontro entre K. Adenauer e o general De Gaulle em Colombey-les-Deux-Églises.
 - 9 de novembro: Início da segunda crise de Berlim.
- 1959 - 10 de janeiro: A URSS propõe a assinatura de um tratado de paz com as duas Alemanhas.
- 1960 - 16 de maio: Insucesso da conferência “de cúpula” de Paris.
- 1961 - 13 de agosto: Construção do muro de Berlim.
- 1963 - 22 de janeiro: Tratado de cooperação franco-alemã do Eliseu.
 - 16 de outubro: Adenauer é sucedido por Erhard.
- 1966 - 10 de novembro: Erhard é sucedido por Kiesinger.
- 1967 - 1º de janeiro: W. Ulbricht propõe mais uma vez sua oferta de confederação dos dois Estados alemães.
- 1969 - de julho a setembro: O governo federal renuncia à doutrina Hallstein. Willy Brandt torna-se chanceler da RFA.
- 1970 - 19 de março-21 de maio: Encontros de Erfurt e de Kassel entre Willy Brandt e Willi Stoph.
 - 12 de agosto: Assinatura do Tratado de Moscou entre a RFA e URSS.
 - 7 de dezembro: Tratado germano-polonês: reconhecimento da linha Oder-Neisse.
- 1972 - 21 de dezembro: Assinatura em Berlim Oriental do “tratado fundamental” entre os dois Estados alemães.
- 1973 - 19 de junho: Tratado Bonn-Praga que anula os Acordos de Munique
 - 18 de setembro: A RFA e a RDA entram na ONU.
- 1974 - 7 de maio: Helmut Schmidt sucede a W. Brandt.
- 1975 - 30 de julho-1º de agosto: Ato final da Conferência de Helsinque.
- 1982 - outubro: H. Kohl torna-se chanceler.
- 1983 - 23 de outubro: Chegada dos mísseis Pershing à RFA.
- 1984 - março-abril: Afluxo de alemães-orientais para a Alemanha Ocidental.
- 1987 - 7-11 de setembro: Primeira visita de E. Honecker, chefe do Estado alemão-oriental, à RFA.
- 1988 - 7-9 de janeiro: Visita oficial de Honecker a Paris.
 - agosto: Êxodo dos alemães-orientais via Hungria.
- 1989 - 10 de setembro: Budapeste deixa os alemães-orientais que estão na Hungria ganharem “o país de sua escolha”.
 - 25 de setembro: Manifestação em Leipzig.
 - 9 de novembro: As autoridades alemãs-orientais decidem abrir as fronteiras. Milhares de berlinenses atravessam o muro.
 - 28 de novembro: O chanceler H. Kohl apresenta ao Bundestag um plano de reunificação.
- 1990 - janeiro: Manifestações na RDA.
 - 10 de fevereiro: M. Gorbatchov aceita a ideia da reunificação.
 - 14 de março: As quatro potências aliadas e os dois Estados alemães iniciam negociações.
 - 18 de março: Eleições na RDA: vitória da “Aliança pela Alemanha”, favorável a uma rápida reunificação.
 - 1º de julho: O deutsche mark [marco alemão] torna-se a moeda da RDA.
 - 16 de julho: Gorbatchov aceita a manutenção de uma Alemanha unida na Otan.
 - 31 de agosto: RFA e RDA assinam em Berlim o tratado de união.
 - 12 de setembro: Tratado de Moscou solucionando a questão alemã.
 - 3 de outubro: Unificação da Alemanha.

A CRISE DOS BLOCOS

A crise no bloco ocidental

Vários fenômenos concorrem para modificar a fisionomia do mundo ocidental: a evolução estratégica, a nova potência econômica dos Estados europeus que se organizam no seio da CEE, a vontade francesa de independência nacional e a crise do sistema monetário internacional.

O crescimento, que conhecera um impulso notável desde os anos 1950, é particularmente claro nos anos 1960. Ele beneficia os Estados Unidos, cuja atividade econômica e financeira é onipresente. Mas é também tempo de milagres econômicos e aumento do poder da Europa e do Japão.

O temor de uma supremacia americana

A evolução do pensamento estratégico nos Estados Unidos introduz no cerne da Aliança Atlântica, a partir de 1961-1962, uma contradição entre as necessidades técnicas e políticas. Como associar os aliados à decisão em uma estratégia de dissuasão? Tecnicamente, a necessidade de uma vontade unitária em tempo de crise é inegável. No entanto, se cada decisão deve ser concertada, a credibilidade da dissuasão se enfraquece, e é então que se consagra o monopólio absoluto da decisão em proveito da principal potência da Aliança e se confina os aliados em uma situação de subordinação. Numa estratégia de represálias maciças, os interesses coletivos aliados estavam protegidos. Com a estratégia das represálias gradativas, os aliados podem sempre temer que apenas os interesses da potência dominante sejam levados em conta. Assim que começa seu mandato, o presidente Kennedy faz uma importante viagem à Europa, onde evoca seu desejo de transformar as relações transatlânticas.

A proposição americana de uma comunidade atlântica. Em 4 de julho de 1962, na Filadélfia, o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, propõe uma redefinição das relações de força entre Estados Unidos e aliados segundo a fórmula “partnership”. A comunidade atlântica, que ele deseja instaurar, repousaria sobre dois pilares, os Estados Unidos da América e os “Estados Unidos da Europa”. Em questões estratégicas, a contrapartida ao monopólio americano de decisão do uso da força, “um único dedo no gatilho”, seria a constituição de uma força multilateral.

Isso consistiria em fazer da Otan uma nova potência nuclear pela criação de uma força atlântica integrada. Essa força seria composta de 25 embarcações de superfície, levando cada uma delas 8 mísseis Polaris A3 de um alcance de 4.600 km: a tripulação de cada embarcação seria pelo menos de três nacionalidades diferentes. Seriam assim absorvidas a pequena força atômica britânica e a força francesa, ainda embrionária. Mas esse projeto, de alcance limitado, pois seu potencial corresponderia a 3% da força nuclear dos Estados Unidos, não resolve as contradições políticas. O emprego da força pode ser decidido apenas por consentimento unânime dos Estados participantes (entre os quais os Estados Unidos), que têm todos o direito de veto, enquanto os Estados Unidos conservam liberdade de ação sobre sua própria força. Em dezembro de 1962, em Nassau, o presidente Kennedy propõe aos britânicos entregar-lhes mísseis Polaris, em troca dos mísseis Skybolt encomendados aos americanos. E um primeiro passo na direção da absorção da pequena força estratégica britânica na força americana.

O Reino Unido aceita não utilizar força nuclear senão em acordo com os americanos, a França gaullista não pretende renunciar à constituição de sua própria força de ataque nuclear e faz fracassar o projeto de força multilateral.

• A política francesa de independência nacional

O desafio gaullista se opõe ao grande projeto de Comunidade atlântica. Desde seu retorno ao poder, o general De Gaulle proclama sua intenção de obter uma nova partilha das responsabilidades no interior da Aliança Atlântica. Por um memorando dirigido ao presidente Eisenhower e ao primeiro-ministro MacMillan, em 14 de setembro de 1958, De Gaulle propõe criar um diretório de três, habilitado a tomar decisões conjuntas sobre os problemas que interessam ao mundo inteiro e não somente ao território abarcado pela Otan. A recusa oposta pelo presidente Eisenhower, em 1958, se funda ao mesmo tempo sobre a ideia de que os outros aliados não podem ser mantidos à margem das decisões do diretório e sobre a vontade de não ter as mãos atadas na hora de um eventual emprego de uma arma atômica. O general De Gaulle, que insiste em dispor de uma força de ataque, instrumento de uma política de independência nacional, ordena a continuação do programa atômico francês, a despeito das discretas pressões dos Estados Unidos. Leis de base vão aos poucos dar a essa força as estruturas indispensáveis. De Gaulle também se opõe, na coletiva de imprensa de 14 de janeiro de 1963, ao mesmo tempo à entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum e à integração das forças atômicas nacionais à Otan.

Ante os presidentes dos Estados Unidos, Eisenhower, Kennedy e depois Johnson, De Gaulle pratica uma política de independência nacional. Colocado diante da recusa de sua ideia de diretório, ele começa a afrouxar os laços da França com a Otan. De Gaulle continua o esforço da 4ª República para dotar a França de um armamento atômico independente. Recusando-se a vergar-se às pressões dos dois grandes para deter a proliferação das armas nucleares, a França chega ao restrito clube das potências que possuem armas atômicas em 13 de fevereiro de 1960 e ao clube termonuclear em agosto de 1968.

No plano da política externa, a França se distancia cada vez mais dos Estados Unidos. Em 1964, De Gaulle realiza um périplo pela América Latina e reconhece, nesse mesmo ano, a China Popular, contrariando a vontade dos americanos. Ele se distancia da Otan. Favorável à distensão, De Gaulle desenvolve contatos com o Leste. Em 23 de julho de 1964, ele observa que a “divisão do mundo em dois campos corresponde cada vez menos a uma situação real”, e aceita, em fevereiro de 1965, a proposição soviética de acordo entre Paris e Moscou sobre o sudeste asiático: “a Europa do Atlântico aos montes Urais” lhe parece o único quadro possível da solução dos problemas europeus. Uma longa série de decisões e de gestos semelhantes culmina na retirada francesa da organização integrada da Otan, anunciada na coletiva de imprensa de 21 de fevereiro de 1966.

A tese francesa é fundada na distinção entre a Aliança e a Organização. Esta última, estabelecida progressivamente desde os anos 1951-1952, segundo De Gaulle, é fruto de um verdadeiro desvio do espírito atlântico. A França recusa a integração mesmo aceitando a manutenção da Aliança. A decisão francesa coloca vários problemas. Ela implica a evacuação das bases americanas e canadenses estabelecidas na França. Cria uma dificuldade com a Alemanha, onde 60 mil soldados franceses fazem parte de unidades da Otan. Seriam eles mantidos? E sob qual estatuto? Em abril de 1967, as bases da Otan na França são evacuadas. Mais de 20 mil soldados americanos, mais 80 mil toneladas de material, nove bases e cerca de trinta depósitos americanos são transferidos para fora da França. O Shape, comandado pelo general Lemnitzer, que se encontrava em Rocquencourt, e o Estado-Maior americano, que estacionava em Saint Germain-en-Laye, são deslocados para Bruxelas. O Conselho da Otan, instalado na praça Dauphine em Paris, é transferido para Bruxelas.

É também um enfraquecimento da Aliança. A França continua a participar do Conselho Atlântico, visto que ele trata de questões políticas, e a colaborar para alguns elementos de infraestrutura da Aliança Atlântica, como a rede de radares NADGE, sistema de alerta que cobre toda a Europa Ocidental. Os 14 parceiros da França - 13, após a retirada do governo grego em 1973 - estão associados em uma organização militar integrada dirigida por um conselho rebatizado de Comitê dos Planos de Defesa. A substituição do chanceler Erhard por Kurt Georg Kiesinger, em novembro de 1966, contribui para facilitar o acordo sobre o estacionamento e o estatuto das tropas francesas da Alemanha, realizado em 21 de dezembro de 1966. E o relatório Harmel (nome do ministro belga das Relações Exteriores), adotado pela Aliança em dezembro de 1967, pretende não baixar a guarda no plano militar, mesmo encorajando os esforços de distensão.

A aproximação franco-soviética ilustrada pela viagem à URSS, em julho de 1966, é vista pelos americanos como o prefácio de uma verdadeira reviravolta das alianças. A viagem ao Camboja, em setembro de 1966, é a ocasião de criticar abertamente a política americana no Vietnã. Assim como no conflito do Vietnã, De Gaulle se afasta da posição americana em relação à Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), tomando, deliberadamente, partido contra Israel e, portanto, contra os Estados Unidos. Seu “Viva o Quebec livre!”, dito em Montreal em julho de 1967, causa escândalo na América do Norte. O governo canadense vê nisso uma intervenção nos assuntos internos do Canadá, pois o general De Gaulle parece defender os partidários da independência de uma das províncias do Estado federal canadense.

Forte em razão da recuperação monetária realizada desde 1958 pela França, o general De Gaulle não hesita, numa estrepitosa coletiva de imprensa, em fevereiro de 1965, em preconizar o retorno a um sistema fundado no ouro e o abandono do padrão dólar, cujos abusos e perigos ele denuncia. A seus olhos, o déficit contínuo da balança de pagamentos dos Estados Unidos desde o fim dos anos

1950 dá a essa potência um privilégio anormal, alimenta a inflação e mina todo o sistema monetário internacional.

A crise do sistema monetário internacional

A crise do sistema monetário opõe os europeus, que querem ao mesmo tempo a proteção americana e uma total autonomia política e econômica, aos Estados Unidos, que, por sua vez, pretendem reduzir seus encargos financeiros sem renunciar às suas prerrogativas.

O déficit comercial americano. No fim dos anos 1950, o sistema monetário internacional é o Gold Exchange Standard, segundo o qual o dólar, cuja taxa de câmbio é absolutamente fixa (35 dólares por uma onça de ouro), é considerado o equivalente do ouro para todas as transações. Porém a situação econômica evolui em proveito dos países europeus e às expensas da economia americana. Os investimentos maciços de empresas multinacionais e as despesas dos Estados Unidos no exterior (Guerra do Vietnã) terminam por desequilibrar a balança comercial até então superavitária. Devido a esse déficit, dólares demais circulam no mundo e o mercado livre que se instaura junto ao mercado oficial torna completamente impossível a manutenção da paridade do dólar, pois a onça de ouro custa de 40 a 43 dólares no mercado livre. Além disso, o estoque de ouro nos Estados Unidos diminui, e, em 1967, a França decide trocar seus dólares por ouro. A RFA vê seus recursos aumentarem graças a suas exportações. Sua balança comercial e sua balança de conta-corrente são superavitárias. Ela se recusa a valorizar o marco, solução que preconizam os americanos. Em 1968, após abalos internos, o franco é atacado em julho e em novembro, mas resiste graças à solidariedade dos presidentes dos bancos centrais dos dez países mais ricos do mundo. Se o general De Gaulle está decidido, em 24 de novembro, a não desvalorizá-lo, seu sucessor Georges Pompidou precisa resignar-se a fazê-lo já em agosto de 1969.

Ao longo de toda a década de 1960, os Estados Unidos precisam defender o dólar. A queda de suas reservas em ouro chega a obrigá-los, em 1968, a reservar a conversibilidade do dólar em ouro apenas aos bancos centrais estrangeiros. Mas a balança comercial americana torna-se deficitária em 1971, pela primeira vez desde 1893.

A suspensão do Gold Exchange Standard. Para interromper o mais rapidamente possível a fuga especulativa dos capitais desencadeada no verão em razão do anúncio dos maus resultados do comércio exterior americano, o presidente Nixon suspende brutalmente em 15 de agosto de 1971 toda convertibilidade do dólar em ouro, inclusive para os bancos centrais, o que significa deixar flutuar o dólar. Ele toma medidas protecionistas (em particular, sobretaxa em 10% as importações) e anuncia que os Estados Unidos não flexibilizarão sua atitude a menos que seus aliados ocidentais aceitem partilhar “o fardo comum”. Nixon exige concessões comerciais e monetárias em contrapartida da proteção militar americana. A flutuação do dólar leva a um marasmo monetário e comercial, fator de inflação e de crise generalizada.

A desvalorização do dólar. Em dezembro de 1971 (acordo da Smithsonian Institution) e em fevereiro de 1973, os Estados Unidos aceitam desvalorizar o dólar e obtêm uma série de valorizações das moedas de melhor desempenho, em particular o iene e o marco. Essas medidas têm por efeito rachar a Europa em duas: de um lado, os Estados cuja moeda é forte, de outro, aqueles cuja moeda é fraca. O funcionamento da CEE é perturbado, ainda mais porque a crise acontece simultaneamente à entrada no Mercado Comum, em 1972, do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca.

• A constituição da Europa dos Nove

O tratado de Roma previra um período transitório de doze anos para a abolição progressiva das barreiras tarifárias entre os Estados-membros da CEE e o estabelecimento de uma tarifa exterior comum.

Ao longo da primeira etapa (1959-1962), a liberação das trocas intracomunitárias de produtos industriais se faz mais rapidamente que o previsto, mas a passagem à segunda etapa é mais delicada em razão do começo do Mercado Comum Agrícola.

O sucesso da Europa dos Seis. Longas negociações (“maratonas” agrícolas de janeiro de 1962, dezembro de 1963 e dezembro de 1964) permitem ao Mercado Comum continuar a progredir. Ele não comporta apenas aspectos aduaneiros, mas implica

também uma política agrícola comum, abrangendo a organização de vários mercados importantes (cereais, leite, carne), a fixação de preço comum e a criação de um Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (Feoga) encarregado do financiamento dessa política, da qual a França é muito ciosa em razão da importância do setor agrícola em sua economia.

A Europa dos Seis se revela um sucesso, mesmo que no plano político as oposições entre duas concepções europeias, aquela dos parceiros da França (uma Europa federal, de caráter supranacional) e aquela do general De Gaulle (a Europa de pátrias), impeçam a organização de uma Europa política em 1961-1962, no momento dos projetos de plano Fouchet. Limitam-se, em abril de 1965, a decidir a fusão dos executivos das três comunidades (Ceca, CEE, Euratom). Um Conselho das Comunidades e uma Comissão única entram em funcionamento em julho de 1967.

As medidas aduaneiras. Em outubro de 1962, Kennedy obtivera do Congresso o voto de uma lei aduaneira, o Trade Expansion Act, segundo a qual os americanos negociariam com os europeus, no âmbito do Gatt, uma baixa recíproca de 50% de seus direitos aduaneiros, a fim de estimular o comércio transatlântico. Essas negociações, chamadas de Kennedy Round, terminam em 16 de maio em Genebra; a CEE afirma-se nessas negociações como o parceiro principal dos Estados Unidos, capaz de enfrentar a primeira potência econômica do mundo, visando aplicar a partir de 1968 um desarmamento aduaneiro recíproco.

A crise de 1965. Provocada pela recusa da França em aceitar uma extensão do papel do Feoga e a substituição da regra de unanimidade por aquela da maioria, ela é um reflexo do desacordo entre as duas concepções de Europa. Durante seis meses, a França se abstém de participar das reuniões do Conselho de Ministros da CEE e pratica a “política da cadeira vazia”. Em janeiro de 1966, o compromisso de Luxemburgo permite à França retomar seu lugar no Conselho em contrapartida da manutenção da regra da unanimidade quando “interesses importantíssimos” estiverem em jogo. O reinício efetivo do Mercado Comum no mês de maio permite concluir a união aduaneira em 1º de julho de 1968 (um ano e meio antes da data prevista).

A implantação da “serpente monetária europeia”. Em compensação, a união monetária planejada na conferência de Haia, em dezembro de 1969, e definida em Bruxelas, em fevereiro de 1971, sobre a base do “relatório Werner” vai rapidamente se encontrar bloqueada pelas dificuldades do sistema monetário internacional de 1969 a 1971 e pela crise econômica mundial que começa em 1973. Para escapar às variações do valor do dólar, que continua a flutuar ao bel-prazer da especulação, os países da CEE organizam em abril de 1972 a “serpente monetária” europeia, que fixa paridades entre suas moedas e limita as margens de flutuação a fim de preservar a regularidade de suas trocas. Para corrigir as disparidades de concorrência que aparecem no seio da Comunidade quando as paridades das moedas são modificadas, cria-se um sistema de taxas e de subvenções, os “montantes compensatórios monetários” (MCM).

Os novos pedidos de adesão. Seduzidos pelo atrativo do Mercado Comum, muitos países solicitam sua adesão ou uma forma de associação. A CEE conclui assim acordos com a Grécia (1961), a Turquia (1963), Malta (1970) e sobretudo, pelos acordos de Iaundé (1963 e 1969), com dezoito países da África francófona.

O pedido de conversações exploratórias do Reino Unido, em 1961, seguido de pedidos de outros países da Associação Europeia de Livre Comércio (Aelc), esbarra em 1963 na análise do general De Gaulle, que estima “que a natureza, a estrutura e a conjuntura próprias à Grã-Bretanha diferem profundamente daquelas do continente”. Um novo pedido de adesão britânico é feito pelo primeiro-ministro trabalhista Wilson, em 1967, menos por convicção europeia do que para socorrer uma economia em situação precária. O pedido é rejeitado mais uma vez pelo general De Gaulle.

As mudanças políticas na França e na Grã-Bretanha vão favorecer a solução desses problemas. Na França, após o referendo de 1969, que leva à demissão do general De Gaulle, Georges Pompidou chega à Presidência da República. Ele continuará a política externa de seu predecessor, com exceção da questão da admissão da Inglaterra no Mercado Comum, quando, na conferência de Haia em dezembro de 1969, propõe o tríplice: conclusão da Europa agrícola, ampliação à Grã-Bretanha e aprofundamento por meio da reativação da construção comunitária. Nas eleições gerais de

18 de junho de 1970, na Grã-Bretanha, os trabalhistas são vencidos e o poder passa ao conservador Edward Heath. A chegada dos conservadores facilita muito a negociação já empreendida à época de Harold Wilson. Porém as dificuldades continuam a existir: são a contribuição da Grã-Bretanha ao orçamento comunitário, o papel da libra como moeda de reserva e os laços econômicos preferenciais com o Commonwealth (em especial, em relação ao açúcar e à manteiga) que a Grã-Bretanha queria preservar apesar de se recusar a respeitar o tratado de Roma, que implica, em caso de importações exteriores, pagar ao orçamento da Comunidade uma porcentagem. As negociações chegam a um compromisso, em junho de 1971, segundo o qual a Grã-Bretanha deve contribuir para o orçamento comunitário com um pouco mais de 8% em 1973 e quase 19% ao fim de oito anos. O caso das exportações de manteiga da Nova Zelândia para a Inglaterra é regido por um estatuto especial. A integração da libra ao futuro sistema monetário europeu fica indefinida.

Em 22 de janeiro de 1972, é assinado em Bruxelas o tratado de adesão não apenas da Grã-Bretanha como também da Dinamarca, da Irlanda e da Noruega. Em seguida, os noruegueses se recusam, por referendo, a entrar no Mercado Comum. A Europa dos Seis torna-se, em 1º de janeiro de 1973, a Europa dos Nove.

A crise no mundo comunista

Os anos 1960 se traduzem por uma desaceleração do desenvolvimento econômico na URSS, que não consegue superar os problemas agrícolas nem se recuperar de seu atraso na produção de bens de consumo. Apesar das promessas de Kruchov, para quem o nível de vida na União Soviética deveria alcançar e ultrapassar o do Ocidente, há não apenas um atraso nesse plano, mas também uma defasagem tecnológica crescente. A intelligentsia soviética questiona a burocracia, isto é, em última análise, o aparelho do partido. Essas dificuldades são a causa direta da queda de Nikita Kruchov, que acumulava as funções de primeiro secretário do Comitê Central do Partido e de presidente do Conselho de Ministros, vítima de uma revolução palaciana em 15 de outubro de 1964.

Os sucessores, Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, e Kossiguin, primeiro-ministro, são confrontados com o mesmo problema da modernização da economia e da sociedade soviética. A linha de Brejnev, que se recusa a liberalizar a vida dos soviéticos, prevalece e tem imediatamente repercussões tanto no interior quanto no exterior do país. Em fevereiro de 1966, o processo contra os intelectuais Siniavski e Daniel e suas respectivas condenações provam a vontade dos ideólogos do partido, apoiados pelo Exército Vermelho, de enquadrar a intelligentsia e mantê-la na linha a fim de que sirva à causa do partido. É o início do “regelo cultural” e do exílio interno de Aleksandr Soljenitsyn.

O modelo soviético, maculado pelas revelações sobre o Gulag, é contestado pela China Popular e pelas democracias populares, onde ao mesmo tempo começam a aparecer aspirações nacionais e liberais.

• O cisma sino-soviético

O nascimento do antagonismo entre a China e a União Soviética remonta aos anos 1950, quando acordos de cooperação ligam estreitamente os dois países. O conflito é simultaneamente um clássico conflito de interesse de poder e de território e também uma oposição ideológica, que irrompe no momento do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956.

Desde 1957, diante do estreitamento dos laços entre os Estados Unidos e a China Nacionalista, a União Soviética não reage. O governo de Pequim acusa os soviéticos de procurarem a paz a qualquer custo e de abandonar a estratégia revolucionária para se engajar no revisionismo. Após uma viagem a Moscou, Mao Tsé-tung lança, em 1958, o “Grande Salto Adiante” e as comunas populares e, ao mesmo tempo, bombardeia as ilhas de Mazu e Quemoy e reforça os laços da China com os elementos mais revolucionários do Terceiro Mundo. É um duplo desafio da China à União Soviética e aos Estados Unidos. Kruchov condena a experiência das comunas chinesas e chega a suspender sua ajuda econômica e técnica e a repatriar milhares de peritos e estagiários que a União Soviética mantinha em território chinês. Desse momento em diante, à rivalidade dos partidos e aos enfrentamentos ideológicos se sobrepõe a luta implacável de dois Estados, que irrompe em 1962. Padecendo

dos erros do “Grande Salto Adiante” e isolada do bloco socialista, a China estreita laços com a Albânia (acordos de janeiro de 1962). Isso dá uma ideia do isolamento chinês.

Em abril de 1962, Moscou fomenta revoltas na fronteira do Xinjiang e apoia a Índia no conflito que a opõe à China em relação ao Tibete. Trata-se de um conflito de fronteira agravado pela persistência do nacionalismo tibetano, personificado no Dalai-Lama, que se refugia na Índia. Em setembro e outubro de 1962, a China lança uma ofensiva vitoriosa contra a Índia. Os chineses aproveitam a ocasião da crise de Cuba para acusar os soviéticos de haverem capitulado diante do imperialismo americano. Em 12 de dezembro de 1962, em uma reunião dos representantes dos partidos comunistas em Moscou, Kruchov estima que “o principal perigo é o dogmatismo dos dirigentes chineses” e ironiza a passividade do regime de Pequim diante das “usurpações imperialistas” em Hong Kong, Macau e Formosa.

A partir de 1963, à ruptura doutrinária entre Moscou e Pequim é acrescido um litígio territorial, ao qual a ascensão da China ao clube atômico, em 1º de outubro de 1964, dá um lustro especial. Os dirigentes chineses respondem, em 8 de março de 1963, desenterrando o problema dos “tratados desiguais” impostos, no século XIX, pela Rússia à China, da qual teria conquistado importantes territórios, aos quais seria ainda preciso acrescentar um contencioso quanto a 600 ilhas dos rios Amur e Ussuri. Os soviéticos replicam que as aquisições feitas no século XIX são inalienáveis e que as fronteiras da URSS são intangíveis.

Essa reivindicação territorial não atenua o confronto ideológico. Em 15 de junho de 1963, Mao Tsé-tung envia a Kruchov uma carta na qual, em vinte e cinco pontos, recusa a preeminência do partido comunista da União Soviética. Aos olhos dos chineses, “os czares do Kremlin” são revisionistas que se tornaram aliados objetivos dos Estados Unidos. Começa uma luta entre os dois Estados pela liderança do comunismo mundial, apesar de uma breve trégua após a queda de Kruchov.

Quando estoura, em 1966, a Revolução Cultural na China, os soviéticos tomam partido contra Mao Tsé-tung e tentam manobrar contra o poder central as minorias nacionais do Xinjiang. Depois de explodir sua primeira bomba A em 16 de outubro de 1964, a China testa a bomba H em 17 de junho de 1967. A ascensão da China à classe de potência termonuclear poderia ter incitado os soviéticos a considerar um ataque nuclear “preventivo” ao arsenal atômico chinês em Xinjiang. Em 1969, o enfrentamento parece iminente. Ocorrem combates no rio Ussuri; e a China, que leva a sério a ameaça soviética, se prepara para uma volta-face diplomática.

• A contestação na Europa Oriental

A contestação ideológica empreendida por Pequim altera, nos anos 1960, o prestígio soviético e tem grande repercussão nas relações entre a União Soviética e as democracias populares. Se a União Soviética tolera que a Romênia tome algumas iniciativas, não hesita em reprimir a revolução tchecoslovaca.

Na Iugoslávia, o problema fundamental - a coexistência de várias comunidades nacionais - se complica com a perspectiva da sucessão de Tito e os protestos estudantis importados do Ocidente.

Tito consegue acalmar as tensões entre sérvios e croatas e desarmar os protestos generalizados que se desenrolam em 1963, difundidos na Iugoslávia pela oposição liberal de Milovan Djilas. Mas após a intervenção soviética na Tchecoslováquia, a Iugoslávia - que a desaprova - está mais do que nunca isolada.

Na Polônia, W. Gomulka, no poder há quatorze anos, reprime com rigor as revoltas de Gdansk (14-15 de dezembro de 1970); os tumultos que se prolongam levam à substituição de Gomulka por Edward Gierek no posto de primeiro secretário.

A Romênia inicialmente manifesta uma relativa autonomia no interior do Conselho de Ajuda Econômica Mútua (Comecon); recusa a especialização econômica que a URSS quer lhe impor; em seguida mantém alguma neutralidade no conflito que opõe Moscou a Pequim e publica, em 1964, uma verdadeira declaração de independência. A partir da primavera de 1966, os dirigentes romenos passam a impressão de considerar que o Pacto de Varsóvia é uma aliança como qualquer outra, que a independência de seus membros não é uma ficção. Eles adotam uma política externa original, desenvolvendo uma atitude de neutralidade ativa no conflito do Oriente Médio, estabelecendo relações diplomáticas com a Alemanha Federal desde 31 de janeiro de 1967, no momento em que a Hungria,

a Bulgária e a Tchecoslováquia aderem à “doutrina Ulbricht”, que coloca o reconhecimento da RDA e a inviolabilidade de suas fronteiras como condição prévia ao estabelecimento de relações normais com o governo de Bonn. Quando ocorre a intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, em 21 de agosto de 1968, Bucareste não participa da operação e chega mesmo a culpar a URSS por tê-la realizado. Em agosto de 1969, a Romênia é o primeiro país socialista - fora da URSS - a acolher um presidente americano, na pessoa de Richard Nixon.

A Tchecoslováquia e a “Primavera de Praga”. Diferentemente da Romênia, que conserva um regime interno bastante rigoroso, a Tchecoslováquia experimenta desde 1963 uma certa liberalização. No Congresso do Partido Comunista Tchecoslovaco, em 1962, a desestalinização prospera, apesar da manutenção no poder do stalinista Novotny. A aspiração à reforma econômica acrescenta-se à aspiração a uma maior autonomia da Eslováquia em relação à Boêmia e à vontade claramente expressa após a guerra árabe-israelense de junho de 1967 de uma política mais aberta. Uma ala “liberal” liderada pelo secretário do partido eslovaco, Alexander Dubcek, contesta abertamente Novotny, abandonado pelos soviéticos. Em 4 de janeiro de 1968, ele se demite de seu posto de secretário-geral do Partido Comunista. O comunista moderado Dubcek lhe sucede, enquanto o general Ludvik Svoboda é eleito em março chefe de Estado. Cada vez mais popular entre os intelectuais e entre os trabalhadores, Dubcek acredita poder conciliar o sistema socialista com o respeito às liberdades. O programa de ação do partido comunista tcheco, adotado em abril de 1968, admite a criação de outros partidos políticos e a liberalização da informação. É a “Primavera de Praga”.

Uma nova lei constitucional é preparada; um novo governo é estabelecido, dirigido por Cernik, partidário da liberalização, e pelo economista Ota Sik. A Assembleia Nacional elege como presidente o mais “liberal” dos comunistas tchecoslovacos, Smrkovsky. A preparação do Congresso do Partido Comunista Tchecoslovaco ocasiona um confronto apaixonado entre novotnistas e partidários de reformas.

Os soviéticos veem a “Primavera de Praga” com desconfiança. Os meios dirigentes das democracias populares temem o contágio, que já é perceptível na Polônia, e fazem pressão para que os dirigentes soviéticos intervenham. Em julho de 1968, Dubcek recusa um acordo proposto pelos dirigentes do Pacto de Varsóvia. Ainda que o projeto de revisão dos estatutos do partido tchecoslovaco, adotado por unanimidade em 9 de agosto de 1968 pelo Presídium, restabeleça algumas liberdades (voto secreto e liberdade de expressão), as reformas não vão tão longe quanto na Hungria: o partido comunista deve conservar uma situação preeminente, mesmo que se fale de um retorno a um sistema multipartidário, e, longe de pretender um estatuto de neutralidade formal, reafirma-se incessantemente o pertencimento ao Pacto de Varsóvia. Esse governo comunista tchecoslovaco se beneficia de um amplo apoio popular.

Em 21 de agosto, tropas do Pacto de Varsóvia pertencentes a cinco países (URSS, Alemanha Oriental, Polônia, Hungria e Bulgária) penetram em solo tchecoslovaco e se precipitam em direção aos objetivos mais importantes de Praga.

O embaixador soviético em Praga, Tchervonenko, e os tchecos pró-soviéticos conseguem a prisão dos dirigentes da “Primavera de Praga”. Mas a resistência se organiza ao redor do presidente da República, Svoboda, com uma greve de protesto decidida pelo Congresso do Partido reunido clandestinamente.

Os dirigentes tchecos libertados e reintegrados às suas funções são convocados ao Kremlin e assinam, em 26 de agosto, os acordos de Moscou, que marcam uma pesada limitação à liberalização e às reformas empreendidas. A partir de 16 de outubro, os soviéticos impõem um novo tratado que implica o estacionamento “temporário” de suas tropas em território tchecoslovaco. A agitação antissoviética continua. Em março e abril de 1969, após um verdadeiro ultimato do marechal Gretchko, ministro soviético da Defesa, incidentes culminam na destituição de Dubcek de seu posto de secretário-geral do Partido e na sua substituição por Gustáv Husák; a normalização segue seu curso. Uma vasta depuração do partido é organizada. A censura é restabelecida.

A URSS preserva assim do contágio os outros satélites e faz triunfar uma nova interpretação do Pacto de Varsóvia, conhecida pelo nome de “doutrina Brejnev”. A soberania nacional do Estado

socialista é limitada. Ela deve ser abolida em benefício do interesse geral da comunidade dos Estados socialistas. Mas a intervenção na Tchecoslováquia provocou uma reprovação geral no Ocidente, inclusive por parte dos partidos comunistas italiano, francês e espanhol. No interior do Pacto de Varsóvia, a Romênia se pronuncia contra essa ação, enquanto a Albânia chega até a se retirar do Pacto em setembro de 1968.

Quando a conferência dos setenta e cinco partidos comunistas se reúne em Moscou, de 5 a 7 de junho de 1969, é ao mesmo tempo o reconhecimento para a União Soviética de seu papel de direção do movimento comunista internacional e o fim do monolitismo, pois a conferência proclama o princípio dos caminhos diferentes para o socialismo.

O Terceiro Mundo na Era da Distensão(1962-1973)

É no contexto de crises (da crise de Suez à crise de Cuba) que nasce o papel internacional do Terceiro Mundo. Mas ele só toma impulso plenamente na era da distensão.

O enfraquecimento do papel moral da ONU. A afirmação de países recém-independentes se faz por intermédio da entrada para a Organização das Nações Unidas, que vê aumentar o número de seus membros e crescer seus problemas. Em 1973, as Nações Unidas têm 135 membros. Os únicos Estados que não fazem parte então são a Suíça, as duas Coreias, os dois Vietnãs, Formosa, Rodésia do Sul e Bangladesh. Do total de países, 25 Estados se aliam ao campo ocidental, 12 ao campo oriental e a maior parte dos outros se diz ou se pretende não engajada. Os países do Terceiro Mundo são, portanto, majoritários e chegam a dispor da maioria de dois terços necessária para fazer passar as resoluções na Assembleia Geral. A ONU torna-se assim a caixa de ressonância do Terceiro Mundo e, em razão disso, sofre também seus contragolpes. A herança da descolonização é pesada. A ONU se engaja em uma guerra no Congo sem ter os recursos necessários em tropas e em dinheiro. Ela é ameaçada de uma falência financeira enorme. O secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold, que considera seu papel o de um árbitro, entra em conflito aberto com vários chefes de governo. No início de seu mandato (1961-1971), o birmanês U Thant, que representa precisamente o mundo afro-asiático, consegue retirar as Nações Unidas do Congo e afirma reiteradas vezes a independência da Organização. Mas o período vê também o enfraquecimento das Nações Unidas. Sob a influência do grupo afro-asiático, a ONU passa seu tempo a protestar contra o regime de apartheid na República Sul-Africana, contra o regime racista na Rodésia do Sul e contra todas as formas de colonialismo. Muitas dezenas de resoluções extremamente firmes se revelam sem alcance real. O secretário-geral sofre a corrosão do papel moral das Nações Unidas.

Os primeiros encontros dos países não engajados. A maioria dos países do Terceiro Mundo se afirma também não engajada e diz rejeitar o alinhamento tanto ao campo ocidental quanto ao campo soviético. A primeira conferência dos países não engajados ocorre em Belgrado, de 1º a 6 de setembro de 1961, a convite do presidente iugoslavo

Tito, do presidente egípcio Nasser e do presidente indiano Nehru. Trata-se para os 25 Estados participantes de manifestar sua reprovação da política de blocos, do neocolonialismo que substituiu os laços políticos pelos constrangimentos econômicos e do superarmamentismo das grandes potências. Os não alinhados continuam seu combate ao reunirem-se em novas conferências, no Cairo (1964), depois em Lusaka (1970), ao longo das quais insistem cada vez mais sobre a independência econômica. A conferência de Argel, em setembro de 1973, é a confirmação de uma nova estratégia de concertação entre países produtores de matérias-primas.

Os não alinhados não têm então uma coesão real. Eles conhecem também querelas internas. Em última análise, a aliança se resume a condenar o imperialismo dos ocidentais, esforçando-se para manter o equilíbrio entre as duas Grandes, e a afetar um neutralismo de fachada. Mas divisões aparecem entre os defensores de um neutralismo estrito e os partidários de uma ação decidida contra o neocolonialismo. As tensões internacionais no campo oriental trazem à luz as divergências ideológicas entre Moscou e Pequim, entre os quais não é simples a escolha. No entanto, reagrupamentos se operam em uma esfera regional.

Os agrupamentos de Estados do Terceiro Mundo

Resultantes das fronteiras herdadas da colonização, os territórios desses Estados são frequentemente heterogêneos e constituem entidades artificiais. A partir da independência, duas tendências contrárias aparecem: uma tende ao esfacelamento, a outra ao agrupamento. A união do Senegal ao Sudão no Mali durou apenas alguns meses. A união do Egito com a Síria na República Árabe Unida durou de 1958 a 1961. Os Estados do Terceiro Mundo preferiram, frequentemente, reagrupamentos com formas menos precisas. O Conselho da Entente compreende Costa do Marfim, Alto Volta, Dahomey e Níger. O pan-africanismo, por sua vez, ambiciona realizar a unidade econômica e política do continente negro.

Em dezembro de 1960, todos os Estados francófonos - com exceção do Togo, do Mali e da Guiné - constituem o "grupo de Brazzaville", favorável à cooperação com a França, que se transforma em União Africana e Malgaxe (UAM) na primavera de 1961 e em Organização

Comum Africana e Malgaxe (Ocam) em fevereiro de 1964. O novo presidente do ex-Congo Belga (que se tornou Congo-Léopoldville, depois Congo-Kinshasa e, por fim, Zaire) adere à organização. O conflito de Biafra contribui para dividir a Ocam.

Em oposição aos moderados do "grupo de Brazzaville" e do "grupo de Monróvia", que reúnem os doze países do grupo de Brazzaville e outros países africanos, principalmente anglófonos, se constitui, em janeiro de 1961, o "grupo de Casablanca", do qual fazem parte Marrocos, Gana, Guiné, Mali e a República Árabe Unida, grupo hostil ao neocolonialismo e aos testes nucleares franceses no Saara. A África se mostra bastante dividida.

Graças ao fim da guerra da Argélia, as tensões entre os dois grupos de países africanos se atenuam. A convite do imperador da Etiópia, Hailé Selassié, a Conferência de Adis-Abeba, reunindo 30 chefes de Estado africanos, adota, em maio de 1963, a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA, ver boxe abaixo).

Países-membros da Organização da Unidade Africana (março de 1933)

Angola	Guiné Equatorial
Argélia	Lesoto
Benim	Libéria
Botsuana	Líbia
Burkina Fasso	Madagascar
Burundi	Malawi
Cabo Verde	Mali
Camarões	Marrocos*
Chade	Maurício (ilha)
Comores	Mauritânia
Congo	Moçambique
Costa do Marfim	Namíbia
Djibuti	Níger
Egito	Nigéria
Eritreia	Quênia
Etiópia	República Árabe do Saara
Gabão	República Centro-Africana
Gâmbia	Ruanda
Gana	São Tomé e Príncipe
Guiné	Senegal
Guiné-Bissau	Serra Leoa
Seychelles	Tunísia
Somália	Uganda
Suazilândia	Zâmbia
Sudão	Zaire
Tanzânia	Zimbábue
Togo	

*Após a admissão, em 1982, da República Árabe do Saara, o Marrocos deixou a OUA.

Se a OUA não fez com que a África progredisse no sentido de uma união mais estreita, teve, em contrapartida, um papel nada negligenciável promovendo os interesses dos Estados Africanos, por exemplo opondo-se ao desmembramento da Nigéria.

No Oriente Médio, a Liga Árabe tenta favorecer o agrupamento dos Estados árabes. Mas a unidade do mundo árabe é

igualmente reivindicada pelos diferentes líderes, como Nasser, e por forças políticas, como o partido Baath.

Na América Latina, a Organização dos Estados Americanos enfrenta o problema de Cuba, excluída em 1962 e readmitida em 1973, e a questão das guerrilhas fomentadas pelos cubanos na Bolívia, na Colômbia e na Venezuela. Em janeiro de 1966, uma conferência reunindo delegados de governos e de movimentos revolucionários da África, da Ásia e da América Latina escolhe Havana como sede da Organização "Tricontinental" que supostamente deveria organizar a luta anti-imperialista em toda parte.

O desenvolvimento econômico e a ajuda ao Terceiro Mundo

O fosso entre o nível de vida dos países desenvolvidos e o dos países subdesenvolvidos cresce ao longo dos anos 1960, de sorte que a diferença entre o produto nacional bruto por habitante de uns e de outros é enorme: 3.320 dólares para os Estados Unidos e 60 dólares para o Haiti, em 1964. A taxa de crescimento da população, muito maior nos países pobres que nos ricos, constitui um obstáculo suplementar às mudanças profundas da economia desses países.

A decolagem econômica é limitada a alguns países que criaram centros industriais. Apesar do grande esforço de industrialização, os países subdesenvolvidos permanecem essencialmente exportadores de matérias-primas. Assim, os termos da troca (relação entre o valor das exportações e o das importações) são desfavoráveis aos países em vias de desenvolvimento. Enquanto os preços de produtos industriais provenientes do Norte aumentam sem parar, em razão da inflação, os preços das matérias-primas vendidas pelo Sul diminuem visivelmente. Assiste-se, de fato, a uma "troca desigual" que desestabiliza o Terceiro Mundo, tornando impossível seu crescimento. Ante nações "ricas", erguem-se nações "proletárias" que reclamam ajuda.

As formas de ajuda aos países subdesenvolvidos. A ajuda é tanto privada quanto pública. Pode tomar a forma de investimentos, de empréstimos ou de doações. A ajuda ocidental é preponderante. De 1945 a 1970, de uma ajuda total de 165 bilhões de dólares ao Terceiro Mundo, os ocidentais forneceram 90%.

A ajuda americana é, sobretudo, econômica e militar, abrangendo ainda o envio de técnicos ou de missões, em particular no âmbito do Peace corps. A ajuda financeira, que pode ser direta por meio da Agency for International Development (AID), passa mais frequentemente pelo canal das firmas privadas ou organizações internacionais, como o Banco Mundial. Essa ajuda se destina sobretudo à Ásia (China Nacionalista, Coreia do Sul, Tailândia, Paquistão, Vietnã do Sul), em segundo lugar ao Oriente Médio, por fim à América Latina e à África. O caso de Cuba leva os dirigentes americanos a concentrar seus esforços na América Latina, com um programa de ajuda decidido em agosto de 1961 na conferência de Punta dei Este. No entanto, a Aliança para o Progresso não obtém o sucesso esperado em razão das reticências tanto das empresas privadas quanto do Congresso. Após 1963, a ajuda americana tende a diminuir devido ao custo da Guerra do Vietnã.

A assistência soviética, destinada a favorecer a independência econômica dos países subdesenvolvidos, é seletiva. Ela intervém no âmbito de projetos de desenvolvimento planejado e dá prioridade à eletrificação e à indústria pesada. Como o Egito, onde a URSS financia a construção da barragem de Assuã de 1958 a 1960, e a Índia, onde financia a siderurgia, os beneficiários dessa ajuda são quase todos países neutralistas: Etiópia, Guiné, Gana, Egito, Síria, Índia, Afeganistão, Indonésia, Iêmen, Ceilão e Iraque. Os donativos são limitados a casos excepcionais. Os empréstimos são fechados por doze anos a uma baixa taxa de juros e os pagamentos previstos em moeda local ou em produtos locais. Essa ajuda é subordinada ao recurso a material e técnicos soviéticos. A assistência técnica está longe de ser negligenciável, sobretudo no Egito, Iêmen, Afeganistão, Índia e Indonésia.

A assistência britânica é principalmente econômica e financeira, organizada em torno da unidade monetária que dá seu nome ao conjunto de países, a zona esterlina.

A França consagra uma parte importante de seu produto nacional bruto (quase 2% em 1960) à ajuda aos países da África do Norte, da África Negra e do oceano Índico. A cooperação (institutos, liceus, escolas, jornais, sociedades científicas, escavações

arqueológicas) também é importante. Mais de 30 mil professores franceses trabalham no exterior, a maioria na África do Norte.

A diminuição e os limites da ajuda. Desde 1960, a quantidade de ajuda aos países subdesenvolvidos tende a diminuir em razão das reticências da opinião pública e do ceticismo crescente em relação à sua eficácia. De quase 2%, a parte do PNB francês que lhe é consagrada cai no fim dos anos 1960 a 0,68%. Apenas a cooperação cultural e técnica se desenvolve. A França está à frente com 52.300 cooperantes, em 1970, dos quais 25.500 são professores. O Reino Unido envia 29 mil pessoas, a República Federal Alemã 27 mil.

Os países do Terceiro Mundo, por sua vez, conscientes dos limites e dos constrangimentos dessas políticas de ajuda, prefeririam uma organização dos mercados de matérias-primas que lhes permitisse escoar sua produção.

De fato, o comércio entre os Estados desenvolvidos e os Estados subdesenvolvidos torna-se o problema preponderante. Para os subdesenvolvidos, cujas exportações são ou de produtos agrícolas ou de matérias-primas, a influência das cotações mundiais desses produtos é determinante.

O fracasso das Unctad (sigla em inglês). O objetivo das Conferências das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Cnuced, sigla em português) é tentar resolver esses problemas. Na primeira Unctad, que acontece em Genebra de 23 de março a 15 de junho de 1964, 120 Estados estão representados, dos quais 77 estão em via de desenvolvimento. Duas teses se enfrentam: a tese francesa, que propõe um acordo internacional para fixar os preços (então determinados pelo livre funcionamento do mercado mundial) e alimentar um fundo de ajuda aos países subdesenvolvidos, e a tese anglo-saxã, hostil a qualquer tentativa de aumentar o custo das matérias-primas e favorável à outorga de facilidades para a exportação de produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos. Fica-se num impasse. A única resolução da conferência consiste em recomendar que se consagre ao menos 1% da renda dos países industrializados à ajuda ao Terceiro Mundo. Os 77 países em via de desenvolvimento participantes dos trabalhos da Unctad decidem criar uma estrutura específica, por ocasião de uma conferência em Argel, em outubro de 1967, a fim de falarem com uma só voz. Mas a unanimidade de fachada não deve criar ilusões: ela esconde situações variadas demais e dá lugar às divisões.

A segunda Unctad, que acontece em Nova Déli de 1º de fevereiro a 29 de março de 1968, se pronuncia, após as resoluções da conferência de Argel, a favor do sistema de preferências tarifárias a serem concedidas aos países subdesenvolvidos.

A terceira Unctad, que ocorre em Santiago do Chile de 13 de abril a 21 de maio, faz essencialmente a constatação do fracasso: enquanto os países desenvolvidos ocidentais têm em 1970, em média, um PNB de 3.200 dólares por habitante, a cifra correspondente para a América Latina é de 750, 270 para a África, 260 para a Ásia. A única resolução importante consiste na ajuda especial aos 25 países menos desenvolvidos, que têm um PNB per capita de menos de 100 dólares por ano e cujo PNB proveniente da indústria é inferior a 10%.

É forçoso constatar que nem a ajuda nem o comércio mundial permitem aos países subdesenvolvidos superar seu subdesenvolvimento. Alguns países produtores de petróleo vão então escolher o caminho da união para impor seu preço.

A criação da Opep. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, os royalties - somas pagas pelas grandes companhias petrolíferas aos países proprietários de jazidas - eram baixos: 12,5% no Oriente Médio. A Venezuela inaugura em 1948 o sistema Fifty-Fifty, isto é, royalties de 50%. E uma situação de conflito se desenvolve entre os Estados e as grandes companhias americanas (Standard New Jersey, Socony Vacuum, Standard Califórnia, Texaco, Gulf) e anglo-holandesas (British Petroleum, Royal Dutch Shell), reunidas em consórcio. Este decide, em agosto de 1960, reduzir o preço do petróleo bruto. Os países produtores de petróleo reagem criando, em 15 de setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), da qual inicialmente fazem parte Venezuela, Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Qatar, depois a Líbia, a Argélia, a Nigéria e Abu Dhabi. A ação da Opep consiste, primeiro, num aumento dos royalties e, em seguida, na nacionalização da produção. Assim, o Iraque nacionaliza em 1972 a Irak Petroleum Cy. Antes mesmo da crise de 1973, os países do Terceiro Mundo começam a utilizar a arma econômica de que dispõem.

A Modificação das Relações Internacionais no Terceiro Mundo

O Terceiro Mundo adquire ainda mais importância à medida que se torna um elemento de disputa entre o Leste e o Oeste. A crise dos dois blocos é ao mesmo tempo causa e consequência de profundas alterações nas relações Norte-Sul. Tudo ocorre como se, em uma atmosfera de distensão, os confrontos continuassem por peões interpostos nas zonas periféricas, em particular na Ásia e na África, com a Guerra do Vietnã e a crise do Oriente Médio.

O mapa do sudeste da Ásia sofre grandes alterações com a continuidade da descolonização, a afirmação dos nacionalismos locais e o avanço do comunismo. Em 1954, os Estados Unidos tentam federar os Estados pró-ocidentais Paquistão, Filipinas e Tailândia em torno das três grandes potências ocidentais. Mas essa organização, a Otase, logo começa a morrer. O Paquistão se distancia a política de seu principal vizinho, a Índia, que continua uma política de estreita amizade com a URSS, inaugurada com a visita de Kruchov e Bulganin em 1955. Quanto à Tailândia, à medida que os americanos aprofundam seu engajamento no Vietnã, ela se transforma numa imensa base militar, em prejuízo dos tailandeses.

Os sucessivos governos filipinos, inclusive o do presidente Marcos, também tendem a reclamar a evacuação das bases americanas, mas eles precisam do apoio americano em suas reivindicações sobre a região do Sabá, ao nordeste da ilha de Bornéu, concedida à Malásia. Nessa região do mundo, tudo gira em torno da Guerra do Vietnã.

A Guerra do Vietnã

Os acordos de Genebra de 1954 não restabeleceram a paz na Indochina. Dois Estados se constituem de um lado e do outro do paralelo 17, o Vietnã do Norte comunista e o Vietnã do Sul, que se torna uma república após ter eliminado, por referendo, o imperador Bao Dai. A cláusula que previa um referendo sobre a unificação do Vietnã em um prazo de dois anos não é respeitada.

Os Estados Unidos sustentam no Vietnã do Sul o regime católico de Ngo Dinh Diem, o sucessor de Bao Dai. Mas o descontentamento de uma população majoritariamente budista favorece ao sul do paralelo 17 a propaganda da Frente Nacional de Libertação (FNL) e a subversão dos vietcongues apoiados pelo regime do Vietnã do Norte. Unidades norte-vietnamitas se infiltram no Vietnã do Sul. A engrenagem da guerra é acionada. Os americanos estimam ser essencial intervir para manter o Vietnã do Sul independente e livre de toda influência comunista. Conselheiros militares americanos prestam assistência a Saigon. Em janeiro de 1961, o presidente Kennedy decide aumentar o número de conselheiros, que chega a 16 mil no outono de 1963, no momento da queda de Ngo Dinh Diem (1º de novembro de 1963), que se tornara cada vez mais impopular. O governo americano decide então encarregar-se diretamente da Guerra do Vietnã. O incidente do golfo de Tonquim (agosto de 1964), quando navios da marinha americana são atacados por vedetas norte-vietnamitas, lhes fornece o pretexto.

A intervenção militar americana. O presidente Johnson decide, em agosto de 1964, com o acordo do Congresso, intervir maciçamente no Vietnã. A partir de então, os efetivos não param de aumentar até atingir 543 mil homens em 1968. Os bombardeios ao norte do paralelo 17 visam, a partir de fevereiro de 1965, os objetivos militares e, em julho de 1966, os arredores de Hanói e de Haiphong.

A aviação opera sem trégua no Norte e no Sul. Apesar de sua enorme superioridade material, o exército americano atola-se em uma guerra feita simultaneamente de guerrilha e de batalhas de grande amplitude. No Vietnã do Sul, a guerra transtorna a sociedade e desestabiliza o poder; a população aspira à paz, os budistas reclamam a abertura de negociações. Hanói intensifica, com a ajuda conjugada de Pequim e de Moscou, sua ajuda à FNL. Além disso, no fim do ano de 1967, a opinião americana evolui. Segundo uma pesquisa realizada em outubro de 1967, há mais americanos hostis à Guerra do Vietnã que americanos favoráveis. Assiste-se à multiplicação de passeatas pela paz em várias cidades americanas, em especial a de 22 de outubro, em Washington, visando fazer com que cessem os bombardeios no Vietnã do Norte.

A ofensiva vietcongue. Os responsáveis americanos acreditam em uma solução militar até 31 de janeiro de 1968 quando,

diplomática. Em 29 de março de 1973, as tropas americanas terminaram de evacuar o Vietnã.

Em agosto de 1973, a aviação americana para de intervir no Camboja. A situação então se deteriora progressivamente. O enfraquecimento, e depois a substituição de Nixon, demissionário em 8 de agosto de 1974 em razão do caso Watergate, por Gerald Ford acentuam a degradação da situação. Apoiados pela China e pela URSS, o Khmer Vermelho se apodera de Phnom Penh em 17 de abril de 1975. Sob o pretexto de criar um homem novo, o novo regime se entrega a um verdadeiro genocídio.

Paralelamente, os soldados de Hanói e do GRP avançam para o Vietnã do Sul. Enquanto os últimos americanos partem em condições pavorosas, aqueles que realizam a ofensiva rejeitam qualquer negociação com o general Duong Van Minh, novo chefe do Vietnã do Sul, e, em 30 de abril de 1975, Saigão é tomada e rebatizada de Ho Chi Minh. E a falência da política americana de intervenção direta. O prestígio da América, gigante que combateu com obstinação um país pequeno sem vencê-lo, sai de lá maculado.

A relação de forças na Ásia

No início dos anos 1970, três forças dominam o sudeste da Ásia: o Vietnã, a Índia e a China. Forte por seu poderoso exército, o Vietnã tem certamente os meios e a ambição de se expandir por todo o sudeste da Ásia. Apoiado pela União Soviética, desafia ao mesmo tempo os Estados Unidos, cujo exército colocou em xeque, e a China Popular.

É verdade que a Indonésia, quanto à população, é o quinto país do mundo (após China, Índia, URSS e Estados Unidos), mas, constituída de um rosário de ilhas, não é uma forte potência militar. Em setembro de 1965, um golpe de Estado leva à eliminação sangrenta do partido comunista indonésio, à destituição do presidente Sukarno e à tomada do poder pelo exército.

• A supremacia da Índia no subcontinente indiano

A Índia é forte não apenas por sua imensa população, mas também por um exército bem treinado e pelo apoio inequívoco da União Soviética.

Um conflito de fronteira a opõe ao Paquistão a propósito da Caxemira, a qual anexara progressivamente. Após os choques entre comunidades, em 1962, o Paquistão fecha, em 1963, um acordo de delimitação de fronteiras com a China para se premunir contra a política de seu principal vizinho, a Índia. Uma breve guerra estourou em agosto de 1965, à qual o encontro de Tashkent, organizado por iniciativa da União Soviética em janeiro de 1966 entre os dirigentes paquistaneses e indianos, põe fim sem, no entanto, resolver o problema da Caxemira.

O Paquistão, Estado muçulmano, é ainda perturbado em razão das más relações entre suas duas províncias, separadas por mais de 1.500 km, o Paquistão Ocidental, onde a língua principal é o urdu, e o Paquistão Oriental, composto pelo Bengala Oriental, onde a língua principal é o bengali. O único ponto comum a todos é o pertencimento à religião muçulmana. As dificuldades se devem ao fato de a riqueza do Paquistão provir essencialmente das exportações de juta e de outros produtos agrícolas cultivados em Bengala, região superpovoada e muito pobre, mas que não se beneficia disso.

Essa situação provoca, no início dos anos 1960, a criação de um movimento de protesto dirigido contra o Paquistão Ocidental e a ditadura do general Ayub Khan, no poder desde 1958. O chefe do partido bengali, o xequ Mujibur Rahman, é preso em 1968 sob pretexto de ter conspirado com a Índia contra o Paquistão. Em 1969, o regime de Ayub Khan desmorona em todos os sentidos. Ele é derrubado, em 1970, por outro general, Yahya Khan, que organiza eleições com sufrágio universal.

A Awami League reivindica a autonomia do Paquistão Oriental em um regime federal que deixaria a região senhora de sua economia e de suas finanças. Nas eleições de 1970, ela obtém a maioria, muito à frente do Partido do Povo, dirigido por um assessor de Yahya Khan, Ali Bhutto, sem conseguir, no entanto, chegar ao poder.

Ao mesmo tempo que a tensão aumenta no início de 1971 entre a Índia e o Paquistão, um apoiado pela URSS, o outro pelos Estados Unidos, a Awami League reivindica a independência de Bangladesh, que ela proclama, aliás, em 26 de março de 1971, em um

clima de guerra civil e de tensão internacional. A URSS e a Índia assinam em 9 de agosto de 1971 um tratado de paz, amizade e cooperação que modifica o equilíbrio estratégico na região e permite à Índia tirar partido da situação. Em 3 de dezembro de 1971, a Índia intervém no Paquistão Oriental. O Paquistão reage invadindo a Caxemira. Os combates, nos quais a Índia leva vantagem, culminam em dezembro de 1971 com a substituição de Yahya Khan por Ali Bhutto à frente do Paquistão Ocidental, com a independência de Bangladesh e, por fim, com a onipotência estratégica da Índia no subcontinente indiano.

• A entrada da China no sistema internacional

Após vinte anos de isolamento, devido tanto ao ostracismo imposto pelas potências quanto à revolução interna permanente, a China entra no concerto mundial no fim dos anos 1970. Na verdade, a diplomacia chinesa fizera progressos decisivos no sudeste da Ásia, na África do Norte e no Oriente Médio após a Conferência de Genebra (1954) e a Conferência de Bandung (1955).

Dez anos depois de sua proclamação, a República Popular da China é um país que conta, mesmo proscrito da ONU por vontade americana. Mas a revolução cultural e o cisma sino-soviético fazem com que a China se retraia, o que se manifesta por um recuo de sua influência no mundo, inclusive no sudeste da Ásia. A China se isola na denúncia da dupla hegemonia americano-soviética e tenta estabelecer relações com países que recusam o alinhamento, como a França, que reconhece a China Popular em 27 de janeiro de 1964. O isolamento e os fracassos de sua política externa levam a China a transformar suas orientações, aproximar-se do Ocidente e se abrir ao estrangeiro. Seu potencial demográfico e econômico e seu poderio militar fazem dela imediatamente um dos atores de peso. Mas quais são seus desígnios em política externa? Ela quer se afirmar no plano mundial como a terceira superpotência? Ou limita suas ambições a seu papel de potência regional asiática? Passada da segunda posição no campo socialista à terceira posição no concerto mundial, a China quer difundir sua própria mensagem ideológica apoiando movimentos de libertação ou deseja se converter à Realpolitik e estabelecer laços com os Estados, não importando o campo ideológico a que pertençam?

Inaugurada em abril de 1971, a nova política externa chinesa tem como eixos a recusa da hegemonia soviética e a aproximação com os Estados Unidos. Diante do congresso do partido comunista chinês, em 24 de agosto de 1973, Chou En-lai desafia Moscou a provar sua vontade de distensão: “Retire suas tropas da Tchecoslováquia, da República Popular da Mongólia ou das quatro ilhas japonesas das Kurilas setentrionais!”

Preparada pela missão secreta de Henry Kissinger em Pequim em julho de 1971 e por diversas diligências como a turnê na China da equipe americana de pingue-pongue, a aproximação sino-americana é uma surpresa e tanto. Desde 1949, os Estados Unidos negam, com uma notável continuidade, qualquer representatividade à China Popular e têm fé em Formosa. A China de Mao, por sua vez, sempre recusou energicamente a teoria das duas Chinas assim como execrou publicamente o imperialismo americano. Essa reviravolta, concretizada pela surpreendente viagem do presidente Nixon a Pequim de 21 a 28 de fevereiro, é denunciada por Moscou, mas permite à China sair de seu isolamento no momento em que a Índia reforça seus laços com a União Soviética.

Quando a China entra, em 26 de outubro de 1971, na ONU, por substituição pura e simples da China Nacionalista pela China Popular, inclusive quanto ao assento permanente e ao direito de veto no Conselho de Segurança, esse acontecimento tem alcance mundial. Um dos porta-vozes do Terceiro Mundo ascende ao primeiro plano da cena internacional.

A China, que mantém relações tanto com países próximos da URSS quanto com Estados moderados, por vezes ditatoriais, ganha terreno em relação à URSS. Na África, sua ajuda aos jovens Estados aparece simultaneamente mais desinteressada que a assistência soviética e mais próxima das necessidades dos países subdesenvolvidos. Apesar da insuficiência de meios, ela se compromete com centenas de ações de cooperação: infraestrutura rodoviária e ferroviária na Tanzânia e na Somália, por exemplo. No Oriente Médio, dá seu apoio aos movimentos palestinos e tenta se distinguir aos olhos dos países árabes denunciando, quando da Guerra do Yom Kippur, o conluio americano-soviético e recusando

votar o projeto de resolução de cessar-fogo apresentado pelos dois grandes em 22 de outubro de 1973. Na Ásia, a China, vindo no tratado indo-soviético e no projeto Brejnev de sistema de segurança coletiva manobras destinadas a isolá-la, sabota o plano soviético. Na América Latina, a China concede ao Chile de Salvador Allende uma ajuda financeira superior àquela dada por Moscou. Ela procura - em vão - se opor à influência soviética preponderante na ilha de Cuba. Sustenta as reivindicações dos Estados latino-americanos e subscreve o tratado de desnuclearização da América Latina. Em setembro de 1973, na cúpula dos países não alinhados, em Argel, a União Soviética está no banco dos réus. O assédio chinês produziu seus frutos no Terceiro Mundo.

A China estabelece ainda relações com os Estados da Europa Ocidental e a Comunidade Europeia, na qual vê “zonas intermediárias”, adequadas para arruinar a hegemonia dos Grandes. O discurso de boas-vindas de Chou En-lai por ocasião da viagem do presidente francês Pompidou, em setembro de 1973, é claro: “Apoiamos os povos europeus que se unem para preservar sua soberania e sua independência nacionais.”

O papel do Japão. Em um continente em profunda mutação, a situação do Japão é original: asiático por sua geografia, é radicalmente diferente de seus vizinhos e pertence de fato ao mundo ocidental. Dirigido por governos conservadores, ligado estreitamente aos Estados Unidos e a seus aliados - entre os quais, Formosa ele se reconcilia com a Coreia do Sul (22 de junho de 1965). Ansiando por sair do tetê-à-tête exclusivo com os Estados Unidos e, além disso, incitado pelo presidente Nixon (discurso de Guam, 1969) a um esforço adequado em matéria de defesa, o Japão não pode permanecer indiferente à modificação das relações internacionais e, em particular, ao despertar da China. Os dois países concluem, em março de 1971, um acordo comercial. A aproximação se concretiza pela viagem do primeiro-ministro Tanaka (25-30 de setembro de 1972). O Japão reconhece a República Popular como o único governo chinês.

A América Latina, novo elemento de disputa entre Leste e Oeste

Poder-se-ia imaginar uma América Latina pacífica, distante das tensões internacionais. De fato, em 1967, pelo Tratado de Tlatelolco, chega-se ao acordo de desnuclearização da América Latina. E os Estados Unidos, após a ascensão de Fidel Castro ao poder em Cuba, parecem querer preocupar-se mais com seu continente, mas a “Aliança para o Progresso”, lançada por Kennedy em resposta ao castrismo e ao risco de subversão na América Latina, fracassa. O Congresso dos Estados Unidos, preocupado com o déficit na balança de pagamentos americana, mede de forma mesquinha os créditos e os destina de preferência aos regimes mais conservadores.

De fato, a América Latina é palco de violentos confrontos. Forças revolucionárias, confrontadas com a miséria de seus países, impulsionadas pelo exemplo cubano e se beneficiando por vezes do apoio de algumas frações da Igreja Católica, se lançam na luta, recorrendo à violência.

Diante dessa situação, que ameaça sua esfera de influência tradicional, os Estados Unidos são levados a apoiar ditaduras como a de Duvalier no Haiti ou a intervir, com o objetivo de impedir uma subversão comunista. É assim que, após graves incidentes, os Estados Unidos intervêm, em abril de 1965, para restabelecer a ordem na República Dominicana. O presidente Johnson pretende demonstrar a determinação dos Estados Unidos em defender a região contra as tentativas de subversão.

Contrariando o objetivo almejado, cresce o sentimento antiamericano, o que favorece os empreendimentos castristas. Em muitos Estados (Colômbia, Bolívia, Peru, Chile) surgem focos revolucionários.

Em 1966, Fidel Castro reúne em Havana a conferência conhecida como “Tricontinental” para criar uma organização de solidariedade entre os povos da Ásia, África e América Latina; e líderes cubanos, em particular Che Guevara (morto na Bolívia em outubro de 1967), se engajam na guerrilha.

Os golpes de Estado se sucedem, sendo o do Chile, em setembro de 1973, o que mais repercute. O advento de um regime socialista cujo presidente, Salvador Allende, eleito legalmente, perde rapidamente o apoio das classes médias termina por tensionar as relações com os Estados Unidos. Em 11 de setembro de 1973, um golpe de Estado militar dirigido pelo general Pinochet e apoiado pela CIA derruba o governo de Salvador Allende e provoca sua morte.

As decorrências da descolonização na África

Por suas fronteiras serem uma herança da colonização, os Estados africanos são frequentemente construções artificiais que não respeitam as unidades das etnias. Existe, potencialmente, toda uma série de conflitos. Assim, a República da Somália, criada em 1960 pela reunião da Somália britânica e da Somália italiana, reivindica um território situado no sudeste da Etiópia, o Ogaden, e a ex-Costa Francesa dos Somalis, que se tornou o Território dos Afares e dos Issas, também cobiçada pela Etiópia em razão da importância estratégica de Djibuti. Um outro conflito opôs o Marrocos à República Islâmica da Mauritânia, que se tornara independente em 1960 e que o reino marroquino pretendia anexar. O conflito se acalma e o Marrocos termina por reconhecer a Mauritânia em 1969, mas os dois Estados têm pretensões sobre o Saara Espanhol. Há ainda um conflito argelo-marroquino em relação ao Saara, do qual o Marrocos reivindica uma parte. Após a independência da Argélia, que tem reconhecida pela França a soberania sobre a totalidade do Saara, um breve conflito armado eclode em outubro de 1963, sem resultar em nada. Mas desde a crise do Congo, em 1961, emerge a convicção de que qualquer modificação de fronteiras corre o risco de ter graves repercussões na África inteira e de que a constituição de Estados-nações, como na Europa, poderia gerar problemas graves. O princípio da intangibilidade das fronteiras é assim adotado pela Organização da Unidade Africana.

A Guerra de Biafra é o mais grave conflito territorial desse período na África. A Nigéria (928.000 km², 55 milhões de habitantes em 1963), território mais rico da África ocidental - graças, principalmente, a seus recursos petrolíferos -, tornou-se independente em 1960. É uma federação dominada politicamente pelos hauçás e peúles, muçulmanos do norte. Ao sudeste, os ibos, cristãos cuja maior parte vive em Biafra, suportam mal essa dominação e a repressão que se seguiu ao assassinato do primeiro-ministro, sir Abubakar Tafewa Balewa, em 17 de janeiro de 1966, e de seu sucessor, o general Ironsi. A tensão aumenta e culmina na proclamação, em 30 de maio de 1967, da independência de Biafra e em uma guerra civil, uma vez que o governo federal não aceita a secessão dessa região rica em petróleo.

O governo nigeriano, apoiado pela maior parte dos países do Terceiro Mundo, submete Biafra a uma guerra impiedosa. Biafra, por sua vez, fica isolado. Ele obtém o reconhecimento internacional de apenas quatro Estados africanos e do Haiti. As grandes potências também tomam o partido do governo federal. Convidado a reconhecer Biafra por alguns Estados africanos, o general De Gaulle se pronuncia pelo direito dos povos de disporem de si mesmos; e a França não deixa de encorajar a secessão de Biafra, assim como a China Popular, mas esses apoios limitados são insuficientes para ajudar eficazmente Biafra, que, vencido, depõe as armas em janeiro de 1970.

O Oriente Médio de Guerra em Guerra

O Oriente Médio é a região mais inflamada do mundo. Ela passa por reviravoltas políticas e duas guerras.

A Guerra dos Seis Dias

A Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, dá a Israel o controle da Cisjordânia e do Golan e cria problemas duradouros. Os palestinos enfrentam o Estado judeu, e alguns Estados árabes não hesitam em recorrer ao terrorismo internacional. Em 1973, a Guerra do Yom Kippur, por suas consequências em matéria energética, contribui para abalar o curso da economia mundial.

Após a crise de Suez (1956), os Capacetes Azuis estacionam ao longo da fronteira israelo-egípcia, do lado egípcio, e em Charm el-Cheikh, posição fortificada ao leste do Sinai, no golfo de Acaba, perto do porto israelense de Eilat, a única desembocadura de Israel no mar Vermelho. Essa paz instável vê confirmarem-se as posições das grandes potências na região. A União Soviética reforça seus laços com o Egito de Nasser e os Estados Unidos substituem a França no papel de protetor do Estado de Israel.

Em 18 de maio de 1967, Nasser pede ao secretário-geral da ONU, U Thant, a retirada das forças da ONU do território egípcio - em particular, de Charm el-Cheikh - e interdita de pronto o golfo de Acaba a todo tráfego israelense. Enquanto o Egito recebe o apoio da

URSS e dos países árabes (Síria e Jordânia), a decisão pela guerra prevalece em Israel, que recebe o apoio dos Estados Unidos.

A guerra preventiva, desencadeada em 5 de junho por um ataque da aviação israelense, resulta em uma vitória espetacular de Israel. O exército israelense avança em direção ao Sinai, apoderando-se de Gaza a oeste e de Charm el-Cheikh a leste, instala-se na margem oriental do canal de Suez e levanta o bloqueio do golfo de Ácaba. A partir de 7 de junho começa uma ofensiva em direção ao nordeste, à Cisjordânia e à antiga cidade de Jerusalém, que até aquele momento era parte da Jordânia. Os israelenses tomam dos sírios as colinas de Golan. Enquanto o cessar-fogo não é aceito, os israelenses continuam a avançar e fortalecer suas posições ao longo do canal. O Egito se resigna ao cessar-fogo no dia 8, e a Síria no dia 10. No momento em que termina essa ofensiva, o território ocupado pelos israelenses passa de 20.300 km² a 102.400 km². Já em 23 de junho, apesar da oposição das Nações Unidas e das grandes potências, o parlamento israelense anexa a parte árabe de Jerusalém.

As negociações no interior e à margem das Nações Unidas levam, em 22 de novembro de 1967, à votação da Resolução 242 das Nações Unidas, que estipula que Israel deve se retirar de todos os territórios ocupados, segundo o texto francês, e de alguns territórios ocupados, segundo uma interpretação da versão inglesa, e afirma o direito de cada Estado da região de viver em paz no interior de fronteiras seguras e reconhecidas.

Do ponto de vista israelense, a Guerra dos Seis Dias é ambígua, pois resulta em uma vitória, mas coloca o problema de saber o que fazer com os territórios ocupados. Guerra humilhante para os árabes, que, por sua vez, pretendem recuperar os territórios perdidos.

Diferentes vias são exploradas para buscar uma solução. O general De Gaulle, que de imediato tomou partido contra a agressão israelense e decidiu, assim, o embargo aos aviões, depois, às peças de reposição, propõe uma concertação das quatro grandes potências, ideia rejeitada tanto pelos israelenses quanto pelos árabes. As Nações Unidas decidem enviar um mediador, o embaixador sueco Gunnar Jarring, que propõe um plano que abarca a retirada das tropas israelenses, o fim da beligerância, a garantia da liberdade de navegação, inclusive dos navios israelenses no canal de Suez e no golfo de Acaba, e, por fim, uma solução para o problema dos refugiados palestinos. A despeito de muitos anos de esforços, essa missão fracassa em 1971.

Os americanos empreendem uma grande atividade diplomática porque estimam que o desequilíbrio a favor de Israel criado pela Guerra dos Seis Dias é ruim. O secretário de Estado William Rogers conduz uma negociação limitada para chegar a um verdadeiro cessar-fogo. De fato, de ambos os lados do canal de Suez, egípcios e israelenses continuam uma guerra de desgaste: fuziladas e operações limitadas. A missão Rogers permite a conclusão de um acordo de cessar-fogo em 7 de agosto de 1970, prorrogado até março de 1971. Esse acordo não é renovado, mas as escaramuças quase que cessaram. Foram necessários mais de três anos para se chegar à suspensão dos combates após a Guerra dos Seis Dias.

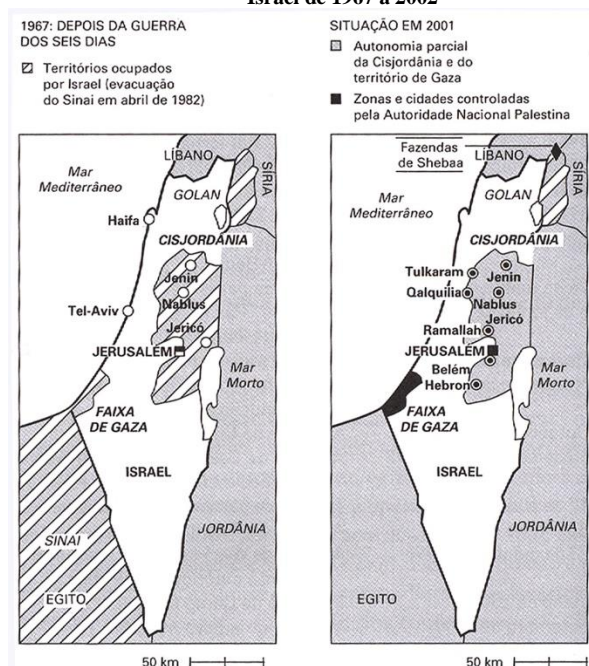
Os conflitos árabes-israelenses

1896:	Theodor Herzl publica o Estado judeu.
1916:	Acordo Sykes-Picot.
Novembro de 1917:	Declaração Balfour.
1919:	Mandato britânico sobre a Palestina.
1939:	Livro branco britânico sobre a Palestina.
Novembro de 1947:	Plano da ONU para a partilha da Palestina.
14 de maio de 1948:	Proclamação do Estado de Israel.
Maio 1948-junho 1949:	1ª Guerra Árabe-Israelense.
26 de julho de 1956:	Nasser nacionaliza o canal de Suez.
22-24 de outubro de 1956	Acordos secretos de Sèvres.
29 out.-6 nov. 1956:	Guerra israelo-egípcia. O exército israelense avança sobre o Canal.
15 de novembro de 1956:	Chegada das forças da ONU.
19 de maio de 1967:	O Egito exige a retirada dos Capacetes Azuis e depois bloqueia o estreito de Tiran.
5-10 de junho de 1967:	3ª Guerra Árabe-Israelense.

	O exército de Israel conquista a Cisjordânia e o Golan.
22 de novembro de 1967:	A ONU vota a Resolução 242.
1969:	Yasser Arafat torna-se presidente da OLP.
28 de setembro de 1970:	Morte do coronel Nasser.
6-22 de outubro de 1973	4ª Guerra Árabe-Israelense.
19-21 nov. 1977:	Visita de Sadat a Israel.
Setembro de 1978:	Conversações em Camp David entre Carter- -Sadat-Begin.
26 de março de 1979:	Tratado de paz israelo-egípcio.
6 de junho de 1982:	Operação "Paz na Galileia", lançada por Israel no Líbano.
Dezembro de 1987:	Início da Intifada nos territórios ocupados
Novembro de 1988:	A OLP proclama o Estado palestino e aceita a Resolução 242.
Outubro de 1991:	Abertura da Conferência de Madri.
13 de setembro de 1993:	Acordos de Oslo assinados em Washington. Reconhecimento mútuo Israel-OLP.
17 de outubro de 1994:	Tratado de paz israelo-jordaniano.
Setembro de 1995:	Acordos de Oslo II.
23 de outubro de 1998:	Acordos de Wye Plantation: restituição de territórios à autoridade palestina.
Julho de 2000:	Fracasso de Camp David II.
Setembro de 2000:	Início de uma nova Intifada.
Dez. 2000-jan. 2001:	Plano Clinton. Negociações de Taba.
Março-abril de 2002:	Reocupação parcial da Cisjordânia: operação "Muro de proteção".
Abril de 2003:	Lançamento do "Mapa do Caminho".
Setembro de 2005:	Evacuação, por Israel, da faixa de Gaza.
Julho de 2006:	Operação do exército israelense no Líbano (chamada de "Punição adequada").
Primavera de 2007:	Bloqueio da faixa de Gaza.

O outro aspecto da política americana é a regulamentação das vendas de armas. Os americanos se esforçam para conseguir que se interrompa a entrega de armas a ambos os lados do conflito e que, caso contrário, isso ocorra numa perspectiva de equilíbrio. Mas não obtêm êxito. Assim, a França, que pretende não enviar armas aos países do campo de batalha (isto é, os países limítrofes de Israel), vende cem aviões Mirage à Líbia, provocando protestos dos Estados Unidos e a indignação de Israel, que faz referência à utilização desses Mirage pelos egípcios.

Israel de 1967 a 2002



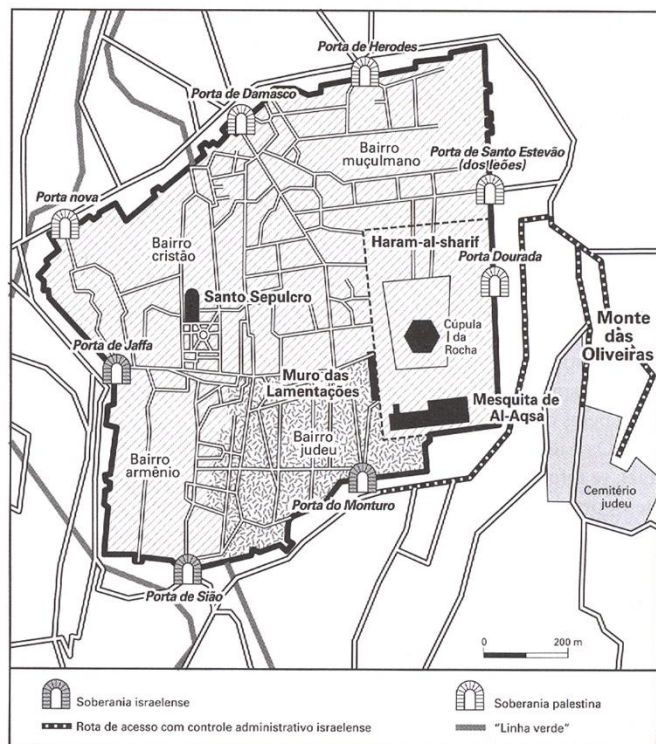
Fonte: Le Monde.

Dessa forma, os israelenses solicitam armas americanas de última geração, principalmente aviões Phantom, que os americanos lhes fornecem a conta-gotas.

O problema palestino

Não apenas a Guerra dos Seis Dias não resolve nada como ainda desestabiliza toda a região, daquele momento em diante afligida por uma violência mais ou menos contida. Além disso, acelera a afirmação da resistência palestina que se desenvolve desde a criação, em maio-junho de 1964, no primeiro Congresso Nacional Palestino, da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja carta revista em junho de 1968 recusa a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

Jerusalém



O problema palestino não nasceu em 1967, mas se exacerba consideravelmente a partir da Guerra dos Seis Dias. Até 1967, de fato, a Jordânia detinha uma parte da Palestina, a Cisjordânia. Em 1967, a Jordânia a perde, bem como perde Jerusalém. Ela é, assim, limitada a uma fronteira que costeia o lago de Tiberíades, o Jordão e o mar Morto. No entanto, era na Jordânia que já estava refugiada a maior parte dos palestinos que fugiram de Israel. Os militantes da nação palestina se organizam para lutar contra Israel e instituir a subversão na Cisjordânia. Utilizam-se de táticas de guerrilha, preparam atentados; terminam por constituir um Estado dentro do Estado e ameaçam a autoridade da dinastia hachemita (do nome da família que reinou sobre os lugares santos do Islã por um milênio e dirige o reino da Jordânia).

Em setembro de 1970, o rei Hussein decide utilizar o exército para restabelecer a ordem nos campos palestinos. E a operação "Setembro Negro". Os confrontos são sangrentos e as prisões numerosas, apesar de um início de intervenção da Síria. A repressão é tão forte que muitos palestinos abandonam a Jordânia e vão para o Líbano, para a Síria e até mesmo para Israel, e o regime do rei Hussein é posto de quarentena pelos outros países árabes.

Os palestinos expulsos da Jordânia, estritamente vigiados por Israel, se refugiam no Líbano e multiplicam seus atos de terrorismo em aeroportos ou de pirataria aérea. Um comando palestino semeia o terror atacando a equipe israelense nos Jogos Olímpicos de Munique, em setembro de 1972.

As convulsões internas

Da Guerra dos Seis Dias à do Yom Kippur, a violência que sacode o Oriente Médio convulsiona a arena regional. Aproveitando-se do desengajamento americano devido ao processo de distensão e à

Guerra do Vietnã, a União Soviética marca pontos na região, mesmo que não registre apenas sucessos.

No Sudão, um golpe de Estado em maio de 1969 conduz ao poder o general Nimayri, que põe fim às boas relações que existiam com a URSS. Os 2 mil conselheiros soviéticos são expulsos do país, e os comunistas sudaneses, perseguidos. Apesar de uma tentativa de golpe de Estado desses últimos, em julho de 1971, o general Nimayri se mantém no poder.

No Iraque, em julho de 1968, o general Aref é derrubado pelo general Bakr, para grande satisfação da União Soviética. O partido Baath, laico, socialista e nacionalista, retorna ao poder. Além disso, um dos dirigentes do Baath, Saddam Hussein, vai negociar em Moscou uma aproximação importante que leva à assinatura de um verdadeiro tratado de aliança entre o Iraque e a URSS, em 9 de abril de 1972. Segundo os termos desse acordo, a URSS se compromete a fornecer ao Iraque armamentos soviéticos e a comprar seu petróleo para se opor à poderosa Irak Petroleum Company, que o governo iraquiano decide nacionalizar em 1º de junho de 1972.

Na Síria, o golpe de Estado de 13 de novembro de 1970 conduz ao poder Hafiz al-Assad, que elimina os dirigentes pró-soviéticos. Todavia, os soviéticos fazem de tudo para manter boas relações com Damasco fornecendo grande quantidade de armas à Síria, assim como MIGs-21 e mísseis SAM. E os soviéticos intervieram para reconciliar os irmãos inimigos do Baath, o Iraque e a Síria.

No Egito, o coronel Nasser, que morre em 28 de setembro de 1970, é substituído por seu adjunto, Anwar al-Sadat. As boas relações egípcio-soviéticas continuam graças à entrega de MIG-23 e de mísseis SAM e ao envio de conselheiros militares, que chegam a 20 mil. Em 1971, o presidente Podgorni vem inaugurar a barragem de Assuã. E, em 27 de maio de 1971, é assinado no Cairo um tratado de amizade egípcio-soviético, segundo o qual os dois países se comprometem a uma não ingerência recíproca nos assuntos internos, a aumentar sua cooperação militar e a ajuda econômica soviética em troca de facilidades de escalas para a frota soviética do Mediterrâneo em portos sírios e egípcios. Todavia, o Egito teme por uma demasiada dependência em relação à União Soviética. O Egito apoia a luta do general Nimayri no Sudão contra o golpe de Estado comunista. Em 18 de julho de 1972, ele expulsa os conselheiros militares soviéticos e anuncia uma "fusão total" com a Líbia e a Síria.

Na Líbia, o exército fomenta um golpe de Estado que expulsa do poder, em 1º de setembro de 1969, o rei Idris e proclama a República Líbia. O coronel Kadhafi se torna o chefe do governo. Essa revolução nacionalista de tipo pró-nasseriana é inicialmente anticomunista. Na cúpula dos países não engajados, em Argel em 1973, Kadhafi ataca violentamente Fidel Castro, acusado de ser o aliado da URSS e, por isso, de não estar em condições de participar de uma conferência de não alinhados.

A União das Repúblicas Árabes entre o Egito e a Líbia, iniciada em 1971 e confirmada em 1972, esbarra em inúmeros obstáculos, entre os quais a dissimetria entre um país de 3 milhões de habitantes e um de 40 milhões. Em 1973, quando Sadat comunica sua falta de entusiasmo, Ka-dhafi organiza uma marcha de líbios sobre o Egito. Ocorrem incidentes na fronteira, perto de Marsa-Matruh. O caso não tem consequências.

A Guerra do Yom Kippur

Em 1973, o pretexto para uma guerra parece propício ao sucessor de Nasser, Anwar al-Sadat. Israel é desaprovado por muitos Estados europeus, entre eles a França, por sua obstinação em manter os territórios conquistados em 1967. Seu isolamento diplomático é crescente. Apesar dos esforços da nova primeira-ministra israelense, Golda Meir, que viaja por toda parte, os países árabes conseguem obter de inúmeros países, principalmente africanos, que rompem relações com Israel.

Os esforços da ONU estão num impasse. O Conselho de Segurança se pronuncia, em 26 de julho de 1973, sobre um texto vago que menciona a evacuação dos territórios ocupados por Israel, votado por treze Estados, sendo que a China se abstém e os Estados Unidos vetam. O mundo árabe reencontrou uma certa unidade e até mesmo algum poder. Ele granjeou a cooperação da URSS, que apoia como nunca a causa árabe.

O ataque egípcio-sírio se desencadeia em 6 de outubro de 1973, em pleno Ramadã (festa muçulmana), o próprio dia do Yom Kippur (festa judaica). A surpresa é, portanto, total. Os egípcios

atropelam a defesa israelense, atravessam o canal e avançam sobre o Sinai em uma frente de 180 km, enquanto os sírios penetram no Golan, se apoderam do monte Hermon e da cidade de Quneitra. Os primeiros contra-ataques israelenses são infrutíferos, pois se chocam contra uma forte resistência síria e egípcia, muito bem equipada com armas modernas. No entanto, a partir de 12 de outubro, os israelenses ganham terreno. Em 19 de outubro, não apenas reconquistaram todo o Golan, mas avançam até 30 km de Damasco. A recuperação israelense é mais lenta no Sinai, já que as forças egípcias são mais numerosas. Todavia, em 8 de outubro, uma divisão israelense, comandada pelo general Ariel Sharon, penetra entre o segundo e o terceiro exército egípcio, atingindo o canal de Suez dia 15 e chega mesmo a estabelecer uma cabeça de ponte sobre a margem oeste.

Cada uma das grandes potências, por sua vez, se esforça para conseguir um cessar-fogo. Em 19 de outubro, Brejnev convida Kissinger para ir a Moscou, e é na noite de 21 para 22 de outubro que o Conselho de Segurança, por 14 votos e uma abstenção (China), aprova a Resolução 338: cessar-fogo em doze horas, aplicação da Resolução 242, negociações por uma paz justa e duradoura. Mas os israelenses continuam as operações até o dia 23 para completar o cerco do 3º exército egípcio e chegar a 70 km do Cairo. Logo em seguida, os soviéticos ameaçam intervir em socorro de Sadat, e os americanos colocam suas forças estratégicas em alerta. A guerra atômica é evitada porque a colaboração global americano-soviética decorrente dos acordos Salt é mais importante que o confronto regional. Os americanos, por sua vez, forçam os israelenses a negociar com os egípcios. Essas negociações do quilômetro 101 chegam a um primeiro acordo, em 11 de novembro, e, posteriormente, a um segundo acordo mais completo, em janeiro de 1974.

A Guerra do Yom Kippur tem várias consequências importantes. Em primeiro lugar, revela algo totalmente novo: o equilíbrio no campo de batalha entre árabes e israelenses. Ainda que Israel tenha vencido, os árabes lutaram bem tanto no plano humano quanto no plano técnico. A humilhação de junho de 1967 ficou para trás. A segunda lição da guerra é a vulnerabilidade de Israel, o que incita o Estado judeu a uma prudência ainda maior quanto ao destino dos territórios ocupados. A terceira lição é que a guerra não resolve nada. Ela incita, portanto, à negociação. A iniciativa diplomática retorna aos Estados Unidos, os únicos suscetíveis de fazer pressão sobre Israel. Mas os árabes continuam a recusar a conclusão de qualquer paz separada. A questão palestina, de agora em diante, aparece como o problema nº 1.

O efeito essencial da guerra do Yom Kippur é ter instigado os Estados produtores de petróleo do golfo Pérsico a utilizar um formidável meio de pressão sobre o mundo ocidental, o aumento do preço do petróleo, que quadruplica em três meses. Essa decisão é a causa imediata da crise econômica em que o mundo cai em 1973 e que muda radicalmente o contexto internacional. Enquanto os dois grandes impõem as beligerantes uma arbitragem que põe fim à guerra e confirmam, assim, um verdadeiro condomínio americano-soviético sobre os assuntos mundiais, sob o signo da distensão, a desestabilização se propaga aos poucos até culminar em uma “nova guerra fria”.

O balanço dos anos de distensão é impressionante. A questão alemã parece resolvida. A China Popular entra no concerto das nações. A paz retorna ao Vietnã. E os dois grandes, de comum acordo, põem fim à guerra do Yom Kippur. A Conferência de Helsinque, que consagra o triunfo da distensão, é também sua última manifestação, pois, desde 1973, o mundo entrou em uma era de instabilidade, e os ocidentais constatarem que os soviéticos tiraram maior proveito da situação do que eles ao fazerem reconhecer o statu quo territorial na Europa e ao estenderem sua influência na Ásia e no Oriente Médio.

Capítulo 4

Um Mundo Desestabilizado (1973-1985)

Se a cesura de 1973 parece justificada, não significa que de repente a distensão desaparece e dá lugar a uma “nova guerra fria”. De fato, a dinâmica da distensão continua até 1975, ponto de equilíbrio de um mundo em plena evolução.

Em 1975, a Conferência de Helsinque consagra o statu quo territorial da Europa e os participantes confirmam a vontade de

continuar e aprofundar a distensão. No entanto, sob o efeito da crise petrolífera, da desordem monetária e da multiplicação de tensões, é a desestabilização que domina em todas as áreas. A queda de Saigon, em 30 de abril de 1975, significa o fim de uma guerra de trinta anos, mas também o desmoronamento da política de contenção realizada pelos Estados Unidos e ainda seu primeiro grande revés desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A potência americana parece condenada ao declínio. Ela perde toda influência na Indochina. Recua na América Central. A União Soviética tira proveito dessa perda de prestígio marcando pontos no sudeste da Ásia, na América Central e na África.

As dificuldades de diálogo entre as duas superpotências aparentam substituir por uma nova guerra fria a distensão, que muitos começam a se perguntar se não era ilusória. Os conflitos locais se multiplicam tanto em lugares antigos quanto em novos terrenos de enfrentamento, sem, contudo, ameaçarem a paz mundial. A ascensão do integralismo islâmico, a revolução iraniana, o aventureirismo da Líbia de Kadhafi, o expansionismo do Vietnã, os distúrbios que abalam a América Latina e a África são outras tantas manifestações desse mundo desestabilizado.

É o fim da distensão? Ou é o fim do mundo bipolar e a manifestação da reorientação das relações internacionais, substituindo a dimensão Leste-Oeste por uma Norte-Sul? As características desse período são o aumento dos problemas no Sul e o nascimento de tensões em partes do planeta tidas como calmas: mais nenhum lugar parece estar ao abrigo de conflitos que têm alcance planetário. Além do mais, o antagonismo entre o Norte e o Sul, fundado sobre a troca de matérias-primas e de produtos industrializados, se exacerba. A tônica se desloca dos problemas Leste-Oeste para os problemas Norte-Sul, ou, mais frequentemente, Oeste-Sul.

A Crise Econômica e Seus Efeitos

A crise econômica que começa em 1973 põe fim ao crescimento que prevalecera ao longo dos “Trinta Gloriosos”. Os choques do petróleo não são o único fator de desarranjos no aumento de preços e no emprego.

Os diferentes aspectos da crise

• A desordem no sistema monetário internacional

A situação de desordem monetária internacional, ainda que não seja nova, desempenha um papel importante.

Essa desordem deve-se à queda do dólar, verdadeiro padrão monetário, minado pela decisão tomada, sem nenhuma concertação, pelo presidente Nixon de desvincular o dólar do ouro (15 de agosto de 1971) e pela sanção dessa política anárquica. Assim, o déficit da balança de pagamentos americana se aprofunda e o tamanho das reservas internacionais, provenientes dos lucros das exportações de capitais americanos na Europa (eurodólares) ou de petróleo do Oriente Médio (petrodólares), aumenta. As principais moedas flutuam e o sistema imaginado em Bretton Woods está morto. No entanto, somente na conferência da Jamaica, em janeiro de 1976, os países ocidentais decidem substituí-lo. Ao término dessa reunião, já não há preço oficial do ouro e os câmbios flutuantes são legalizados dentro de certas margens. O verdadeiro capital de reserva do sistema monetário é garantido doravante pelos Direitos Especiais de Saque (DES), em função dos quais são definidas as novas paridades.

Os DES são um novo padrão de câmbio internacional que funciona no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI). O valor dos DES é definido por um conjunto de moedas de diferentes países industrializados em proporções variáveis. A ponderação do sistema dá 30% do conjunto ao dólar e mantém, conseqüentemente, a primazia financeira dos Estados Unidos. Trata-se de um passo decisivo visando a estabilidade das taxas de câmbio e a estabilização do comércio mundial, bastante perturbado, além disso, pelos efeitos dos choques do petróleo de 1973 e 1979-1980.

• Os choques do petróleo

O detonador do choque do petróleo de 1973 reside nas decisões tomadas pelos países árabes produtores em 16 e 17 de outubro daquele ano, enquanto a guerra árabe-israelense ainda não terminara, decisões estas que tratam do embargo à venda de petróleo

a determinados países, da redução da produção e, sobretudo, do aumento do preço.

De fato, os fatores de uma crise estão presentes já há bastante tempo: por um lado, o aumento enorme da utilização do petróleo como fonte de energia, por outro, a vontade dos países produtores de obter o maior lucro possível com a venda do petróleo.

O crescimento da parcela do petróleo no consumo de energia é notável. Em 1950, representava 37,8% contra 55,7% de consumo de carvão. Em 1972, petróleo e gás representam 64,4% do total. Grosso modo, a parcela do petróleo passou de um terço para dois terços no momento em que a quantidade de energia consumida anualmente no mundo triplicava.

O segundo fator é a vontade crescente dos Estados produtores de lucrarem eles mesmos com o petróleo. Até 1960, a exploração de jazidas de petróleo era essencialmente feita por grandes companhias petrolíferas que, em troca das concessões de exploração, pagavam royalties aos Estados. Diversos Estados se esforçaram para se livrar dessa dependência, como o México e o Irã em 1951. Entretanto, excetuando os Estados Unidos e a União Soviética, a maioria dos países industrializados grandes consumidores de petróleo não o produzem ou produzem pouco. E o caso da Europa Ocidental, com exceção da Grã-Bretanha e da Noruega (graças ao petróleo descoberto no mar do Norte), e do Japão.

A produção está concentrada na Venezuela, na Nigéria, na Indonésia e, sobretudo, ao redor do golfo Pérsico, principalmente na Arábia Saudita, no Irã, no Iraque, no Bahrein, no Kuwait e no Qatar. A concentração tem implicações estratégicas e políticas. O essencial da produção de petróleo passa pelo estreito de Ormuz, donde a importância do golfo Pérsico e do oceano Índico no plano da geoestratégia. Os produtores podem se concertar mais facilmente; cinco deles (Venezuela, Irã, Iraque, Arábia Saudita e Kuwait) criaram, aliás, em 15 de setembro de 1960, em Bagdá, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), à qual aderem aos poucos os outros Estados. Doravante, todo ano, os países da Opep tentam inicialmente obter mais royalties; em seguida, a nacionalização total da produção de petróleo. A iniciativa nesse campo é da Argélia e da Líbia. Em 24 de fevereiro de 1971, o presidente Huari Bumediene anuncia que a Argélia nacionaliza em 51% as companhias petrolíferas francesas. Assim, a Argélia garante com poucos gastos o controle do petróleo produzido em seu território. A Líbia faz o mesmo, em 1º de setembro de 1973. Aproveitando-se, durante o ano de 1972, de um aumento da demanda dos Estados do Norte, os países do Sul produtores de matérias-primas que não sejam o petróleo agem na alta das cotações e tomam o controle dos setores econômicos até então controlados por companhias estrangeiras. Os sinais precursores de uma reviravolta na ordem mundial se mostram, portanto, antes de outubro de 1973.

Em 16 de outubro de 1973, os países da Opep decidem que o preço do barril de petróleo passe de 3 dólares para mais de 5 dólares. Em 17 de outubro, os produtores árabes consideram um sistema de embargo aos países que aparentam apoiar Israel, em particular Estados Unidos e Países Baixos. De fato, esses embargos serão realizados entre março e julho de 1974. Eles decidem ainda reduzir a produção em relação à de setembro de 15 a 20%, em seguida de 5% ao mês, enquanto o Estado de Israel não tiver evacuado os territórios ocupados. Porém, desde o início de 1974, esse sistema - que prejudica principalmente os produtores - é praticamente abandonado. Em dezembro de 1973, os países da Opep decidem elevar o preço do barril a 11,65 dólares. Em três meses o preço do petróleo quadruplicou.

Enquanto os efeitos do primeiro choque do petróleo se atenuam, o efeito da demanda provoca um segundo choque (marcado pela duplicação do preço entre dezembro de 1978 e dezembro de 1979). E a revolução iraniana e a guerra Irã-Iraque provocam um terceiro choque. O preço do petróleo atinge a marca de 34 dólares o barril no final de 1981.

• As consequências da crise

As consequências, que concernem inicialmente aos países industrializados, são graves. Elas remodelam aos poucos a fisionomia do planeta.

Ameaçados de penúria, a Europa Ocidental e o Japão, cujas economias repousam sobre o petróleo, entram em pânico. Em toda parte, o aumento dos preços resulta em graves perturbações. A inflação, que era da ordem de 4 a 5% ao ano, se acelera, particularmente na Grã-Bretanha e na Itália. Nos Estados Unidos,

na Alemanha e no Japão, a inflação é combatida com planos de austeridade que provocam uma baixa real da produção e do nível de vida. Na França, o plano Barre de setembro de 1976 tem por efeito a diminuição do crescimento. Em todos os países a alta dos preços freia a expansão. Ao longo de 1975, por exemplo, o crescimento do PIB é negativo nos Estados Unidos (-0,7%), no Reino Unido (-0,7%), na Alemanha (-1,6%), e na França é ínfimo (0,2%). Os efeitos são claros: maiores dificuldades para as empresas, falências e aumento do desemprego. Essa crise é a combinação de uma recessão limitada e de alguma inflação: a “estagflação”.

Quanto aos países subdesenvolvidos, fica visível a disparidade entre eles, pois não são afetados da mesma maneira pela crise. De um lado, encontram-se Estados produtores de matérias-primas, em particular exportadores de petróleo, ou aqueles que se beneficiam da deslocalização de atividades e se tornam os novos países industriais, tal como a Arábia Saudita, cujo PNB aumenta 250% em um ano (1973-1974). De outro, os países pobres que não são produtores de petróleo e para os quais os custos de importação do petróleo são insuportáveis. Mesmo dentro da Opep, assiste-se a uma divisão entre os Estados preocupados em não abusar das economias ocidentais, e que não aumentam irrefletidamente os preços do ouro negro, como a Arábia Saudita, e aqueles que, como o Irã e a Líbia, estão decididos a lucrar ao máximo do maná petrífero.

As tentativas de resposta à crise

Para responder às decisões da Opep, a diplomacia americana sugere a criação, perante o sindicato dos produtores, de um sindicato de consumidores, no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde). É a Agência Internacional de Energia (AIE), da qual fazem parte os países da CEE (exceto a França), Estados Unidos, Japão, Canadá, Espanha, Suécia, Áustria e Turquia. A França, que rejeita esta fórmula contrária à sua política de amizade com os países em vias de desenvolvimento, tenta instaurar um diálogo Norte-Sul em duas conferências preparatórias em Paris, para as quais convida países do Norte (Estados Unidos, Japão e CEE) e países do Sul (Argélia, Arábia Saudita, Irã, Venezuela, Índia, Brasil e Zaire): uma em abril de 1975, que malogra quanto à ordem do dia (uns querem restringi-la ao petróleo, outros, estendê-la à totalidade das matérias-primas), a outra, em setembro de 1975, que decide pela realização de uma conferência ampliada e não restrita ao petróleo. A conferência ocorre em Paris de 16 a 18 de dezembro de 1975 e reúne 7 membros da Opep, 12 países subdesenvolvidos e 8 países industrializados. Ela esbarra novamente na questão do petróleo. A negociação é reaberta em Paris de maio de 1977 ao começo de 1978, mas não resulta em nada além da reafirmação dos grandes princípios de uma nova ordem econômica internacional e prevê a criação de um fundo especial de ajuda, de 1 bilhão de dólares, ao Terceiro Mundo.

Na conferência de cúpula de Cancún (México), em 22 de outubro de 1981, 22 chefes de Estado ocidentais e do Terceiro Mundo concordam em reabrir as negociações globais no âmbito das Uncad. Nessa iniciativa de diálogo Norte-Sul, a CEE mostra-se original ao estabelecer relações privilegiadas com 35, depois 46 e, por fim, com 58 países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP) pelos acordos de Lomé I (28 de fevereiro de 1975) e Lomé II (31 de outubro de 1979), que abrangem, além de facilidades comerciais e ofertas de ajuda financeira, garantias de receitas de exportação. Essa convenção prevê uma ajuda financeira quatro vezes maior que aquela prevista na de Iaundê. Ela põe em prática uma estabilização dos preços das matérias-primas agrícolas. Trata-se de uma política de cooperação multilateral cuja vantagem consiste em não poder ser acusada de neocolonialista.

Entre os grandes países industrializados, constata-se um início de concertação, mas os resultados ainda são limitados. Os 6 membros originais do clube (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Itália) que se reúnem em Rambouillet, em novembro de 1975, por iniciativa de V. Giscard d'Estaing, tornam-se 7 (donde o nome “Grupo dos Sete” ou G7) com a associação do Canadá em 1976, e até 8, no ano seguinte, com a participação do presidente da Comissão da CEE. Eles se encontram todo ano no nível mais elevado.

As reuniões de cúpula dos países industrializados (G7 e G8)

1975	- 15 a 17 de novembro:	Rambouillet
1976	- 27 e 28 de junho:	Porto Rico
1977	- 7 e 8 de maio:	Londres
1978	- 16 e 17 de julho:	Bonn
	- 28 e 29 de dezembro:	Jamaica (encontros não oficiais)
1979	- 5 e 6 de janeiro:	Guadalupe (reunião de cúpula informal)
	- 28 e 29 de junho:	Tóquio
1980	- 22 e 23 de junho:	Veneza
1981	- 19 a 21 de julho:	Ottawa
1982	- 4 a 6 de junho:	Versalhes
1983	- 28 a 30 de maio:	Williamsburg
1984	- 7 a 9 de junho:	Londres
1985	- 2 e 3 de maio:	Bonn
1986	- 5 e 6 de maio:	Tóquio
1987	- 8 a 10 de junho:	Veneza
1988	- 19 a 21 de junho:	Toronto
1989	- 14 e 15 de julho:	Paris ("reunião de cúpula de l'Arche")
1990	- 9 a 11 de julho:	Houston
1991	- 15 a 17 de julho:	Londres
1992	- 6 a 8 de julho:	Munique
1993	- 7 a 9 de julho:	Tóquio
1994	- 8 a 10 de julho:	Nápoles
1995	- 16 e 17 de junho:	Halifax
1996	- 27 e 28 de junho:	Lyon
1997	- 20 e 21 de junho:	Denver (o G7 torna-se G8)
1998	- 15 a 18 de maio:	Birmingham
1999	- 18 e 19 de junho:	Colônia
2000	- 21 a 23 de julho:	Okinawa
2001	- 20 a 22 de julho:	Gênova
2002	- 26 e 27 de junho:	Kananaskis (Canadá)
2003	- 1º a 3 de junho:	Évian
2004	- 6 a 8 de junho:	Sea Island [Estados Unidos]
2005	- 6 a 8 de julho:	Gleaneagles (Grã-Bretanha)
2006	- 15 a 17 de julho:	São Petersburgo
2007	- 6 a 8 de junho:	Heiligendamm (Alemanha)
2008	- 7 a 9 de julho:	Toyako (Hokkaido)

Do mesmo modo, no plano comercial, as negociações do Gatt conhecidas pelo nome de Tokyo Round [Rodada de Tóquio] (1973- - 1979) levam a um acordo que prevê novas reduções tarifárias e a adoção de regras destinadas a combater os entraves nas trocas comerciais. Mas esses acordos não impedem a multiplicação de medidas protecionistas. Os desejos de cooperação internacional são frequentemente deixados em segundo plano pelas exigências do interesse nacional. Na verdade, a mudança mais importante vem dos Estados Unidos quando, em 1979, sob a influência do diretor do Federal Reserve Board, Paul Volcker, os americanos fazem a escolha de atacar a inflação limitando o crescimento da massa monetária graças a um aumento sem precedentes das taxas de juro. Os capitais afluem para os Estados Unidos e fazem aumentar o valor do dólar. O preço cada vez mais elevado do dólar acentua por toda parte o recuo deflacionista e obriga todos os países a uma política de austeridade. Assim, as economias ocidentais atingem o fundo da depressão: crescimento zero, taxa recorde de desemprego. Todos os países do Terceiro Mundo, bastante endividados em dólares, veem aumentar o peso de seus encargos financeiros devido à alta do valor do dólar. Para evitar a bancarrota, recorrem a empréstimos de instituições financeiras internacionais que os obrigam a uma política de austeridade frequentemente dramática.

Em suma, a crise torna mais intensa a competição econômica, inclusive entre os países aliados; provoca uma deterioração profunda dos pagamentos externos; dá às relações internacionais uma aspereza devido ao medo de penúria de produtos de base necessários para a salvaguarda do nível de vida. A luta pelo controle dos produtos de base e das grandes vias de comunicação também se torna mais austera.

A Crise Das Relações Americano Soviéticas

Da metade dos anos 1970 à metade dos anos 1980, o mundo atravessa uma nova fase de tensão internacional. As razões são numerosas e complexas. A crise econômica e seus efeitos tornam mais difíceis as relações internacionais. A conjuntura política e o papel dos dirigentes à frente da URSS e dos Estados Unidos são também importantes.

O duopólio é questionado

• A erosão da influência americana

Com o caso Watergate somando-se ao traumatismo profundo provocado pela Guerra do Vietnã, a renúncia de Nixon (8 de agosto de 1974) resulta ao mesmo tempo em uma perda de influência e em uma crise de consciência da política externa americana. Em 1973-1974, obcecados pela ideia de evitar qualquer nova intervenção (no more Vietnam), os americanos parecem renunciar ao exercício de suas responsabilidades no mundo. Eles sentem a erosão de seus meios de influência. Já não têm nem a superioridade econômica nem a superioridade estratégica. O recuo diplomático é geral, exceto no Oriente Médio, onde o presidente Carter assina os acordos de Camp David, em 17 de setembro de 1978.

Diante das perturbações no Irã e do fato de os membros da embaixada americana terem sido tomados como reféns em Teerã, em 4 de novembro de 1979, e diante da invasão do Afeganistão, os Estados Unidos parecem impotentes. O fracasso da incursão americana na tentativa de recuperar os reféns (25 de abril de 1980) é um sério golpe na credibilidade do aparelho militar americano e do Executivo, paralisado por esse caso. As divergências da equipe no poder e a vontade moralizadora do presidente Carter, que coloca em primeiro plano a defesa dos Direitos Humanos e abandona a fabricação da bomba de nêutrons, reforça a impressão de um Estados Unidos indeciso e decadente. Na verdade, a mudança de orientação ocorre ainda no período Carter, que adverte, em janeiro de 1980, que qualquer tentativa de garantir o controle do golfo Pérsico será considerada um ataque lançado contra os interesses vitais dos Estados Unidos.

Com a eleição de Ronald Reagan (1980-1988), os Estados Unidos se afirmam como líderes do mundo livre, decididos a reerguerem-se, para rearmarem-se maciçamente e restaurarem sua autoridade no mundo perante uma União Soviética ameaçadora, o "império do mal".

• As zonas de expansão da influência soviética

Na União Soviética, é o fim do reinado de Brejnev, muito doente e que morre em novembro de 1982, e um interregno sob seus efêmeros e idosos sucessores Iuri Andropov (novembro de 1982-fevereiro de 1984) e Konstantin Tchernenko (fevereiro de 1984-março de 1985). A interrupção do diálogo entre as duas superpotências é também consequência dessa ausência de relações e dessa falta de confiança entre os dirigentes americanos e a equipe soviética. Assim, esse período corresponde a uma grande ofensiva soviética no Terceiro Mundo, onde, ao mesmo tempo que combate a influência chinesa, a União Soviética obtém um império estendido. Entre outras coisas, intervém militarmente na África (Angola, Etiópia) por meio dos cubanos e invade o Afeganistão. Ela age frequentemente por meio de Estados ou de forças delegadas como Cuba, RDA, Líbia e Vietnã. Nem sempre os soviéticos utilizam abertamente a força, a maioria das vezes é a assistência econômica e militar; e, sobretudo, multiplicam os tratados com os Estados mais longínquos. Tudo ocorre como se Moscou tivesse explorado o desengajamento americano para avançar seus peões por todos os lugares.

• O duopólio em questão

Essa crise das relações americano-soviéticas não põe fim à concertação mútua a fim de evitar qualquer confronto armado, mas coloca em questão a cogestão dos assuntos internacionais pelas duas superpotências. Os sinais visíveis dessa crise são a denúncia dos acordos comerciais, a diminuição dos acordos militares e, sobretudo, a rarefação dos encontros americano-soviéticos. Em dezembro de 1974, o Congresso liga a outorga à União Soviética da cláusula de nação mais favorecida a um relaxamento dos obrigações que pesam sobre os judeus que desejam imigrar. Não há encontro de cúpula entre a reunião de Viena (Carter-Brejnev), em junho de 1979, e aquela de Genebra, em novembro de 1985 (Gorbatchov-Reagan). Os americanos não participam das Olimpíadas de Moscou em 1980; em retaliação, a União Soviética, seguida por treze outros países, não participa das Olimpíadas de Los Angeles de 1984. Um novo espírito de "guerra fria" ganha as relações internacionais. Antes mesmo da Conferência de Helsinque, Aleksandr Soljenitsyn considerava que a distensão era um engodo. As consequências de Helsinque confirmam as previsões mais pessimistas. A Conferência de Belgrado (outubro

de 1977), que deve dar continuidade a Helsinque, termina em um completo fracasso em razão do antagonismo das posições ocidentais e soviéticas sobre os Direitos Humanos...

Os americanos acusam os soviéticos de tirarem partido da distensão para conseguir vantagens unilaterais, como o reconhecimento sem contrapartida do *statu quo* herdado da guerra, a progressão do campo socialista no sudeste da Ásia e na África, acordos de cooperação que lhes permitem receber produtos da tecnologia ocidental e cereais. Enfim, os ocidentais recriminam os soviéticos por terem aproveitado a distensão para continuar seus esforços armamentistas.

A corrida armamentista

Enquanto americanos e russos estavam de acordo em limitar o número de seus mísseis intercontinentais (acordo Salt de 1972), a URSS se lança em uma modernização furiosa de seu arsenal e consegue, sem violar a letra dos acordos, triplicar o número de suas ogivas adaptando ogivas múltiplas aos lançadores da nova geração. De fato, desde 1973, os soviéticos experimentaram com sucesso mísseis de múltiplas ogivas (Mirv). Além disso, os soviéticos concluíram um míssil de alcance intermediário (4.000 a 5.000 km), escapando assim às limitações do acordo Salt: é o SS-20, que pode atingir toda a Europa Ocidental e cujo primeiro lançamento experimental ocorre em 1975, no mesmo ano da Conferência de Helsinque.

No início dos anos 1980, o balanço das forças, segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, mostra a URSS como a primeira potência militar do globo no plano das forças nucleares. Não apenas a superioridade das forças convencionais do Pacto de Varsóvia é esmagadora, mas a União Soviética instala ainda, na Europa Oriental, a partir de 1977, uma rede de 330 mísseis SS-20. Esse arsenal gigantesco cresce à custa de um esforço financeiro considerável: 5% do PNB para os Estados Unidos; em torno de 15% do PNB para a União Soviética, até onde se pode saber. Assim, a força de ataque obtida seria capaz de aniquilar várias dezenas de vezes toda a vida sobre o planeta. Isso quer dizer que a concepção que prevalecia no tempo de Nixon, de uma distensão fundada sobre a paridade nuclear e o congelamento das tensões, falhou.

As negociações sobre a limitação dos armamentos se tornam mais difíceis a partir de então. Os discursos soviéticos sobre o desarmamento refletiriam a preocupação dos dirigentes soviéticos em consagrar mais energia à economia soviética ou uma fachada destinada a acalmar a vigilância do adversário enquanto a URSS se recupera de seu atraso estratégico? Apesar de tudo, as negociações Salt II resultam, em Viena (15-18 de junho de 1979), na assinatura por Brejnev e Carter de um acordo sucinto. Ele limita o número (2.250) e o tipo (máximo de 1.320 mísseis de múltiplas ogivas, dos quais 820 mísseis ICBM solo-solo) de mísseis nucleares intercontinentais para cada um dos dois países. O tratado não reduz a corrida armamentista, ele se contenta em frear sua progressão. Além disso, o Senado americano se recusa a ratificá-lo, pois os acordos são julgados favoráveis demais à União Soviética. Negociações sobre a redução de forças na Europa, os Mutual Balanced Forces Reduction (MBFR), iniciadas em Viena, em outubro de 1973, com a participação de 12 países da Otan e de 7 países do Pacto de Varsóvia, marcam passo. Seus encontros intermináveis não permitem nem avaliar o peso dos respectivos efetivos dos dois blocos nem propor reduções e estabelecer um sistema de controle aceitável por todos. Principalmente as conversas sobre as forças nucleares de alcance intermediário (FNI), que se realizam em Genebra, em 30 de novembro de 1981, não levam a nenhum resultado positivo. As negociações (Strategic Arms Reduction Talks (Start) começam em 29 de junho de 1982, em Genebra, mas chegam rapidamente a um impasse. A questão dos euromísseis é a mais grave.

Os euromísseis e a iniciativa de defesa estratégica. A instalação progressiva, na Europa Oriental, dos SS-20, mísseis soviéticos com três ogivas nucleares de 150 quilotons cada uma, de alcance intermediário (5.000 km), dirigidos para a Europa Ocidental, e dos bombardeiros Backfire causam alarme nos europeus. Se esses mísseis soviéticos são incapazes de atingir os Estados Unidos, eles ameaçam diretamente a Europa e não entram nos cálculos de limitação das armas estratégicas (+ de 5.500 km) abarcadas pelos Salt II.

Após o discurso alarmista do chanceler alemão H. Schmidt (outubro de 1977) e do encontro de cúpula informal de Guadalupe (janeiro de 1979), a Otan denuncia a instalação dos SS-20 e toma, em dezembro de 1979, a “dupla decisão” de oferecer a negociação à URSS ou, na ausência desta, modernizar e reforçar os armamentos da Otan na Europa. Até então, as armas nucleares táticas americanas instaladas nos Estados europeus não eram capazes de atingir o território da União Soviética. A instalação de mísseis intermediários americanos na Europa Ocidental (108 mísseis Pershing II de uma ogiva apenas e alcance de 1.800 km e 464 mísseis de cruzeiros de 2.500 km de alcance) expõe, portanto, o território soviético a um ataque nuclear em série e mais intenso. Assim, a URSS tenta se opor à colocação em prática dessa decisão por meio de propostas de congelamento e redução dos armamentos e por uma campanha de propaganda. Os Estados Unidos lançam a ideia da “opção zero” proposta por Reagan em 18 de novembro de 1981 (desmantelamento dos mísseis soviéticos em contrapartida ao abandono da instalação dos Pershing e Cruise). De 1981 a 1983, uma onda de pacifismo se afirma na Europa, sobretudo na Alemanha e na Inglaterra. Mas, após a vitória da coalizão CDU-FDP nas eleições alemãs de março de 1983, os primeiros mísseis Pershing II são instalados na Alemanha Ocidental no fim de 1983. E um sucesso inesperado para a Aliança Atlântica, uma grave revés para a URSS. Por conseguinte, esta se retira de todas as negociações de desarmamento e anuncia um forte aumento em seu arsenal nuclear. A confrontação se sucede à concertação e a corrida armamentista é retomada de forma ainda mais intensa. Apresentada como o meio de dar fim ao equilíbrio do terror, é reativada nos Estados Unidos sob o nome de “guerra nas estrelas”.

A Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) [Strategic Defense Initiative, SDI], anunciada em 23 de março de 1983 pelo presidente Reagan, consiste em um projeto de instalação de um escudo espacial de proteção contra mísseis balísticos. Para o presidente Reagan, trata-se de libertar os Estados Unidos do medo nuclear e talvez libertar a humanidade do risco atômico. A ideia é criar um sistema defensivo que deveria, tendo o ano 2000 como horizonte, tornar obsoletas as armas de ataque nucleares interceptando-as e destruindo-as antes que atinjam o solo dos Estados Unidos. A amplitude do programa (26 bilhões de dólares) e a inovação tecnológica que ele supõe têm um caráter desestabilizador que coloca em questão o princípio da dissuasão mútua, constitui um risco suplementar de desvinculação da defesa americana e da europeia, e, enfim, aparece como um desafio à União Soviética. Seus dirigentes vão reclamar sem cessar a renúncia dos Estados Unidos à IDE, assim como a retomada das negociações sobre o desarmamento.

A corrida armamentista, aliás, não está limitada aos dois Grandes. Os gastos militares ultrapassaram, em 1981, 450 bilhões de dólares, isto é, um gasto médio superior a 2 milhões de dólares por minuto. As vendas de armas constituem uma das posições-chave do comércio mundial. Apenas os Estados Unidos e a União Soviética representam mais de 72% das vendas. Além deles, a França e a Grã-Bretanha detêm 18% das vendas. Do lado dos países compradores, os países do Oriente Médio são responsáveis por algo como 57% das compras mundiais de armamentos contra 13% da África e 12% da América Latina.

As dificuldades no diálogo americano-soviético são acompanhadas pelo questionamento da coexistência das relações internacionais. O princípio de não ingerência nos assuntos internos dos blocos é infringido, por exemplo, quando os Estados Unidos apoiam os dissidentes dos países do Leste ou quando a União Soviética intervém na Nicarágua, situada na esfera de influência americana. Essa crise das relações americano-soviéticas marca também o fim de um certo condomínio das duas superpotências. Sua influência decresce no momento em que emergem novas potências ávidas de responsabilidade: China, Japão, Comunidade Europeia, países da Opep, países não alinhados. Consequentemente, as grandes potências encontram dificuldades em controlar os conflitos periféricos e mais ainda os atores regionais e o terrorismo internacional.

As Incertezas Europeias

Engajados na construção europeia e perturbados pela crise econômica, os países da Europa Ocidental estão antes de tudo preocupados com seus próprios problemas. Em 1983, há mais de 12 milhões de desempregados na CEE, ou seja, mais de 10% da

população ativa. As tentativas de desestabilização por grupos terroristas na Alemanha e na Itália (sequestro e assassinato de Aldo Moro, março-maio de 1978) fracassam. Em contrapartida, a democracia marca pontos: na Espanha, após a morte de Franco (20 de novembro de 1975); na Grécia, depois da queda dos coronéis (24 de julho de 1974) que haviam instaurado a ditadura em abril de 1967; e, em Portugal, após a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), que põe fim ao regime ditatorial que sobrevivia à morte de Salazar (27 de julho de 1970), e sobretudo após a vitória dos moderados sobre os extremistas nas eleições de 1976.

Uma construção mais lenta da Europa

A construção europeia progride menos rapidamente que no período precedente. Com 252 milhões de habitantes, a “Europa dos Nove”, que entra em vigor em 1º de janeiro de 1973, aparece como a segunda potência econômica do mundo após os Estados Unidos. Considera-se a conclusão da união aduaneira, já realizada entre os seis antigos países-membros, para 1º de janeiro de 1978 e até mesmo a criação de uma verdadeira união econômica e monetária.

• As dificuldades da união econômica e monetária

Na presença de dificuldades, a Comunidade Europeia reage em ordem dispersa. Diante da desordem do sistema monetário internacional, constata-se uma falta de cooperação e de solidariedade entre os países-membros da CEE; perante o choque do petróleo e o bloco da Opep, falta uma política energética comum.

As atitudes de alguns Estados, ansiando proteger suas respectivas economias, também colocam em questão as disposições e o espírito comunitário. A Itália e a Dinamarca tomam medidas protecionistas. Sobretudo o Reino Unido, onde os trabalhistas retornam ao poder em fevereiro de 1974, solicita uma renegociação do tratado de adesão, tanto no que se refere à Política Agrícola Comum quanto à contribuição britânica ao orçamento comunitário. Os países finalmente entram em acordo sobre mecanismos corretores que prolongam o período de transição.

A Comunidade se concentra na conclusão da união aduaneira, pois, devido a concepções políticas demasiadamente divergentes, o projeto da união econômica e monetária deve ser adiado. A manutenção da Política Agrícola Comum esbarra, além disso, no descontentamento dos agricultores (manifestações em Estrasburgo e em Bruxelas em 1980) e nas vicissitudes das flutuações monetárias entre os países-membros. A produção leiteira cada vez mais excedentária e o aumento dos gastos agrícolas obrigam as instituições comunitárias à decisão de limitar uma e frear o outro.

A criação de um sistema monetário europeu. O mecanismo da “serpente monetária europeia” estabelecido em 1972 para limitar as variações entre as divisas europeias, sendo elas próprias mantidas próximas ao dólar (“a serpente no túnel”), é colocado em questão várias vezes, implicando várias revalorizações do marco alemão e o enfraquecimento de outras moedas comunitárias. O estabelecimento de um sistema monetário europeu (SME), que entra em vigor em 13 de março de 1979, permite uma relativa estabilização das taxas de câmbio graças à instituição de uma moeda de referência, o European Currency Unit (ECU), definido por uma “cesta” de moedas europeias cuja composição reflete a parte de cada país na economia comunitária.

Por outro lado, a Comunidade Europeia tem dificuldade para adotar uma atitude comum no plano energético, e, em particular, em relação ao petróleo, ou para lutar contra a inflação e o desemprego e no campo da tecnologia; ante a IDE, a Comunidade tenta fazer uma Europa da tecnologia, sob a forma do projeto “Eureka”. Uma crise grave estoura em 1984 a propósito da contribuição britânica aos recursos da Comunidade, elevada demais aos olhos da primeira-ministra, sra. Thatcher, que reclama e por fim obtém uma compensação financeira.

• A Europa em pane

A Europa tampouco progride no plano político. Em outubro de 1972, a conferência de cúpula de Paris planeja para 1980 a transformação da CEE em uma União Europeia suscetível de falar com uma só voz em matéria de política externa. Mas o caminho é mais longo do que o previsto. Em 9-10 de dezembro de 1974, por iniciativa do presidente Giscard d’Estaing, os chefes de Estado e de governo decidem institucionalizar seus encontros periódicos,

transformando-os em um novo organismo comunitário, o Conselho Europeu, que se reúne três vezes por ano. O Conselho se afirma rapidamente como um órgão essencial. Para reativar a construção europeia, confia-se ao primeiro-ministro belga, Léo Tindemans, um relatório sobre a União Europeia.

A construção europeia

- 1930 - maio: Plano Briand de União Europeia.
- 1944 - 5 de setembro: Assinatura do tratado de união aduaneira Benelux.
- 1947 - 5 de junho: O general Marshall propõe um plano de ajuda econômica para a Europa.
- 1948 - 17 de março: Pacto de Bruxelas instituindo a União Ocidental.
 - 16 de abril: Criação da Oece.
 - 7/10 de maio: Congresso do movimento europeu em Haia.
- 1949 - 4 de abril: Assinatura do Tratado do Atlântico Norte.
 - 5 de maio: Criação do Conselho da Europa.
- 1950 - 9 de maio: Robert Schuman propõe compartilhar os recursos de carvão e aço dos países da Europa Ocidental.
- 1951 - 18 de abril: Assinatura do tratado instituindo a Ceca.
- 1952 - 27 de maio: Assinatura do tratado instituindo a CED.
- 1954 - 30 de agosto: A Assembleia Nacional francesa rejeita o tratado CED.
 - 23 de outubro: Acordos de Paris, criação da União da Europa Ocidental, aberta à Itália e à Alemanha Ocidental.
- 1955 - 19/2 de junho: Conferência de Messina: a “retomada europeia”.
- 1956 - 29/30 de maio: Conferência de Veneza, início das negociações em vista da instituição da CEE e da Euratom.
- 1957 - 25 de março: Assinatura dos tratados de Roma.
- 1959 - 1º de janeiro: Primeira etapa do Mercado Comum.
- 1960 - 4 de janeiro: Convenção de Estocolmo cria a Aelc.
 - 14 de dezembro: A Oece torna-se Ocde.
- 1961 - 10/11 de fevereiro: Os Seis pronunciam-se a favor de uma união política europeia.
 - 9 de agosto: Harold Macmillan pede a adesão do Reino Unido à CEE.
- 1962 - 14 de janeiro: O Mercado Comum passa à segunda etapa e adota os princípios da Política Agrícola Comum.
 - 17 de abril: Fracasso do plano Fouchet.
- 1963 - 14 de janeiro: Veto francês à entrada do Reino Unido na CEE.
 - 20 de julho: Assinatura, em laundê, da convenção de associação entre a CEE e dezoito países africanos e Madagascar.
- 1965 - 8 de abril: Tratado de fusão dos executivos das três comunidades.
 - 30 de junho/1º de julho: Rompimento das negociações sobre o financiamento da Política Agrícola Comum.
- 1966 - 28/29 de janeiro: Compromisso dito “de Luxemburgo”.
 - 10 de novembro: Nova candidatura britânica.
- 1967 - 3 de junho: A Comissão única entra em funcionamento.
 - 27 de novembro: Novo veto francês à adesão do Reino Unido ao Mercado Comum.
- 1968 - 1º de julho: Conclusão da união aduaneira entre os Seis.
 - 11 de dezembro: Plano Mansholt de modernização agrícola.
- 1969 - 29 de julho: laundê II.
 - 19/2 de dezembro: Cúpula de Haia. Acordo sobre o tríplico: conclusão, aprofundamento e ampliação.
- 1972 - 22 de janeiro: Assinatura em Bruxelas dos tratados de adesão dos novos membros da CEE (Dinamarca, Reino Unido, Irlanda e Noruega).
 - 26 de setembro: Os noruegueses pronunciam-se, por referendo, contra a adesão à CEE.
- 1973 - 1º de janeiro: Nascimento oficial da Comunidade dos Nove.
- 1974 - 9/10 de dezembro: Os Nove decidem reunir-se regularmente no Conselho Europeu e propõem eleger a Assembleia Europeia por sufrágio universal.
- 1975 - 28 de fevereiro: Assinatura em Lomé de uma convenção entre a Comunidade e os quarenta e seis Estados da África, do Caribe e do Pacífico.
- 1979 - 13 de março: Entra em vigor o SME e o ECU.

- 7/10 de junho: Primeira eleição por sufrágio universal da Assembleia Europeia.
- 1981 - 1º de janeiro: Entrada da Grécia na Comunidade.
- 1986 - 1º de janeiro: Adesão da Espanha e de Portugal.
- 1987 - 1º de julho: Entra em vigor o Ato Único Europeu.
- 1989 - 9 de dezembro: O Conselho Europeu adota um plano de União Econômica e Monetária.
- 1990 - 1º de julho: Entra em vigor a liberação dos movimentos de capitais.
- 1991 - 9/10 de dezembro: Acordos de Maastricht (Países Baixos) sobre a união política e a união econômica e monetária.
- 1992 - 7 de fevereiro: Assinatura do Tratado de Maastricht, que institui a União Europeia.
 - 21 de maio: Reforma da Política Agrícola Comum (PAC).
 - 20 de setembro: Por referendo, a França aprova o tratado de União Europeia por 51,04% contra 48,95%.
- 1993 - 1º de janeiro: Entra em vigor o "mercado único" da Europa dos Doze.
 - 1º de novembro: A CEE torna-se União Europeia (UE).
- 1995 - 1º de janeiro: Entrada da Áustria, Finlândia e Suécia na UE.
- 1997 - 2 de outubro: Assinatura do Tratado de Amsterdam.
- 1999 - 1º de janeiro: O euro entra em vigor.
- 2000 - 10/11 de dezembro: Reunião de cúpula em Nice: acordo sobre a ampliação da União.
- 2002 - 1º de janeiro: O euro torna-se a moeda única de doze Estados. 2004 – 1º de maio: Entrada de dez novos países na União.
 - 24 de outubro: Os Vinte e Cinco adotam, em Roma, um tratado constitucional.
- 2005 - maio-junho: França e Países Baixos rejeitam a Constituição.
- 2007 - 1º de janeiro: Entrada da Bulgária e da Romênia.
 - 13 de dezembro: Assinatura, em Lisboa, do projeto de tratado simplificado.
- 2008 - A Irlanda rejeita o tratado de Lisboa.

Depois de inúmeras discussões, o Conselho Europeu decide, em 15 de julho de 1976, eleger um Parlamento Europeu por sufrágio universal. Essa eleição deve ser feita segundo modalidades diferentes em todos os países e se apresenta, de fato, como uma justaposição de eleições nacionais, nas quais as clivagens da política interna predominam. Em junho de 1979, a primeira eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal resulta na condução à presidência da francesa Simone Veil, que cede sua cadeira em janeiro de 1982 ao socialista holandês Piet Dankert. Depois das eleições europeias de junho de 1984, é o francês Pierre Pflimlin que é eleito para a presidência, à qual ascendem, depois, sir Henry Plumb (1987) e Enrique Baron Crespo (1989), Ergon Klepsch (1992) e Klaus Hansch (1994). Apesar de sua melhor representatividade, o Parlamento Europeu não tem ainda um papel incontestável, mas se esforça constantemente para ampliar suas competências e seu controle.

A ampliação da Comunidade Europeia aos Estados do sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal) representa outro desafio na medida em que as economias desses Estados são menos avançadas que aquelas da Europa do Norte e do Oeste. A adesão da Grécia, já associada à CEE desde 1961, acontece em 1981. Quanto a Espanha e Portugal, que apresentaram suas candidaturas em 1977, o acordo é feito não sem dificuldades, devido às reticências francesas diante da concorrência que eles poderiam representar. O acordo é selado entre 29 e 30 de março de 1985. Os dois Estados entram no Mercado Comum em 1º de janeiro de 1986. A Comunidade Europeia engloba então 315 milhões de habitantes.

O passo decisivo é dado em dezembro de 1985 graças a um acordo entre os Dez para revisar o tratado de Roma e estabelecer de então até 31 de dezembro de 1992 um espaço econômico sem fronteiras, eliminando as barreiras que limitam as quatro liberdades (circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais). Em 17 de dezembro de 1985 é adotado o Ato Único Europeu (reunindo em um único instrumento os textos do tratado de Roma revisado, o tratado sobre a cooperação política e um preâmbulo sobre a União Europeia). A criação do grande mercado interno terá consequências consideráveis tanto para os produtores quanto para os consumidores.

Os mal-entendidos transatlânticos

Entre as potências industrializadas que pertencem ao mundo liberal e capitalista, as relações estão mais tensas no plano econômico e no plano estratégico.

• Os mal-entendidos econômicos

Conflitos econômicos dividem cada vez mais os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. A crise cria divisões, as acentua e revela uma resistência desigual à conjuntura difícil. Os Estados Unidos evitam o pior ao preço de uma política de cada um por si. O Japão alcança então o primeiro lugar, mantendo a melhor taxa de crescimento anual entre os países industrializados. De 1975 a 1986, o total de suas exportações quadruplica, o que suscita vividas tensões com os países concorrentes, Estados Unidos e Estados da CEE. Cada Estado é tentado pelo protecionismo e acusa de deslealdade seus parceiros comerciais nos setores sensíveis da siderurgia, da indústria automobilística e da eletrônica. Desavenças manifestam-se, em 1981 e 1982, a propósito do comércio Leste-Oeste, em particular sobre os contratos assinados com a União Soviética e as sanções americanas impostas às firmas europeias que trabalham sob licença para a construção do gasoduto soviético na Sibéria. Em 1982, a CEE faz uma advertência aos Estados Unidos, acusados de entravar por diferentes meios o comércio internacional e de desestabilizá-lo pelas flutuações do dólar. Uma disputa opõe, em 1985, a França aos Estados Unidos a propósito da abertura no Gatt de negociações comerciais multilaterais após a Tokyo Round (1973-1979). No âmbito da Uruguay Round [Rodada do Uruguai], os Estados Unidos tentam obter que a CEE renuncie às subvenções que concede à sua agricultura (5-9 de dezembro de 1988).

• Os mal-entendidos políticos

Fatos de política interna afetam o flanco sul da Otan, e os aliados estão divididos diante do retorno da tensão Leste-Oeste.

A deterioração das relações atlânticas. A Aliança Atlântica, fundada sobre uma divisão de responsabilidades e encargos financeiros, deixa a parte mais pesada para os Estados Unidos, que, a bem da verdade, assumem também o comando. Essa situação herdada do pós-guerra, do período em que a Europa Ocidental estava em processo de reconstrução, se modifica nos anos 1970, quando os americanos querem reduzir seu esforço de defesa e pedem aos europeus que assumam uma maior participação nos gastos de defesa. Alguns senadores chegam a propor a retirada das forças americanas da Europa. Em 1971, a ruptura com o sistema monetário é outro golpe desferido na Europa. A fim de melhorar as relações atlânticas, Kissinger lança, em 1973, a ideia de um "ano da Europa", que resulta na Declaração de Ottawa, adotada em junho de 1974. Esse texto evoca os fundamentos e os ideais da Aliança Atlântica e reconhece o valor das forças nucleares francesas e inglesas para a dissuasão global da Aliança.

Porém a crise já se iniciou e coloca problemas cuja gravidade é de outra ordem. Abaladas pelo primeiro choque do petróleo, as democracias liberais tomam consciência de sua interdependência. A chegada ao poder, na Europa, de dirigentes mais preocupados em buscar um compromisso com os americanos, tais como o trabalhista Harold Wilson na Grã-Bretanha (1964-1970 e 1974-1976), o social-democrata Helmut Schmidt na RFA (1974-1982) e o liberal Giscard d'Estaing na França (1974-1981), facilita a instituição de conferências de cúpula na esteira da Comissão Trilateral que reunia personalidades da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. As cúpulas pontuam a evolução das relações ocidentais (Rambouillet, novembro de 1975; Jamaica, 1976). A partir da cúpula de Versalhes (1982), um papel particular em matéria monetária é atribuído aos ministros da Fazenda dos Cinco (Estados Unidos, Reino Unido, RFA, Japão e França), aos quais se juntam por vezes os do Canadá e da Itália, o chamado "grupo G7". A concertação trilateral é ao mesmo tempo original e importante, mas atinge rapidamente seus limites. As reuniões discretas dão lugar a grandes encontros com inclinação para o espetáculo, desfigurados pela mediatização. Acima de tudo, a cooperação é demasiadamente incompleta e esbarra em divergências de interesses, em especial no plano das relações Leste-Oeste.

Até no âmbito da defesa, os aliados estão divididos e consideram de modo muito diferente o problema do futuro da distensão. Com exceção do Reino Unido, que anseia preservar e reforçar seus laços com os americanos, a Europa Ocidental, cujos

movimentos pacifistas denunciam a instalação dos euromísseis, está de fato mais preocupada que os Estados Unidos em preservar o diálogo com o Leste. A favor da onda pacifista, um verdadeiro nacional-neutralismo se desenvolve na RFA, que se recusa a sacrificar a Ostpolitik a uma nova guerra fria americano-soviética. Porém, por meio das eleições de 1983, a Alemanha Ocidental reafirma sua fidelidade atlântica ao mesmo tempo que reivindica - por ocasião do ano Lutero - sua identidade nacional alemã. Os Estados Unidos veem no comportamento europeu um risco de neutralização, ainda mais que os contratos de compra maciça de gás siberiano são interpretados como sinal de uma dependência das economias europeias em relação ao fornecedor soviético.

A própria Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) divide os europeus, que percebem assim a ameaça de uma dissociação entre a defesa americana e a defesa da Europa, e a questão de uma participação dos aliados no programa da IDE, proposta pelos americanos, suscita reticências entre os europeus; no entanto, ingleses, alemães e italianos negociam com Washington em 1985 e 1986. A França, por sua vez, propõe aos países europeus o projeto Eureka “para constituir a Europa da tecnologia”.

Americanos e europeus estão também divididos quanto ao conflito árabe-israelense: política pró-árabe da parte dos governos francês e italiano; política pró-israelense dos outros governos. Turbulências da política interna ou de conflitos bilaterais ameaçam também a coesão da Aliança.

Tensão no seio da Otan. O conflito de Chipre leva a Grécia a abandonar, de 1974 a 1980, a organização integrada e provoca uma crise profunda entre ela e a Turquia, que são, não obstante, parceiras na Aliança Atlântica. A chegada ao poder dos socialistas gregos, em outubro de 1981, suscita um novo resfriamento das relações com a Otan. A revolução portuguesa de abril de 1974, que põe fim a quarenta anos de ditadura, leva ao poder uma equipe de governo composta num primeiro momento também de ministros comunistas. A ascensão ao poder em Malta, em 1971, de um governo trabalhista leva a Otan a transferir, em 1974, seu quartel-general instalado na ilha, a qual aceita, aliás, em janeiro de 1981, um acordo com a URSS. Por outro lado, a Espanha entra na Otan em junho de 1982, mas sem se aproximar da organização militar integrada.

A crise da liderança soviética

A sedução suscitada no Ocidente pelo comunismo está muito menos viva que outrora. Esse enfraquecimento fica evidente ao se observar os resultados eleitorais dos partidos comunistas ocidentais. Apesar do abandono do princípio da ditadura do proletariado e da vontade de realizar doravante “o socialismo na democracia e na liberdade”, sua audiência estagna ou declina.

• O eurocomunismo

Nos Estados da Europa Oriental, a URSS esbarra cada vez mais na recusa de uma direção do Partido Comunista Soviético, denominada “internacionalismo proletário”.

E pelo viés de conferências europeias comunistas que os soviéticos tentaram manter sua influência sobre os partidos comunistas europeus. A primeira conferência europeia ocorreu em Karlovy Vary, na Tchecoslováquia, em abril de 1967. A segunda conferência se reuniu em 29 e 30 de junho de 1976, em Berlim Oriental, após longas negociações, mas não consagra - como queria Brejnev - nem a supremacia do Partido Comunista da União Soviética nem o internacionalismo proletário. Os partidos tchecoslovaco, alemão, húngaro, búlgaro, polonês e português estão prontos a aceitar, mas outros não hesitam em recusá-lo.

Entre os partidos comunistas que querem manifestar sua independência em relação ao órgão soviético, o Partido Comunista Italiano tem papel de liderança, com seu primeiro secretário, Enrico Berlinguer, aureolado com seu sucesso nas eleições gerais italianas de 20 de junho de 1976 (33,7% de votos). Na verdade, o Partido Comunista Italiano, que não hesita em criticar a URSS, considera a eventualidade de um “compromisso histórico” com a Democracia Cristã, que lhe permitiria ascender ao poder. O partido aprova o Mercado Comum e admite a presença da Itália no Pacto Atlântico. O Partido Comunista Francês adota uma posição intermediária. Em 1968, ele se distingue pela primeira vez da linha soviética ao condenar moderadamente a URSS pela intervenção militar na Tchecoslováquia, e, em 1972, no âmbito de um “programa comum”

com o partido socialista, ele aceita a Otan e a Comunidade Europeia. Por fim, o Congresso de 1976 afirma os princípios de independência e igualdade soberana de cada partido e a livre escolha dos diferentes caminhos para o socialismo. Construído em torno do Partido Comunista Italiano, que atrai os partidos comunistas francês e espanhol, o “eurocomunismo” rejeita a ideia de um partido - guia e de um Estado-guia e ambiciona apresentar uma alternativa tanto ao Ocidente quanto ao Oriente. Ele se define pela vontade de estabelecer um forte vínculo entre o socialismo, a liberdade e a democracia - o conteúdo do programa é detalhado na reunião do PCI e do PCF em Roma em novembro de 1975. Porém, logo em seguida, as posições dos partidos divergem cada vez mais em razão dos acontecimentos no Afeganistão e na Polônia.

• A crise polonesa

Na Europa Oriental, com exceção da Bulgária e da Alemanha Oriental, as democracias populares questionam o modelo soviético e a hegemonia moscovita. A Romênia, sob a direção do governo de Nicolae Ceausescu, se destaca cada vez mais ao mesmo tempo que endurece a ditadura interna. Sua autonomia se manifesta várias vezes na crise do Oriente Médio. Na Hungria, János Kádár tenta proporcionar um bem-estar material às populações. Na Tchecoslováquia, após a “normalização” que se seguiu aos acontecimentos de 1968, o movimento de protesto se restringe à elite intelectual, os “signatários da Carta 77”.

Na Polônia, ao contrário, a revolta dos intelectuais ganha, graças à crise econômica, a maioria dos trabalhadores e camponeses ao se apoiar em um forte sentimento nacional e no interesse da Igreja Católica, ainda maior devido à eleição ao pontificado do arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyła, que se torna papa sob o nome de João Paulo II, em 16 de outubro de 1978. A visita de João Paulo II a Varsóvia confirma o magistério de influência da Igreja na Polônia. Depois de uma alta de preços, ondas de greves iniciadas em fevereiro de 1980 nos estaleiros de Gdansk obrigam o partido comunista polonês a reconhecer a existência legal de um sindicato independente, “Solidariedade”, dirigido por Lech Walesa, e a assinar os acordos de Gdansk, em 31 de agosto de 1980. Em 6 de setembro de 1980, E. Gierek cede seu posto de primeiro secretário do PC polonês a S. Kania, e o general Jaruzelski torna-se primeiro-ministro, em fevereiro de 1981.

No decorrer de 1981, aprofunda-se o fosso entre o partido comunista polonês, centro do poder legal, e a massa de trabalhadores, apoiados pela Igreja Católica e, sobretudo, organizados no sindicato livre Solidariedade, que reúne quase 10 milhões de pessoas. A persistência dos distúrbios e a inquietação dos países do Pacto de Varsóvia diante da evolução incitam a um confronto. A União Soviética vai se lançar numa intervenção armada? Os soviéticos terminam por forçar o general Jaruzelski, novo secretário-geral do partido polonês, a proceder, em 13 de dezembro de 1981, a um golpe de Estado militar destinado a restabelecer a autoridade do partido.

Após um período de repressão - estado de sítio, repressão policial, a colocação do Solidariedade na ilegalidade em outubro de 1982 -, o poder tenta colaborar com a hierarquia católica. Apesar da libertação do líder do Solidariedade, Lech Walesa, em novembro de 1982, coroado pelo Prêmio Nobel da Paz em 1983, da suspensão do estado de guerra no fim do mesmo ano e das dificuldades da resistência interna, a estabilização demora para ser alcançada. A crise polonesa ressoa dramaticamente nas relações Leste-Oeste: os americanos e os franceses adotam uma política de sanções e suspendem toda e qualquer relação com a Polônia até a “visita de trabalho” do general Jaruzelski, em novembro de 1985.[]

As Tensões no Sudeste da Ásia, na América Latina e no Oriente Médio

Devido à crise econômica, não é somente o diálogo entre as grandes potências que é perturbado. Atingido por um superendividamento e por um crescimento demográfico não controlado, o Terceiro Mundo também se afunda na guerra e na pobreza. Contrariamente ao período precedente, que havia visto uma aproximação relativa e uma certa solidariedade entre os países do Terceiro Mundo, a regra do egoísmo nacional aparentemente triunfa. O diálogo Norte-Sul desanda. O mundo árabe se dilacera. A África desmorona quase inteira. E, na Conferência dos Países Não Alinhados em Havana (3-9 de setembro de 1979), o marechal Tito se

opõe a Fidel Castro, que deseja fazer do movimento uma simples correia de transmissão das vontades dos soviéticos. Se os Estados Unidos tendem a se retrair, a União Soviética intervém por toda parte, seja direta, seja indiretamente. Às repercussões de seus confrontos se acrescentam os conflitos bilaterais, que as grandes potências já não conseguem deter nem mesmo controlar. Às regiões tradicionais de tensão - Oriente Médio, sudeste da Ásia e América Latina - vêm se juntar novos terrenos de confronto: oceano Índico, África, Pacífico.

Os distúrbios no Mediterrâneo e no Oriente Médio

• Permanência do papel estratégico do Mediterrâneo

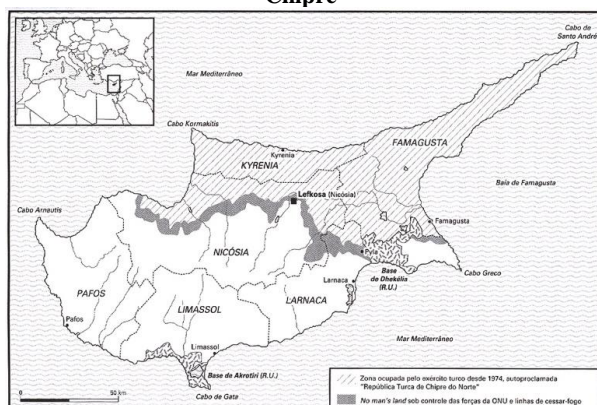
Se, em razão dos fechamentos do canal de Suez e da construção dos superpetroleiros, o Mediterrâneo viu seu papel diminuir no plano econômico, em contrapartida seu papel estratégico permanece muito importante, e a União Soviética conseguirá encontrar aí uma passagem buscada desde sempre.

O Mediterrâneo escoia um sexto do tráfego comercial geral e um terço do tráfego petroleiro mundial. Ele se tornou um dos pontos potenciais de enfrentamento no qual ombreiam as forças das superpotências.

Perante a sexta frota americana, que pode fazer escala praticamente em qualquer lugar, uma frota soviética cruza o Mediterrâneo e encontra costas acessíveis apenas na Argélia e na Síria.

Para complicar as coisas, os dois aliados orientais da Otan estão em conflito por causa de Chipre. Povoada principalmente por gregos (80%) e por uma minoria turca (18%), e liberta da soberania do Império Otomano, que cede sua administração à Grã-Bretanha em 1878, a ilha de Chipre, lugar privilegiado de trânsito entre as diferentes margens do Mediterrâneo, adquiriu um novo valor estratégico desde a abertura do canal de Suez (1869). A solução do problema da coabitação das populações grega e turca na ilha de Chipre não podia ser nem a anexação do país à Grécia (a Enosis) nem a união com a Turquia. É um Estado independente e neutro, dirigido pelo mons. Makários, que nasce em 16 de agosto de 1960, após os acordos de 1959. Contra o pano de fundo da rivalidade americano-soviética no Mediterrâneo oriental, graves conflitos opõem as duas comunidades (1963, 1965, 1967), a ponto de uma força das Nações Unidas (Unficyp) estar presente na ilha desde 1964. Pouco depois dos incidentes de novembro de 1973, que abalam a ditadura dos coronéis (no poder desde 1967), o novo governo grego comanda um golpe de Estado contra Makários, em 15 de julho de 1974, e instala dirigentes favoráveis à Enosis. Imediatamente a Turquia decide intervir, e, em agosto, forças turcas ocupam aproximadamente 40% do território no norte da ilha, o que provoca o êxodo de uma parte da população turca em direção ao sul, e uma linha de demarcação (“linha verde”) separa de agora em diante uma República Turca de Chipre do Norte (proclamada em 1983) do resto da ilha. Mais uma vez, a Grécia e a Turquia estão em guerra aberta, ao passo que ambas são membros da Aliança Atlântica, colocando os Estados Unidos na difícil situação de ter de escolher entre dois aliados. Sem sair da Aliança, a Grécia abandona, então, a organização militar da Otan, à qual se reintegra em outubro de 1980. Apesar das negociações, a divisão da ilha em dois Estados se torna aos poucos fato consumado. Os encontros dos chefes de governo turco e grego em janeiro e junho de 1988 não permitiram que o problema de Chipre evoluísse.

Chipre



Chipre, da independência à Europa

- 1960 Independência de Chipre.
- 1964 Primeiros choques entre as comunidades gregas e turcas. Uma força das Nações Unidas é enviada para lá (Unficyp).
- 1974 Golpe de Estado grego visando anexar a ilha à Grécia. Em 20 de julho, o exército turco invade o norte da ilha, que se encontra dividida em dois.
- 1982 O norte da ilha se proclama "República Turca de Chipre".
- 1996 Fracasso da mediação americano-britânica.
- 2004 24 de abril, referendo sobre a reunificação. Os cipriotas gregos respondem não. Os turcos, sim. 1º de maio, entrada de Chipre na União Europeia.

Os incidentes líbio-americanos. Após a queda, em 1969, da dinastia Senusis, que era estreitamente ligada aos Estados Unidos, a Líbia estabelece laços privilegiados com a União Soviética em 1974; engaja-se em uma política armamentista desenfreada e começa sua política de desestabilização sistemática na África e no Oriente Médio. As relações de hostilidade entre a Líbia do coronel Kadhafi e os Estados Unidos do presidente Reagan degeneram em muitos enfrentamentos, entre os quais os reides americanos sobre Bengazi e Trípoli em 15 de abril de 1986, após atos terroristas líbios.

• A guerra sempre presente no Oriente Médio

Ao conflito árabe-israelense se somam novas tensões que contribuem para fazer do Oriente Médio uma zona perigosa para a paz do mundo. Assiste-se, de fato, a uma renovação do Islã, à progressão do integrismo muçulmano e ao desejo de autonomia dos atores regionais. As riquezas consideráveis extraídas das rendas petroleiras permitem a alguns Estados (Líbia, Arábia Saudita, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Kuwait) adquirir um armamento moderno. Sob a influência sempre crescente dos muçulmanos xiitas, o Islã desempenha o papel principal na revolução iraniana que institui a “República Islâmica” (submissão do povo ao Alcorão e ao poder do imã Khomeini). Senhor da Síria, principal aliado dos soviéticos na região, o presidente Hafiz al-Assad aspira a ser o unificador dos árabes e o restaurador da Grande Síria, reagrupando em torno de Damasco o Líbano, a Jordânia e o futuro Estado palestino. Rico por seus petrodólares, o coronel Kadhafi também tem a ambição de construir, em torno da Líbia, a unidade do mundo árabe. A Arábia Saudita, que ficou com a parte do leão do boom petroleiro, adquire uma situação preeminente.

Diante desses desdobramentos, as superpotências têm dificuldade de controlar a situação. A União Soviética dota a Síria de um material militar considerável e apoia os Estados revolucionários, como a Etiópia, a Líbia e o Iêmen do Sul. Marca, principalmente, por sua intervenção direta no Afeganistão, sua vontade de participar do controle do golfo Pérsico. Os Estados Unidos se esforçam para contra-atacar as ambições soviéticas na região por uma política que mistura intervenções diretas (Líbano, golfo Pérsico) e o apoio aos Estados moderados como a Arábia Saudita e o Egito.

A ação dos Estados Unidos - e em particular do secretário do Departamento de Estado, Kissinger - é decisiva para a aproximação israelo-egípcia iniciada pelos contatos entre militares no Sinai no “quilômetro 101”. A diplomacia dos “pequenos passos” de Henry Kissinger permite aos Estados Unidos recuperar sua influência na região. Mas a coragem do presidente egípcio Anwar al-Sadat permite ir ainda mais longe. A aproximação das posições israelenses e egípcias se concretiza pela surpreendente viagem do presidente Sadat a Jerusalém (19-21 de novembro de 1977), depois pelos acordos de Camp David (5-17 de setembro de 1978), negociados sob a égide do presidente Carter por Begin e Sadat, e, enfim, pelo tratado de paz assinado em Washington entre Israel e Egito (26 de março de 1979). Graças à participação e ao apoio dos Estados Unidos, é basicamente o fim do estado de guerra existente havia trinta anos entre Israel e o mais poderoso de seus vizinhos árabes. O Egito obtém a restituição de suas terras ocupadas desde 1967: cumprindo esse tratado, a evacuação do Sinai pelo exército israelense é feita em abril de 1982. Mas todas as tentativas ulteriores para conduzir a uma paz geral na região se revelaram vãs.

Essa política resulta no isolamento completo do Egito, não somente em relação aos países árabes (Argélia, Líbia, Iraque, Iêmen do Sul, OLP) que constituem a “frente da recusa” (dezembro de 1977), mas também aos países árabes moderados como a Arábia Saudita e a Jordânia. A nona cúpula árabe de Bagdá exclui o Egito da

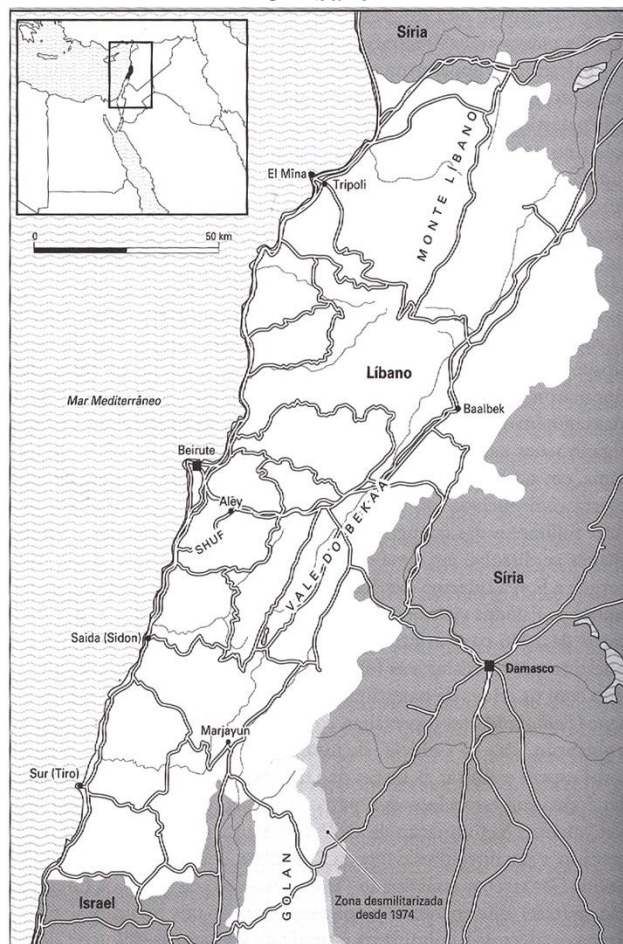
Liga Árabe e transfere sua sede para Túnis (novembro de 1976). Sua política audaciosa e a ofensiva das correntes conservadoras custam a vida do presidente Sadat, assassinado em 6 de outubro de 1981 por integristas islâmicos. Os fatores religiosos se somam às causas políticas para romper a unidade do mundo árabe, mais dividido do que nunca em razão da guerra Irã-Iraque. A religião islâmica, com as duas grandes correntes sunita e xiita, e com suas numerosas seitas, se afirma como um fermento de divisão, contribuindo para levantar os Estados uns contra os outros e atizar as guerras civis.

Não apenas a questão palestina não é solucionada como a situação ainda piora. Desde sua criação, em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se esforça para obter reconhecimento internacional. Em setembro de 1974, pela primeira vez, a ONU inscreve em sua ordem do dia a questão palestina e não “o problema dos refugiados”. E o líder da OLP, Yasser Arafat, convidado a falar diante da Assembleia Geral, prega a instauração de um só Estado democrático da Palestina (13 de novembro de 1974).

A política israelense, conduzida pelo chefe do partido conservador Menahem Begin (1977-1983), consiste em negar a nação palestina e não quer ouvir falar em reconhecimento de facto da OLP. Ela faz de Jerusalém sua capital em julho de 1980, anexa o território sírio do Golan em dezembro de 1981 e estimula a colonização judia na Cisjordânia. Os países árabes reconhecem a OLP como único representante dos palestinos e apoiam-na moral e materialmente. A URSS, por sua vez, a reconhece e proclama sua simpatia pela confirmação de um Estado palestino. Os Estados Unidos preconizam a solução de uma pátria palestina nos limites da Jordânia, compreendendo a Cisjordânia. Na cúpula de Veneza (13 de junho de 1980), os membros da Comunidade Europeia recomendam associar a OLP ao processo de paz. E o presidente Mitterrand se torna advogado da criação de um Estado palestino em seu discurso, em Jerusalém, em 4 de março de 1982. Entre o imobilismo israelense e o terrorismo palestino, fica-se num impasse.

Antigo mandato francês, independente desde 1945, e cidade modelo de equilíbrio intercomunitário, o Líbano já não é um porto de paz e prosperidade. Ele é dilacerado por rivalidades tradicionais entre cristãos maronitas (católicos de rito sírio) e muçulmanos (drusos e xiitas), mas também diretamente tocado pelo conflito árabe-israelense, pois as organizações palestinas lá se implantaram desde sua expulsão da Jordânia, em setembro de 1970. De fato, o Líbano torna-se presa de uma guerra civil iniciada em 13 de abril de 1975 com os enfrentamentos entre militantes das falanges cristãs e palestinos. Aos poucos o Estado libanês se dissolve em uma série de microcomunidades, ainda mais porque a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Finul) é impotente e os Estados vizinhos intervêm. Primeiro a Síria, que se esforça a partir de 1976 para arbitrar a situação por um apoio alternado aos palestino-progressistas e às forças cristãs. Em seguida Israel, confrontado com os reides de palestinos refugiados nos campos do sul do Líbano (Fathaland), faz represálias, como em março de 1978. No entanto, a operação “Paz na Galileia”, de junho de 1982, é de outra amplitude. Israel espera expulsar as forças da OLP e instaurar no Líbano um poder forte, que estabelecerá a paz com Israel. O cerco a Beirute leva efetivamente à eliminação da OLP do Líbano, mas termina por desagregá-lo, e seu novo presidente da República, chefe das milícias cristãs, Bachir Gemayel, é assassinado (14 de setembro de 1982). A intervenção de Israel, que encontra maior resistência do que previsto, se transforma em derrota e culmina na retirada de suas tropas (julho de 1983). A situação interna do Líbano leva à intervenção de uma força multinacional de “interposição” composta de contingentes americano, francês, italiano e inglês. Essa força, que contraria os planos da Síria, é vítima, em 23 de outubro de 1983, de um atentado que custa a vida de 58 soldados franceses e 241 soldados americanos. Ela, então, se retira do Líbano. A paz parece mais distante do que nunca em um país cujas estruturas estáticas se decompõem literalmente, onde as grandes potências não ousam intervir, deixando o domínio do terreno à Síria.

O Líbano



As lutas por influência no sudeste da Ásia

Assiste-se à reorganização das grandes potências nessa região; reorganização marcada pelo desengajamento dos Estados Unidos na península indochinesa e por sua substituição pela União Soviética, cuja influência é cada vez maior, pelo expansionismo vietnamita e pelo desenvolvimento de um eixo Pequim-Tóquio-Washington, que se opõe ao eixo Moscou-Hanói.

• O expansionismo vietnamita

O fim da guerra. O problema essencial continua a ser o do Vietnã: os acordos de Paris, de 27 de janeiro de 1973, não deram fim à guerra entre o Norte e o Sul, onde as forças do GRP ganham terreno sem parar à custa do general Thieu. O processo de reunificação do Vietnã, em proveito do regime de Hanói, constitui uma etapa no projeto estratégico que consiste em unificar a antiga Indochina para melhor protegê-la das ambições chinesas. Começa com a absorção do Sul pelo Norte. Em abril de 1975, a ofensiva comunista é irresistível, ainda mais porque o presidente americano Gerald Ford não pode enviar a ajuda militar de urgência solicitada pelo governo de Saigon, mas recusada pelo Congresso. A resistência do Sul desmorona brutalmente.

À queda de Saigon e de Phnom Penh (abril de 1975) sucede a transformação do Laos em República popular pela vitória do Pathet Lao (dezembro de 1975). Toda a antiga Indochina torna-se comunista. No entanto, a desordem continua, agravada pelo genocídio ao qual se entrega o Khmer Vermelho no Camboja, rebatizado de Kampuchea Democrático.

A Guerra do Vietnã acaba, assim, como um grande fracasso para o prestígio americano, e o desengajamento das potências ocidentais se manifesta também pela dissolução da Otase (30 de junho de 1977). Todavia, a “teoria do dominó” não é verificada para além das fronteiras da antiga Indochina francesa: a Tailândia, apesar de sérias dificuldades fronteiriças com o Camboja e do desenvolvimento de maquis comunistas ao norte, resiste à pressão revolucionária. Ela constitui, em agosto de 1967, com a Malásia, a Indonésia, as Filipinas e Cingapura um grupo regional, a Associação das Nações do Sudeste Asiático, Association of South East Asian

Nations (Asean), organismo de cooperação econômica e política cuja regra é o neutralismo. Trata-se de constituir no sudeste da Ásia uma zona de paz e neutralidade, livre de qualquer interferência da parte das potências exteriores à região. Mas o temor da expansão vietnamita leva a Asean a se aproximar dos Estados Unidos a fim de barrar as ameaças subversivas. Os Estados Unidos conservam, assim, um papel na região graças às relações estreitas com o Japão, a Coreia do Sul e os países da Asean, que lhe alugam as bases de Clark Field e de Subic Bay, e, sobretudo, com a China.

Os protetorados vietnamitas: Laos e Camboja. A República Democrática do Vietnã, unificada em 1975 por sua vitória e primeira potência militar da região, impõe, em julho de 1977, seu protetorado ao Laos, que se torna também um satélite da URSS. No Camboja, a estratégia expansionista do Vietnã esbarra no apoio ativo de Pequim ao regime de Pol Pot. Os combates fronteiriços nascidos de disputas territoriais e a denúncia de massacres realizados pelo Khmer Vermelho fornecem ao Vietnã um pretexto para uma intervenção militar (25 de dezembro de 1978-7 de janeiro de 1979) e a ocupação do Camboja. O Vietnã elimina o regime de Pol Pot e instaura um protetorado de fato. Todo o conjunto indochinês é reformado sob a égide política e militar do Vietnã. O estado de guerra endêmica que assola a região, os massacres e as pilhagens desencadeiam migrações de vietnamitas e cambojanos, que fogem de seus países principalmente por mar (donde seu nome boat people) e frequentemente arriscando a vida.

• A atitude chinesa em face da dupla hegemonia

O sudeste da Ásia constitui um elemento essencial no conflito sino-soviético que persiste. A sucessão de Mao Tsé-tung e de Chou En-lai - ambos falecidos em 1976 - não traz muitas mudanças à política externa da China; esta continua dominada por sua rejeição da dupla hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética, mas, na prática, frequentemente apoia tudo que possa se opor à URSS na Ásia e na África e reivindica territórios ocupados pela Índia. Considerando que a URSS se tornara seu “principal inimigo”, os dirigentes chineses elaboram “a teoria dos três mundos”: Estados Unidos e URSS formam o “primeiro mundo”, aquele dos imperialismos; a Europa, o Canadá e o Japão constituem um mundo intermediário, suscetível de se opor às duas hegemonias; enfim, “o terceiro mundo” abrange os países em vias de desenvolvimento, do qual a China se pretende o líder. De fato, é a rivalidade global que opõe as duas grandes potências comunistas. Em geral, a China adota uma política que dificulta aquela da URSS: mantém suas reivindicações sobre todas as regiões de fronteira com a URSS, como o Pamir, ou com a Índia, mas pretende, sobretudo, ser a grande potência do sudeste da Ásia.

Ante a União Soviética e o Vietnã, ligados por um tratado de amizade assinado em novembro de 1978, a China se inquieta com a expansão vietnamita no Laos e no Camboja. Temendo ficar prensada entre a União Soviética e seu aliado vietnamita e desejando infligir uma “lição” ao Vietnã, invade provisoriamente as regiões fronteiriças (17 de fevereiro-3 de março de 1979), sem que a URSS intervenha a não ser pelo envio de material. Por sua “operação de polícia”, a China de agora em diante faz as vezes de gendarme da região.

A aproximação sino-americana. Por outro lado, a China persegue uma aproximação com o Ocidente, iniciada no começo dos anos 1970. Ela conclui, em agosto de 1978, um tratado de paz e de amizade com o Japão, que contém uma cláusula “anti-hegemônica” que visa, na verdade, a URSS. Desde a viagem de Nixon a Pequim (21-28 de fevereiro de 1972), as negociações sino-americanas tropeçam no problema de Taiwan, que os americanos se recusam a deixar de lado. Após a chegada ao poder de Deng Xiaoping na China e Carter nos Estados Unidos, a China estabelece, em dezembro de 1978, relações diplomáticas com os Estados Unidos, que reconhecem a República Popular como o único governo legal da China. A viagem de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, em fevereiro de 1979, e a crise afegã confirmam a aproximação espetacular entre Pequim e Washington. Ainda que a China permaneça um Estado marxista-leninista, trata-se de uma verdadeira aliança às avessas com o Ocidente contra a URSS.

A melhora das relações sino-soviéticas. Desde 1982, Pequim aparenta buscar relações equidistantes entre Moscou e Washington. Depois da morte de Mao Tsé-tung, a China vira as costas para a revolução cultural; desde então, os conflitos com a União Soviética perdem uma parte de sua dimensão ideológica. Sob o impulso de Deng Xiaoping, o regime se converte ao realismo. As relações se

intensificam em 1985, apesar da persistência de “obstáculos” a uma normalização, como a intervenção soviética no Afeganistão e a vietnamita no Camboja. O retorno a relações mais cordiais continua com a viagem de Gorbachov à China, de 15 a 18 de maio de 1989, que sela a normalização entre os dois países após trinta anos de desentendimentos.

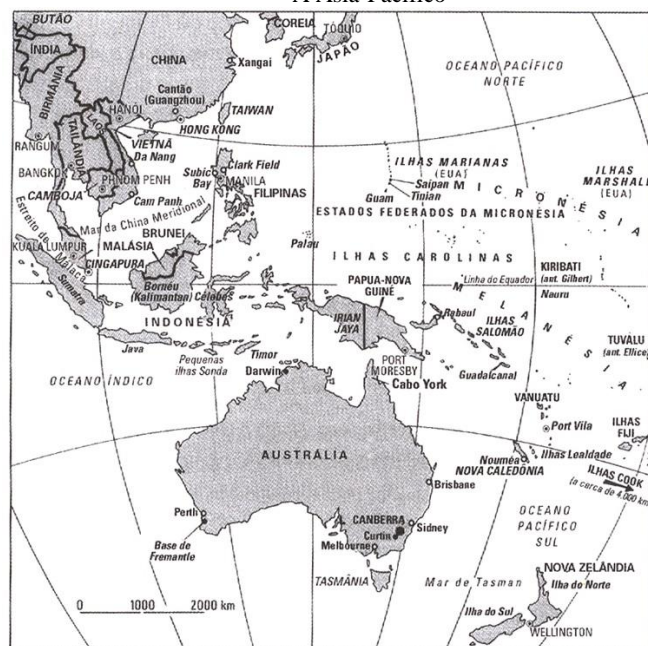
• O papel do Japão e da Índia

O Japão, embora tenha se tornado uma superpotência econômica, permaneceu um anão político. As relações exteriores de um país que por muito tempo limitou seu esforço militar e confiou sua segurança à aliança com os Estados Unidos são essencialmente comerciais e financeiras. As relações diplomáticas com a URSS foram restabelecidas em 1956, mas não resultaram em um tratado de paz em razão da reivindicação, pelo Japão, das ilhas mais meridionais das Kurilas (ao norte de Hokkaido), ocupadas pelos soviéticos desde 1945. Com a China, o Japão assinou, em 12 de agosto de 1978, um tratado de paz e de amizade. Além disso, o Japão se tornou um parceiro comercial privilegiado da URSS e da China. Posteriormente, o Japão quer se desligar de seu alinhamento tradicional com Washington e estabelecer uma política regional independente. Ele conquista, um após o outro, os mercados dos americanos, cuja maioria acredita mais em uma ameaça econômica japonesa que na ameaça militar soviética. O Japão inquieta também os europeus em razão de sua expansão comercial em vários setores industriais estratégicos, como o siderúrgico, o automobilístico e o eletrônico. Enfim, se o programa de defesa for levado até o fim, o Japão tem boas chances de se tornar uma potência militar maior na Ásia-Pacífico.

Quanto à Índia, ela usufrui de certa autoridade moral, graças ao papel histórico desempenhado por Nehru na criação do movimento dos não alinhados, e a despeito de ter muitas vezes sacrificado posições neutralistas ao se alinhar à diplomacia soviética (tratado de aliança de 1971) a fim de obter seu apoio contra seus dois principais rivais, o Paquistão e a China. No entanto, a Índia está preocupada em resolver suas contradições nacionais e religiosas. O descontentamento dos sikhs, minoria religiosa implantada no Pendjab e que reclama uma maior autonomia, se transforma em revolta e provoca o assassinato da primeira-ministra, Indira Gandhi (31 de outubro de 1984).

O avanço dos países do “arco do Pacífico”

A Ásia-Pacífico



Fonte: Le Monde.

A Ásia é também a região de conflitos “dormentes”. A questão da Coreia, que não foi resolvida pelo armistício de 1953, ressurgiu em setembro de 1983, quando caças soviéticos abatam um avião de carreira sul-coreano.

A situação da Coreia simboliza, ao mesmo tempo, a divisão de uma nação em dois Estados, o reflexo da divisão do mundo e um risco permanente de retomada das hostilidades entre Pyongyang e

Seul. É, enfim, um elemento estratégico para as quatro grandes potências presentes na região Ásia-Pacífico: os Estados Unidos, que lá mantêm forças militares desde os anos 1950; a União Soviética, cujo papel tem aumentado na Ásia; a China e o Japão, que se rivalizaram por muito tempo pelo controle da Coreia. Os interesses paralelos terminaram por perpetuar o statu quo. A Coreia do Sul tornou-se uma potência industrial e comercial que conhece tensões devidas à persistência de uma ameaça militar do Norte e ao regime ditatorial.

A questão de Taiwan (Formosa) é a de um país, modesto por sua superfície e sua população, isolado pela vontade do Ocidente. Tornou-se ainda mais paradoxal à medida que o extraordinário desenvolvimento econômico de Taiwan faz dela uma das novas potências industriais da Ásia, um dos quatro “dragões”. A solução para o problema de Taiwan se encontra em um impasse, pois a integração com a China Popular é recusada por Taipé.

Os países do “arco do Pacífico”, a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, que conseguiram um grande avanço sobre os mercados mundiais, rivalizam com os antigos centros industriais da Europa e da América no Norte e participam, assim, da redistribuição dos polos de poder no mundo.

A desestabilização da América Latina

Golpes de Estado e guerrilhas marcam o período e fazem da América Latina uma das regiões mais instáveis do planeta. As causas desses conflitos já são conhecidas. As fragilidades das estruturas econômicas, as disparidades sociais e a fraqueza dos sistemas políticos facilitam a extensão das guerrilhas e a progressão das correntes marxistas. A dominação norte-americana é cada vez mais insuportável aos países da América Latina - e, em particular, da América Central -, que exprimem seu desejo de independência diante de seu poderoso vizinho, cuja política, além do mais, evoluiu.

• A influência do modelo cubano

O período é, portanto, marcado por violentos sobressaltos devidos à luta entre os movimentos revolucionários marxistas e os regimes conservadores no momento em que várias ilhas ou territórios britânicos (Jamaica, Barbados, Bahamas, Granada, Bermudas, Belize) e holandeses (Suriname) alcançam a independência. O desenvolvimento econômico é acompanhado de tamanhas disparidades sociais que favorece o contágio revolucionário conduzido a partir de Cuba.

Não apenas Cuba se tornou a primeira democracia popular da América, como não esconde o desejo de exportar sua revolução por toda a América Latina. A hostilidade do governo americano reforça a popularidade de Cuba e faz de Fidel Castro um dos heróis do anti-imperialismo. Cuba apoia os movimentos de emancipação na África (Angola, Guiné-Bissau) e age ao mesmo tempo por sua própria conta, como missionária da revolução, bem como por conta de Moscou. De 1975 a 1985, 200 mil cubanos participam dos combates em Angola e na Etiópia. Apesar de sua dependência em relação à União Soviética, cresce seu prestígio no Terceiro Mundo, como o atesta a realização em Havana (3-9 de setembro de 1979) da sexta cúpula dos países não alinhados.

• A crise da liderança americana

Até o final dos anos 1970, os Estados Unidos zelam pela manutenção do statu quo político do hemisfério ocidental, ainda que este já não seja uma área privativa dos Estados Unidos. Desde 1962, eles toleram a existência de um regime comunista, aliado da União Soviética, na sua esfera de influência, mas em toda parte praticam uma política de contenção do comunismo, conforme seus interesses econômicos e estratégicos. Desaprovam a experiência marxista conduzida no Chile por Salvador Allende, que é deposto em 11 de setembro de 1973 por um complô cujo líder é o general Pinochet. Trazem assim seu apoio às ditaduras e eliminam os dirigentes dos Estados julgados perigosos para seus interesses e para a estabilidade da região.

A política de Carter (1976-1980). A atitude dos Estados Unidos em relação à América Latina sofre uma profunda transformação sob a presidência de Jimmy Carter, que proclama seu apego aos direitos humanos e ao princípio da soberania das nações. Assim, os Estados Unidos praticam uma política de ajuda seletiva para com os Estados latino-americanos, reduzindo o apoio financeiro e militar às ditaduras do Chile e da Argentina. O tratado sobre o canal do Panamá (16 de junho de 1978) concede à República do Panamá a

soberania progressiva sobre o canal transoceânico e deve suprimir, em prazo fixado, a zona do canal, território cedido pela República do Panamá aos Estados Unidos em 1903. Assim, desaparece uma marca do imperialismo dos Estados Unidos na América Latina.

No entanto, o balanço da aplicação da “doutrina Carter” é incerto. As forças revolucionárias, inspiradas pelo castrismo, aproveitam para ocupar o terreno. Tomam, assim, o poder na ilha de Granada, em março de 1979. Na Nicarágua, em julho de 1979, os guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação expulsam o presidente Anastasio Somoza. O risco de contágio revolucionário e a ajuda trazida pelo novo regime aos guerrilheiros de El Salvador e da Guatemala inquietam os Estados Unidos que, a partir da chegada ao poder de Ronald Reagan, em novembro de 1980, reagem com ajuda militar e financeira aos Estados e às forças contrarrevolucionárias e com um plano de ajuda ao Caribe.

O plano Reagan de fevereiro de 1982 para a América Central (Iniciativa para a Bacia do Caribe) visa conter a subversão promovendo a democracia, o diálogo, o desenvolvimento e a defesa. A intervenção na ilha de Granada, à mercê da desordem, em 25 de outubro de 1983, traduz a vontade do governo Reagan de reafirmar sua autoridade no Caribe. No entanto, o principal problema é a Nicarágua. Essa pequena república, que ocupa uma posição estratégica no Caribe, vive, em 1978, uma crise aguda devido ao confronto entre a Frente Sandinista (do nome de Augusto Sandino, 1895-1934, resistente nicaraguense que se opôs com sucesso a uma intervenção americana em seu país, em 1933) e a família do presidente Somoza, que reina no país há mais de quarenta anos. Abandonado pelos Estados Unidos, o general Somoza deixa o poder (17 de julho de 1979) em uma atmosfera de guerra civil. A ajuda americana à Nicarágua dirigida por sandinistas é suspensa e a guerra civil recomeça em 1982, animada pelas forças contrarrevolucionárias (“Contras”) apoiadas pela América de Reagan, que se inquieta com a presença de cubanos e conselheiros militares soviéticos. Mas o Congresso recusa a renovação da ajuda militar aos Contras, e o Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá), criado em abril de 1983, tenta uma mediação.

Em sua vontade de manter a pax americana na América Latina, os Estados Unidos devem levar em conta a vontade de independência dos dirigentes latino-americanos, a emergência de novos atores como o México, o Brasil ou a Venezuela, assim como as reservas formuladas por dirigentes ocidentais (como as de F. Mitterrand) em relação à sua política.

Essa “crise da liderança americana” sobre a América Latina se manifesta claramente por ocasião da Guerra das Malvinas (abril-junho de 1982). Trata-se de um conflito territorial entre a Grã-Bretanha, que ocupa as ilhas Malvinas (ou Falkland) desde 1833, e a Argentina, que não aceita a soberania britânica e as reivindica como seu território. Esse conflito potencial degenera em enfrentamento aeronaval quando o presidente argentino, Galtieri, ocupa, de surpresa, em 2 de abril de 1982, Port Stanley, a capital das Malvinas. A guerra vira a favor da Grã-Bretanha, dirigida desde 1979 por Margaret Thatcher, a “dama de ferro”, que não hesita em enviar toda a marinha inglesa a 11.000 km de Londres para recuperar as ilhas onde vivem apenas 1.600 pessoas. Em 14 de junho de 1982, as forças britânicas retomam Port Stanley.

Do ponto de vista geoestratégico, a questão talvez seja o controle do estreito de Drake, isto é, o itinerário dos submarinos soviéticos entre o oceano Atlântico e o oceano Pacífico. No plano político, a crise das Malvinas é malvista pelo Ocidente, que enfrenta uma contradição fundamental. Os Estados Unidos devem escolher entre dois tipos de aliança, a do Atlântico Norte e a do continente americano. O presidente Reagan toma a decisão de apoiar o Reino Unido, o que atrai o ressentimento da Argentina e de vários Estados latino-americanos (a Organização dos Estados Americanos reconhece a soberania argentina sobre as Malvinas), bem como permite que russos e cubanos marquem pontos na região. A derrota diante do Reino Unido explica a queda do regime militar e o advento de um regime liberal na Argentina, o presidente Raúl Alfonsín é eleito presidente da República e o novo regime dá início a processos contra os militares da antiga Junta. De modo geral, a democracia progride na América Latina. A Venezuela e a Colômbia, desde 1958, o Peru em 1978, a Bolívia em 1981, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, em 1984, passam da ditadura e do regime militar à democracia, ao passo que, após a queda de Duvalier (fevereiro de 1986), o Haiti procura seu equilíbrio.

Novos Terrenos De Enfrentamento e Novas Disputas

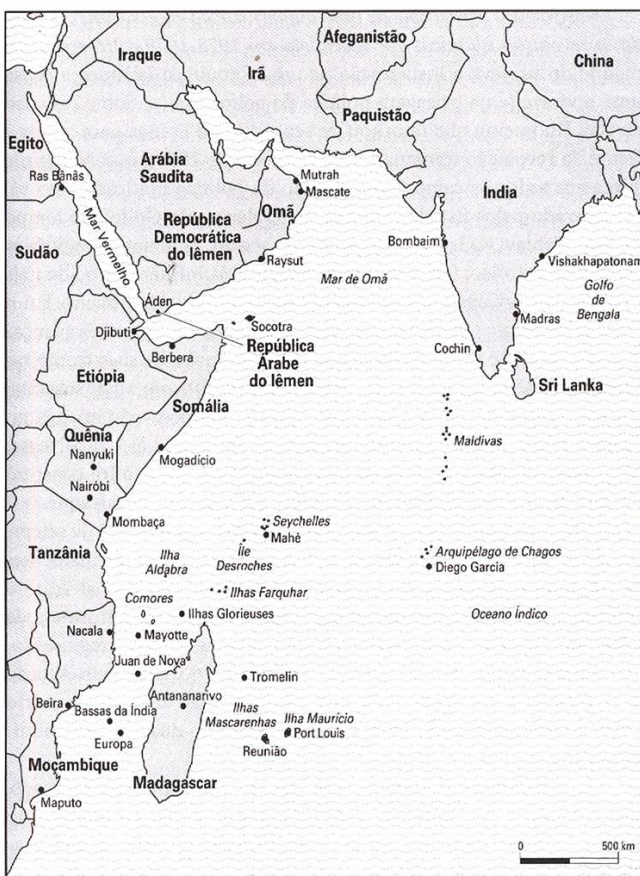
Durante muito tempo, as ambições soviéticas no Terceiro Mundo pareciam se limitar à Ásia e ao Oriente Médio. A partir dos anos 1970, a presença e os interesses soviéticos se diversificaram consideravelmente no oceano Índico, no Caribe, no oceano Pacífico e na África, onde a penetração soviética é espetacular.

O golfo Pérsico e o oceano Índico

O sudeste da Ásia é uma região vulnerável onde os antagonismos religiosos, as rivalidades étnicas e as disparidades sociais mantêm um clima de tensão permanente, ilustrado por uma forte instabilidade política (golpes de Estado no Paquistão, assassinatos políticos na Índia). É também uma região vital para o Ocidente.

Desde a crise do petróleo, as grandes potências atribuem uma importância estratégica maior ao golfo Pérsico, zona essencial da produção petrolífera, e às rotas do oceano Índico. Além disso, a península da Somália, também conhecida como “chifre da África”, controla a saída do mar Vermelho. O Ocidente se inquieta com o impulso soviético que se manifesta nessa parte do mundo graças ao desaparecimento de dois de seus aliados no Terceiro Mundo. Após a queda do imperador da Etiópia (12 de setembro de 1974), uma junta militar toma o poder em 1977 e se alinha ao modelo soviético. A Etiópia torna-se o aliado privilegiado da URSS, que se apoia igualmente na Índia (tratado de 1971), no Afeganistão (tratado de 1978) e na República Popular do Iêmen do Sul (tratado de 1984). A frota soviética dispõe assim de vários pontos de apoio no oceano Índico. A fim de reequilibrar a relação de forças Leste-Oeste na Ásia meridional, os Estados Unidos não têm outra escolha senão oferecer, em 1981, sua ajuda econômica e militar ao Paquistão - ajuda suprimida em 1979 - e reforçar sua base de Diego Garcia (ilhota no oceano Índico alugada da Grã-Bretanha).

O oceano Índico



• As repercussões da guerra Irã-Iraque

Nascida das frustrações de uma modernização excessivamente rápida, a revolução islâmica, que incendeia em 1978-1979 o Irã e abate o regime do xá, leva à instauração de uma República Islâmica e causa uma reviravolta na paisagem política do golfo Pérsico. Sob o impulso do imã Khomeini, que retornou de seu

exílio na França para tomar a frente da revolução iraniana (1º de fevereiro de 1979), o novo regime adota em todos os campos o contrário da política praticada pelo xá, considerado pelos Estados Unidos “o gendarme do Golfo”, no tempo de Reza Pahlavi. O Irã se fecha sobre si mesmo, reduzindo em 50% as vendas de petróleo, fechando suas fronteiras às influências ocidentais e pregando a revolução integrista em todo o mundo muçulmano. É um duro golpe para o Ocidente, que perde um desses seus bastiões avançados, diretamente sob influência da URSS em razão de suas fronteiras comuns. A revolução iraniana, devido ao proselitismo xiita, sustenta, reforça e estimula os movimentos radicais islâmicos não apenas no Oriente Médio, mas no mundo inteiro, da Indonésia à África Negra, passando pelo Magreb. Todavia, é no golfo Pérsico que o Irã constitui um agente de desestabilização e inquieta o Estado laico do Iraque.

É nesse momento que estoura a guerra Irã-Iraque. Em 22 de setembro de 1980, o Iraque decide atacar o Irã sob o pretexto de incidentes de fronteira e denunciando a partilha das águas do Chatt al-²Arab - conflito tradicional entre dois países separados por uma fronteira de 1.500 km. Trata-se de aproveitar as dificuldades do novo regime iraniano para retomar aquilo que o xá arrancara do Iraque pelo Acordo de Argel de 6 de março de 1975, que dividia o Chatt al-²Arab - estuário formado pela reunião do Tigre e do Eufrates - em duas partes atribuídas a cada um dos ribeirinhos.

O comandante iraquiano acredita em uma guerra-relâmpago, aproveitando a oportunidade oferecida com a revolução islâmica no Irã e a fraqueza momentânea do exército iraniano. Aos ataques iraquianos (setembro de 1980-março de 1982) se sucedem as contraofensivas iranianas (março de 1982-abril de 1984). A guerra-relâmpago se transforma em uma guerra longa: o Irã, forte, com 40 milhões de habitantes, não desaba, e o Iraque, cuja população é de 14 milhões, se enfraquece. O instinto patriótico iraniano e os slogans de Khomeini fornecem ao exército iraniano energia suficiente para realizar ofensivas contra o Iraque. Durante os quatro anos seguintes (abril de 1984-agosto de 1988), iraquianos e iranianos bombardeiam alternadamente as cidades do inimigo e atacam navios petroleiros, provocando a internacionalização do conflito. A guerra tem então efeitos no mundo árabe e no Oriente Médio. Revela as dissensões interárabes. Acelera o realinhamento na região. O Irã é apoiado pela Síria e pela Líbia. O Iraque é apoiado pelos governos árabes moderados - entre os quais, a Arábia Saudita assustados com os possíveis efeitos da extensão da revolução iraniana. Por fim, o conflito tem consequências no cenário internacional e modifica as condições da competição entre o Leste e o Oeste.

O móvel dessa guerra, exaustiva para os dois protagonistas, passa a ser o controle sobre o estreito de Ormuz, por onde transita todo o petróleo da região. Assim, a situação do golfo Pérsico torna-se cada vez mais incerta e nele afrontam-se as intervenções concorrentes de Estados Unidos e União Soviética. A União Soviética realiza, inicialmente, uma aproximação com o Irã, depois reata seus laços com o Iraque. Os Estados ocidentais perdem todo o contato com o Irã à medida que ele se radicaliza política e religiosamente e se confirma seu apoio a sequestradores e terroristas. Os Estados Unidos apoiam o Iraque, mas fornecem secretamente armas ao Irã. Eles encorajam os Estados do golfo (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait) a se unirem no seio do Conselho de Cooperação do Golfo (26 de maio de 1981) a fim de não perder o controle do golfo Pérsico e de consideráveis reservas de petróleo.

• As reações diante da intervenção soviética no Afeganistão

O acontecimento de maiores consequências para a paz mundial é a intervenção do exército soviético no Afeganistão, a partir de dezembro de 1979. Em 1978, esse país arcaico, e, desde sempre, um Estado-tampão entre a Rússia e a Índia, é vítima de um golpe de Estado militar que derruba a monarquia e estabelece em seu lugar um governo pró-soviético, dominado por Nur Mohammad Taraki, chefe da linha dura do partido comunista afegão. Ele é assassinado em setembro de 1979 por partidários do secretário do partido, Hafezollah Amin, que os soviéticos consideram incapaz de enfrentar a guerrilha contrar-revolucionária. A rebelião se generaliza e se transforma em guerra civil. Moscou decide, então, intervir no Afeganistão, em 27 de dezembro de 1979, enviando dezenas de milhares de homens, bem como uma quantidade considerável de material, e estabelecendo um novo governo dirigido por Babrak Karmal. Trata-se, para Moscou, de

um abandono deliberado da política de distensão ou de um simples contratempo quanto à coexistência? Por que esse uso da força bruta contra um Estado limítrofe, correndo o risco de macular sua imagem? Seria para defender seu glacis ou para conquistar uma vantagem estratégica às portas do golfo Pérsico?

Os soviéticos apresentam a intervenção como uma operação ideológica justificada pela “solidariedade proletária”. Trata-se de impedir, conforme a doutrina de Brejnev, que um país, uma vez que tenha entrado no campo socialista, abandone-o. Mas é também um ato estratégico: permite tomar posição próxima ao golfo Pérsico, em contato direto com o Paquistão, aliado dos Estados Unidos, e com o Irã, em plena revolução.

Os soviéticos provavelmente não calcularam a amplitude das reações que sua intervenção suscitaria. A Assembleia Geral das Nações Unidas condenou-a por 104 votos contra 18 e 18 abstenções. Os ministros das Relações Exteriores dos países islâmicos, reunidos em janeiro de 1980 em Islamabad (Paquistão), são unânimes em denunciar “a agressão contra o povo afegão”. Os países ocidentais percebem essa intervenção como uma agressão que coloca em questão a distensão, pois, sob pretexto ideológico, a União Soviética exige a expansão infinita de seu famoso glacis.

A resposta do presidente Carter, sob a forma de um embargo parcial às vendas de cereais e de equipamentos de alta tecnologia à União Soviética e do boicote dos Jogos Olímpicos de Moscou de 1980, não a fazem recuar. Em contrapartida, o caso afegão sacode os Estados Unidos, por muito tempo inibidos pela síndrome do Vietnã, e pesa no movimento de opinião que leva à eleição, em novembro de 1980, do republicano Ronald Reagan, conhecido por seu antissovietismo e sua hostilidade em relação à distensão. Em solo afegão, a tenacidade da resistência impede o exército soviético de obter uma solução militar e leva, de fato, a uma situação de fracasso similar à da Guerra do Vietnã.

A África

Até 1975, a África permaneceu em grande medida afastada do confronto entre o Leste e o Oeste, e na esfera de influência dos Estados da Europa Ocidental. No período entre 1975 e 1985, a África, vítima da rivalidade das grandes potências, atormentada pela fome, devastada por conflitos armados, conhece um infortúnio mais profundo que durante o período da colonização.

• A independência das últimas colônias

É verdade que na Argélia e no Congo a descolonização se realizou com violência e provocou enfrentamentos; mas, de modo geral, a maior parte dos Estados que obtiveram sua independência na paz manteve laços com suas antigas metrópoles, em particular pelo viés de agrupamentos de Estados, como o Commonwealth, a Comunidade Francesa ou o grupo de Estados francófonos.

Os únicos territórios que ainda não haviam sido descolonizados eram as colônias portuguesas, que se tornam independentes após a revolução portuguesa de 25 de abril de 1974. Desde 6 de maio, a junta propõe um cessar-fogo geral às colônias. Em 26 de agosto de 1974 é assinado, em Argel, um acordo sobre a independência da Guiné Portuguesa (Bissau) e das ilhas do Cabo Verde. Em 6 de setembro, ocorre o acordo de Lusaka sobre a independência de Moçambique, onde a Frelimo (organização armada da Frente de Libertação de Moçambique) toma imediatamente o poder. Em 26 de novembro, é a vez das ilhas de São Tomé e Príncipe. Em Angola, vários movimentos de libertação disputam entre si o poder e proclamam a República, em 11 de novembro de 1975. A União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) é ajudada pela África do Sul. A URSS e Cuba dão apoio cada vez maior em material e voluntários ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o que lhe permite se impor, sem no entanto acabar com a guerrilha conduzida pela Unita. Angola, portanto, alcança a independência em uma atmosfera de guerra civil.

• As razões econômicas das disputas na África

O continente africano se torna, no fim dos anos 1970, um elemento capital por várias razões. Ele é constituído de Estados economicamente frágeis e politicamente instáveis, com fronteiras artificiais, frequentemente dilacerados por conflitos sociopolíticos. Ele contém imensas riquezas minerais.

No começo dos anos 1980, a África produz uma parte importante dos minérios vitais para o mundo industrializado, isto é, 75% dos diamantes, 70% do ouro e do cobalto, 50% do vanádio e da platina, 30 a 35% do cromo e do magnésio, 20% do urânio e do cobre.

Além disso, em virtude da multiplicação dos superpetroleiros, o tráfego petrolífero proveniente do golfo Pérsico para a Europa deixa o canal de Suez e toma a rota do cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África. No início dos anos 1980, 60% do petróleo destinado à Europa e 30% do petróleo destinado à América passam por lá. O controle dessa rota e de suas etapas é essencial. Por todas essas razões, a África, principalmente a África austral, torna-se um elemento estratégico importante e uma nova zona de competição entre os dois blocos.

• A implantação do comunismo

O fato novo é a intrusão dos Estados comunistas - URSS, Cuba e China - no cenário africano, os quais, graças à descolonização portuguesa e às revoluções malgaxe e etíope, avançam seus peões na África.

O avanço de Moscou na África se deve à sua solidariedade incondicional com as lutas de libertação e a uma importante ajuda financeira aos movimentos revolucionários (Swapo, da Namíbia; ANC, da Rodésia). A viagem pela Tanzânia, Zâmbia e Moçambique, de Nikolai Podgorni (22 de março-1º de abril de 1977), é a primeira de um chefe de Estado soviético na África Negra. A intervenção soviética, fundada sobre meios de transporte consideráveis - aviões de grande porte com grande raio de ação, poderosas frotas mercantes e militares -, não é isenta de problemas, como mostram os fracassos ocorridos no Egito, no Sudão e na Somália. É por isso que sua ação é frequentemente indireta. Ela toma a forma de envio de especialistas, originários da Alemanha Oriental ou de Cuba.

A vocação africana de Cuba, manifesta desde a viagem de Che Guevara em 1965, se concretiza em 1975 pela intervenção maciça dos cubanos em Angola. Em Angola e em Moçambique, a intervenção de soldados cubanos (operação “Carlotá”), eles próprios apoiados pelo envio de material soviético graças a uma ponte aérea, permite à Frelimo triunfar em Moçambique e ao MPLA vencer em Angola contra os dois movimentos de libertação próximos dos ocidentais. A implantação militar de Cuba em Angola, Moçambique, Etiópia, Tanzânia, Congo e Serra Leoa faz dela a primeira potência estrangeira no continente negro. A relação Moscou-Havana na África é complexa. Cuba age ao mesmo tempo como mercenária de Moscou e de forma autônoma como “missionária”. De 12 a 30 de março de 1977, Fidel Castro vai sucessivamente à Líbia, Somália, Etiópia, Tanzânia, Moçambique e Angola.

Na África oriental, a União Soviética se implanta inicialmente na Somália, após o golpe de Estado de Ziyad Barre, em 1969. Ela lhe traz ajuda econômica e militar e chega a concluir um tratado de amizade e de cooperação. Depois, em 1976, ao final de uma verdadeira reviravolta de alianças, ela abandona a Somália pela Etiópia, que se tornou comunista após a queda do imperador Hailé Selassié (12 de setembro de 1974), substituído por jovens oficiais convertidos ao marxismo-leninismo. Após uma tentativa de golpe de Estado (3 de fevereiro de 1977), o tenente-coronel Mengistu Hailé Mariam torna-se chefe de Estado. Uma repressão impiedosa se segue. E, sobretudo, a Etiópia se lança na reconquista do Ogaden, vasto planalto semidesértico povoado por uma população somali que as tropas da Somália anexaram ao seu país. Ajudados por 20 mil soldados cubanos, os etíopes retomam o Ogaden em março de 1978 e acabam com a guerrilha conduzida pelos autonomistas da Eritreia, colônia italiana até 1941, administrada pelos britânicos até 1952 e confiada depois à Etiópia pela ONU.

Em poucos anos, a influência soviética, portanto, realiza progressos consideráveis. Angola e Etiópia (membros do Comecon), Moçambique, Congo e Benim tornam-se bastiões da política de Moscou, que mantém, além do mais, boas relações com a Argélia e a Líbia.

• As reações ocidentais

Diante dessa ofensiva, as reações ocidentais parecem limitadas. Sob a presidência de J. Carter, os Estados Unidos se distanciaram da África do Sul; favoreceram o advento, no Zimbábue (ex-Rodésia), de um governo dominado por uma maioria negra e se abstiveram de intervir diretamente. Além disso, assombrado pelo

caso vietnamita, o Congresso se recusa a votar créditos para uma nova ajuda militar. A presidência de Reagan corresponde a uma retomada da política de apoio à África do Sul, aos maquis anticomunistas, em particular em Angola, e aos regimes conservadores, como o do Zaire. A política britânica é discreta e eficaz em certos casos, como na transição do Zimbábue para a independência, em 1980. Porém a posição da primeira-ministra Margaret Thatcher em relação à África do Sul é considerada conciliadora demais e suscita, em 1986, uma grande crise no seio do Commonwealth.

A França, por sua vez, se constituiu um freio, quase sem interrupção, à desestabilização do continente africano e ao expansionismo soviético. De fato, ela exerce o papel de gendarme regional. A França conservou laços privilegiados com alguns Estados, tais como Senegal, Costa do Marfim e Gabão, ou estabeleceu novos laços com o Zaire. A instalação militar da França (10 mil homens) se situa, em primeiro lugar, nos departamentos ou territórios ultramarinos: ilhas Reunião e Mayotte (que votou no referendo de 8 de fevereiro de 1976 pela manutenção da união com a França, ao contrário das outras ilhas do arquipélago de Comores), no território francês dos Afáres e dos Issas, que se tornou independente em 27 de junho de 1977, e em três bases francesas, no Senegal, na Costa do Marfim e no Gabão. A França fez também acordos com a maior parte de suas antigas colônias para o fornecimento de armas e conselheiros militares.

A França apoia os poderes estabelecidos. Ela fornece ajuda ao Zaire para salvar o regime do presidente Mobutu, ameaçado em abril de 1977 pela incursão em Shaba de tropas estrangeiras vindas de Angola, depois por ocasião da operação de Kolwezi (19 de maio de 1978), cidade mineira que os angolanos ameaçavam. Intervém militarmente no Chade contra as incursões da Líbia e a guerrilha do Front de libération nationale du Tchad [Frente de Libertação Nacional do Chade] (Frolinat), e ajuda o Marrocos e a Mauritânia em sua luta contra a Frente Polisario.

Mas a África não é apenas local de confronto das potências. Há, também, atores regionais, como a Argélia e a Líbia.

Os atores regionais

A Argélia, sob a direção de Huari Bumediene (1965-1978), desempenha, nos anos 1970, grande papel na orientação do movimento dos não alinhados com seus esforços por uma nova ordem econômica mundial e suas numerosas ações de mediação entre o Irã e o Iraque, a Líbia e o Chade, e entre as facções da resistência palestina. A Argélia encarna o Estado terceiro-mundista por excelência.

A Líbia, país parcamente povoado (4 milhões de habitantes), mas dotado de imensos recursos petrolíferos, é dirigida, desde a revolução de 1º de setembro de 1969 que derrubou a monarquia, pelo coronel Kadhafi. Sua política externa, marcada desde o início pela recusa da política de blocos e por sua hostilidade aos dois Grandes, transformou-se em uma aproximação mais estreita com a União Soviética. No entanto, ele é antes de tudo um nacionalista árabe que coloca as riquezas petrolíferas de seu país a serviço do Islã e da propaganda revolucionária. No começo dos anos 1980, o Ocidente enxerga a mão de Kadhafi em toda parte, e a tensão entre americanos e líbios atinge seu apogeu quando do bombardeio de Trípoli e de Bengazi por cerca de cinquenta aviões de caça e bombardeiros americanos na noite de 14 para 15 de abril de 1986. Entretanto, a influência de Kadhafi sofreu um desgaste com o desabamento do preço do petróleo a partir do início dos anos 1980 e por suas declarações intempestivas, assim como por suas intervenções militares no Chade.

• Os conflitos regionais

O Chade, com 1.284.000 km² e menos de 8 milhões de habitantes, é composto de uma população bastante variada - cristãos e animistas ao sul, muçulmanos ao norte -, cujos conflitos internos, atizados pela vizinha Líbia, levam a uma situação de rebelião e a uma intervenção de tropas francesas e líbias (abril de 1978-março de 1980). Em 1979, os acordos de Lagos reconhecem o governo de Goukouni Oueddei como o governo legítimo que, expulso do poder por outro líder, Hissene Ha-bré, em junho de 1982, parte para a conquista da capital, Ndjamena, ajudado pelos líbios. A parte norte do Chade é cobiçada pela Líbia, cujas forças se apoderam de Faya-

Largeau, em julho de 1983. Após muita hesitação, o governo francês envia unidades de paraquedistas no âmbito da operação Manta, que tem curta duração (agosto de 1983-novembro de 1984) em razão do acordo realizado entre Paris e Trípoli, relativo à evacuação total do Chade (7 de setembro de 1984). Porém os ataques das tropas pró-líbias de Goukouni Oueddei continuam, a França intervém novamente pelo dispositivo aéreo Épervier (fevereiro de 1986) e apoia Hissene Habré, cujas tropas reconquistam as regiões setentrionais ocupadas pelos líbios (março de 1987), com exceção da faixa de Aouzou (114.000 km²), situada no extremo norte do Chade e anexada por Trípoli desde 1973.

O Saara Ocidental, à época da colonização, tornara-se espanhol por acordos com a França. Esse espaço desértico de 256.000 km² atrai a cobiça dos países vizinhos que se tornaram independentes: Argélia, Mauritânia e Marrocos. Para apoiar suas reivindicações sobre esse território, o rei Hassan II do Marrocos lança uma marcha pacífica em direção ao Saara Ocidental (novembro de 1975). Na agonia do general Franco, negociações tripartidas terminam em um acordo assinado em 14 de novembro de 1975 entre Espanha, Marrocos e Mauritânia a favor da autodeterminação do território povoado por 74 mil habitantes, que deveria levar a uma partilha entre o Marrocos e a Mauritânia. O movimento de libertação, a Frente Popular para a Libertação da Saguia El-Hamra e do Rio de Ouro (Frente Polisario), constituído em 1973, favorável então à união com a Mauritânia, é impelido pela Argélia a reclamar sua autodeterminação. No momento da partida dos soldados espanhóis, ele proclama em 27 de fevereiro de 1976 a “República Árabe Democrática do Saara”, reconhecida logo em seguida pela Argélia. As relações ficam tensas entre o Marrocos e a Argélia, a ponto de ocorrerem enfrentamentos violentos de suas respectivas tropas no Saara Ocidental (janeiro de 1977). A Frente Polisario, por sua vez, faz uma guerra incessante sob a forma de reides e sabotagens contra a Mauritânia, que se retira do conflito após a queda do presidente Moktar Uld Daddah (10 de julho de 1978), e, sobretudo, contra o Marrocos, que deseja conservar a parte norte, rica em fosfato. O reconhecimento, pela Organização da Unidade Africana, do Estado do Saara (fevereiro de 1982) e sua admissão na OUA (1984) provocam uma grave crise com o Marrocos, que, cada vez mais isolado na África, precisa aceitar o princípio de um referendo de autodeterminação.

É um exemplo entre outros da impotência da Organização da Unidade Africana, que não apenas não realiza o ideal pan-africanista, como funciona como um simples cartel de chefes de Estado. Longe de resolver diferenças entre os Estados-membros, a OUA não faz nada, sob pretexto do princípio de “não ingerência nos assuntos internos dos Estados” (artigo 3 da carta da OUA). A balcanização ameaça a África, onde o jogo diplomático se desenvolve em uma escala de diferentes sub-regiões e onde os critérios de divisão entre moderados e progressistas, entre francófonos, anglófonos e lusófonos, entre pequenos e grandes Estados não faltam. Diante da Nigéria, gigante do oeste africano (83 milhões de habitantes e um exército não negligenciável), sete Estados da África ocidental francófona concluíram um acordo de não agressão e de assistência em matéria de defesa (Anad), em 9 de junho de 1977.

Assim, a África permanece o móvel de confrontos internacionais.

O problema da África do Sul torna-se, nos anos 1970, um problema internacional. Esse antigo domínio britânico, tornado independente, desenvolvera, nos anos 1950, uma política de separação racial (apartheid) sob a direção de Hendrik Verwoerd (1958-1966), John Vorster (1966-1978) e Pieter W. Botha (1978-1989).

A União Sul-Africana é um país onde a minoria branca (20%) é confrontada com uma grande população negra (perto de 70%), indiana e mestiça (10%). Após as independências africanas, a descolonização dos territórios portugueses (1974) e a queda de Tsiranana, presidente de Madagascar (1972), a África do Sul já não está mais ao abrigo dos acontecimentos exteriores. Seu glacis protetor desaparece e, internamente, assiste-se a uma ressurgência do nacionalismo negro antiapartheid, sob a direção - por vezes contestada - do African National Congress [Congresso Nacional Africano] (ANC), fundado em 1912. A África do Sul é cada vez mais violentamente criticada e mantida em quarentena pelo conjunto dos países africanos que querem ajudar seus irmãos de cor. A pressão da comunidade internacional sobre Pretória se acentua. Apesar da

instauração de um estado de exceção, a violência continua nas cidades negras, como em Soweto em junho de 1976 e outubro de 1977, por iniciativa da ANC.

Washington e Londres continuam a se opor a pressões econômicas contra Pretória. Quaisquer que sejam a solidariedade e a simpatia que podem experimentar os governos ocidentais em relação à luta da maioria negra, eles são, entretanto, sensíveis às questões econômicas e estratégicas. A África do Sul está situada em uma encruzilhada geoestratégica: a rota marítima do Cabo é uma das rotas mais frequentadas, em particular por petroleiros provenientes do golfo Pérsico. Ela possui minérios preciosos (ouro, platina, diamante) e materiais altamente estratégicos (cromo, manganês e vanádio). Enfim, sua presença se opõe à extensão da influência soviética sobre o continente negro.

Cada vez mais isolada, a União Sul-Africana tenta fortalecer sua posição em relação aos países africanos vizinhos e multiplica a criação de Estados indígenas, os bantustões: Ciskei, Venda, Bofutatswana, Transkei. Esses países são teoricamente independentes, mas toda sua economia depende da África do Sul. O regime do presidente Botha, impondo sua superioridade militar aos vizinhos, consegue trancar suas fronteiras. Ao mesmo tempo que mantém sua ajuda aos movimentos de maquis que lutam contra os regimes de Luanda (Angola) e de Maputo (Moçambique), Pretória não interrompe suas incursões armadas em território angolano sob pretexto de perseguir os nacionalistas namíbios da Swapo. O cordão protetor da África do Sul compreende também a Namíbia e a Rodésia.

O caso da Namíbia é particular. Antiga colônia africana do sudoeste africano, confiada em mandato à África do Sul, esse imenso território de 824.000 km² que encerra riquezas minerais consideráveis é agitado por um movimento de libertação, a South West African Peoples Organization (Swapo), apoiada pelo MPLA e pela União Soviética. Na Rodésia, a minoria branca (4%) dessa colônia britânica proclama sua independência contra o Reino Unido em 1965 e consegue se opor com sucesso aos movimentos de oposição negros. A mediação britânica permite fazer a Rodésia evoluir - sob o nome de Zimbábue - para a forma de uma associação de brancos e negros no governo. Ela chega oficialmente à independência em abril de 1980.

O Pacífico

O oceano Pacífico é, desde 1945, um dos lugares de enfrentamento das grandes potências e sua importância não cessa de aumentar a partir de então. Após a batalha do Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial, a guerra fria torna-se um conflito aberto devido à Guerra da Coreia e aos conflitos de descolonização. Os arquipélagos alcançam a independência: depois das ilhas Fiji (1970), de Papua-Nova Guiné (setembro de 1974), é a vez de as Novas Hébridas, antigo condomínio franco-britânico, tornarem-se um Estado sob o nome de Vanuatu (julho de 1980). Sob o impulso dos polos de poder e do desenvolvimento ocorrido em seus arredores, o Pacífico, que era um “espaço vazio” submetido à influência americana, surge como um gigantesco tabuleiro de xadrez onde se desenrola uma partida com quatro participantes: Estados Unidos, União Soviética, China e Japão.

Ante a presença americana no Alasca e nas Filipinas, graças em particular à concessão das bases de Subic Bay e Clark (até setembro de 1992), passando pelos postos avançados do Haváí e da Coreia, a União Soviética multiplica suas bases navais em Kamchatka, Sacalina, Vladivostok, e em Cam Ranh e Da Nang (na costa do Vietnã).

O Pacífico, no momento em que deixa de ser um “lago americano”, suscita um novo interesse dos Estados Unidos por essa região, para a qual se desloca o centro de gravidade do país e onde o comércio transpacífico ultrapassa em importância as trocas transatlânticas. Além disso, a retomada das relações diplomáticas com a China e o programa de modernização e abertura econômica anunciado por Deng Xiaoping revigoram a fascinação americana pela Ásia-Pacífico, apesar da concorrência cada vez mais forte do Japão e dos “Quatro Dragões”.

O Pacífico Sul era, por tradição, uma zona tranquila de microestados protegidos pela Austrália, que agia como “gendarme regional” no âmbito do pacto de Anzus (Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos), assinado em 1951. Posteriormente as tensões

políticas se multiplicaram, acarretando golpes de Estado - como em Fiji -, rebeliões, crises constitucionais, e causam a impressão de que os equilíbrios herdados da época colonial estão se rompendo. As veleidades isolacionistas dos neozelandeses, que proibem as escalas de navios nucleares, colocam em questão o Anzus e confirmam mais ainda a Austrália no papel de potência militar regional. As terras do Pacífico já não estão ao abrigo das convulsões internacionais.

A Nova Caledônia é um dos palcos desses enfrentamentos. O destino desse território francês ultramarino, rico em níquel e com uma população de 150 mil habitantes - melanésios e europeus interessa aos países ribeirinhos do Pacífico. A soberania da França sobre a “grande ilha” é fortemente contestada pelo Frente de Libertação Nacional Canaca e Socialista (FLNKS) e o estado de exceção já instaurado. Nas eleições regionais de setembro de 1985, vencem os anti-independetistas, mas a violência continua. A adoção por referendo, em 6 de novembro de 1988, do estatuto da Nova Caledônia e o retorno à tranquilidade acalmaram o conflito. Para a França, a questão é a presença em uma região-chave no plano econômico e, sobretudo, no plano estratégico. A França insiste no direito à livre disposição do Centro de Experimentação do Pacífico, situado em Mururoa, a 1.200 km do Taiti, cuja perda seria grave para a força de dissuasão, e na possibilidade de realizar testes nucleares, contestada pelos Estados da região e pela organização pacifista e ecológica Greenpeace (caso Rainbow-Warrior, 10 de julho de 1985).

O peso econômico da região Ásia-Pacífico e sua importância estratégica tornam-na doravante uma região essencial.